



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR**  
**MILTON SANTOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MILTON JOSÉ DEIRÓ DE MELLO NETO**

**IDENTIDADES NACIONAIS RUSSAS E GEOPOLÍTICA DO**  
**CÁUCASO**

Salvador  
2016

**MILTON JOSÉ DEIRÓ DE MELLO NETO**

**IDENTIDADES NACIONAIS RUSSAS E GEOPOLÍTICA DO  
CÁUCASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão

Salvador  
2016

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

Deiró de Mello Neto, Milton José  
Identidades nacionais russas e geopolítica do Cáucaso /  
Milton José Deiró de Mello Neto. -- Salvador (BA), 2016.  
187 f. : il

Orientador: Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão.  
Dissertação (Mestrado - Relações Internacionais) --  
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes  
e Ciências Milton Santos, 2016.

1. Identidades nacionais. 2. Rússia. 3. Geopolítica. 4.  
Cáucaso. 5. Imaginação cartográfica. I. Cavalcanti de Aragão,  
Daniel Maurício. II. Título.

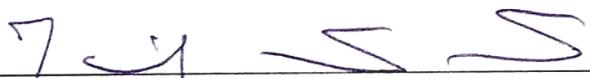
**MILTON JOSÉ DEIRÓ DE MELLO NETO**

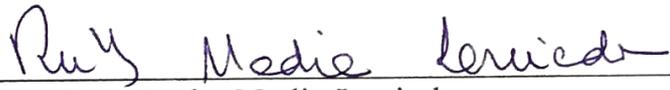
**IDENTIDADES NACIONAIS RUSSAS E GEOPOLÍTICA DO CÁUCASO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 09 de setembro de 2016.

**Banca examinadora**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão - Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ruthy Nadia Laniado

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fabiano Pellin Mielniczuk

A

Manuela, pelo amor e dedicação que muito me ajudaram nessa caminhada.

Milton e Marcia, por todo o amor e apoio de uma vida inteira, fundamentais para a minha formação enquanto ser humano.

Eric e Ellen, por estarem sempre presentes na minha vida e por toda a felicidade que trazem para mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Uma dissertação de mestrado nunca é um trabalho individual. Sempre somos influenciados e ajudados por diversas pessoas e instituições, sem cujo apoio o trabalho final talvez não fosse possível, ou se tornasse mais difícil. Agradeço, assim:

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo financiamento desse projeto, através de bolsa de pesquisa, sem o qual o presente trabalho não poderia ter sido concluído.

Ao prof. Dr. Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão, orientador e amigo, pelo apoio dado durante todo o processo do mestrado; pelo estímulo constante para o meu crescimento acadêmico e profissional; e pela paciência com meus atrasos na entrega de manuscritos.

À profa. Dra. Ruthy Nadia Laniado, pelas críticas altamente construtivas feitas ao meu trabalho na banca de qualificação, e que foram em grande parte utilizadas no melhoramento do presente trabalho.

Ao prof. Dr. Daniel Tourinho Peres, pelas considerações críticas feitas ao meu projeto na disciplina Seminários de Dissertação, que tiveram um impacto positivo na revisão que fiz dos conceitos políticos com os quais eu trabalhava.

A Pérola Dourado, secretária do PPGRI, pelo fantástico apoio logístico dado durante todo o mestrado, e por nos ter protegido das dificuldades da vida burocrática das instituições de educação e pesquisa, sempre disposta a ajudar com a papelada.

A todos os colegas da primeira turma do Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais, companheiros nessa trincheira que foi ser a primeira turma de um curso de mestrado, mas em especial a Renata Ribeiro (por sua parceria permanente em assuntos russos), a Breno Fernandes (por toda a inspiração literária que me trouxe no meu processo criativo), a Vilson Alves (pelas excelentes questões levantadas nos debates sobre meu trabalho e pelo apoio logístico em alguns momentos do curso) e a Juliana Senna (pelas críticas a meu trabalho durante a apresentação de seminários). Dividir dois anos e meio de sala de aula com vocês foi um prazer!

Ao colega de trabalho e amigo de longa data, prof. Tiago Luedy, pela revisão dos manuscritos, pelas críticas ao presente trabalho e pelos inúmeros debates filosóficos que tivemos sobre o meu tema.

Por fim, meu especial e amoroso agradecimento:

A Manuela, minha esposa, por ter trilhado comigo, lado a lado, esse difícil caminho, me auxiliando em diversos pontos da estrada, da busca de bibliografia à consolação pela perda de arquivos digitais da dissertação na semana da entrega da primeira versão. Sem você o caminho teria sido mais difícil e mais solitário!

A Milton e Marcia, meus pais, que há 31 anos me apoiam nos caminhos que eu escolho, e que sempre me deram condições psicológicas, familiares, afetivas e materiais para que eu alcançasse qualquer objetivo em minha vida. Vocês me deram uma formação humana e humanística da qual eu muito me orgulho. Se hoje eu cheguei até aqui, muito se deu por conta do seu apoio!

Nesse processo de agradecimento posso ter esquecido, como humano que sou, de fazer agradecimentos nominais a outras pessoas que, em algum ponto do caminho, me auxiliaram na conclusão desse trabalho. Assumo a culpa por esse esquecimento, e agradeço desde já a todos os que contribuíram para fazer desse trabalho algo completo!

Muito obrigado!

Agradecendo a todos, vivos e mortos, cuja inteligência, conhecimento, talentos e arte serviram de guia, me entrego à indulgência dos bons concidadãos. Nós amamos o mesmo e desejamos o mesmo: amamos a pátria; desejamos a ela ainda mais prosperidade do que glória; desejamos que não mude nunca a sólida fundação de nossa grandeza; que os princípios da sábia Autocracia e da Fé Sagrada fortaleçam cada vez mais a união das partes; e que floresça a Rússia... ao menos por muito, muito tempo, já que na terra não há nada imortal exceto a alma humana!

Nikolai Karamzin (1818) *in*: GOMIDE (2013, pp. 45-46)

## RESUMO

O Cáucaso se apresenta, historicamente, como a região mais problemática da Rússia, por sua diversidade étnica, por sua variedade religiosa e pela geografia complexa, que separa uma região dentro da Rússia (Ciscaucásia) com outra fora da Rússia (Transcaucásia) por uma cadeia de montanhas. Apesar disso, toda essa zona fronteiriça é estratégica para o estado russo por representar uma macrorregião vital à defesa das estepes, onde se situa a maior parte do poderio sócio-econômico do país. Isso impõe a Moscou uma necessidade de articulação com a região em ambos os planos interno e externo, seja pela via da integração, seja pela via da segregação, competição e rivalidade. Como a região é habitada majoritariamente por não-russos, a Rússia precisa utilizar-se de determinados artifícios identitários para manter a região dentro das fronteiras da Rússia - ou na sua esfera de influência - ao mesmo tempo em que impede que tais nacionalidades não-russas cresçam em termos de poder no jogo político interno da Federação e no sistema político regional. Dessa forma, para garantir a defesa das estepes a partir da Ciscaucásia, Moscou utiliza-se de manipulações identitárias e construções imagéticas para manter os povos não-russos do Cáucaso no território da Federação ao mesmo tempo em que os mantêm limitados em relação ao poder político central. Assim, é objetivo central do presente trabalho analisar como a Rússia manipula os modos de subjetividade nacionais nas regiões subnacionais da Ciscaucásia (Cáucaso russo ou Cáucaso Norte) de forma a garantir sua predominância geopolítica na região.

**Palavras-chave:** Identidade nacional; Rússia; geopolítica; Cáucaso; imaginação cartográfica.

## ABSTRACT

The Caucasus is, historically, Russia's most problematic region, due to its ethnic diversity, its religious variety and its complex geography that separates the Russian territory of Ciscaucasia from the non-Russian territory of Transcaucasia through a mountain chain. In spite of such geographical/geopolitical separation, the whole region is strategic for the Russian State since it represents a vital macro-region for the defense of the steppes where the majority of the social and economic power of Russia is located. It imposes to Moscow the need to articulate with the region in both domestic and international affairs, through the means of integration or through the means of segregation, competition and rivalry. Since the region is mostly inhabited by non-Russians, Russia has to use some identity artifice to keep the region within its borders - or within its sphere of influence - at the same time that it prevents the non-Russian nationalities to gain influence in the domestic chessboard of the Federation, or within the regional political system. Thereupon, to ensure the defense of the steppes from the Ciscaucasian region, Moscow has been using identity manipulations and imagetic constructions to keep the non-Russian nationalities within the Federation's territory at the same time that it keeps their domestic political actions limited, concerning the central political power system. It is the central objective of the present work to analyze how Russia manipulates the Russian national/subnational modes of subjectivity in the subnational regions of Ciscaucasia (Russian Caucasus or North Caucasus) as a way to keep its geopolitical predominance in the region.

**Keywords: national identity; Russia; geopolitics; Caucasus; cartographic imagination.**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Ciscaucásia e parte da Transcaucásia.....	106
Mapa 2	Linhas de Defesa da Rússia.....	107
Mapa 3	Zonas Industriais da Federação Russa.....	108
Mapa 4	Domínios de natureza da Rússia.....	110
Mapa 5	Regiões Militares da Rússia.....	112
Mapa 6	Divisões da macrorregião defensiva da Ciscaucásia.....	113
Mapa 7	Aspectos geopolíticos defensivos do Cáucaso.....	116
Mapa 8	Distribuição de forças russas no Distrito Militar do Sul.....	120
Mapa 9	Unidades militares da Rússia na região Don-Cáucaso.....	123
Mapa 10	Distribuição de bases e forças da Marinha Russa.....	124
Mapa 11	Distribuição etno-linguística do Cáucaso.....	129
Mapa 12	Religião no Cáucaso.....	130
Figura 1	Quadro das cinco auto-imagens nacionais da Rússia.....	166

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DMC	Distrito Militar Central
DMOc	Distrito Militar Ocidental
DMOr	Distrito Militar Oriental
DMS	Distrito Militar do Sul
EU	<i>European Union</i>
EUA	Estados Unidos da América
FSB	<i>Federal'naya Sluzhba Bezopasnosti Rossiyskoy Federatsii</i> (Serviço Federal de Segurança da Federação Russa)
FMN	Frota do Mar Negro
FB	Frota do Báltico
FN	Frota do Mar do Norte
FP	Frota do Pacífico
FC	Flotilha do Cáspio
ISIS	<i>Islamic State of Iraq and Syria</i>
NATO	<i>North American Treaty Organization</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
RSSR	República Socialista Soviética da Rússia
RSSU	República Socialista Soviética da Ucrânia
<i>Spetsnaz</i>	<i>Spetsialnogo Naznacheniya</i> (Forças de Emprego Especial)
SFA	<i>Syrian Free Army</i> (Exército Livre da Síria)
SVR	<i>Sluzhba Vneshney Razvedki</i> (Serviço de Inteligência Estrangeiro)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	14
<b>2. PENSAR O ESPAÇO E O PODER DO ESTADO MODERNO: IDENTIDADES NACIONAIS E IMAGINAÇÃO CARTOGRÁFICA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b>	28
2.1 O DEBATE SOBRE IDENTIDADE NACIONAL NAS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: KENNETH WALTZ E O NEORREALISMO, ANDREW MORAVCSIK E O NEOLIBERALISMO, ALEXANDER WENDT E O CONSTRUTIVISMO	30
2.2 O DEBATE SOBRE IDENTIDADE NACIONAL NOS ESTUDOS CULTURAIS E NA HISTÓRIA CULTURAL	36
2.3 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PELA GEOPOLÍTICA: IMAGINAÇÃO CARTOGRÁFICA E PROJEÇÃO DE PODER	54
2.4 A IDENTIDADE NACIONAL COMO ELEMENTO DE IMAGINAÇÃO CARTOGRÁFICA E PROJEÇÃO DE PODER: PRODUÇÃO DE SENTIDO GEOGRÁFICO A PARTIR DA INTERSUBJETIVIDADE	65
2.5 O DEBATE PÓS-MODERNO SOBRE IDENTIDADE NACIONAL: DISCURSO, PERCEPÇÃO DA ALTERIDADE, MODOS DE SUBJETIVIDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	74
<b>3. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E IDENTITÁRIA DA RÚSSIA E ASPECTOS ESTRATÉGICOS DA PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA RUSSA NO CÁUCASO</b>	85
3.1 O CÁUCASO NA FORMAÇÃO IDENTITÁRIA E GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA MODERNA: BREVES CONSIDERAÇÕES	86
3.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO RUSSO E SEUS IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL DA RÚSSIA: DO RUS' DE KIEV À FEDERAÇÃO RUSSA	88
3.3 GEOGRAFIA DO CÁUCASO NO CONTEXTO DA GEOGRAFIA RUSSA	103
3.4 PANORAMA GEOPOLÍTICO E ESTRATÉGICO-MILITAR DA RÚSSIA E DO CÁUCASO: COMPLEXIDADE GEOGRÁFICA, DEFESA DAS ESTEPES E CABEÇA DE PONTE	108
3.5 ASPECTOS ESTRATÉGICOS DE UMA FRONTEIRA CIVILIZACIONAL CONTURBADA: COMPLEXIDADE ETNO-LINGUÍSTICA E RELIGIOSA DO CÁUCASO	127
<b>4. O CÁUCASO NA IMAGINAÇÃO COLETIVA E NA GEOPOLÍTICA RUSSA: AS IDENTIDADES NACIONAIS RUSSAS E A GEOPOLÍTICA DO CÁUCASO</b>	132

4.1	O CÁUCASO NA IMAGINAÇÃO COLETIVA RUSSA E SEUS REFLEXOS NA GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA PARA A REGIÃO	133
4.2	DEFESA DAS ESTEPES E DO <i>LEBENSRAUM</i> RUSSO A PARTIR DE UMA GEOPOLÍTICA IDENTITÁRIA E SEUS REFLEXOS NA AUTO-VISÃO RUSSA DE POLÍTICA EXTERNA	150
4.3	DUAS IDENTIDADES NACIONAIS RUSSAS NO CÁUCASO: A DICOTOMIA <i>OCIDENTE/ORIENTE</i> E A DUALIDADE <i>RUSSO/NÃO-RUSSO</i>	158
5.	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	171
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	177

## 1. INTRODUÇÃO

A Rússia contemporânea (1991-2016), após os anos de ostracismo e descrédito internacional que se seguiram ao desmonte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991, voltou a ter relevância geopolítica similar à que teve nos tempos de glória dos séculos XIX e XX, provocando inclusive reações de temor e desconfiança em países tradicionalmente rivais. O fim da URSS em 1991 fez com que a principal entidade da política soviética, a Federação Russa, emergisse como sua herdeira enfraquecida. Durante esse período de “declínio relativo” (SNYDER, 1999, p. 146), a Rússia buscou alternativas para seu reerguimento, que passaria necessariamente por uma releitura do seu papel no cenário internacional ou, como SAKWA (2010, p.11) afirmou, *“tentou entrar na comunidade internacional de nações democráticas, mas nos seus próprios termos, enquanto defendia a sua definição de identidade e de interesses geopolíticos”*.

Sob uma perspectiva analítica ocidental (ou ocidental-cêntrica), países outrora poderosos que entram em declínio (como supostamente a Rússia) tornam-se *“disturbers of the international order”* (SNYDER, 1999, p. 146), e essa lógica foi aplicada por analistas das Relações Internacionais à Federação Russa no pós-colapso da URSS (SNYDER, 1999, p. 147):

The temporary collapse of Russian power has been a chronic theme over the past two centuries. In every instance, Russia has rebounded from those earlier setbacks by exploiting paradoxical advantages of backwardness. However, there is reason to believe that that pattern may now be broken. Consequently, it will be necessary to consider a broader range of possible responses to relative decline, as well as those suggested by Russia's own past.

O autor conclui ao final de sua análise que tais características (geo)políticas *“will likely leave Russia in the position of an autonomous but weak power, and this a backwater of world politics”* (SNYDER, 1999, p. 153).

Há que se considerar ainda que tais análises, enviesadas desde o início, serviram para as potências ocidentais – sobretudo os Estados Unidos em torno da OTAN – formularem políticas de expansão geopolítica em áreas que outrora pertenciam à zona de influência da extinta União Soviética (portanto uma zona

preferencial de ação geopolítica da Federação da Rússia), aproveitando-se do vácuo de poder durante a turbulência política enfrentada por Moscou com o fim da URSS. É o que afirma claramente um analista ocidental expoente do realismo político nas relações internacionais, John J. MEARSHEIMER (2014):

The West had been moving into Russia's backyard and threatening its core strategic interests [...] elites in the United States and Europe have been blindsided by events only because they subscribe to a flawed view of international politics. They tend to believe that the logic of realism holds little relevance in the twenty-first century and that Europe can be kept whole and free on the basis of such liberal principles as the rule of law, economic interdependence, and democracy.

As expansões da União Europeia em direção ao Leste Europeu – e a inclusão na OTAN de novos membros oriundos dessa região – representaram um cálculo estratégico e geopolítico baseado numa visão de *realpolitik* por parte da Europa e dos Estados Unidos: diante do declínio russo, áreas de influência da ex-URSS “deveriam” ser “tomadas” aproveitando-se o vácuo de poder deixado por Moscou. Essas medidas, segundo MEARSHEIMER (2014), foram suficientes para criar uma linha de fratura (e desconfiança) entre Moscou e o Ocidente: “*the West's triple package of policies - NATO enlargement, EU expansion, and democracy promotion - added fuel to a fire waiting to ignite*”. Essas tensões emergiriam após os anos 2000, com o processo de renovação do poderio russo. É que, ao contrário do que SNYDER e outros analistas internacionais previram, a perda de poder relativo por parte da Rússia não durou muito tempo.

Na década de 1990 o país efetivamente passou por graves crises econômicas que minaram seu poder e sua influência internacional. No entanto, a reconstrução da política e da economia russa liderada por Vladimir Putin nos seus mandatos como presidente (2000-2008 e 2012-hoje) e como primeiro-ministro (1999-2000 e 2008-2012) permitiu que o país voltasse a crescer e retomasse - em grande parte - o poderio estratégico-militar de tempos anteriores. É o que nos ensina MIELNICZUK (2015, p. 50):

Frente ao cenário de instabilidade crônica dos anos 1990, Putin assume o poder e estabelece o que viria a ser conhecido como uma "democracia administrada" ou "democracia soberana", reorganizando as instituições do país e recentralizando o poder com reformas constitucionais que diminuiriam a importância das regiões da Federação Russa.

Nesse contexto, a reformulação das relações indentityárias que Moscou mantém com subregiões dentro da Federação e no seu imediato limite fronteiriço -

com seus impactos nas políticas externa e de defesa da Rússia - são elementos analíticos fundamentais para entender a inserção internacional russa na contemporaneidade. Portanto, como apresentarei nas páginas introdutórias e nos capítulos que se seguem, é objetivo central dessa dissertação analisar como a Rússia manipula os modos de subjetividade nacionais na região subnacional da Ciscaucásia (Cáucaso russo ou Cáucaso Norte) de forma a garantir sua predominância geopolítica na região. Para tanto, utilizarei a denominação **Ciscaucásia** para me referir à região do Cáucaso Norte, parte da Federação Russa, quando estiver destacando questões específicas dessa região do ponto de vista geopolítico; **Transcaucásia** para me referir à região do Cáucaso Sul, onde estão três países independentes (Geórgia, Armênia e Azerbaijão), quando estiver destacando questões específicas dessa região do ponto de vista geopolítico; e **Cáucaso** para me referir à área total dos Cáucasos Norte e Sul (ou da Ciscaucásia e Transcaucásia) do ponto de vista geopolítico ou para me referir à história da região de forma mais ampla, incluindo alguns subssistemas não-caucasianos que estão conectados ao Cáucaso (noroeste do Irã, sudeste da Turquia, planície do Don na Rússia). Destaco que embora o foco central da minha pesquisa e do presente trabalho seja a Ciscaucásia ou Cáucaso russo (conforme já dito acima), fiz algumas análises relacionadas à dinâmica identitária da Rússia também com a Transcaucásia, pelas necessárias relações (e tensões) transfronteiriças que ocorrem naquela região, e que faz com que problemas que a Rússia tem nas suas áreas de soberania se estendam muitas vezes além da fronteira nacional do país.

Dito isso, considero importante destacar que, no processo histórico da Rússia pós-soviética e pré-Putinista (entre 1991 e 1999), a manutenção da autonomia por este país naquele período de fragilidade foi fundamental para a reconstrução de seu poderio e para as bases nacionalistas do mesmo. Ainda que a União Soviética tenha se esfacelado após 1991, a Rússia não se fragmentou e, apesar do período conturbada de reinserção no sistema internacional com novas bases diplomáticas e geopolíticas tenha desafiado a estrutura de poder estatal de Moscou, o país (em menos de uma década) voltou a caminhar em direção à retomada de elementos de poder de outrora.

SAKWA (2010, p.11) afirma que *“ainda que a Rússia tenha moderado as suas pretensões a ser um pólo alternativo nos assuntos mundiais, não deixou de afirmar a*

*sua autonomia*". O referido autor (2010, p. 15) ainda pontua: "A Rússia não é uma nova URSS, mas regressou ao palco mundial como um Estado assertivo e auto-referencial com uma agenda própria, ciosa da manutenção da sua soberania e ansiosa por promover as suas perspectivas". Reformas estruturais ajudaram a recolocar Moscou no centro da política internacional. Há que se atribuir grande parte disso ao presidente Putin, que conseguiu gerir questões internas e externas, usando-as suplementarmente para a projeção do poder da Rússia no exterior. Como coloca FREIRE (2011, p. 29):

O curso afirmativo da política russa é resultado quer de processos movidos internamente, quer externamente, seguindo uma abordagem multinível, visível nas políticas restritivas em casa e na atitude crescentemente assertiva nos temas internacionais. O final do primeiro mandato e todo o segundo mandato de Vladimir Putin são marcadamente mais assertivos em palavras e acções, como analisado. [...] Com Vladimir Putin, esta foi prosseguida com base num entendimento assimétrico da dicotomia interno/externo, com enfoque claro na dimensão interna e na necessidade de estabilidade e consolidação a nível doméstico, para depois prosseguir a política de afirmação russa no sistema internacional.

A recente intervenção militar direta da Rússia na Síria em apoio ao presidente sírio Bashar al-Assad contra o Exército Livre da Síria (SFA) e o Estado Islâmico no Iraque e na Síria (ISIS) evidenciou a nova doutrina geoestratégica russa, a recomposição das suas capacidades militares<sup>1</sup> e a própria reinserção da Rússia no sistema internacional como *player* poderoso e alternativo à tradicional unimultipolaridade composta pelos Estados Unidos e pela União Europeia.

De acordo com FOXALL (2015, p.1), "*desde 1991 a Federação Russa tem passado por uma profunda transformação*" nesse processo de transição pós-Soviética. Sobre essa transformação, e engajando-se com o pensamento de Andrei TSYGANKOV e Dmitry TRENIN, Richard SAKWA (2010, p. 16), afirma: "*a Rússia continua empenhada na modernização de acordo com padrões ocidentais, mas à medida que o faz torna-se cada vez mais antiocidental, ao tempo que se posiciona como 'terceiro Ocidente'*". Para o referido autor, "*o 'debate civilizacional' coloca a Rússia como uma alternativa cultural ao Ocidente e, implicitamente, como o centro de um novo sistema de segurança baseado no que Pavlovsky designa por 'Euro-Leste'*".

---

<sup>1</sup> <http://www.defensenews.com/story/defense/policy-budget/warfare/2015/10/18/russia-shows-early-success-new-capabilities-syria/74041722/>

Complementarmente às reformas político-estratégicas que garantiram o retorno da Rússia à esfera global de atuação como um *player* relevante e poderoso, Vladimir Putin reformou<sup>2</sup> doutrinas geopolíticas do Estado russo<sup>3</sup>, retomando doutrinas militares da era soviética e aspirações geopolíticas (em grande parte defensivas) da Era Imperial, além da realização de ações militares táticas em regiões consideradas estratégicas, como o Cáucaso, o Levante e a Crimeia.

Adicionalmente, desde 2010 a Ciscaucásia, bem como as operações militares da Rússia na Transcaucásia e no Levante, estão sob a administração e planejamento militar do Distrito Militar do Sul (DMS), entidade militar criada pelo Decreto Presidencial nº 1144 daquele mesmo ano. Em 2014 o DMS passou por ampliação para incluir a Crimeia, Sebastopol e toda a Frota do Mar Negro e, a partir de 2016, passou a ser comandado pelo Coronel-General Aleksandr Dvôrnikov, ex-comandante militar da operação russa na Síria entre 2015 e 2016 e ex-comandante das operações antiterror nas guerras da Ciscaucásia entre 2000 e 2003.

A justificativa apresentada pelo presidente Putin durante essas manobras políticas e estratégicas foi a de necessidade de proteção dos povos russos no exterior e nas fronteiras da Federação<sup>4</sup>. Para isso, a Rússia lançou mão da reformulação de conceitos identitários que, há mais de um milênio, são elementos definidores das ações estratégicas e militares dos russos, mesmo antes da formação de um Estado russo propriamente dito. O ponto central dessa doutrina é a definição do que significa "ser russo", e das relações patrono-cliente<sup>5</sup> que marcam as relações sociais na Rússia pós-Soviética até hoje (HOSKING, 2001, p.6). Destaque-se que, como frisado por RIBEIRO (2015, p. 22), ainda que haja um conceito determinado de *ruskiye* que se contrapõe ao de *rossiyane* e supostamente cria uma identidade nacional russa bem específica, tal processo político ainda não terminou na Rússia

---

<sup>2</sup> As atualizações doutrinárias militares vêm sendo chamadas de "Reformas de Shoygu", em referência ao atual Ministro da Defesa russo, General-de-Exército Sergey Kuzhugetovich Shoygu, que tem auxiliado o presidente Putin nos projetos de modernização do aparato de poder da Federação.

<sup>3</sup> <http://www.defensenews.com/story/defense/policy-budget/policy/2015/01/10/russia-military-doctrine-ukraine-putin/21441759/>

<sup>4</sup> [https://www.washingtonpost.com/world/transcript-putin-says-russia-will-protect-the-rights-of-russians-abroad/2014/03/18/432a1e60-ae99-11e3-a49e-76adc9210f19\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/transcript-putin-says-russia-will-protect-the-rights-of-russians-abroad/2014/03/18/432a1e60-ae99-11e3-a49e-76adc9210f19_story.html)

<sup>5</sup> Segundo HOSKING (2001, p.6): *Russia is still best understood as a network of interlocking patron-client relationships. This is one reason why post-Soviet Russia has such difficulty in generating its own sense of civic community.*

(ou, como coloca a autora, sequer se formou de maneira plena, aproximando-se mais da identidade de império que da identidade de nação):

Uma das características principais da Rússia é a ausência da concepção política de nação para designar o país. Devido à contínua expansão desde os seus primórdios, não houve a formação de um Estado-nação propriamente dito. A ideia russa, pode-se dizer, era formar um império eurasiático universal, uma noção que influencia a mentalidade e o *way of life* russo até os dias de hoje. A identidade à qual o Estado russo hodierno faz referência é, portanto, um império e uma civilização, e não uma nação. É por esse motivo que a atuação de Moscou na área em que se localizam as ex-repúblicas soviéticas é praticamente uma missão [...] Por conseguinte, exercer o controle sobre seu “Exterior Próximo” se tornou a prioridade máxima da Rússia alguns anos após o colapso da URSS, quando ficou perceptível que o país havia perdido o seu *status* de superpotência com o conturbado processo de transição para uma economia de mercado e para a democracia. Já em 1993, uma atuação mais assertiva em relação a esse espaço se tornou a política prioritária russa, o que domina a agenda até os dias atuais.

Os choques geoestratégicos advindos dessa retomada da influência militar e diplomática da Rússia - como o conflito na Ucrânia, os embates com o fundamentalismo islâmico na Ciscaucásia e a recente intervenção russa na guerra civil da Síria - explicitaram não só os limites da projeção de poder russo, mas também a rivalidade com o bloco ocidental e - sobretudo - as tensões relativas à identidade nacional russa nas zonas fronteiriças do próprio Estado russo.

A história voltou a se repetir e, assim como ocorreu no século XIX, povos que juridicamente fazem parte da Federação da Rússia mas que etnicamente não são considerados russos – sobretudo etnias que professam a fé islâmica, como chechenos e daguestanes - voltaram a pressionar Moscou por mais autonomia, no caso de alguns grupos mais moderados; por secessão total em relação à Rússia, no caso de grupos mais nacionalistas; ou na pregação da destruição total da Rússia, no caso de grupos integristas islâmicos sunitas de inspiração salafista ou sob influência *Wahhabita*. Tudo isso gerou uma natural reação por parte do aparato estatal russo. Embora, na Era Soviética, a partição étnica e as questões identitárias tenham ficado aparentemente adormecidas em termos políticos, há que se considerar que essa aparência se dava apenas no debate público, já que as diversas reformas estruturais da URSS no período posterior à Guerra Civil (1917-1921) que formaram a base constitutiva das 15 Repúblicas Socialistas Soviéticas e das 20 Repúblicas Autônomas Socialistas Soviéticas (que compunham a estrutura de *gubernia* da URSS) levaram em consideração essa dinâmica das nacionalidades para dividir

territorialmente a União. Com o colapso da URSS o cenário mudou dramaticamente. Segundo FOXALL (2015, p. 15):

While the collapse of communism in Russia was relatively peaceful, ethnic relations have been deteriorating since then. Post-Soviet transition, complete with its myriad cultural, demographic, economic, geopolitical, political and other impacts, has revealed deep-seated xenophobia in Russian society. This has fuelled and has been fuelled by ethno-nationalist and intolerant rhetoric by Russian authorities.

A resposta das autoridades russas a essa rebelião/insurgência (geo)política na Ciscaucásia foi dura e assertiva, tanto nas duas grandes guerras caucasianas internas na Rússia (Chechênia, na década de 1990) e as duas guerras externas no Cáucaso (contra a Geórgia nos anos 2000), quanto na sequência dos atentados do grupo terrorista *al Qaeda* contra os Estados Unidos, em 11 de Setembro de 2001, quando o discurso americano de *Global War on Terrorism* passou a ser utilizado amplamente pelo Kremlin.

O fundamento para a ação russa contra separatistas da Ciscaucásia nos ataques contra cidadãos russos de etnia russa (além de autoridades russas) ocorridos nos atentados contra o Teatro Dubrovka em Moscou (2002), contra a escola primária de Beslan (2004), contra duas aeronaves civis saindo de Moscou com direção a Sochi e Volgogrado (2004), contra as estações de metrô Rizhskaya e Avtozavodskaya (em datas diferentes no ano de 2004), contra duas estações de ônibus em Voronezh (2004) aeroporto de Domodedovo em Moscou (2010), o ataque-suicida em Kizlyar, Daguestão (2010, relacionado aos atentados anteriores em Moscou) e contra trens e ônibus de Volgogrado (outubro e dezembro de 2013).

Apesar de já sofrer com atentados terroristas desde pelo menos o ano 2000 (em virtude do recrudescimento do conflito no Cáucaso russo contra separatistas e terroristas), somente após os atentados nos Estados Unidos em 11 de Setembro de 2001 foi que Moscou passou a ter base discursiva para agir com mais assertividade interna e externamente no Cáucaso sem sofrer condenação internacional e, mais do que isso, contar com simpatia de alguns países ocidentais e com uma base discursiva que legitimava as ações conduzidas pelas forças militares e de inteligência da Rússia na guerra ao terror. É o que explica FREIRE (2011, p. 30):

Na Rússia de Putin é notória a gradação linguística em termos de projecção de uma política mais afirmativa e mais assertiva. Também os jogos de linguagem permitem legitimar, em algumas circunstâncias, decisões e ações, como no caso dos “separatistas” chechenos que após o 11/9 são

rotulados no discurso oficial do Kremlin de “terroristas”. Esta nova cunhagem, no contexto da luta global contra o terrorismo encetada pelos Estados Unidos da América (EUA) permite uma ação mais dura e menos criticada internacionalmente da parte das autoridades russas, embora não sem limites.

O recrudescimento dos conflitos em ambos os Cáucos e o início da operação, na Chechênia e no Daguestão, de grupos terroristas islâmicos – como a *al Qaeda* e o ISIS – vieram a reforçar a visão negativa e violenta que os russos étnicos historicamente mantiveram em relação aos caucasianos desde o século XIX.

Tudo isso fez com que, em pleno século XXI, uma série de movimentos supremacistas russos se destacassem no cenário político em Moscou e retomassem a proposição de *Rossiya dlya Russkikh* (Rússia para os etnicamente russos), principiologicamente característica do projeto *Novorossiya*, editado pelo Império Russo entre os séculos XVIII e XIX. Não há como imaginar a política externa da Rússia contemporânea se três fatores não forem levados em conta: a tensão *oriental* x *ocidental*, a relação *interno* x *externo*, e a relação *self* x *other*.

FREIRE (2011, p. 32), nesse sentido, afirma que “*percepções diferenciadas e construções imagéticas do ‘outro’ [...] têm sido relevantes nas decisões de política externa russa*” e, dessa forma, denotam “*dinâmicas de ambivalência resultantes da própria natureza co-constitutiva do binômio interno/externo*”.

Levada ao extremo por fatores geopolíticos extremos (como o terrorismo islâmico checheno ou daguestane), essa percepção diferenciada do *outro* encontra eco na própria afirmação do *self* russo. FOXALL (2015, p. 15) apresenta um relatório elaborado pelo Levada Center que constatou que “desde 2001, mais da metade da população russa tem concordado anualmente com o slogan *Rossiya dlya Russkikh*”. A partir de 2012 (já com as lembranças das ondas de atentados em 2004 e 2010) esse número tem sido de 2/3, segundo o referido autor. Esse relatório de pesquisa, embora tenha foco na população russa, demonstra como as questões raciais tornaram-se fundamentais para a compreensão dos projetos de poder do próprio Estado russo, já que a construção de projetos geopolíticos se dá num contexto de formação do interesse nacional que parte necessariamente de dois pontos: a formação histórica da identidade nacional e as percepções (geo)políticas da sociedade de um determinado país num determinado momento histórico (LAFER, 2009, p. 16-17). É o que explica FREIRE (2011, p. 32):

A projecção de poder e influência dos russos demonstram a constante procura de equilíbrio entre o interesse nacional, compromissos e objetivos no plano internacional e a dualidade inescapável custo/benefício de políticas e acções. [...] a crescente assertividade na política externa russa é expressão de um passado ainda não passado, da forma como a Rússia se autodefine e percebe (questão identitária), e do resultado de desenvolvimentos internos que têm permitido o fortalecimento da Rússia.

Além disso, por mais que Vladimir Putin tenha buscado construir uma política integrativa e multinacional para a Rússia, e a despeito do *Manifesto do Milênio*, que “identificou [...] o vazio na sociedade”, reconheceu que esse problema “seria superado apenas com a retomada dos valores tradicionais” e propôs a reformulação das relações intrasocietárias russas - com base no Estado - ao associar o *patriotismo integrativo* (com orgulho da diversidade russa) ao *patriotismo pragmático* (com supraetnicidade da nação), e apesar da proposta de reconstruir a nação russa pela via da *gosudarstvennost*<sup>6</sup> (MIELNICZUK, 2015, p. 52), tal processo não chegou a se constituir um plano geral de ação para a região específica do Cáucaso já que associado a esse processo criou-se a ideia – amplamente difundida na sociedade russa – de *Rossiya dlya Russkikh* (Rússia para os etnicamente russos, conforme FOXALL, 2015).

Houve sim sucesso dessa política de Putin (MIELNICZUK, 2015) para reconstituir a força e uma relativa unidade da Rússia, mas essa política não teve sucesso na Ciscaucásia, algo comprovado pelo conflito sectário de 2014, pelos constantes pleitos separatistas e pela necessidade de Putin de reafirmar seu poder – e o poder da Federação Russa – através de um representante da elite local, Ramzan Kadyrov. A Ciscaucásia continua a ser a “filha rebelde” de Moscou, e periodicamente canaliza sua rebeldia para a violência sectária, atualmente através do extremismo religioso.

Percebe-se, assim, que o Cáucaso ocupa um lugar especial nesse cenário complexo de formação identitária e geopolítica da Rússia, sobretudo por ter sido o próprio local de nascimento da ideia de nacionalidade russa no século XIX, tendo permanecido por quase duzentos anos como uma região fronteira geopoliticamente relevante do Império Russo<sup>7</sup> contra o Império Otomano, uma zona

---

<sup>6</sup> Sustentação da nação “a partir de uma autoridade política forte, capaz de manter a integridade, a ordem interna e afirmar os interesses externos do país” (MIELNICZUK, 2015, p. 52).

<sup>7</sup> Segundo FOXALL (2015, p. 7), “geopolitically, the Caucasus is a construct of late Tsarist Russian and Soviet domination over the region”.

estratégica de defesa (*zasechnaia cherta*) das estepes russas - por sua geografia complexa - e, paradoxalmente, uma zona de vulnerabilidade do território russo, não apenas por ser uma potencial cabeça-de-ponte para uma invasão estrangeira (pelo Mar Cáspio ou pelo Mar Negro), mas sobretudo por ser região habitada por povos montanheses de cultura estabelecida, que não se inseriam na ideia de nacionalidade russa e por vezes manifestaram hostilidade às estratégias russas de hegemonia na região (HOSKING, 2001, pp. 231, 235-237). A própria definição de Cáucaso sofre uma enorme tensão do ponto de vista geográfico, já que a construção geopolítico-cartográfica feita a partir de Moscou e São Petersburgo “não coincidiu com a geografia humana da região” (FOXALL, 2015, p. 8). Todas essas tensões acabaram por inserir a Rússia num complexo processo relacional e de segurança em relação a essas zonas de conflito, e tornaram-se fatores sistêmicos que moldaram o próprio Estado russo, influenciando desde a política identitária e o conceito de “russo” até as políticas de defesa e contraterrorismo elaboradas a partir de Moscou e São Petersburgo.

A relevância e atualidade do tema podem ser vistas a partir do processo corrente de intervenção russa na guerra civil da Síria. Além do nítido objetivo estratégico primário da Rússia em manter bases aéreas e navais permanentes no Oriente Médio para se contrapor às instalações similares que os Estados Unidos mantêm na região (o que está sendo feito na Síria através da base naval russa de Tartus e da base aérea russa em funcionamento no Aeroporto Internacional Bassel al-Assad, na Latakia), ainda há o objetivo estratégico secundário de transferir para a frente de batalha síria os conflitos com populações muçulmanas russas na Chechênia e no Daguestão, atualmente o principal problema de segurança enfrentado por Moscou não apenas por seu separatismo, mas também – e sobretudo – por serem essas regiões foco de terrorismo, zona de proliferação do radicalismo islâmico anti-russo e, mais recentemente, área de atuação preferencial da *al Qaeda* e do Estado Islâmico do Iraque e Síria (ISIS). Mesmo a suposta “retirada total” das tropas russas, anunciada por Putin em 2016, pode ser vista como continuação dessa estratégia: retirara-se da primeira linha de combate as forças militares russas de uso tático; unidades de aviação estratégica, que podem operar a partir do território russo, continuam em ação, dando suporte ao exército Sírio; a Flotilha do Cáspio continua com capacidade operativa para lançar mísseis de

cruzeiro contra posições do ISIS; serviços de inteligência e segurança (*SVR* e *FSB*), forças especiais (*Spetsnaz*) e forças de contraterrorismo russas (*Spetsgruppa A*) continuam operando no cenário estratégico sírio e, paralelamente, conduzindo operações anti-ISIS na área da Ciscaucásia.

A Ciscaucásia é, portanto, simultaneamente uma linha defensiva na geopolítica russa, uma zona de conflito militar com base identitária (que opõe russos étnicos e russos não-étnicos) e uma zona de vulnerabilidade de segurança da Rússia, estando atualmente sofrendo intensos *raids* das força especiais *Spetsnaz* russas em campanhas de contraterrorismo e antiterrorismo voltadas contra populações étnicas não-russas (*rossiyane*). Dessa forma, debater questões relativas à forma de construção das identidades nacionais na Rússia e o processo de interação entre esses modos de subjetividade e uma geopolítica do Cáucaso é relevante e academicamente necessária, sendo o foco do presente trabalho.

A Rússia, para manter-se predominante e relevante nas questões geopolíticas que envolvem o Cáucaso russo, lança mão de flexibilidade relativa na constituição dos modos de subjetividade nacionais para criar identidades nacionais russas baseadas na manutenção de histórica dominação e influência sobre o território e na *imaginação cartográfica*, processo de construção de uma imagem da região e dos seus povos, que se apresenta como conceitualmente flexível a ponto de sustentar a ideia de multiétnicidade - que garante a manutenção de regiões com maioria populacional não-russa - mas etnicamente rígida a ponto de manter o controle da Federação e das estruturas de poder da Rússia nas mãos dos *rusскиye* (russos étnicos).

Assumo, desta forma, que a Rússia usa as dicotomias contrapostas entre o *eu* (*self*, ou o "ser russo") e o *outro* (*other*, ou o "ser não-russo") de acordo com seus interesses geopolíticos, para justificar seu domínio sobre os outros povos e para consolidar seus projetos políticos de projeção de poder a partir do interesse nacional de Moscou, conforme historicamente definido.

Como já dito anteriormente, o objetivo central do presente trabalho é analisar como a Rússia manipula os modos de subjetividade nacionais nas regiões subnacionais do Cáucaso russo (Ciscaucásia) de forma a garantir sua predominância geopolítica na região. Justifico a delimitação do tema da pesquisa em

virtude da percepção de que o Cáucaso, por ser estrategicamente posicionado como zona de defesa das estepes (portanto vulnerável a incursões estrangeiras), tem papel central na estratégia de defesa da Rússia, e é a partir dessa relação geopoliticamente complexa que o centro de poder moscovita trava com os não-russos da região que a questão da identidade nacional russa no Cáucaso fica mais evidente.

Em relação à metodologia do presente trabalho, algumas considerações são necessárias. Inicialmente, destaco que trata-se de um trabalho qualitativo baseado majoritariamente em bibliografia, mas que teve momentos de análise cartográfica. Como o trabalho versa sobre um tema interdisciplinar e com um grau de abstração e subjetividade considerável num tema ainda pouco trabalhado pela academia brasileira, concentrei-me em referências bibliográficas de teorias de Relações Internacionais, estudos culturais, história cultural e obras de literatura dos principais autores do século XIX da Rússia. Em relação à análise cartográfica, utilizei mapas da Rússia e do Cáucaso pois, embora não tenham relação direta com a centralidade do tema, foram ferramentas essenciais para a compreensão da importância estratégica defensiva da região no contexto da Federação.

Diante da impossibilidade de realização de um estudo de campo no Cáucaso - em virtude da distância, do elevado custo e das vulnerabilidades de segurança na região - busquei superar as limitações existentes através de uma bibliografia vasta e multidisciplinar. Também busquei utilizar o pós-modernismo como instrumento de análise mas, apesar da riqueza das perspectivas pós-modernas, o presente trabalho não chegou a se constituir como uma análise pós-moderna. O trabalho se assenta numa análise estratégica racionalista, mas que buscou absorver alguns conceitos de autores críticos, sobretudo do pós-modernismo em Relações Internacionais e da geopolítica crítica, pelo potencial que os conceitos de modo de subjetividade e imaginação cartográfica apresentavam para esta análise. Contudo, a análise em questão conduziu-se a partir de uma base geopolítica e estratégica.

Desta maneira, e considerando as dificuldades e limitações do trabalho, adotei a seguinte organização de capítulos:

No primeiro capítulo, apresentarei brevemente sobre o tratamento do tema *identidade nacional* em três importantes paradigmas teóricos de relações

internacionais e seus desenvolvimentos históricos - neorrealismo, neoliberalismo e construtivismo – tendo por base o conjunto das obras de Kenneth Waltz, Andrew Moravcsik e Alexander Wendt. Em seguida, conectarei o debate teórico com a discussão do significado de *identidade nacional* no campo dos estudos culturais, tendo por base o SAID (2003, 1994), TODOROV (2010); e no campo da história cultural, tendo por base HOBBSAWM e RANGER (2012). Continuarei a análise teórica trabalhando a questão da produção de sentido geográfico baseada em elementos imagéticos e condicionada pelo contato intersubjetivo entre povos, utilizando-me do conceito de *imaginação cartográfica* utilizado em KAPLAN (2013) e TUATHAIL (1996) e a *geografia imaginativa* de SAID (2003), para conectar a formação histórico-geográfica e a consolidação de poder no Estado a partir de construções imaginativas e discursos de alteridade. Concluirei o primeiro capítulo apresentando as discussões relacionadas ao tema *identidade nacional* a partir das perspectivas pós-modernas e pós-estruturalistas em Relações Internacionais, conectando-as com os demais debates teóricos anteriores.

No segundo capítulo farei algumas considerações iniciais sobre a relevância e a atualidade do debate sobre a identidade nacional russa, a partir de uma perspectiva comparada entre a história da Rússia e seus desenvolvimentos contemporâneos. Em seguida, introduzirei de forma breve a geografia do Cáucaso com foco maior na Ciscaucásia, e contextualizarei a sua importância geopolítica a partir da análise mais ampla da geografia russa, associando-a ao contexto histórico e a partir de uma perspectiva analítica estratégico-militar, observando suas dinâmicas geopolíticas internas e externas. Ainda no segundo capítulo, farei breves considerações sobre o papel histórico do Cáucaso na formação identitária do Estado russo, e apresentarei um panorama geral da história da Rússia, partindo do *Rus'* de Kiev e chegando à Federação Russa contemporânea, passando necessariamente pelo *khaganato*, pelo *khanato* mongol, pela Moscóvia, pela fase de formação do Estado russo, pelo Império Russo (com destaque aos *czares* da dinastia Romanov) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, demonstrando como essa história peculiar ajudou na formação da identidade nacional russa a partir das estruturas políticas, econômicas e sociais próprias da Rússia, bem como a partir do choque dos russos com outros povos que futuramente viriam a compor nacionais russos de etnias não-russas (*rossiyane*). Além disso, dar-se-á destaque a como o

Cáucaso (em especial a Ciscaucásia) teve papel fundamental nesse processo formativo. Para tanto, a obra de historiadores especializados no estudo da Rússia se mostraram fundamentais para a proposta do capítulo. Destaco o conjunto formado pelas obras de BUSHKOVICH (2012), HOSKING (1985, 1992, 1998, 2001, 2006), MANDEL (1985), LIEVEN (2006, 2009, 2015) e TSYGANKOV (2013), cujos debates sobre a história da Rússia, sua identidade e sua projeção internacional me ajudaram a compreender o processo de acumulação histórica que se deu naquele país.

No terceiro capítulo, discorrerei acerca do papel do Cáucaso na imaginação coletiva e geopolítica da Rússia, para tanto utilizando-me de algumas obras da literatura russa que versam sobre a região, por haver necessidade de inserção do debate sobre o papel que o Cáucaso tem na imaginação coletiva da Rússia em virtude da importância que essa região teve e tem na formação da própria noção de identidade nacional russa, conforme destacado por KING (2008). Para essa primeira parte utilizarei sobretudo as obras de TOLSTÓI e DOSTOIÉVSKI, autores consagrados que constam entre os principais debatedores da identidade nacional russa no século XIX. Analisarei ainda os reflexos, na política externa russa para a região da Ciscaucásia (com reflexos colaterais na Transcaucásia), dessa auto-imagem da Rússia no Cáucaso, bem como os reflexos geopolíticos das categorias dicotômicas *interno/externo* e da dualidade *russo/não-russo*, sobretudo a partir da obra de CLUNAN (2009), MIELNICZUK (2015) e FREIRE (2011). Ao fim, analisarei que a geopolítica russa para a Ciscaucásia promove um processo de construção/desconstrução identitária naquela região como instrumento de ocultação do exercício puro de poder por parte de Moscou, que manipula as identidades locais caucasianas seguindo uma lógica de interação ofensiva/defensiva com base na característica geoestratégica central da região: primeiro (e mais sólido) bastião de defesa das estepes russas contra intervenções estrangeiras e contra ameaças de grupos internos da própria Federação Russa.

## 2. PENSAR O ESPAÇO E O PODER DO ESTADO MODERNO: IDENTIDADES NACIONAIS E IMAGINAÇÃO CARTOGRÁFICA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O debate em torno do complexo tema *identidade nacional* torna-se um desafio para o pesquisador das relações internacionais, a despeito desse campo de estudos já estar acostumado às dificuldades inerentes à sua transdisciplinaridade (HOFFMANN, 1977). À multiplicidade de perspectivas e de disciplinas que versam sobre o tema (estudos culturais, pós-modernismo, ciência política, teoria do estado) soma-se a complexidade das transformações do tecido social ao longo do processo histórico de formação da estrutura estatal e da construção do imaginário coletivo de identidade nacional. Tais elementos, embora com um grau de abstração consideravelmente grande, são essenciais para a aplicação teórico-conceitual nas análises concretas das relações internacionais, sendo portanto necessário ao desenvolvimento do presente trabalho debater os aspectos teóricos que envolvem a ideia de identidade nacional, sua formação, conceituação e aplicações concretas a partir da análise pós-moderna das Relações Internacionais.

Para tanto, e com objetivo de ampliar – sem exaurir – o debate sobre o tema através da utilização de bases teóricas das relações internacionais que dialogam com a geopolítica crítica, com os estudos culturais e com a história cultural, adotarei a seguinte organização do presente capítulo:

Na primeira seção inicio o debate com uma breve apresentação sobre o tratamento do tema *identidade nacional* em três abordagens teóricas de relações internacionais – neorrealismo, neoliberalismo e construtivismo – tendo por base estudos de Kenneth Waltz, Andrew Moravicsik e Alexander Wendt

Na segunda seção analiso o debate teórico com a discussão do significado de *identidade nacional* no campo dos estudos culturais, tendo por base o “*Orientalismo*” (2003) e “*Culture and Imperialism*” (1994), de Edward Said, e “*A Conquista da*

*América*” (2010), de Tzvetan Todorov; e no campo da história cultural, tendo por base “*A Invenção das Tradições*” (2012), de Terence Ranger e Eric Hobsbawm.

Na terceira seção trabalharei o conceito de *imaginação cartográfica* utilizado por KAPLAN (2013) e TUATHAIL (1996) - que SAID (2003, p. 91) chama de *geografia imaginativa* - analisando a formação histórico-geográfica e a consolidação de poder no Estado a partir de construções imaginativas e discursos de alteridade

Na quarta seção trabalharei a questão do espaço geográfico e sua formação cartográfica a partir de produção de sentido geográfico baseada em elementos imagéticos e condicionada pelo contato intersubjetivo entre povos, com base na geopolítica crítica.

Por fim, na quinta e última seção desse capítulo pretendo apresentar as discussões relacionadas ao tema *identidade nacional* a partir de outras contribuições pós-modernas sobre as relações internacionais.

Ressalto que os conceitos trazidos por perspectivas pós-modernas (e de estudos culturais e geopolítica crítica) ampliam as possibilidades analíticas da *identidade nacional*. Desse modo, a partir do enfrentamento dos desafios no curso da pesquisa (sobretudo durante o aprofundamento bibliográfico daqueles campos de estudo), tais conceitos trabalhados por algumas perspectivas pós-modernas possibilitam compreender melhor o caráter das manipulações de modos subjetivos na construção da identidade nacional *como um meio discursivo para o exercício de poder*. As perspectivas pós-modernas tornam-se assim fundamentais para a compreensão teórica do tema, por fornecer a base ideológica da qual os Estados se apropriam para justificar geopoliticamente suas ações realistas. A *identidade nacional* e as construções imagéticas – *fontes de discurso* – estruturam o poder de maneira relacional.

O presente capítulo tem por objetivo propor um debate teórico sobre o processo de construção dos modos de subjetividade (DOTY, 1993) característicos da formação das identidades nacionais como categorias analíticas essenciais às relações internacionais, assumindo de antemão que tal processo formativo passa *exclusivamente* pela via da consolidação pura de poder geopolítico, tanto internamente quanto externamente no Estado, escondida por detrás dos discursos que constroem/desconstroem os modos de subjetividade.

A manipulação de subjetividade na formação de identidades nacionais cria estruturas relacionais de poder que podem ser utilizadas como ferramenta para dominar e subjugar<sup>8</sup> o *outro*, ampliando as áreas de influência e exercício territorial de poder do *eu* a partir de um determinado centro político e estabelecendo bases concretas para a afirmação soberana contra dissidências internas e contra influências externas.

## 2.1 O DEBATE SOBRE IDENTIDADE NACIONAL NAS TEORIAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: KENNETH WALTZ E O NEORREALISMO, ANDREW MORAVCSIK E O NEOLIBERALISMO, ALEXANDER WENDT E O CONSTRUTIVISMO.

Inicialmente, há que se considerar que o tema *identidade* nacional não é central nos debates do neorrealismo e do neoliberalismo, e no construtivismo de WENDT se apresenta a partir de uma perspectiva diversa da trazida pelas análises pós-modernas e de estudos culturais, essas últimas mais adequadas à análise que desenvolvo no presente trabalho. Ainda assim tal tema faz parte das preocupações de alguns autores das referidas teorias de relações internacionais. Como se verá nas análises a seguir, a *identidade nacional*, mesmo nessas teorias, é visto como um importante elemento para o exercício de poder e de influência sobre as demais nações e mesmo sobre o sistema internacional.

Antes de iniciar a análise, farei uma rápida consideração metodológica sobre a escolha dos autores para a presente seção. Embora existam inúmeros autores realistas, neorrealistas, liberais, neoliberais e construtivistas, a escolha dos teóricos Kenneth WALTZ, Andrew MORAVCSIK e Alexander WENDT para representar respectivamente o neorrealismo, o neoliberalismo e o construtivismo foi fundada na importância desses autores para as suas respectivas escolas de pensamento, e

---

<sup>8</sup> Dominação e subjugação de uns povos por outros têm sido, no curso da história, uma constante geopolítica. Não há, no presente trabalho, a intenção de fazer uma análise moral e valorativa desse tipo de ação, vista geopoliticamente como natural, a partir de uma perspectiva hobbesiana e maquiaveliana (logo realista) da ação política internacional das sociedades. Portanto, termos usados na presente dissertação como “dominação”, “subjugação”, “destruição” e “opressão” devem ser vistos apenas como formas de exercício violento de formas de poder, cujo foco está na violência como fenômeno político sem valoração moral de “certo” ou “errado”.

também pelo seu tratamento – direito ou indireto – do tema *identidade nacional*. Outros autores dessas escolas de pensamento podem eventualmente tratar desse tema.

Não houve pretensão de aprofundar a discussão desse tema nas perspectivas tradicionais de relações internacionais e, ainda que o debate sobre identidade nacional apareça também no construtivismo, optei pelo uso das análises pós-modernas por achar que são mais adequadas às perguntas e à hipótese que busquei responder no trabalho. Também não tive pretensões teóricas globais, já que busquei utilizar perspectivas pós-modernas para debater aplicações práticas à realidade da ocupação histórica russa do Cáucaso e da atual soberania da Federação sobre a Ciscaucásia.

Dito isso, passo à análise das conexões existentes entre as teorias tradicionais de Relações Internacionais e a *identidade nacional*, para mostrar nessa seção como essas teorias discutem o tema.

Kenneth WALTZ, teórico neorrealista, se debruça sobre algumas questões das relações entre o Estado-nação e o sistema internacional em suas obras *Man, the State and War* (edição original americana de 1959, edição brasileira de 2004) e *Theories of International Politics* (1979). Mas nessas obras não houve menção direta à questão da *identidade nacional* dos países em sua formação interna e forma de ação externa. É só num artigo publicado em 2000, discutindo o realismo estrutural após a Guerra Fria, que o tema vai surgir de forma expressa – embora tímida - no seu trabalho. Sobre a identidade WALTZ (2000, p. 15) afirma: “*the impulse to protect one’s identity—cultural and political as well as economic—from encroachment by others is strong*”.

A referência, embora se limite à menção da identidade, traz uma série de implicações em relação à obra do teórico do realismo estrutural.

Em primeiro lugar, ele admite a existência de identidades culturais, políticas e econômicas, numa clara distensão do *core* do pensamento realista e mesmo neorrealista, nos quais as questões internas na constituição de um Estado importavam pouco (ou nada) para o condicionamento da sua ação no sistema internacional. Destaque-se, nesse ponto, que o próprio WALTZ (2004, pp. 218-219), em obra fundamental (publicada originalmente em inglês em 1959), tenha

reconhecido a “*imensa importância que [tem] o nacionalismo moderno*” para a “*integração das massas numa forma política comum*”, mesmo que adiante ele reconheça o nacionalismo como “*força centrípeta*” que explica o Estado “*como unidade*”. Assim, mesmo antes de qualquer menção expressa à identidade nacional como elemento existente na vida do Estado, WALTZ (2004, p. 219) já reconhecia essa conexão de *lealdade* entre o homem e o Estado nacional a partir do elemento do nacionalismo. Em segundo lugar, ao mencionar um *impulse to protect*, o autor coloca a identidade nacional como uma característica inata da sociedade que passa por um processo instintivo de defesa, um impulso protetivo, reafirmando assim a dinâmica interna de *auto-ajuda*, marca indelével das teorias realistas de Relações Internacionais, mas a partir de uma perspectiva integrativa que coloca essa *auto-ajuda* a serviço de uma *auto-proteção nacional de valores*. Em terceiro lugar, ao afirmar esse forte e natural impulso de proteger a identidade de um país de incursões/usurpações por outros, WALTZ (2000) abre espaço para afirmação de que a *identidade nacional* é parte fundamental da vida de um Estado, já que merece ser protegido com força contra incursões externas. Por fim, *last but not least*, a noção de que há uma tentativa de ataque, incursão ou usurpação (derivado do termo *encroachment*) seria uma evidência de que o autor considera a existência, no sistema internacional, de uma luta por supremacia que invariavelmente passa pela apropriação e/ou submissão da identidade e dos valores de algumas sociedades e Estados por outras sociedades e Estados.

Há, ainda, alguns elementos analíticos na obra de WALTZ que podem ser utilizadas de maneira subsidiária na análise da *identidade nacional*, pois recaem sobre o comportamento dos Estados na interação com outros Estados. Em seu *Theory of International Politics*, WALTZ (1979, p. 74) afirma que “*Each is not just influencing the other; both are being influenced by the situation their interaction creates*”. A questão de influência mútua trazida por WALTZ nessa exemplificação com relações humanas aplica-se à relação entre Estados: esse processo “*occur in international politics as they do in societies of all sorts*” (WALTZ, 1979, p. 74). Adiante, ao falar sobre as estruturas políticas domésticas, WALTZ faz mais uma menção indireta ao arranjo interno do qual a construção identitária faz parte: “*concern for tradition and culture [...] are left aside. Their omission does not imply their unimportance*”.

Andrew MORAVCSIK, por sua vez, expõe sua teoria do neoliberalismo, dispõe amplamente sobre a questão das *identidades nacionais* e sua aplicação às relações internacionais em um artigo publicado em 1997 e um capítulo do *Oxford Handbook of International Relations*, publicado em 2010.

Ao discorrer sobre a teoria liberal e sua aplicabilidade no mundo globalizado contemporâneo, MORAVCSIK (1997, pp. 525-526) dialoga com outros autores das relações internacionais como RUGGIE, KATZENSTEIN, MEARSHEIMER e WEINER, e a partir de análises da obra desses autores, desenvolve seus próprios conceitos de *identidade nacional* e suas relações internacionais:

“Social identity” is defined as the set of preferences shared by individuals concerning the proper scope and nature of public goods provision, which in turn specifies the nature of legitimate domestic order by stipulating which social actors belong to the polity and what is owed them [...] The first fundamental type of social identity central to the domestic legitimacy of foreign policy comprises the set of fundamental societal preferences concerning the scope of the “nation,” which in turn suggest the legitimate location of national borders and the allocation of citizenship rights. The roots of national identity may reflect a shared set of linguistic, cultural, or religious identifications or a shared set of historical experiences—often interpreted and encouraged by both private groups and state policy.

Ao trabalhar esses autores no contexto da sua obra, MORAVCSIK (1997, p. 525) traz elementos para a análise da sua caracterização conceitual de *identidade nacional*. Em primeiro lugar, a ideia de *identidade social* mostra o viés neoliberal homogeneizador do autor, sobretudo quando fala em “*preferencias compartilhadas por indivíduos em relação ao alcance e à natureza dos bens públicos*”. A lógica de *compartilhamento de preferencias* por indivíduos é típico da busca dos neoliberais por transformar o conceito de sociedade internacional (fundado na diversidade do arranjo social) em conceito de *comunidade internacional*, fundada na ideia de elementos *comuns* numa ordem democrática e liberal (fugindo assim do comunitarismo socialista e do comunismo). Daí a dinâmica existente entre o *indivíduo* e os *bens públicos*, conforme indicada pelo autor no excerto acima: há aí a noção de individualismo e de propriedade pública (fundada no conceito romano de *publicus*, não no conceito socialista de *coletivo*), que seriam as bases dessa homogeneização das preferências.

De qualquer forma, o núcleo central do conceito que MORAVCSIK apresenta de *identidade nacional* coincide, como se verá, com análises próximas às feitas pelos estudos culturais: “*the roots of national identity may reflect a shared set of*

*linguistic, cultural, or religious identifications or a shared set of historical experiences*” (MORAVCSIK, 1997, p. 525). O autor identifica ainda a base territorial sobre a qual se assenta a lógica das identidades construídas, afirmando ainda que onde há inconsistência entre fronteiras e padrões de identidade há risco de conflito:

Where borders coincide with underlying patterns of identity, coexistence and even mutual recognition are more likely. Where, however, inconsistencies between borders and underlying patterns of identity exist, greater potential for interstate conflict exists.

A conexão entre identidade e sua base territorial, portanto, apresenta-se como preocupação da teoria neoliberal de MORAVCSIK, embora esse tema não seja central à sua obra, pelo menos não numa perspectiva etno-cultural. O foco da *identidade* da qual fala o autor é a identidade *econômica* e as *instituições políticas*, essas duas centrais à análise de uma identidade nacional nos moldes do liberalismo, ainda que ele reconheça a possibilidade de conflito a partir de “choques de identidades”: “*contradictory or irreconcilable differences in core beliefs about national, political and social identity promote conflict*” (MORAVCSIK, 2010, p. 237). Esse elemento faz com que, embora o autor traga conceitos relacionados à *identidade nacional* e a assunção de que núcleos identitários contraditórios geram conflito, esse tema não seja central na sua análise.

É na obra do teórico construtivista Alexander WENDT (2014) *Teoria Social da Política Internacional* que a perspectiva identitária terá mais peso dentre as perspectivas centrais das Relações Internacionais, e que mais se aproximará das perspectivas pós-modernas sobre identidade entre os autores aqui trabalhados, embora outros construtivistas também discutam esse tema.

Ao buscar analisar o “autointeresse” do Estado-nacional realista, WENDT (2014, p. 289) encontra um caminho para as respostas na oposição do *self* ao *other*, com uso instrumental do *other* para atingir objetivos do *self* relacionados ao seu interesse nacional:

O autointeresse é uma crença sobre como satisfazer as necessidades de alguém – um interesse subjetivo – que se caracteriza por uma atitude puramente *instrumental* para com o *Other*: o *Other* é um objeto a ser captado, usado e/ou descartado por razões que tenham unicamente a ver com a gratificação individual de um autor [que] implica a ausência de identificação com o *Other*, de identidade coletiva. A distinção entre o *Self* e o *Other* é total, de tal forma que este último não tem valor intrínseco para o primeiro (WENDT, 2014, p. 289).

No entanto, a despeito dessa interpretação conceitual preliminar, o construtivismo de WENDT afasta-se da perspectiva pós-moderna (e dos estudos culturais) no momento em que, como base do próprio construtivismo, o autor afirma a *tabula rasa* do Estado como possibilidade construtiva segundo seus valores (2014, p. 291) e chega a afirmar que a diferença do *Self* e do *Other* só existe enquanto há uma “diferenciação cognitiva” entre eles, assumindo por derivação lógica que o conhecimento mútuo gera espaço para cooperação ou, como o próprio teórico afirmou em artigo anterior, para que os Estados façam da anarquia o que quiserem (WENDT, 1992). O autor afasta-se assim da premissa dos estudos culturais, da história cultural e do pós-modernismo ao admitir que há possibilidade de integração do *Other* ao *Self* sem que ocorra assimilação ou destruição violenta, como integração e não com base no “*paradoxo da compreensão que mata*” (TODOROV, 2010). Entendo ser um equívoco do construtivismo pensar que as formas de integração entre o *Self* e o *Other* podem adquirir naturalmente uma feição de integração pela co-construção de interesses comuns.

A integração entre povos nunca ocorre de forma igualitária, já que o sistema internacional é simultaneamente anárquico e hierárquico (LAKE, 2009), com diferenciação funcional entre as nações de acordo com seu poder. Isso faz com que mesmo que a relação entre dois povos gere algum grau de integração e algum equilíbrio, há imposição de uma das partes pela outra, em que a parte mais forte assume o papel de liderança e constrói os discursos integradores (papel do *self*) e a outra parte mais fraca absorve os discursos integrados e aceita de maneira incontestada a liderança alheia (papel do *other*). Assim é que a Alemanha se sobrepôs à França no controle da União Europeia e o Brasil se sobrepôs à Argentina na consolidação do Mercosul, e por mais que discursivamente haja “equivalência” entre esses países, a fonte de poder diz exatamente o contrário. Assim é que uma identidade comum é construída a partir da subjugação e absorção de uma parte pela outra, em que a alteridade dá espaço a uma busca pela padronização de todos a partir das perspectivas políticas, sociais e culturais de uma unidade que faz o papel de *self*, e que faz recair sobre a alteridade do *other* as raízes de um “atraso”.

Para que se entenda essa perspectiva e suas implicações na realidade da Rússia na Cáucaso, necessários se fazem quatro debates: o primeiro sobre a identidade nacional nos estudos culturais e na história cultural; o segundo debate

sobre o lugar da identidade nacional na imaginação cartográfica sobre o espaço geopolítico; o terceiro debate sobre a produção de sentido geopolítico a partir da intersubjetividade; e o quarto debate sobre o papel da identidade nacional em outras perspectivas pós-moderna de Relações Internacionais. É o que farei nas seções a seguir.

## 2.2 O DEBATE SOBRE IDENTIDADE NACIONAL NOS ESTUDOS CULTURAIS E NA HISTÓRIA CULTURAL

Dois dos principais campos das ciências sociais a se debruçarem sobre a questão da identidade nacional de um país e de um povo são o de estudos culturais e o da história cultural.

Ao discutir os conceitos de formação e transformação de culturas – entendidas aqui como elementos semiológico-discursivos existentes na formação de um sentimento de pertencimento intersubjetivo de uma determinada coletividade num determinado tempo histórico - Tzvetan TODOROV e Edward SAID, em suas respectivas obras da área dos estudos culturais, problematizaram questões relativas à complexidade conceitual e abstrações do conceito de identidade nacional, além de seus usos para dominação e subjugação de uns povos por outros. Já na área da história cultural, Eric HOBBSBAWM e Terence RANGER, em capítulos individuais de obra conjunta, problematizaram a dinâmica de “invenção das tradições” como maneira de construção mitológica de um passado comum de uma coletividade – inexistente na realidade – mas que é fundamental para a garantia de coesão política e centralização de poder, ou para justificação de transições ilegítimas de regime<sup>9</sup>.

Os autores mencionados – que norteiam o desenvolvimento da presente seção – trabalham questões relativas à *alteridade*, ao processo de construção simultânea do *self* (representando a autoimagem que um povo faz de si, individualmente como “eu” e coletivamente como “nós”) e do *other* (representação

---

<sup>9</sup> Tais processos construtivos não necessariamente corresponderam a fatos da realidade, mas sim a matrizes discursivo-culturais pra justificação de projetos de poder e para manutenção de uma unidade em torno de uma coletividade que aparentemente não teria nenhuma outra razão para estar junta. Esse debate amplo de “invenção de tradições” é trazido por HOBBSBAWM e RANGER (2012).

do “outro” como categoria abstrata daquele que não pertence à categoria do “eu”) e às “tradições inventadas” (HOBSBAWM, *in*: HOBSBAWM e RANGER, 2012, p.11).

TODOROV (2010), ao analisar a construção do *outro* e da definição do *eu* a partir desse processo, busca na ideia das “descobertas” do *eu* e do *outro* um estabelecimento de fronteiras psíquicas que constroem mutuamente as identidades através de processos de conhecimento e exclusão. Aprofundando sua análise da destruição de civilizações centro-americanas pelos espanhóis no século XVI, o autor trabalha a ideia de que nesse processo de exercício de poder e destruição há que existir anteriormente um processo de conhecimento mútuo para, a partir de então, dar-se o processo destrutivo. E é nesse processo de compreensão mútua que o conhecimento que se tem do *outro* – com todas as suas especificidades e com suas aproximações/distanciamentos do *eu* – se torna fundamental no exercício do poder sobre os demais povos. De acordo com TODOROV (2010, p. 183):

Cortez compreende relativamente bem o mundo asteca que se descobre diante de seus olhos, certamente melhor do que Montezuma compreende as realidades espanholas. E, contudo, essa compreensão superior não impede os conquistadores de destruir a civilização e a sociedade mexicanas; muito pelo contrário, tem-se a impressão de que é justamente graças a ela que a destruição se torna possível.

Esse “*paradoxo da compreensão que mata*” (TODOROV, 2010, p. 183), embora na análise do filósofo búlgaro se aplique à subjugação dos astecas pelos espanhóis, pode ser usado como argumento analítico analogicamente aplicado a outras situações históricas em que um povo, por pretensa superioridade criada a partir de um discurso supremacista e segregacionista, tenha subjugado outro considerado “inferior”. Esse *discurso* enquanto forma de *comunicação política* de sociedades humanas organizadas precisa guardar algum conteúdo *racional*, sobretudo nos momentos em que uma outra subjetividade está no caminho de um pretense “bem-estar” da referida sociedade. Construir modos de subjetividade (DOTY, 1993), assim, podem figurar como uma importante ferramenta para a dominação e para a destruição do *outro* objetivando o exercício ampliado de poder:

O desejo de enriquecer e a pulsão de domínio, essas duas formas de aspiração ao poder, sem dúvida nenhuma motivam o comportamento dos espanhóis; mas este também é condicionado pela ideia que fazem dos índios, segundo a qual estes lhes são inferiores, em outras palavras, estão a meio caminho entre os homens e os animais. Sem esta premissa essencial a destruição não poderia ter ocorrido (TODOROV, 2010, p. 211).

Há aí um entrelaçamento de conceitos que é importante ser destacado, por ter reflexos no debate teórico. TODOROV (2010) fala em “conhecimento mútuo” e em “compreensão” nesse processo paradoxal de co-construção identitária para a destruição, ou, nas palavras do autor, “*a aspiração ao poder é condicionad[a] pela ideia que fazem dos índios*” (TODOROV, 2010, p. 211). Essa ideia *que uma parte faz da outra* passa pelo processo de construção identitária. Assim, é necessário que o *self* tenha algum conhecimento do *other*, suas origens etno-históricas, seu *modus vivendi* e até mesmo alguns padrões de similaridade para que sua caracterização enquanto *other* se complete, ainda que essa construção seja base para a posterior segregação, subjugação ou destruição do “outro”. Isso passa necessariamente pela compreensão desses elementos e pela sua conexão ou desconexão com os próprios elementos formativos do *self*: uma construção do *self* a partir da negação, ao *other*, das características que fazem o *self* uma (id)entidade superior do ponto de vista etno-civilizacional. Essa dinâmica de diminuição ou eliminação imaginativa das características humanas e da categoria de civilização e relação a outros povos é uma das formas mais comuns de subjugação política de sociedades alheias: negando-lhe racionalidade e o valor humano, subumaniza-se os indivíduos de um grupo social e justifica-se assim o uso da violência para *docilizá-los* (se vistos como “bons selvagens”) ou para *exterminá-los* (se vistos como bárbaros). Essa lógica estará presente na obra de SAID (1994) sobre o papel da cultura na formação e consolidação do imperialismo europeu do século XIX.

A partir desse conhecimento e compreensão é que, nos escritos de HOBBSAWM (2012), as tradições do *self* poderão ser inventadas, separando-o do *other*, sempre numa categorização de superioridade daquele em relação a esse. Destaque-se que o próprio HOBBSAWM (2008, p. 81), em obra específica sobre os processos de conformação das nações no fenômeno do nacionalismo, afirma que “*a etnicidade ‘visível’ tende a ser negativa na medida em que é muito mais usada para definir o ‘outro’ do que o próprio grupo*”, o que tornaria as diferenças visíveis não no campo da realidade, mas na psiquê coletiva, marcando e reforçando a linha divisória do “nós” e do “eles” (HOBBSAWM, 2008, p.81).

Importante destacar que, conforme teoriza TODOROV (2010, pp. 269-270), a problemática da alteridade se assenta em três eixos: axiológico, praxiológico e epistêmico:

Para dar conta das diferenças existentes no real, é preciso distinguir entre pelo menos três eixos, nos quais pode ser situada a problemática da alteridade. Primeiramente, um julgamento de valor (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele ou, como se dizia na época, me é igual ou me é inferior (pois, evidentemente, na maior parte do tempo, sou bom e tenho auto-estima...). Há, em segundo lugar, a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro (um plano praxiológico): adoto os valores do outro, identifico-me a ele, ou então assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro há ainda um terceiro termo, que é a neutralidade, ou indiferença. Em terceiro lugar, conheço ou ignoro a identidade do outro (seria o plano epistêmico); aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre os estados de conhecimento inferiores e superiores.

A obra de TODOROV, portanto, afirma existir uma rede complexa de elementos interpretativos da questão da alteridade a partir desses três níveis de análise.

O plano axiológico implica uma valoração do outro, e a construção de um padrão psicológico que seria uma primeira etapa da formação da alteridade no imaginário coletivo: a imposição de um juízo de valor em relação ao outro, taxando-o de bom ou mau. Edward SAID (1994), em outra das suas obras seminais (*Culture and Imperialism*), apresenta um argumento sobre essa relação axiológica: mesmo a valoração positiva (o outro como bom) de que fala TODOROV pode ser usada para garantir dominação. Ao trabalhar o papel da cultura no estabelecimento das relações imperiais, SAID (1994) afirma que o *outro* pode ser dominado por ser considerado bruto e animalesco ou por ser considerado dócil, porém exótico (ilustração que aparece inclusive na figura do “bom selvagem” de Rousseau). Em ambos os casos – sendo bom/exótico ou mau/bruto – há uma relação de inferioridade, justificando assim a dominação dos povos “civilizados”. O princípio do *White Man’s Burden*, usado pelos Estados Unidos na expansão para Oeste e posteriormente aplicado pelo imperialismo europeu na África e na Ásia, é estruturado por essa modalidade de pensamento: haveria aí uma necessidade de expansão da “civilização” sobre todos os “incivilizados”, tanto os bons-porém-primitivos quanto os maus-portanto-brutos.

O plano praxiológico, por sua vez, implica em uma relação de conhecimento profundo e identificação, com necessária submissão *ao* outro ou submissão *do* outro. O plano epistêmico, por fim, implica no reconhecimento (ou ausência de reconhecimento) da identidade do outro, que passa por uma série de estágios desse

reconhecimento, e que irão fundamentar as medidas a serem tomadas pelos atores internacionais no processo de assimilação de si ou do outro.

Esses aspectos são de fundamental importância para a compreensão do processo de construção de identidades nacionais na ação internacional dos povos e sociedades, e podem ser vistos no contexto mais amplo da obra de TODOROV (2010): *o paradoxo da compreensão que mata* passa por esses três primeiros momentos – axiológico, praxiológico, epistêmico – até chegar no seu objetivo: destruir ou subjugar as sociedades consideradas “inferiores”. Há aí uma curiosa busca simultânea pela sobrevivência por parte de ambas as sociedades – a agressora e a agredida - como extensão do próprio instinto humano de sobrevivência: para a sociedade agressora, faz-se necessária a criação de um discurso de “necessidade de expansão para a sobrevivência” para justificar suas ações, qualquer que seja o julgamento moral que se possa fazer delas no plano filosófico. Mesmo esse discurso, aparentemente radical em sua forma, guarda em seu âmago uma certa lógica geopolítica, já que muitas nações em expansão desde o século XIX apresentaram *efetivamente* a necessidade de crescer para não desaparecer<sup>10</sup>, o que é bastante visível no expansionismo do Império Russo que, longe de ser profundamente agressivo, era em realidade eminentemente defensivo, ainda que por preempção; do outro lado, para a sociedade agredida, às vezes a submissão se apresenta como alternativa mais viável se comparada à possibilidade de extermínio absoluto por parte de um inimigo com força militar e tecnológica superior, e para atingir esse fim (sobreviver) tal sociedade precisa reconhecer alguma forma de inferioridade, ainda que essa inferioridade não tenha nenhuma

---

<sup>10</sup> Portugal e Espanha, na época das Grandes Navegações, buscaram expandir-se navalmente para evitar que o monopólio comercial das cidades-estado italianas pusessem em risco sua própria sobrevivência. A Grã-Bretanha, entre os séculos XVIII e XIX promoveu a expansão neocolonial e imperial para evitar que seu isolamento geográfico insular representasse risco à sua existência como país. A Rússia, desde a formação do *Rus* Kieviano – passando pela Moscóvia e pelo Império Russo – expandiu-se para garantir as defesas das estepes e, portanto, sua própria sobrevivência. A Alemanha, desde a Unificação, usou o conceito de *lebensraum* (espaço vital) para seus projetos expansionistas, e a ocupação militar da região da Alsácia-Lorena buscou garantir meios de não paralisar o processo industrial alemão de forma a evitar riscos ao desenvolvimento nacional do nascente país.

base etno-cultural, apenas discrepâncias no desenvolvimento técnico, tecnológico e militar<sup>11</sup>.

É fundamental destacar ainda que a criação da ciência moderna teve relação direta com a expansão imperialista que aprofundaria as relações de *alteridade* numa base discursiva de pretensão científicismo: teorias racistas do século XIX, que usavam a ciência para “justificar cientificamente” (portanto inquestionavelmente) a alteridade e as relações de superioridade/inferioridade, foram constantes durante o século XIX e a primeira metade do século XX, sendo portanto base fundamental da expansão neocolonial. É a lição trazida por HARARI (2015, p. 307) sobre o imperialismo do século XIX:

A ciência moderna e os impérios modernos foram motivados pela incessante sensação de que talvez algo importante os esperasse além do horizonte – algo que era melhor explorar e dominar. Mas a relação entre ciência e império era muito mais profunda. Não só a motivação como também as práticas dos que erguiam impérios se confundiam com as dos cientistas. Para os europeus modernos, construir um império era um projeto científico, e criar uma disciplina científica era um projeto imperial.

A pretensa neutralidade da ciência (ou do discurso científico/de cientificidade) destaca-se na crítica feita pelo historiador israelense. Os impérios trabalhavam discursivamente com a ideia de que a conquista de populações “menos desenvolvidas” traria um suposto benefício a cada uma delas, a partir do conhecimento acumulado pelos impérios. Conquistar povos “incivilizados” (na lógica imperial) significava trazer para estes o “progresso” (HARARI, 2015, pp. 309). As aspas na palavra “progresso” estão no texto original de HARARI (2015), e explicitam a sua crítica enquanto historiador à justificativa científica dada para o empreendimento imperial, que baseava-se na construção imagética do *other* como “incivilizado” e na imposição de uma “ideologia do progresso” para justificar projetos expansionistas de poder.

Além disso, uma característica discursiva do imperialismo, debatida pela historiografia contemporânea (HOBBSAWM, 2008b; ROBERTS, 2007), tem relação direta com o poder discursivo e imagético que a alteridade tem no sustento daquele sistema: há, na empreitada (neo)colonial, um misto de justificativa civilizacional associada a mitos racistas (superioridade civilizacional e humana do europeu),

---

<sup>11</sup> Essa discussão sobre questões de evolução e sobreposição das sociedades humanas ao longo da história podem ser aprofundadamente vistas em HARARI (2015) e DIAMOND (1997 e 2005).

consubstanciando-se na reprodução do *fardo do homem branco* para justificar os abusos as violências que são cometidas em nome da “civilização”. Complementarmente, há um nítido viés religioso que, justificando mitos racistas e supremacistas, criam um missionarismo cristão para dar suporte ao neocolonialismo, justificando ações de violência como “altruísmo”, legitimando esse tipo de ação. O destaque a esse tipo de ação político-religiosa fica evidenciado por HOSCHILD (1999), e é também destacado por HARARI (2015, p. 311-312):

Os imperialistas afirmavam que seus impérios não eram vastos empreendimentos de exploração, e sim projetos altruístas que visavam ao interesse das raças não-europeias [...] É claro que os fatos muitas vezes contradizem esse mito [...] A ciência foi usada pelos imperialistas para fins mais sinistros. Biólogos, antropólogos e até mesmo linguistas forneceram provas científicas de que os europeus são superiores a todas as outras raças e, conseqüentemente, têm o direito (ou talvez o dever) de governá-las [...] Tais teorias racistas, proeminentes e respeitáveis por muitas décadas, se tornaram um anátema tanto entre cientistas quanto entre políticos.

Há que se destacar que na primeira onda de expansão colonial dos séculos XV e XVI os países pioneiros – Portugal e Espanha – não eram Estados-nação, mas sim Estados (ou domínios) reinóis eclesiásticos, e usavam a argumentação religiosa de missionarismo cristão contra infiéis e a unidade promovida pela soberania pessoal do monarca para expandir seus territórios “em nome da Fé e do Rei”. Com o advento dos Estados-nação (no século XVIII) tais argumentos não tinham mais cabimento: o absolutismo havia sido derrotado, a soberania pessoal do monarca havia dado espaço para a soberania popular, a religião deixou de ser assunto oficial de Estado (embora sua ação direta como parte da estrutura estatal tenha sido substituída pela influência indireta nos *statesmen*) e toda e qualquer proposta expansionista deveria seguir um “método científico” adequado à nova realidade social, política e econômica para que obtivesse sucesso.

A despeito da relativa simplicidade das afirmações e das conformações desses planos na dominação do *outro* – o discurso de ação imperialista era extremamente simplificado em virtude da adoção do método científico, então inquestionável pela mentalidade positivista do período – tal processo apresenta-se na realidade como um complexo e intrincado sistema de acumulado histórico: passa por uma lenta evolução da observação e interpretação de realidades físicas do *outro* e do próprio *self* a partir de um conjunto de elementos interpretativos que vão desde a história do *outro* e do *self* até suas necessidades naquele momento sincrônico em

que a “invenção da tradição” (HOBSBAWM, *in*: HOBSBAWM e RANGER, 2012) torna-se imperiosa. Essa necessidade vem, nas palavras de HOBSBAWM (2008), para “preencher o vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou a inexistência de redes de relações ou comunidades humanas reais”. Tal vazio emocional é preenchido pela construção de uma identidade própria que se conforma no espaço interno da fronteira do Estado-nação que, nas palavras de HOBSBAWM em referência a Benedict Anderson, tornaria essa entidade “*uma comunidade imaginada*” formando “*laços protonacionais*” (HOBSBAWM, 2008, p. 63). Os países imperialistas do século XIX passaram por esse processo na transição do “velho mundo” absolutista para o “novo mundo” da soberania popular, após a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789, que alteraram os paradigmas de organização das sociedades desde então e que, ao derrubar o Absolutismo, lançaram as bases do sistema moderno de Estados-Nação, cada qual com sua mitologia própria a partir da constituição peculiar de seu processo histórico-revolucionário.

Exemplos históricos abundam desde o século XIX em diversas nações: a mitologia alemã do *Primeiro Reich*, baseada na mitologia nórdica para dar aos alemães uma pretensa superioridade racial e civilizacional que justificasse seus projetos de poder e expansionismo, fundamentais no processo de Unificação Alemã (1871), para o surgimento da ciência da Geografia na Alemanha pré-Unificação e para a constituição do Império Alemão e do *Terceiro Reich* nazista; a mitologia de formação dos Estados Unidos, estruturada em torno dos princípios naturais e religiosos apresentados pelos *founding fathers* e do sistema político e jurídico que eles criaram e que inspirou doutrinas geopolíticas específicas que se desenvolveriam após a Guerra Civil, como o Destino Manifesto e a Doutrina Monroe, a partir de um exclusivismo missionarista e puritano protestante herdado da Inglaterra e adaptado à geopolítica americana; na mitologia brasileira imperial, em busca de legitimidade internacional para o recém-independente Império do Brasil em 1822, e na mitologia brasileira republicana, em busca de legitimar o golpe de estado contra o Imperador em 1889; e por fim na Rússia Imperial.

Durante a lenta transformação da Confederação Germânica em Império Alemão<sup>12</sup> houve um processo de construção de *self* e de *other* associado à “invenção de tradições”. Criou-se após 1871 o Segundo *Reich* do Império Alemão sem que tenha havido historicamente um Primeiro *Reich*. Esse *reich* anterior, uma busca de identidade comum a um povo que não as possuía, remetia à mitologia nórdica e colocava na então nascente Nação Alemã uma superioridade civilizacional e humana que justificaria seu domínio geopolítico sobre os demais povos da Europa<sup>13</sup>.

A Geografia, enquanto ciência, surgiu nesse contexto: o determinismo, a antropogeografia a geografia política de Friedrich Ratzel foram baseados nesse pressuposto de superioridade civilizacional, que opunha o *self* ao *other*. Conforme MORAES (2005, pp. 59; 67 e 71):

A especificidade da situação histórica da Alemanha, no início do século XIX, época em que se dá a eclosão da Geografia, está no caráter tardio da penetração das relações capitalistas nesse país. Na verdade, o país não existe enquanto tal, pois ainda não se constituiu como Estado Nacional. A Alemanha da época é um aglomerado de feudos (ducados, principados, reinos), cuja única ligação reside em alguns traços culturais comuns. Inexiste qualquer unidade [...] A Geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído [...] [com] unidade estabelecida através da prussianização da Alemanha [na qual] o Estado prussiano imprimiria suas características na nova nação [...] através de uma política cultural nacionalista.

Esse modelo de construção de modos de subjetividade (DOTY, 1993) feito pela Alemanha no processo de unificação tardia seria mais tarde usado para a construção do Terceiro *Reich* nazista e suas ações geopolíticas com base no estabelecimento de relações de superioridade-inferioridade racial para justificativa

---

<sup>12</sup> Esse processo histórico, conhecido também como Unificação Alemã, teve suas raízes em 1815 com a criação da Confederação Germânica, e foi-se desenvolvendo no processo político alemão com a transformação da confederação em união aduaneira (*Zollverein*) em 1834 e, posteriormente, com a fundação do Império Alemão em 1871 sob a batuta do chanceler Otto von Bismarck com o apoio da aristocracia *Junker*, dos militares oriundos da nobreza e de todo o sistema intelectual-científico estruturado em torno das academias geográficas que serviam ao Exército Prussiano e que foram vitais para a vitória esmagadora deste sobre a França na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871).

<sup>13</sup> A Prússia, para dar sustentação ao seu esforço de guerra, garantir uma vitória esmagadora na Guerra Franco-Prussiana e controlar a Unificação Alemã (excluindo a também germânica Áustria da liderança do processo), usou amplamente a construção identitária como instrumento para esse projeto de poder. A Prússia, sociedade militarizada, foi comparada às sociedades guerreiras nórdicas que, em última instância, eram descendentes das mitológicas guerreiras Valquírias da Valhalla, o que mitologicamente justificava a excelência das tropas prussianas em campo de batalha. Interessante notar que a mesma trilha mitológica nórdica foi usada por russos na construção do Rus' de Kiev e da Moscóvia, pelos britânicos na construção da antiga Bretanha e pelos franceses para justificar o caráter universal do Reino dos Francos nos séculos seguintes a Carlos Magno.

de exercícios de poder sobre o *lebensraum* (espaço vital ocupado por uma população etnicamente superior às demais).

A construção identitária de uma subjetividade supremacista também seria utilizada pelos norte-americanos no século XIX – como reflexo do supremacismo protestante britânico - no processo de expansão dos Estados Unidos para o oeste contra índios, ingleses, franceses e mexicanos e para o Pacífico contra a Espanha (em todos os casos com a adição do elemento messiânico religioso advindo do puritanismo, e que punha no exclusivismo americano a razão da sua prosperidade e seu “destino manifesto” de se expandir pelo mundo), com adição do elemento agregador da supremacia religiosa (contra a supremacia racial que era marca da ideologia alemã no século XIX) e da missão civilizadora<sup>14</sup>:

Na sua visão, a Inglaterra era uma “Nação Eleita”, para onde a fé cristã fora levada por instrução direta dos apóstolos de Cristo e a quem competia realizar tarefas essenciais para os destinos do cristianismo. Os mais estridentes na proclamação da doutrina dos ingleses como uma Raça Escolhida foram os exploradores, os navegadores, os homens do mar, os aventureiros mercantilistas e os colonizadores. Foram eles que deram ao mito sua força geopolítica mais direta. Era apenas natural que esse tipo de sentimento se tornasse dominante nas futuras expedições colonizadoras na América [...] Igrejas e instituições religiosas passaram a [...] influir na política externa americana (SILVA, 2009, pp. 72-73; 100).

Da mesma forma, seria usada pelo Império do Brasil na manutenção de uma ordem monárquica europeia legítima e internacionalmente reconhecida (após a independência da ex-colônia portuguesa em 1822) e, paradoxalmente, para desconstruir a legitimidade desse mesmo Império pela recém-proclamada República brasileira após o golpe de 1889, livrando-se dos símbolos imperiais – personalidades históricas inclusive – para “formar novas almas” para a nação republicana brasileira. Nesse sentido, o historiador brasileiro José Murilo de CARVALHO (1990) usa a ideia de *formação das almas* (em obra homônima) para mostrar como algumas mitologias nacionais do Brasil – que inexistiam na realidade - foram inventadas de forma a *construir uma ordem* (CARVALHO, 2007) política republicana a partir de

---

<sup>14</sup> Elementos desse tipo de co-construção identitária de superioridade Americana em relação ao resto do mundo podem ser vistas até hoje, inclusive na atual Global War on Terrorism. Nas palavras de RESENDE (2012): “Com efeito, o ‘Guerra ao Terror’ foi capaz de adaptar a mitologia nacional para criar as condições de possibilidade de suas práticas de violência. Já se alimentando do mito do ‘Destino Manifesto’, da narrativa do ‘White Man’s Burden’, da simbologia da fronteira e da narrativa do chamado da História, o discurso da ‘Guerra ao Terror’ finalmente adiciona o elemento final de sua equação: a predestinação teológica. De fato, mesclando-se ao mito da excepcionalidade, essa narrativa encontra profunda ressonância nos imaginários nacionais de uma sociedade que se acredita abençoada e escolhida por Deus para agir em seu nome”.

determinados mitos fundadores que justificassem esse sistema nascido de um golpe de estado contra o Imperador em 1889. Segundo o referido historiador (CARVALHO, 1990), vários mitos fundadores foram criados para legitimar a ordem republicana e deslegitimar a ordem monárquica brasileira, inclusive pela construção de lendas em torno de “heróis” novos (como Tiradentes, ex-rebelde antimonárquico) e pela desconstrução dos velhos “heróis” do Império (como o Duque de Caxias, patrono do Exército). Também Francisco DORATIOTO (2002), no seu *“Maldita Guerra”*, ressalta o papel de construções identitárias nas três historiografias que marcam a Guerra do Paraguai desde 1870, feitas em torno de projetos ou lutas políticas (Exército como principal ator político nacional, luta da esquerda contra o regime militar de 1964 e processo de integração regional do Cone Sul, respectivamente).

Por fim, exemplos históricos desse processo de construções subjetivas de identidade como forma de projeção de poder podem ser vistos na história da ocupação russa do Cáucaso: considerada desde o século XVIII como parte integrante *“terra russa”*, e portanto parte da própria construção identitária coletiva daquele país que vê no acumulado histórico sua base de ação, a região ganhou ares de “sacralidade”, muito embora seja ocupada por povos com origem etno-linguística completamente diferente dos russos e eslavos orientais, professando inclusive religião diversa da ortodoxia oriental russa. Apesar dessas diferenças, esse território exíguo entre o Mar Negro e o Mar Cáspio é vital e estratégico para a Rússia desde o seu período de ocupação inicial, e sua posição montanhosa privilegiada como primeiro bastião de defesa das estepes russas trouxe para Moscou a necessidade de, discursivamente, “sacralizar” aquela terra como sendo “originalmente russa”, embora a história aponte para o século XVIII como o de início da ocupação efetiva da região e para o século XIX como anexação total da Ciscaucásia pelo Império Russo.

Nesse contexto de ocupação russa da parte ciscaucasiana do Cáucaso no século XIX, Moscou precisou construir todo um sistema de significados, mitologias e discursos para legitimar seu poder sobre aquela região estratégica. A indissociabilidade da religião ortodoxa e da política russa naquela época fez com que a já referida “sacralidade” da “terra russa” fosse sustentada pelas (e

paradoxalmente sustentasse as) bases do Império Russo: Autocracia, Ortodoxia e Nacionalismo<sup>15</sup>. É sobre o que fala HOBBSAWM (2008, p. 67), ao afirmar que a base da “sagrada terra russa” é feita a partir de elementos semióticos e mitologias fundadoras do Estado, de forte apelo popular:

Em uma palavra, a sagrada Rússia era um termo popular que expressava presumivelmente ideias populares [...] A sagrada terra russa é portanto definida pelos ícones sagrados, a fé, o czar, o Estado. É uma combinação poderosa, e não apenas porque os ícones, isto é, símbolos visíveis como os são as bandeiras, estão entre os mais amplamente usados de se ver o que não pode ser visto. [...] O império dos czares, a unidade política, era *Rossiya*, um neologismo dos séculos XVI-XVII que se tornou oficial a partir de Pedro, o Grande. A terra sagrada da Rússia foi sempre a antiga *Rus*. Ser um russo é, até hoje, ser *rusky*. Nenhuma palavra derivada da *Rossiya* oficial – e muitas foram tentadas no século XVIII – conseguiu ser aceita como descrição da nação e do *povo* russos ou então de seus membros.

Essa "trindade" principiológica do Império Russo, no entanto, trouxe algumas dificuldades. Não havia como definir de forma clara e precisa o conceito de "nacionalidade" num império multinacional. Não era possível implementar, sem uso de violência, a dinâmica da ortodoxia cristã num Cáucaso majoritariamente muçulmano. Por fim, a autocracia passaria por resistências diversas, motivadas sobretudo pelos dois elementos anteriores, e acabaria degenerando em violência pura contra os diversos povos caucasianos. Para tanto, o Império Russo precisou de um sistema discursivo e de significados que, a partir da construção de modos de subjetividade dos caucasianos em relação aos os russos (criando assim uma hierarquia imagética de *superioridade versus inferioridade*), viu na violência o único instrumento possível para conformação daquela região estratégica ao império (no terceiro capítulo mostrarei como a literatura explorou esse paradoxo e essas contradições na construção imagética da região e dos povos que lá habitavam).

Tal construção dos modos de subjetividade (DOTY, 1993) parte sempre do processo de *representação cartográfica do poder* a partir de categorias imagéticas de alteridade. Há uma necessária base territorial que separa o *eu* do *outro*, e a essa

---

<sup>15</sup> A ideia de uma "trindade" principiológica para sustentar o Império Russo - Autocracia, Ortodoxia e Nacionalismo - foi formulada pelo Conde Serguei Uvárov (1786-1855), diplomata russo e presidente da Academia de Ciências da Rússia no reinado dos *czares* Alexandre I e Nicolau I. Foi utilizada amplamente como base do sistema educacional da Rússia czarista. Sua dinâmica nacionalista - a despeito da ausência de uma definição precisa de "nação russa" e da tentativa do Império de se manter "multinacional" - inspirou os eslavófilos nos vários campos do conhecimento, inclusive na arte e na literatura, e ajudaram a sustentar uma mitologia nacional russa como base da autocracia czarista.

zona cinzenta de interconexões e conflitos convencionou-se chamar de *fronteira*. A lógica de *fronteira* parte da ideia de *front*, em referência ao conceito militar de *frente de batalha*. Na guerra pela construção de identidade utilizam-se elementos vocabulares para criar linhas imaginárias de “tensão” entre o *self* e o *other*, incluindo o conceito de *fronteira*, nascido junto com o próprio Estado medieval e gradualmente ampliado no Estado-Nacional.

O aprofundamento do conceito de *fronteira* acompanha a dinâmica de criação do Estado medieval e sua transição para o Estado-Nacional. O lento surgimento do Estado durante a Idade Média fez-se a partir dos princípios de universalismo cristão centralizado pela Igreja Católica (WALLERSTEIN, 2006). Somente com a contestação ao poder político de Roma, promovido pela Reforma Religiosa em vários Estados europeus, foi que a lógica de *soberania divina* do papado foi gradualmente substituída pela dinâmica da *soberania pessoal do rei* (exceção para os países ibéricos, que mantiveram o absolutismo em sua modalidade clerical sob forte influência de Roma). A Paz da Vestfália (1648) foi o arranjo diplomático que permitiu a internalização soberana da administração da fé nos Estados europeus, e seus reflexos para a organização política que se convencionou chamar de Estado. Passou-se da *soberania divina* do papado (portanto universalista) para a *soberania pessoal do rei* (sendo assim estatal e absolutista), mudando assim as fronteiras amplas da macrounidade cristã para as fronteiras limitadas da microunidade reinól.

Nesse momento as fronteiras estatais eram basicamente linhas distintivas da aplicação de três esferas da vida política: administração militar, regulamentação tributária e gestão da fé, com suas consequências mais amplas na sociedade e nas estruturas de poder dos Estados europeus da época. A diversidade humana existente dentro das fronteiras do Estado medieval era irrelevante, desde que não houvesse nenhum tipo de divergência religiosa, ou que essa divergência religiosa fosse permitida pelo Estado. Mesmo no Estado absolutista essa separação fronteiriça - e o controle das fronteiras - era menos identitário e mais administrativo-tributário-militar. Foi só a partir do estabelecimento dessa base de controle da liberdade pessoal de movimento (TORPEY, 2000) que os laços de *citizenship* começaram a ser criados para garantir o cumprimento de deveres e a fruição de direitos, de forma exclusiva.

A transformação do Estado em Estado-nacional, processo iniciado em 1789 com a Revolução Francesa, adicionou às fronteiras um elemento novo: uma identidade coletiva que separava o *self* intrafronteiriço do *other* extrafronteiriço. Nesse momento, a representação imagética dessas linhas invisíveis, porém dotadas de importantes significados (as fronteiras), começaram a ser detalhadamente postas em meio físico, e a cartografia, que outrora servia para definir de maneira genérica domínios reinóis, começou a ser promovida por academias militares e por teóricos que formaram a base da futura ciência da Geografia. Representação cartográfica tornou-se corolário do exercício efetivo de poder. O mapa passou a ser um dos documentos mais importante no planejamento estratégico dos estados, e tornou-se importante instrumento para a construção gráfica da alteridade segregativa em termos de relações de poder desiguais.

A representação cartográfica dessas relações de poder dá uma justificativa territorial à tipificação segregativa. Segundo CARNEIRO (2016, p. 20):

Inventada na Europa, no século XIII, a fronteira surgiu com a função inicial de definir a distribuição de áreas entre Estados territoriais. [...] A principal característica do Estado moderno foi consolidar seu poder e sua autoridade espacial em uma base territorial bem-definida, entre um ponto fixo e único, que delimitou a separação entre o nacional e o internacional através do estabelecimento de fronteiras.

Percebe-se que a definição das fronteiras no âmbito dos Estados europeus passou pelo processo de delimitação cartográfica do interno e do externo para efeitos de exercício de poder por uma entidade estatal, e isso trouxe a necessidade gradual de definição de uma identidade própria que separasse os indivíduos e coletividades de ambos os lados da linha. O *inside/outside* (WALKER, 2013) precisou ser definido em termos de *self/other*, e a alteridade foi um importante elemento para a construção das fronteiras no Estado medieval e no Estado absolutista, embora somente com o Estado-Nação essa característica tenha tomado parte nas construções mitológica e imagéticas que deram sustentação ao poder nacional.

MACHADO (1998), debatendo o conceito de fronteira, afirma que:

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). [...] a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou de ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central.

Essa dinâmica de orientação da linha divisória entre duas realidades políticas distintas ganha o reforço da alteridade no momento em que as forças centrífugas da fronteira (MACHADO, 1998) apontam para o *other* como fonte dos perigos e ameaças de que fala a autora: tudo aquilo que está "do lado de lá" da fronteira - todo *other* - é um risco à segurança do *self*. Essa forma de imaginar o espaço a partir de linhas geopolíticas e identitárias, que SAID (2003, p. 91) chama de *geografia imaginativa* do espaço territorial, é uma forma de construção da alteridade para o exercício do poder (e que conecta-se com o próprio conceito de *fronteira* apresentado acima). O que MACHADO (1998) trabalha como dinâmica de força centrífuga *versus* força centrípeta SAID (2003) chama de espaço não-familiar *versus* espaço familiar, representando respectivamente o espaço territorial (e metafísico) de existência do *other* e o espaço territorial (e metafísico) de existência do *self*. Para o professor de origem palestina:

É perfeitamente possível argumentar que alguns objetos distintivos são criados pela mente, e que esses objetos, embora pareçam ter existência objetiva, possuem apenas uma realidade ficcional. Um grupo de pessoas vivendo em alguns acres de terra estabelecerá fronteiras entre a sua terra e seus arredores imediatos e o território mais além, a que dão o nome de "a terra dos bárbaros". Em outras palavras, essa prática universal de designar mentalmente um lugar familiar, que é "o nosso", e um espaço não-familiar além do "nosso", que é "o deles", é um modo de fazer distinções geográficas que pode *ser inteiramente arbitrário*. Uso a palavra "arbitrário" neste ponto, porque a geografia imaginativa da variedade "nossa terra-terra bárbara" não requer que os bárbaros reconheçam a distinção. Basta que "nós" tracemos essas fronteiras em nossas mentes; "eles" se tornam "eles" de acordo com as demarcações, e tanto o seu território quanto a sua mentalidade são designados como diferentes dos "nossos" (p.91).

A característica fundamental para a formação da identidade nas sociedades humanas seria, nas palavras de SAID (2003, p. 91), uma percepção negativa de identidade, uma espécie de identidade "por negação", em que não se sabe exatamente o que o *eu* é, mas sabe-se (ou afirma-se) que ser *eu* significa *não ser o outro*:

Numa certa medida, as sociedades modernas e primitivas parecem obter a percepção de suas identidades de modo negativo. É muito provável que um ateniense do século V se sentisse tão não-bárbaro quanto se sentia positivamente ateniense. As fronteiras geográficas acompanham as sociais, étnicas e culturais de maneiras previsíveis, mas o modo como alguém se sente não estrangeiro com frequência se baseia numa ideia muito pouco rigorosa do que existe "lá fora", para além do território conhecido. Todos os tipos de suposições, associações e ficções parecem amontoar-se no espaço não familiar fora do nosso.

Há, assim, um *twofold way* na constituição dos modos de subjetividade (DOTY, 1993) que carrega em seu bojo, ainda que ocultas, relações fortes de poder e de dominação: a constituição do *eu* se dá pela afirmação do *eu* em relação a si próprio, mas sobretudo em relação ao *outro*.

A dupla negatividade na definição intersubjetiva – a construção do “outro” a partir da negação do “eu” e a construção do “eu” a partir da negação do “outro” – passa por um processo de “barbarização” (SAID, 2003, p. 91) da figura do “outro” para justificar a existência e independência do “eu”. E sempre que há possibilidade de subjugação do “outro” para o exercício e ampliação de poder do “eu” (como na figura do imperialismo), esse expediente é amplamente utilizado, como mostram as experiências históricas do imperialismo (HOBSBAWM, 2008; SAID, 1999; KING, 2008).

Todo esse processo é guiado (ou limitado) pelo fator geográfico: há uma base territorial necessária para o aprofundamento dessas diferenciações. Tal base territorial é reforçada por um processo de *imaginação* dessa alteridade e sua representação cartográfica. É nesse contexto territorial que age o processo de construção da alteridade, nos parâmetros de sujeição do incivilizado pelo civilizado, através da ferramenta de barbarização do *outro* pelo *eu*, de que fala SAID (2003, p. 91), e que pode ser vista como a representação do “mal” de que falam TODOROV (2010, p. 211) e CAMPBELL (1995, p. 163), esse último ao analisar as “performances violentas” que marcaram a brutalidade das guerras de dissolução da ex-Iugoslávia:

The sense of endangerment ascribed to all the activities of the other, the fear of internal challenge and subversion, the tendency to militarize all responses, and the willingness to draw the lines of superiority/inferiority between us and them – mapped the problem of responsibility and brought into being particular identities. The responsibility for evil was located in the other and the responsibility for combating it was a burden of the self.

Interessante notar que em TODOROV (2010) e em CAMPBELL (1995) encontramos a lógica de submissão do *outro* pelo *eu* com base na violência, fato que será ressaltado por diversos outros autores (FOXALL, 2015; TORPEY, 2000). Essa violência, segundo SAID (1998), instrumentaliza-se com a diminuição imagética do grau de civilidade/civilização do outro, que passa a ser visto como bárbaro ou como exótico, para justificar em ambos os casos a dominação por uma entidade “civilizatória” e “superior” (ainda que essa superioridade seja aparente ou

não se justifique de outra forma que não na construção de um discurso expansionista por parte do centro consolidado de poder). WALLERSTEIN (2006) - dialogando com SAID (1994) - e HARARI (2015) trabalham essa dinâmica de diminuição imagética anterior à subjugação pela violência de uns povos pelos outros no processo do imperialismo europeu, e mostram como essa lógica da alteridade destrutiva é uma poderosa ferramenta de interação política, e como ela vem sendo usada ao longo da história moderna e contemporânea pelas nações no sistema internacional.

Além do tratamento do tema *identidade nacional* no campo dos estudos culturais, já tratado acima, HOBBSAWM e RANGER (2012, p. 12-13) lançam suas perspectivas a partir da história cultural ou, como conceitualmente dispuseram na sua obra, a partir do processo de *invenção das tradições*. Segundo os autores:

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo [...] Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

A referência ao passado como “imposição da repetição” apresenta claramente o objetivo de constituição de uma ordem e garantia de sua docilidade, pela criação de mitologias que objetivam criar um “espírito nacional” nem sempre – ou quase nunca – existente, com construção ou manutenção de legitimidade para esse exercício de poder. Ou, nas palavras de HOBBSAWM (2012, p. 16), “inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto do da oferta”. Essas “tradições” são mantidas como intocáveis e imutáveis até que surja um novo contexto político, econômico ou social para que uma nova identidade seja necessária, adaptando-a quando seja necessário à conservação de velhos costumes em condições novas ou no uso de velhos modelos para novos fins (HOBBSAWM, 2012, p.17).

RANGER (2012, p. 262) demonstra como o processo de internalização de “tradições inventadas” se deu no contexto de afirmação do Estado-nacional europeu no século XIX e como essa forma de exercício de poder marcou “a penetração europeia na África”. Esse processo, já demonstrado anteriormente neste trabalho,

passou por uma necessária construção da identidade nacional europeia e, segundo o próprio RANGER (2012, p. 263), diferiu em relação à facilidade/dificuldade que os países imperiais europeus tiveram no seu processo de formação identitária nacional: “Para os alemães, o Kaiser também era o símbolo dominante do domínio germânico [...] Já os franceses tiveram de incorporar os africanos numa tradição republicana, tarefa muito mais difícil”.

HOBBSAWM (2012, p. 327) retoma esse debate da periodização da instrumentalização da construção identitária no processo de formação dos Estados-nacionais na Europa do século XIX:

O fenômeno da invenção das tradições [surgiu] com frequência excepcional no período de trinta ou quarenta anos antes da Primeira Guerra Mundial [...] reflexos das profundas e rápidas transformações sociais do período. Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais.

Tais consolidações nacionais europeias passaram pelo processo de co-construção identitária do *self* a partir da própria delimitação do *other*, tanto internamente quanto externamente. A identidade de pretensa superioridade dos alemães aplicava-se igualmente (embora em gradações diferentes) contra os franceses (para justificar a Guerra Franco-Prussiana), contra os africanos (para justificar a expansão colonial alemã), contra os eslavos (para justificar a ampliação do suporte alemão às pretensões expansionistas do aliado Império Austro-Húngaro nos Bálcãs e simultaneamente deslegitimar o pleito da Rússia, nação, eslava, sobre a região) e contra os otomanos (como desenvolvimento da “Questão do Oriente”, movimento geopolítico que viu na barbarização dos otomanos uma saída para a decadência do poder desse império muçulmano). Peceba-se que na construção identitária feita pelos alemães todos esses povos eram inferiores a eles, mas em graus diferentes, tomando por base a complexidade das relações geopolíticas entre eles, inclusive em relação à percepção alemã do grau de desenvolvimento relativo de estruturas estatais fortes e coesas em cada uma das partes.

O próprio SAID (1994, p. 15) dialoga com o pensamento de HOBBSAWM e RANGER nesse sentido:

Eric Hobsbawm and Terence Ranger's *The Invention of Tradition* have accentuated the extraordinary influence of today's anxieties and agendas on the pure (even purged) images we construct of a privileged, geneologically

useful past, a past in which we exclude unwanted elements, vestiges, narratives.

O autor continua com sua argumentação de que “*existem em todas as culturas nacionalmente definidas uma aspiração à soberania e à dominação*” (SAID, 1994, p. 15), afirmação na qual ele tem total razão. A despeito de toda e qualquer construção discursiva de “integração”, “amizade” ou “aliança”, nenhuma nação abre mão do seu recurso de poder e, por mais que a ideia de dominação possa estar ausente do discurso público e diplomático do país, suas ações – mesmo aquelas de integração – representam consolidações das projeções de poder geopolítico. O que irá determinar a opção por cooperação ou por exercício de poder (ou, identitariamente, a construção do *outro* como aliado, subalterno ou inimigo) são a *virtú* e a *fortuna*<sup>16</sup> de um Estado numa determinada época histórica. Sempre válida a lição do estadista britânico PALMERSTON (1848), verbalizada em seu discurso na Câmara dos Comuns da Inglaterra, e que representa o ápice do pensamento político realista:

Therefore I say that it is a narrow policy to suppose that this country or that is to be marked out as the eternal ally or the perpetual enemy of England. We have no eternal allies, and we have no perpetual enemies. Our interests are eternal and perpetual, and those interests it is our duty to follow.

Assim, feitas as considerações sobre a questão da identidade nacional nos estudos culturais e na história cultural, e tendo chegado à conclusão de que tal instituto é um instrumento de poder e dominação a partir de discursos e construções de imagens geopolíticas territorializadas de superioridade do *self* em relação ao *other*, passo à análise do debate sobre esse tema nas teorias geopolíticas e, posteriormente, na teoria pós-moderna das Relações Internacionais, o que será feito nas seções que se seguem.

### 2.3 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PELA GEOPOLÍTICA: IMAGINAÇÃO CARTOGRÁFICA E PROJEÇÃO DE PODER.

A Geopolítica, enquanto disciplina, surgiu internamente à criação da própria ciência da Geografia e do aprimoramento da Ciência Política no âmbito do processo

---

<sup>16</sup> Utilizando aqui os conceitos maquiavelianos em sua forma original.

de formação dos Estados-Nação na Europa do século XIX (MORAES, 2005), embora só tenha sido assim nomeada no século XX por Rudolf Kjéllen, que utiliza expressamente o termo em 1905 na obra “*As Grandes Potências*” e o aplica conceitualmente em 1916 na obra “*O Estado como forma de vida*” (COSTA, 2008; VESENTINI, 2004; CASTRO, 1999).

A Alemanha, cuja unificação tardia favoreceu o pioneirismo na criação dessa ciência humana, buscou nesse fundamento acadêmico a base para seu exercício de poder, durante e após a guerra Franco-Prussiana (1870-1871), quando a unificação de povos germânicos tornou-se necessidade para garantia da manutenção do *lebensraum*, o “espaço vital”<sup>17</sup> para o Estado alemão. A obra de Friedrich Ratzel é vital nesse sentido (COSTA, 2008).

Pensar, ocupar e gerir o território (ou o espaço natural) - criando linhas imaginativas para o exercício do poder do Estado - deram à Geopolítica um fundamento a partir do qual trabalhar: embora o conceito de *lebensraum* esteja associado, por questões historiográficas, ao belicismo alemão, todos os estados do mundo – belicosos e pacíficos - agem conforme esse princípio, estabelecendo bases intelectuais e estratégicas para o pensamento, ocupação e gestão de um território que se tem, ou que se quer ter, sob sua jurisdição, ainda que isso se denomine contemporaneamente “interesse nacional”.

Para isso, as forças armadas e a academia aproximaram-se mutuamente naquele período, usando a Geopolítica como amálgama dessa relação. Conforme afirma COSTA (2008, p.57) Kjéllen “[...] foi o primeiro a preconizar a ideia de que os Estados-Maiores deveriam transformar-se em ‘academias científicas’, já que as situações de guerra eram as ideais para a análise dos fenômenos geopolíticos”.

---

<sup>17</sup> *Lebensraum* é um termo de origem germânica que, com base na ideia biológica de *habitat*, criou uma dinâmica ideológica de *habitat* geográfico necessário para a existência do povo germânico. Associado ao nacionalismo oriundo da formação do Estado-Nacional alemão após 1871 e às doutrinas de defesa criadas e afirmadas com o surgimento da Geografia e da Geopolítica (entre 1871 e 1873), o *lebensraum* passou a ser visto estrategicamente como o território ao redor da Alemanha para onde aquele Estado deveria se expandir de maneira a garantir sua existência e sobrevivência, tanto em termos de aquisição de recursos naturais vitais quanto em termos de estabelecimento de uma base defensiva do território central do poder alemão, que o geopolítico britânico Halford Mackinder viria a caracterizar como *Heartland*. O conceito de *lebensraum* esteve por trás da estruturação de planos expansionistas do Estado alemão na Primeira Guerra e na Segunda Guerra Mundiais.

A partir daí a Geopolítica tornou-se instrumento indispensável para a projeção de poder e para o planejamento estratégico das ações dos estados nas suas relações internacionais, mantendo-se Ratzel e Kjéllen como a base do pensamento geopolítico clássico. Tal contexto histórico e intelectual é confirmado por COSTA (2004, p. 58): “*é sem sombra de dúvida que o surgimento da geografia política e sobretudo da geopolítica são um produto do contexto europeu na virada do século XIX para o XX, com F. Ratzel e R. Kjéllen, respectivamente*”.

A expansão do pensamento geopolítico, no entanto, não se restringiu ao espaço europeu. Num mundo cujo processo de internacionalização ganhava gradativamente contornos de globalização incipiente, a construção de “*projetos nacionais*” (COSTA, 2004, p. 58) teve na Geopolítica sua mais importante ferramenta, tanto para o planejamento estratégico do Estado quanto para o planejamento tático e operacional das suas forças armadas e – sobretudo – para a construção de mitologias e identidades nacionais que justificassem perante uma classe média em ascensão os projetos expansionistas de poder por parte da elite política.

Therezinha de CASTRO (1999, p. 25) mostra a relação profunda existente entre a Geopolítica e as formas mais amplas de planejamento estratégico Estatal – que interessa às Relações Internacionais como ciência – não apenas relativas à guerra mas também à paz, fugindo do estigma que Yves Lacoste emprestou à disciplina, afirmando ser a Geografia (e, por conseguinte, a Geopolítica) um instrumento “*para fazer a guerra*”. A pensadora geopolítica brasileira afirma que

Convertida na consciência geográfica do Estado, a Geopolítica pode prestar serviços às causas da guerra como também às da paz, desde que adequadamente formalizada. Poderá assim traçar metas para um bom governo fundamentando suas diretrizes no setor da integração e no aproveitamento sistemático de seu espaço e posição.

Para o militar e geopolítico brasileiro Carlos de Meira MATTOS (1977, p. 25), a Geopolítica seria uma forma de projeção de poder por parte de um Estado, poder esse que “*encerra uma relação psicológica entre quem o exerce e aquele sobre o qual é exercido [assegurando] ao primeiro o controle sobre as ações do segundo, através da influência que é capaz de exercer*”. A ideia de que o poder é elemento fundamental da Geopolítica está contida também na obra de FONT e RUFÍ (2006),

para quem “a relação com o poder estabelecido [...] marcou, desde suas origens, a geografia política e a geopolítica”

MATTOS (1997, p. 42) fala que entre as manifestações de poder estariam o caráter e a moral nacionais<sup>18</sup>. Ora, caráter e moral são termos que, postos num debate terminológico, são demasiado subjetivos para serem avaliados como forma de manifestação de poder concreto dos Estados. No entanto, ao analisar a obra de MATTOS com foco na Geopolítica percebe-se que esses termos se unem e formam o que se convencionou chamar de *identidade nacional*, ou o conjunto de valores (a referida *moral*) e comportamentos (o referido *caráter*) que, numa determinada sociedade, surgem a partir da conjunção de fatores geográficos e fatores históricos. Como se verá mais tarde neste trabalho, essa lógica que remonta às dificuldades geográficas e históricas que um povo passa no decurso de tempo desde suas origens primitivas possui uma influência fundamental na formação da identidade de um país. Com a Rússia não foi diferente. Como afirma KAPLAN (2013, p. 159): “o clima e a paisagem da Rússia são extremamente inóspitos, e aí se encontra a chave tanto do caráter dos russos quanto de sua história”.

A Geopolítica clássica foi profundamente influenciada pela construção das identidades nacionais nos Estados em que ela surgiu, mas não faziam parte dos temas de estudo originários dessa disciplina. Durante as duas guerras mundiais o tema tornou-se relevante em termos de estudos estratégicos e militares, mas a questão das identidades nacionais foram pouco utilizadas (a ideia nacional em termos geopolíticos só foi utilizada para exaltar o nacionalismo militarista e promover mobilizações de guerra, propaganda belicista e para justificar massacres e genocídios). A superação da Geopolítica clássica na sequência da Segunda Guerra Mundial e o surgimento da dinâmica da bipolaridade que marcou a Guerra Fria mantiveram o tema fora dos debates acadêmicos e estratégicos, ainda que durante o processo de Descolonização na África e na Ásia esse assunto tenha voltado a surgir nas discussões políticas.

---

<sup>18</sup> MATTOS (1997) usa referências da obra “*Politics Among Nations*”, de Hans Morgenthau (teórico realista das relações internacionais), como base da sua análise, mas por já ter utilizado o neorealista WALTZ, e pela falta de conexão ampla da obra de Morgenthau com as análises pós-modernas de Relações Internacionais, optei por não promover um diálogo com a obra desse autor realista clássico. Fica, no entanto, o registro de sugestão o acadêmico que deseje encontrar relações entre essas obras.

Foi somente com a superação da bipolaridade e o fim da Guerra Fria que esse tema voltou ao palco de debates da Geopolítica, sobretudo após o caos instalado no processo de fragmentação do antigo bloco soviético e com o esfacelamento da antiga Iugoslávia. É o que COSTA (2008, p. 288) ensina:

Os recentes acontecimentos na Europa Centro-Oriental têm demonstrado que essa velha questão pode retornar com vigor, em que nações e nacionalidades, identidades culturais e políticas, autonomias nacionais, autodeterminação dos povos, organização federativa multinacional, soberania do Estado-Nação etc., enfim, temas que pareciam adormecidos, ou relegados a segundo plano na Europa [...] reconquistam a atenção e demonstram sua natureza recorrente desde o final do século XVIII.

A transformação de valores identitários em movimentos de conotação política ganha igual importância no debate geopolítico sobre esse tema (GOTTLIEB, 1993). Atualmente, diversos grupos separatistas e questionadores do velho conceito vestfaliano de soberania usam uma base étnico-cultural para estabelecer movimentos políticos que questionam o poder central dos seus estados na tentativa de estabelecer soberanias próprias. Descontrói-se o conceito clássico de soberania aplicado ao Estado central para então reconstruir-se tal conceito – sob nova roupagem – num novo Estado-nação, usando a nacionalidade apenas como discurso de secessão e instrumento para a “troca de guarda” do poder, substituindo-se apenas sua titularidade, mas mantendo-se o núcleo desse poder inalterado. Esse paradoxo na ação dos grupos separatistas (que criticam o Estado-nação para tentar construir seu próprio Estado-nação) pode ser facilmente solucionado ao enxergar-se a real discussão por trás desse embate: a luta pura por poder (geo)político. Tal questão, que COSTA (2008, p. 288) chama de “problema das nacionalidades” é apresentado pelo autor como um triunfo dos Estados sobre as nacionalidades:

O problema das nacionalidades na Europa, particularmente na porção centro-oriental, advertem, é que, qualquer que seja o plano “geográfico-político” proposto para solucioná-lo, esbarrará sempre no fato de que não há coincidência entre a “realidade antropológica” e a “distribuição geográfica”. Além disso, lembrem, é essencial considerar que as nacionalidades modernas tendem a transformar valores culturais em movimentos políticos, o que define a contradição básica da época, pois o que tem triunfado não são as nacionalidades, mas os Estados. (COSTA, 2008, p. 288).

Ressalte-se que essa contradição apontada por COSTA (2008) é apenas aparente (conforme já mencionado), considerando que a nacionalidade é usada como forma de consolidar poder e construir uma soberania própria em torno de um Estado-nação através da união “mitológica” de povos ou grupos sociais diversos.

Bósnios questionaram o Estado-nação iugoslavo com base no conceito de nacionalidade para construir um Estado-nação próprio. Catalães e bascos questionam o Estado-nação espanhol para construir um Estado-nação próprio. Kosovo questionou o Estado-nação sérvio para proclamar sua independência em forma de um novo Estado-nação. Até mesmo a autoridade curda busca, com marchas e contramarchas, criar um Estado-nação próprio em prejuízo territorial de Turquia, Síria e Iraque.

Essa nova dinâmica de poder pela identidade, enfraquecida na época da Guerra Fria pela luta ideológica no contexto de bipolaridade, torna a afirmação anterior de COSTA (2008, p.288) um elemento fundamental para o desenvolvimento dos novos debates da Geopolítica.

A identidade tornou-se fundamental para a compreensão das novas relações geopolíticas inter e intranacionais, e embora haja no cenário acadêmico/Geopolítico neoclássico uma tendência a minorar a importância desses elementos como formas de análise, há vital importância da discussão da identidade no âmbito dos estudos geopolíticos (por influência da Geopolítica Crítica, sobretudo), associado ao diálogo com conceitos dos estudos culturais e da perspectiva pós-moderna de Relações Internacionais.

A Geopolítica Crítica lança mão de recursos do pós-modernismo para estabelecer nesses temas outrora vistos como *low politics* uma relação dos seus núcleos analíticos com conceitos fundamentais da Ciência Política, sobretudo o aspecto do poder. A trilha da história de cada povo, as características específicas das nações e a influência nos conflitos por poder e por autoridade são destacados por TUATHAIL (1996, p.1): “*the geography of the world is not a product of nature but a product of histories of struggle between competing authorities over the power to organize, occupy and administer space*”.

Embora se possa discordar da Geografia Crítica no tocante à falta de vínculo entre a natureza e a geografia (política) mundial – vínculo que entendo existir em termos relativos de Determinismo<sup>19</sup> – há que se concordar com a afirmação Realista

---

<sup>19</sup> Determinismo é uma teoria geográfica criada pelo alemão Friedrich Ratzel no século XIX, e que afirma a influência do meio natural sobre a constituição física e psicológica dos seres humanos e das sociedades políticas humanas. Em termos geopolíticos, o Determinismo foi fundamental para elaborar

dessa teoria da Geopolítica de que a geografia pode ser determinada pela luta pelo poder, devendo ser levada em consideração a importância que a identidade tem na formação do Estado-nação, na construção de discursos mitológicos de unidade política e na própria luta pelo poder. A identidade não é apenas um fator a mais para tais eventos: é, em si, base fundamental de apoio da luta pelo poder, em que uma autoridade central é questionada para dar espaço a identidades que, nesse arranjo de poder, são marginais, mas que buscam auto-determinação para gerir sua própria soberania. Essa ideia é traduzida por TUATHAIL (1996, p. 2), quando afirma que:

This struggle between centralizing states and authoritative center, on the one hand, and rebellious margins and dissident cultures, on the other hand, is still with us. While almost all of the land of the earth has now been territorialized by states, the processes by which this disciplining of space by modern states occurs remain highly contested. From Chechnya to Chiapas and from Rondonia to Kurdistan and East Timor, the jurisdictions of centralized nation-states strive to eliminate the contradictions of marginalized peoples and nations.

A lição de COSTA (2008, p. 288) também aponta nesse sentido, embora sua afirmação tenha mais a ver com a discussão do tema no campo da Geopolítica teórica do que com o debate aplicado desses conceitos a casos concretos:

A tradição da geografia política demonstra que essas questões [de identidade] têm sido tratadas como [...] mais um “fator” na consideração dos problemas de fronteiras ou da organização interna dos Estados-território [...] Pouca atenção se deu aos seus aspectos teóricos principais, o que é certamente uma carência grave diante da complexidade intrínseca ao tema, e da natureza do problema na atualidade.

COSTA traz ainda uma discussão relevante do ponto de vista geopolítico sobre identidade e poder: o autor questiona “[...] *se nação e sociedade nacional são a mesma coisa, isto é, se a comunidade nacional e a comunidade étnico cultural se confundem*” ou se “[...] *trata-se de um produto da ação política organizada, e [...] da acumulação, transmissão e transformação em força social (consciência nacional) de traços étnicos e culturais [...] forjadores de uma nacionalidade*” (COSTA, 2008, p. 289). Questiona ainda o autor se esse conceito de *nacionalidade* “*sobredeterminaria o de nação*” (COSTA, 2008, p.289).

Conforme foi apresentado na seção específica sobre a influência dos estudos culturais e da história cultural na discussão sobre nacionalidade, há uma clara

influência da construção mitológica da nação sobre o controle político da sociedade nacional.

A mitologia nacional – expressa por símbolos, heróis, pela língua nacional e por valores que representam o *zeitgeist*<sup>20</sup> dessa sociedade – se confunde com a ideia de *volksgeist*<sup>21</sup> de forma proposital, em que uma elite de uma determinada época funda as bases do Estado-nacional, conseguindo adesão das camadas médias e populares através dessa construção mitológica que, a partir da construção de estruturas psicológicas de pertencimento coletivo – identidade – garantem a docilidade das massas ao projeto político e de poder que se perpetua no tempo. É sobre esse processo de “*psychological bonding*” que fala indiretamente COSTA (2008, p. 289), ao afirmar que essa construção identitária de nação “*não se trataria [...] de nenhuma ‘adesão voluntária’ das classes*” a essa ideia, mas supostamente de uma “*força interior*” que, conforme o autor, “*se consolida a cada geração e move a sociedade em direção a projetos comuns (nacionais) dirigidos pelo Estado*”. Essa “*força interior*” de que fala o autor seria exatamente esse processo de “*psychological bonding*” através da mitologia identitária, cujos fundamentos e objetivos são puramente geopolíticos: exercício puro do poder e sua perpetuação no decurso do tempo.

COSTA (2008) segue no debate, contrapondo ideias defendidas por autores que trabalham a questão formacional desse “espírito nacional” – como Jacques Droz, Johann Gottfried Herder, José Ramón Recalde, Gurutz Bereciartu, Hans Kohn e Eric Hobsbawm – mas é no embate de ideias entre Otto Bauer e Joseph Stalin sobre nacionalismo e socialismo (ou nacionalismo *versus* socialismo) que o autor faz um preciso comentário que é central para o presente trabalho:

Stalin esboça um esquema conceitual extremamente simplório [...] de nação, no qual esta aparece como a “síntese” de várias “comunidades” de homens, de idioma, de território, de vida econômica e de psicologia. Crítica,

---

<sup>20</sup> *Zeitgeist* é uma palavra em alemão que expressa o chamado “espírito de uma era”, ou seja, o conjunto de valores sociais, econômicos e políticos (além do liame psicológico de símbolos e mitos) que um determinado povo tem num determinado território e numa determinada era. Parte da discussão sobre nacionalismo no século XIX – sobretudo o nacionalismo alemão, fortemente influenciado pelo Romantismo e por esses conceitos metafísicos – teve como base essa lógica da existência de um suposto “caráter espiritual” de um povo que moldaria seu presente e seu futuro. Essa análise pode ser encontrada em HOBBSAWM (2008) e em COSTA (2008).

<sup>21</sup> Segundo COSTA (2008, p. 289) é o “*caráter popular fundado sobre a língua, os costumes e os direitos (e um território, pode-se acrescentar)*”.

com ironia e desdém, o conceito geral de nação desenvolvido por Bauer, sob o argumento de que “comunidade de caráter” e “comunidade de destino” seriam entidades metafísicas, exclusivamente culturais e sem base material (especialmente territorial).

Embora o debate específico sobre a identidade nacional russa só vá ocorrer no último capítulo, dois pontos do pensamento esboçado por Joseph Stalin (segundo COSTA, 2008, p. 303) são importantes e precisam ser destacados, por terem impactos substanciais na conexão da teoria desse primeiro capítulo com o debate central do terceiro capítulo: a) ao recusar o conceito baueriano de nação, Stalin estabelece uma diferenciação entre a construção metafísica e construção concreta do “espírito nacional” (o que faz no âmbito de justificação de um socialismo soviético que coloca as classes acima das etnias/nacionalidades), pensamento que expõe a ideia de que *identidade nacional* é uma categoria discursiva para o exercício de poder, embora tenha suas fontes seguras no imaginário coletivo e numa suposta “condição espiritual” de nacionalidade; b) o próprio Stálin daria provas de que essa constituição identitária era apenas um “pano de fundo” para o exercício puro de poder pois, segundo HOSKING (p.431), “*from the mid-1930's nationality became a more important marker than 'social origin' and was used for discrimination and manipulation in personnel policy*”. Stálin foi Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) entre 1922 e 1952, e embora na década de 1920 ele tenha buscado integrar os povos fronteiriços à União Soviética – caucasianos entre eles –dando-lhes autonomia inclusive em relação aos seus caracteres culturais nacionais, gradativamente ele passou a promover uma política silenciosa de “russificação forçada” que, à diferença da violência explícita da era dos *czares*, usava métodos de limitação hierárquica interna no PCUS e no próprio tecido social da Rússia aos que não aderiam ao *modus vivendi* russo: “*local languages and cultures were advanced, even created, but within a framework in which Russian language and culture, as well as Russian imperial values, were increasingly imposed as necessary requirements for everyone*” (HOSKING, 2001, p. 432).

A identidade nacional russa, nessa esfera, tornou-se um poderoso elemento geopolítico que, através da chamada *imaginação cartográfica*, impunha valores da autoridade central como forma de exercício de poder, seja pelo *soft power* da “russificação cultural silenciosa”, seja pelo *hard power* de criação de categorias de “inimigos” da nação russa. O próprio Stálin via no processo de autonomização

política dos povos fronteiriços da URSS um risco geopolítico enorme (COSTA, 2008, p. 307):

Como Ratzel e os geopolíticos que o seguiram, Stálin não nutre simpatias pelo modelo federalista-nacional, vendo nessa forma de organização política do território um meio caminho percorrido pelas tendências latentes nas “terras periféricas” em direção à separação. Preocupa-o sobremaneira a relação entre o centro e a periferia na “Grande Rússia”, mesmo após a revolução (URSS), o que o leva, na prática, a recorrer à clássica teoria geopolítica dos movimentos centrífugos e centrípetos no interior do todo territorial, desenvolvida anos antes por Ratzel.

A solução encontrada por Stálin foi dividir a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 15 unidades<sup>22</sup> de etnicidade completa e, abarcando toda a diversidade nacional das minorias, outras 20 Repúblicas Socialistas Soviéticas Autônomas<sup>23</sup>, muitas delas dentro do espaço das RSS (embora com o nome “Autônoma”, essas unidades eram dotadas apenas de uma semi-autonomia estritamente controlada pelo partido). No entanto, o controle de cada uma dessas unidades estava a cargo de alguém do PCUS enviado por Moscou e, mesmo que sua origem fosse local, havia passado pelo adestramento cívico-militar do partido, processo que continha elementos de “russificação forçada” disfarçados de “treinamento funcional”: *“tendo sido ajustado o nível territorial, por critérios políticos e econômico-regionais, e dentro destes alguns dispositivos voltados às minorias, restou o partido como a grande instância entre nações e centralizadora do todo estatal”* (COSTA, 2008, pp. 307-308). Havia mesmo uma sub-representação das unidades federativas não-russas no conjunto da URSS. Conforme COSTA (2008, p. 311), *“ao examinar o sistema federativo soviético – repúblicas federativas autônomas, regiões e territórios autônomos – conclui que as nacionalidades (120, segundo o censo) acham-se sub-representadas no Soviete Supremo da URSS”*.

Esse processo de divisão das zonas da União Soviética seguia uma lógica similar às zonas administrativas de defesa da Rússia Imperial, embora Stálin buscasse sempre criticar e se afastar do núcleo do pensamento do *czarismo* (pela óbvia razão de que a Revolução Russa de 1917 tinha destronado e executado o

<sup>22</sup> Repúblicas Socialistas Soviéticas (RSS) da Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Estônia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Lituânia, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão, assim divididas por critérios de “eticidade completa” (MANDEL, 1985).

<sup>23</sup> Abkházia, Adzhar, Bashkir, Buryat, Chechênia-Inguchétia, Chuvash, Daguestão, Karbadin-Balkária, Kalmyk, Karakalpak, Karelian, Komi, Mari, Mordóvia, Nakhichevan, Ossétia do Norte, Tatar, Tuba, Udmurt e Yakut.

czar Nicolau II). Essas críticas, contudo, foram apenas pano de fundo para a reedição – pela URSS - da política de ocupação e assimilação proposta pelo militar Grigori Potemkin durante o reinado de Catarina II (no século XVIII), em que uma mistura de cooptação das elites convivia com a destruição de elementos rebeldes ou a rendição forçada de ex-rebeldes, que passavam de “inimigos da Rússia” a “aliados da Rússia” com a mesma rapidez com que novamente se tornavam inimigos. A obra “*Khadji-Murat*”<sup>24</sup>, de Liev Tolstói, mostra bem esse aspecto relacional de *frienemies*<sup>25</sup> existente na geopolítica russa na Ciscaucásia em relação à resistência muçulmana e antirrusa do Imã Shamil que, capturado (ou forçadamente rendido) por tropas russas foi enviado a São Petersburgo como “líder prisioneiro”, conheceu o czar Alexandre II, recebeu a “pena” de exílio em Kiev (onde manteve uma vida luxuosa às custas do tesouro russo) e, em 1869, recebeu autorização russa para realizar a peregrinação muçulmana a Meca (*hajj*), vindo a falecer em 1871 na cidade de Medina, Arábia Saudita. Destaque-se que essa não era a forma padrão pela qual os russos tratavam seus inimigos e prisioneiros de guerra, mas fazia parte da lógica de “destruir ou assimilar”, concedendo a figuras-chave da resistência antirrusa a “benevolência” de uma prisão luxuosa no exílio.

Esse comportamento russo partia de um pressuposto geopolítico que perdurou durante todo o Império Russo, permaneceu vivo (embora oculto) durante a União Soviética e se mantém vivo nos dias de hoje na Federação Russa presidida por Vladimir Putin: a ideia de que a identidade nacional é, na realidade, um pressuposto de ação geopolítica para projeção de poder, cujo uso minimiza choques com parte das sociedades não-russas docilizadas ao mesmo tempo em que legitimam o uso da força bruta para combater setores não-russos rebeldes ao poder central.

Isso parte do que TUATHAIL (1996) e KAPLAN (2013) chamam de *imaginação cartográfica*, elemento geopolítico que se baseia na intersubjetividade e

---

<sup>24</sup> Obra concebida por Liev Tolstói a partir de sua experiência como oficial no exército russo no Cáucaso, “*Khadji-Murat*” (publicada em 1912) conta a história do rebelde checheno homônimo que lutou contra os russos, aliou-se aos russos contra os montanhesees liderados pelo Imã Shamil após ser traído por esses, e terminou voltando-se novamente contra os russos, por quem seria morto ao final do romance.

<sup>25</sup> Termo geopolítico nascido da mistura de *friend* (amigo) e *enemy* (inimigo) e que indica uma relação complexa e realista em que alguém é conjunturalmente apresentado como aliado mas que, estruturalmente, é inimigo de outrem.

na alteridade para estruturar as estratégias de exercício de poder. É o que se verá na seção seguinte.

#### 2.4 A IDENTIDADE NACIONAL COMO ELEMENTO DE IMAGINAÇÃO CARTOGRÁFICA E PROJEÇÃO DE PODER: PRODUÇÃO DE SENTIDO GEOGRÁFICO A PARTIR DA INTERSUBJETIVIDADE

O processo de consolidação do poder de um Estado-nação sobre um território estrutura-se por meio da absorção daquele espaço geográfico pela autoridade central, passando pela criação (ou constatação) de “vínculos” entre aquela região que se quer absover e o centro do poder daquele Estado. Essa criação de vínculos, presente nas expansões dos grandes impérios da história, é parte do exercício de poder que impõe a ordem através da violência e da construção de significados sobre aquele espaço. É sobre o que TUATHAIL (1996, p.1) fala: *“Imperial systems throughout history [...] exercised their power through their ability to impose order and meaning upon space.* A ação de imposição dessas ordens e significados sobre o espaço pode ser denominada *imaginação cartográfica*, e envolve, conforme TUATHAIL (1996, p. 1), violência: *“the results [of such power exercise] in many instances were often violent, as the jurisdictional ambitions of the royal authority met the determined resistance of certain local and regional lords”*, que na minha concepção vai além da violência física e abrange também a violência psicológica e violência imagética, retirando de determinados povos seu caráter de “humanidade”, diminuindo seu papel civilizacional e mesmo retirando alguns dos seus ícones identitários fundamentais, entre os quais a língua e a cultura, por vezes com discursos integracionistas.

A *imaginação cartográfica* é o processo pelo qual o exercício de poder de uma entidade política sobre um território impõe a necessidade de imprimir àquela delimitação espacial uma construção mitológica que justifique essa absorção regional enquanto unidade política submetida a um centro de poder que, quase sempre, nada tem a ver com aquela região. KAPLAN (2013, pp. 28-29) mostra como essa perspectiva geográfico-identitária é fundamental nas construções estatais no âmbito da Geopolítica: *“assim, chegamos ao mapa, que é a representação espacial*

*das divisões humanas [...] Os mapas nem sempre dizem a verdade; com frequência são tão subjetivos quanto qualquer fragmento de prosa [...] a cartografia pode constituir-se um 'discurso de poder' – nesse caso, de imperialismo latente*". Essa lógica de mapa (cartografia) como elemento de exercício de poder do centro em relação à sua periferia (ou margem) está presente também na obra de TUATHAIL (1996, p.2), que afirma que "*idealized maps from the center clash with the lived geographies of the margin, with the controlling cartographic visions of the former frequently inducing cultural conflict, war, and displacement*". Há, assim, na visão do autor, uma discrepância entre a cartografia utilizada pelo Estado na sua consolidação enquanto nação e a realidade humana nas "*geografias vividas na margem*". Por vezes – talvez quase sempre – essa assimilação geopolítico-cartográfica se dá de forma violenta, embora o motivo possa oscilar entre a religião tradicional e a "nova religião" do nacionalismo (existente a partir do século XIX).

A ação dessa *imaginação cartográfica violenta* promove a reconceitualização do espaço, ou da escrita do espaço (TUATHAIL, 1996, p.3). Enquanto a conceitualização do espaço anteriormente à Paz da Vestfália (1648) era religiosa e incluía uma cartografia cristã, o pós-Vestfália fundou a ideia de "escrita do espaço" pela diferenciação de unidades político-identitárias que, desenvolvendo-se ao longo dos séculos, desaguou na "invenção de tradições" fundamental para a construção do Estado-nacional moderno. Foi a partir do século XVI que a expansão imperialista incipiente tornou as ferramentas de conhecimento geográfico vitais. Embora a geografia só fosse se tornar uma ciência no século XIX, já havia desde essa época a necessidade de conhecimentos geográficos que iam das técnicas de navegação às narrativas literárias de viagem e à pictografia geográfica. É que diz TUATHAIL (1996, p. 8):

The general power relations within which to situate modern geographical knowledge is the centralization and imperialist expansion of the modern European state system across the globe from the sixteenth century onward. Centralization and imperialist expansionism required new aggressive forms of geographical power/ knowledge to supervise the seizure and disciplining of space.

Tal instrumentalidade dos conhecimentos dessa disciplina em torno da empreitada colonial trouxeram a necessidade da construção ideológica para justificar o imperialismo, o expansionismo e os sistemas de violência e opressão de povos for a dos centros tradicionais de poder (SAID, 1994) ou, como TUATHAIL (1996, p. 9)

escreveu, esses atos foram “*lutas históricas e geográficas para imposição da soberania estatal*”. Para isso, necessário se fez instituir uma *imaginação cartográfica*, um modo de pensamento que incluísse o território à jurisdição do centro de poder sem incluir os povos originários desse território no arranjo de poder (TUATHAIL, 1996; SAID, 1994).

Sobre a ideia de *imaginação cartográfica*, necessário se faz explicar o alcance do termo e seus desenvolvimentos para a construção identitária. De início, cumpre esclarecer que, para a finalidade desse trabalho, será desconsiderado o conhecimento geográfico produzido fora do Ocidente (como a navegação árabe ou os descobrimentos chineses) sem que isso se aproxime do descaso com que a historiografia ocidental tradicionalmente relegava a esses temas sob a alegação de que a Geografia enquanto ciência é um fenômeno ocidental. Ocorre a peculiaridade russa de discussão da construção de identidades nacionais a partir de uma *imaginação cartográfica* do Cáucaso de forma mais ampla (e da Ciscaucásia em especial) baseia-se numa expansão imperial que, a despeito da natureza eurasiática do Império Russo, seguiu um parâmetro europeu e ocidental, cabendo portanto usar uma perspectiva geográfica centrada no desenvolvimento desse conhecimento no Ocidente, a despeito do (real) desenvolvimento de algumas ferramentas e conhecimentos geográficos fora do ocidente.

A expansão colonial do século XVI, com Portugal e Espanha como pioneiros na Europa, ampliou o conhecimento geográfico do mundo ao incorporar aos centros de poder novas unidades geográficas outrora desconhecidas ou pouco exploradas pelos europeus: as Américas e a macro-área Afro-Asiática, respectivamente.

É nesse contexto de descobertas de novos lugares e novos povos que se constitui o padrão básico de interação identitária que iria marcar os impérios de 1480 em diante: a busca de uma solução para o *enigma da alteridade* a partir da interação violenta entre as partes, e pela subjugação do não-europeu pelo europeu com base em discursos inicialmente religiosos e posteriormente civilizacionais. TODOROV (2010) e SAID (1994) trabalharam exaustivamente essa lógica interativa em dois períodos: o colonial do século XVI e o neocolonial do século XIX (embora só TODOROV tenha trabalhado a perspectiva mais ampla – sócio-antropolítica talvez –

da interação violenta entre conquistador e conquistado na busca pela caracterização do *eu* e do *outro*.

A descoberta de novos lugares (*lugar* aqui no significado emprestado pela Geografia) fez com que novos sentidos para o mundo começassem a ser produzidos no imaginário coletivo e, num ciclo de retroalimentação, alimentou planos de expansão estatal que criaram novas subjetividades e novas formas de interação entre as subjetividades. É o que dizem FONT e RUFÍ (2006, p. 28): “O *lugar* proporciona o meio fundamental através do qual damos sentido ao mundo e através do qual atuamos. Quando criamos lugares, quando “vivemos” os lugares, criamos identidades. Falar de lugar, portanto, é falar de identidade”. Os autores associam a identidade “ao espaço geográfico e cultural” de determinados povos, introduzindo uma noção que permeia o conceito de *imaginação cartográfica*: identidade e geografia são processos retroalimentados pelo fenômeno cultural ou, como eles mesmos colocam, “o lugar de origem imprime identidade ao indivíduo e ao grupo” (FONT e RUFÍ, 2006, p. 39). Embora os autores se identifiquem como pós-modernos e rechacem o Determinismo de Ratzel, há nessa afirmação deles um dos princípios dessa escola geográfica de pensamento: se o lugar *imprime identidade ao indivíduo e ao grupo*, logicamente há um elemento de determinação da natureza individual e mesmo coletiva que é exógena à vontade *possibilista* do homem. O meio influencia o homem, ainda que o homem tenha meios de *construir a imagem* do meio. Esse *twofold way* é parte integrante da *imaginação cartográfica*: o homem, pressionado e moldado pelo meio, cria conceitos imaginativos sobre aquele território e sobre as pessoas que o habitam, imprimindo neles características que justificariam limites na exploração – e que num segundo momento criação a *necessidade* de exploração, estabelecendo elementos imaginativos e conceitos geopolíticos e estratégicos que justifiquem e operacionalizem a projeção de poder sobre um território determinado.

Na história da ocupação russa do Cáucaso a própria natureza do imperialismo exercido por Moscou foi moldada. Como afirmou KAPLAN (2013, p. 171), “o Cáucaso em muito contribuiu para tornar dura a face do imperialismo russo”. O processo de *imaginação cartográfica* foi fundamental não apenas para consolidar a posição do Império Russo na Ciscaucásia – a partir da concepção de zona defensiva – mas também para criar as regras de interação da Rússia com os povos

originários daquela região. E nesse processo de interação, definição e subjugação do *outro* caucasiano a Rússia acabou por começar a discutir o seu próprio *eu*, sua identidade que a diferenciaria dos *montanheses* e dos *muçulmanos*. KAPLAN (2013, p. 157) traz uma ideia inicial dessa inspiração que o Cáucaso trouxe para os russos na definição da sua própria identidade: “*ao longo da História, o Cáucaso inspirou nos russos, sobretudo nos nacionalistas mais aguerridos, como Soljenítsin, temor e reverência*”.

Adiante, essa ideia fica ainda mais clara, quando KAPLAN (2013, p.158) faz a distinção dos povos e das religiões com as quais os russos entraram em contato no Cáucaso, e que deram início ao que o autor curiosamente chama de *reação emocional que tentaliza e ameaça*:

Aqui, desde o século XVII, colonos russos tentam subjugar uma variedade de povos orgulhosos: tchetchenos [sic], inguches, ossetas, daguestaneses, abecazes, kartivelianos, kakhelianos, armênios, azeris e outros. Aqui, os russos defrontaram-se com o Islã, tanto em sua moderação quanto em sua implacabilidade. A complexa reação emocional dos russos à existência do Cáucaso, que ao mesmo tempo os tentaliza e ameaça, abre uma janela para a história russa como um todo.

É importante destacar que a expansão russa para o Cáucaso tem, antes, um caráter defensivo de proteção das estepes. Embora a dinâmica territorial, histórica e estratégica da Rússia e do Cáucaso (com foco específico na Ciscaucásia) sejam temas do próximo capítulo, comentários sobre esse tema são necessários nesse capítulo por sua conexão com os debates teóricos aqui esboçados, sobretudo pelo papel que as imposições da história sobre o território em questão foram fundamentais para a estruturação da *imaginação cartográfica* que, do Império à Federação da Rússia, moldaram a forma daquele país estruturar seu poder a partir de conceitos de alteridade.

País de geografia complicada e histórico milenar de invasões por povos estrangeiros, a Rússia buscou no seu expansionismo o estabelecimento de marcos geográficos que pudessem proteger as estepes de incursões estrangeiras: montes Urais, círculo Ártico, cordilheira do Cáucaso, Mar Cáspio e Mar Negro. Sobre essa necessidade defensiva da Rússia explica KAPLAN (2013, p. 161):

A Rússia é a mais proeminente potência terrestre do mundo, estendendo-se por 170° de longitude, quase metade da circunferência do globo. Sua principal via de acesso ao mar é pelo Norte, que, porém, encontra-se bloqueado pelo gelo ártico durante vários meses do ano. As potências terrestres vivem em permanente insegurança, como Mahan previra. Sem

mares que as protejam, atormenta-as a insatisfação constant, que as obriga a se expandir de maneira contínua se não quiserem ser, por sua vez, conquistadas. É o caso especialmente dos russos, cujo território plano é quase desprovido de fronteiras naturais e proporciona pouca proteção. Seu temor de uma invasão por terra é um dos temas centrais de Mackinder.

O autor destaca ainda a importância do Cáucaso nesse sistema defensivo das estepes: “quanto ao Cáucaso, essas montanhas constituem a barreira que os russos têm de dominar a fim de se protegerem das irrupções políticas e religiosas do Grande Oriente Médio”.

A vulnerabilidade territorial das estepes ao longo da história, além de forjar a geopolítica russa de expansão em direção a territórios cuja geografia facilita a defesa, criou também um *caráter duro* do imperialismo russo e a *insegurança* como *emoção nacional russa quintessencial* (KAPLAN, 2013, p. 162), percepção que, arraigada há pelo menos um milênio no imaginário coletivo dos russos, teve na época da URSS seu desdobramento em forma de paranoia da liderança estatal do PCUS (Stálin, sobretudo) em relação aos próprios governados. Isso não se deveu apenas à necessidade permanente de defesa dos russos – contra o clima hostil, contra a natureza selvagem, contra os invasores estrangeiros – mas também à questão da existência de um número considerável de *não-russos* na área soberana do Império Russo, na qualidade de súditos, mas que eram tão antirrussos que se tornavam *inimigos internos da Rússia* (eram *não-russos* étnicos, hoje considerados *rossiyane*, que possuem nacionalidade da Federação mas não possuem sua etnia):

Enquanto os impérios marítimos da França e da Grã-Bretanha depararam-se com inimigos implacáveis no além-mar, os russos enfrentaram os seus dentro de seu próprio território; desse modo, muito cedo aprenderam a manter-se ansiosos e vigilantes. Constituíram uma nação que, de uma maneira ou de outra, esteve sempre em guerra; e, mais uma vez, o Cáucaso fornece um exemplo vívido, sob a forma dos tchetchenos [sic] muçulmanos da Ciscaucásia, que enfrentaram os exércitos de Catarina, a Grande no fim do século XVIII, e continuaram fazendo frente a sucessivos czares ao longo de todo o século XIX, numa disputa que prossegue em nosso próprio tempo – muito depois de áreas mais dóceis do Cáucaso mais ao Sul, como a Geórgia, já terem caído sob o controle czarista. A beligerância tchetchena [sic] foi fruto tanto da dificuldade de se extrair a subsistência do solo pedregoso das montanhas quanto da necessidade de pegar em armas para proteger carneiros e cabras dos predadores selvagens. Em virtude das rotas comerciais que atravessavam o Cáucaso, os tchetchenos [sic] tornaram-se ao mesmo tempo guias e bandoleiros (KAPLAN, 2013, p. 170).

A resposta que o Império Russo encontrou foi tentar *dividir para dominar*, cooptando partes da elite caucasiana para apoiar a Rússia enquanto simplesmente destruía a resistência antirrusa. A partir da experiência imperial, a União Soviética

buscou um caminho similar: dividir e deportar (garantindo assim a dominação), criando unidades federativas específicas para cada etnia, movendo-os forçosamente para regiões que não correspondiam às divisões étnicas históricas. Tal medida, tomada pela URSS, deveu-se ao “*receio do espírito independente da gente do Norte do Cáucaso, os bolcheviques recusaram-se a incorporá-los em uma república única e dividiram-nos – para depois reintegrá-los em unidades artificiais que não se conformavam aos seus padrões linguísticos étnicos*” (KAPLAN, 2013, p. 170).

A importância estratégica da região montanhosa do Cáucaso Norte como proteção das estepes russas reaparece na obra de KAPLAN (2013, p. 172), dessa vez destacando a presença dessa região de planície à *Heartland* de Mackinder.

A planície, que abarca o *Heartland* de Mackinder, estende-se das enseadas árticas dos mares Branco e de Kara ao Cáucaso e às cordilheiras do *Hindu-Kush* e Zagros, no Afeganistão e no Irã [...] mas foi só nos casos do Cáucaso e do Afeganistão que os russos se arriscaram para além da região central de sua grande planície e penetraram nas montanhas.

Tais elementos de análise geográfica e geopolítica são fundamentais para compreender o alcance que o Cáucaso teve na *imaginação cartográfica* da Rússia: como zona de defesa das estepes, as montanhas caucasianas, na mente dos planejadores geopolíticos do Império, eram *parte fundamental para defesa da Pátria* e por isso precisavam ser *conquistadas*. Eram a versão russa do *lebensraum*. Na próxima seção isso ficará ainda mais evidente, sobretudo na obra de TOLSTÓI, que retoma inclusive uma lenda criada de que o primeiro grande *czar* russo, Ivan o Terrível, fundador do Estado na Rússia, havia ido até a região montanhosa da Ciscaucásia para, integrando-se com os cossacos, doar aos montanheses caucasianos uma parte do rio Don para *viver em amizade*.

Foi exatamente esse processo de consolidação de *imaginação cartográfica* que criou para o Cáucaso - em especial a Ciscaucásia, mas também a Transcaucásia - o papel de *primeiro bastião defensivo das estepes* o fator responsável pelo projeto imperial da *Novorossiia*, criado para defender posições ao norte do Mar Negro no século XVIII mas que posteriormente foi incorporado pelo plano geral de ação da Rússia no Cáucaso. O referido projeto tem sido – com as devidas adaptações históricas – reeditado pela Federação Russa no período pós-Yéltsin para proteger populações russas no exterior. Mesmo nas regiões caucasianas fora da Federação da Rússia (a Transcaucásia, formada por três

países independentes: Geórgia, Armênia e Azerbaijão) a ação diplomático-estratégica de Moscou faz-se presente, embora de maneira diversa das formas de ação na Ciscaucásia.

A União Soviética, derrubando o Império em outubro de 1917, manteve – embora sob outras denominações - os planos e estratégias defensivas, com base na mesma percepção advinda da *imaginação geográfica* do Cáucaso. Mesmo o fim da URSS em 1991 não alterou essa percepção. Muito pelo contrário: o completo colapso da entidade soviética ampliou ainda mais a percepção de vulnerabilidade da (agora Federação da) Rússia:

Talvez nunca antes em tempos de paz a Rússia tenha se visto em tamanha vulnerabilidade geográfica [...] os líderes russos não tardaram a avaliar a situação tenebrosa. Menos de um mês após a dissolução da URSS, o ministro das relações exteriores russo Andrei Kozyrev, disse à *Rossiyskaya Gazeta* que 'logo compreendemos que a geopolítica está tomando o lugar da ideologia'. 'A geopolítica, persistentemente demonizada nos tempos da União Soviética', escreve John Erickson, professor emérito da Universidade de Edimburgo, 'voltou para vingar-se, assombrando a Rússia pós-soviética'. As denúncias de que a geopolítica não passava de uma ferramenta do militarismo capitalista agora eram coisa do passado: não só a disciplina foi reabilitada no país, como também as reputações de Mackinder, Mahan, e até Karl Haushofer. Em 'estilo descaradamente neo-mackinderiano', o líder comunista da velha guarda Gennady Zyuganov declarou que a Rússia precisava recuperar o controle do "*Heartland*". (KAPLAN, 2013, pp. 178-179)

O Cáucaso, outrora uma área defensiva da Rússia consolidada na era imperial e unificada durante o período soviético, tornou-se com o fim da URSS um problema – similar ao que representou no século XIX – com os movimentos separatistas que começaram a surgir no espaço pós-soviético degenerando em violência aberta contra os russos. Ainda assim, o velho paradoxo caucasiano – advindo de uma *imaginação cartográfica* construída no século XIX – de terra *bela e selvagem* retornou à pauta, sobretudo após os conflitos recorrentes na Chechênia, entre 1991 e hoje. KAPLAN (2013, p. 180) explicita esse paradoxo: “o Cáucaso é o Cáucaso exatamente por ser um caldeirão de identidades e conflitos étnicos – identidades que, com o colapso dos blocos de poder da Guerra Fria, têm o potencial de desenvolver uma riqueza cada vez maior”.

Por fim, o velho conflito latente entre a ortodoxia e o islamismo – que opõe os russos e os caucasianos chechenos e daguestanes – voltou à pauta geopolítica em paralelo ao separatismo, sobretudo com o surgimento de um *jihadismo* militante e

antirrusso na Ciscaucásia, com apoio de redes terroristas internacionais como a *al Qaeda* e, contemporaneamente, o ISIS.

[...] a comunidade muçulmana nominal [...] baseada no Norte do Cáucaso e na área do Volga-Urais, bem como em Moscou e São Petersburgo, tem uma tendência ao separatismo regional; ao mesmo tempo, pode envolver-se em terrorismo urbano. (KAPLAN, 2013, p. 181)

O risco de terrorismo na Ciscaucásia – e por toda a Rússia a partir de grupos chechenos e daguestanes – promoveu uma reformulação das bases da *imaginação cartográfica* da região por Moscou: somando-se à figura dos rebeldes separatistas, a figura do *jihadista* global atuando a partir da macrorregião do Cáucaso (mas em especial a partir da Ciscaucásia) tornou-se uma nova maneira de identificação de um *outro* caucasiano que, assim como o montanhês rebelde do século XIX, representa uma ameaça à Federação, devendo portanto ser *exterminado*.

Essa representação do *outro* caucasiano faz parte da imaginação coletiva russa desde pelo menos o final do século XVIII e começo do século XIX, mas estão tão arraigados na *weltanschauung*<sup>26</sup> russa que mesmo hoje continuam existindo, transformando-se apenas com relação aos fatos da política internacional contemporânea (como o terrorismo integrista islâmico). Isso se deu a partir de um lento processo de interação militar-cultural entre os russos e os não-russos no Cáucaso, que criou a figura da Ciscaucásia como região defensiva vital e dos caucasianos como *frienemies* que, de forma Realista, deveriam ser cooptados ou exterminados a depender da sua resistência ao projeto imperial russo. Essa percepção começou com o início da interação geopolítica russo-ciscaucasiana no final do século XVIII e, através sobretudo da literatura russa, mexeu com a imaginação coletiva dos russos, suas percepções identitárias do *self* e do *other* (a construção do *self* russo a partir da definição do *other* caucasiano) e teve efeitos duradouros na geopolítica russa e suas consequências para os sistemas regional e internacional, que orientaram a ação de Moscou nos cenários regional e internacional desde o século XIX e, sobretudo, após o fim da União Soviética em 1991. As questões relativas à dinâmica histórico-estratégica do espaço nacional russo serão tratadas no próximo capítulo. A dinâmica da literatura russa na construção da *imaginação cartográfica* da Rússia e do Cáucaso será tratada no

---

<sup>26</sup> Palavra alemã que significa “visão de mundo”, ou *worldview*.

último capítulo. Passo, nessa seção final do presente capítulo, à análise teórica do pós-modernismo nas Relações Internacionais, por ser essa perspectiva fundamental à compreensão e conexão dos conceitos já trabalhados nas seções anteriores com o conjunto deste trabalho.

## 2.5 O DEBATE PÓS-MODERNO SOBRE IDENTIDADE NACIONAL: DISCURSO, PERCEPÇÃO DA ALTERIDADE, MODOS DE SUBJETIVIDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O pós-modernismo, enquanto perspectiva teórica das Relações Internacionais, questiona o “engessamento” temático das teorias principais. Ao propor novas perspectivas, abre um novo campo de estudos que, embora não tenha a pretensão de se tornar uma teoria em si, encontrou historicamente seu lugar como uma das principais perspectivas do debate internacional.

Inicialmente, é importante destacar os conceitos em torno da *identidade nacional* debatidos por autores pós-modernos que tratam das relações internacionais. Ao trabalhar o conceito de identidade nacional, ÜNAL e İNAÇ (2013) escrevem:

“Identity is a description or, in other words, the definition of the existence and belongingness. The identity consists of two pillars: identifier and identified. [...] It is an alterity, otherness and an ambiguous notion which gets its meaning from what it is not, from the ‘other’ [...] There is no culture or cultural identity which does not have its ‘other’ of the ‘self’”. Because the identity means to the ‘other’, it is defined, determined and nominated by the ‘other’”. (ÜNAL e İNAÇ, 2013, p.223).

O ponto central da análise dos acadêmicos turcos passa por um aspecto sentimental: a definição de existência e pertencimento. E nessa busca por existência e pertencimento, de acordo com os mesmos autores, a definição do *self* passa pela definição do *other*, já que alteridade seria “uma noção ambígua que retira seu significado do que ela não é, do *outro*”.

A definição da constituição do *self* pela definição do *other*, como trabalhada pelos autores, equivale aos processos axiológico e praxiológico de que falou TODOROV (2010) em seu trabalho *A Conquista da América*: impor um juízo de valor sobre o outro e, a partir dessa identificação/diferenciação, subjugar-lo.

Adiante, os autores conectam a construção identitária com os elementos de tempo e de espaço. ÜNAL e INAÇ, confirmando a lição de HOBBSAWM (2008), asseveram que a identidade nacional e seu processo formativo são consequências do momento histórico e do espaço em que a identidade se desenvolveu (daí a diferença, já apresentada em seções anteriores, dos processos de construção das identidades nacionais, sobretudo no século XIX), não sendo nunca naturais, mas sim construídas num *framework* social e histórico:

“Identity is constructed in accordance with the special condition of the time process and dependent on time and space. The concept of identity is introduced both, the notion of continuity and that of change without making them contradictory; on the contrary, continuity, in so far as it concerns the ‘self’ in its relation with the ‘other’, is meaningless without transformation. This transformation is referred to within two factors. First; the authenticities are not natural and given by birth, but constructed within the social and historical framework. Second; the history sense of identity means not only the positioning of identity units within the historical process, but also changing the comprehensive and holistic character of any given common identity unit within the historical perspective. In any certain period of history, a kind of identity might be comparatively more influential over the people”. (ÜNAL e INAÇ, 2013, p.223).

HUYSSSEUNE (2009) mostra que a fluidez na definição do que seriam as *identidades nacionais* cria a problemática da natureza do nacionalismo, mutável segundo as alterações históricas e possível de se transformar em “articulações alternativas de nacionalidade”, complementando o que ÜNAL e INAÇ afirmaram anteriormente.

The difficulties of defining national identities is the cause of the continuously disruptive nature of nationalism. The equivalence between states and nations can in fact not be taken for granted. Although many states have effectively been able to create a national community, this success has been far from universal. The convergence of state and nation has been particularly problematic in Africa, because of the artificiality of state borders inherited from the colonial period. The dissolution of the Soviet Union and Yugoslavia has, however, revealed the more general significance of this problem. In almost all nation-states, the presence within state borders of cultural and linguistic minorities has led to alternative articulations of nationhood. Although not necessarily political in their origins, such affirmations of sub-national identities have almost always led to nationalist political mobilization, since they were confronted with states incarnating different identities and frequently implementing policies of cultural homogenization. (HUYSSSEUNE, 2009).

A referência à “implementação de políticas de homogeneização cultural” promovidas pelo Estado para se opor a “afirmações de identidades sub-nacionais”, conforme feita por HUYSSSEUNE (2009), é o elemento a que WALKER chama de *manipulação de subjetividades*, usada para afirmar o poder do Estado sobre a população em seu território.

Essa referida manipulação das subjetividades vista em WALKER (2013, p. 237) configura-se como construções discursivo-identitárias que “*convertem territorialidades horizontais em níveis aparentemente hierárquicos*”, em que o centro do poder num Estado está localizado numa posição hierárquica superior à dos povos sob sua tutela que não fazem parte daquele tipo tido como “tradicional” ou “original” (que juridicamente convencionou-se chamar de “nato”, em oposição a “naturalizado”), por características imaginárias que supostamente colocariam o povo responsável pelo controle do poder numa relação étnico-civilizacional de superioridade em relação aos demais povos em seu território.

WALKER (2013, p. 237) traz ainda a lição sobre as “*articulações da aspiração cosmopolita*” de alguns “*princípios que celebram as virtudes da particularidade*”, elemento que confirma a lógica segundo a qual a homogeneidade é buscada a partir de uma particularidade específica de um certo grupo no poder, embora traga a aparência de cosmopolitismo. São as “implementações de políticas de homogeneização cultural” contra as “afirmações de identidades sub-nacionais” (HUYSSEUNE, 2009), em que a “manipulação das subjetividades” (WALKER, 2013) serve para promover o “paradoxo do compreensão que mata” (TODOROV, 2010) e subjugar ou destruir o *other*, garantindo a supremacia do *self* pela reafirmação da soberania nacional que protege o *status quo* e garante a docilidade do *outro*, considerado marginal no sistema nacional para ser absorvido por esse ou, em caso de resistência, eliminado. Esse processo é indiretamente apresentado por WALKER (2013, p. 242) ao questionar o princípio puro de soberania nacional:

Apesar das aparências, a soberania não é um princípio permanente da ordem política; a aparência de permanência é simplesmente um efeito de práticas complexas que afirmam continuidades e marginalizam desordens e perigos.

Essas “desordens e perigos” de que fala WALKER podem ser percebidos na afirmação de CAMPBELL (1995, p. 163) de que, na construção identitária em torno de um conflito, o “mal” é atribuído ao *outro* e o “combate ao mal” é um “fardo” imposto ao *eu*. Destaque-se que, embora o autor refira-se à questão do esfacelamento da Iugoslávia, esse modelo é abstrato e pode ser aplicado a qualquer realidade nacional (inclusive à Rússia e sua ocupação do Cáucaso, como se verá nos capítulos a seguir). Embora seja um tópico que será desenvolvido em capítulos a seguir, há que se mencionar a afirmação de CAMPBELL (1995, p. 172) que

demonstra como a Rússia soviética efetivamente manipulou a separação nacionalista para o aprofundamento da autoridade da URSS nas regiões sob seu controle:

It overlooks the important fact that in the federal states of the Soviet Union and Yugoslavia, the communist leaderships did not suppress nationalist identifications, but rather constitutionally enshrined and used them for the furtherance of their authority.

CAMPBELL (1995, p. 174) ainda destaca a não-naturalidade das construções identitárias de inimizade, que seriam feitas para atender a projetos políticos: “*far from being natural, we can think of ethnicity and nationalism as questions of history violently deployed in the present for contemporary political goals*”. Estereótipos para subjugação de uns povos por outros, partindo do princípio de superioridade do *self* em relação ao *other*, são uma constante na atuação expansionista de alguns Estados nacionais, inclusive, como se verá nos capítulos adiante, da Rússia: “*anti-North Caucasian sentiments have long existed in Russia and stem from stereotypes formed during Russia's colonial expansion into the North Caucasus in the late eighteenth century*” (FOXALL, 2015, p. 5).

Uma das principais questões teóricas que o pós-modernismo traz para esse debate de construção identitária é a ideia defendida por DOTY (1993) sobre a *produção de sentido em sujeitos/objetos sociais*. Inicialmente, há que se considerar que embora a autora utilize esse conceito teórico na análise dos discursos dos Estados Unidos em relação ao processo de independência/maturidade política das Filipinas, tal modelo é perfeitamente aplicável a outros modelos históricos de construção de realidade identitária, pois é um desenvolvimento discursivo subjetivo relacionado à “inferioridade” de um povo como justificativa para a sua submissão a outro centro de poder. O que os Estados Unidos fizeram nas Filipinas na década de 1950 (em subjugar o povo filipino a partir de uma política de contrainsurgência ostensiva e opressiva com base numa relação de superioridade/inferioridade entre americanos e filipinos) possui diversos pontos de similaridade com inúmeros exemplos históricos – modernos e contemporâneos - de zonas fronteiriças conflitivas: subjugar determinadas etnias a partir de um discurso de inferioridade/barbarismo, promover uma política de “etnização forçada” dessas populações, concedendo status de “autonomia sem independência”, em que o

território mantém-se conectado ao poder central, mas a cidadania não é estendida aos povos originários desse território.

Roxanne Lynn DOTY (1993, p. 302), em seu artigo *Foreign Policy as Social Construction*, trata das aproximações teóricas relacionadas à construção da realidade na política internacional. Ao tratar das práticas discursivas (*discursive practices approach*), a autora as define como formas de “construção linguística da realidade”, que são vistas como uma forma complexa que soma elementos psicológicos e cognitivos para formar um sentidos subjetivos e padrões mentais de coletividades sociais.

A “rede complexa e infinitamente expansível de significados possíveis” (DOTY, 1993, p. 302) é trabalhada conceitualmente pela autora como uma forma dinâmica de poder que apresenta “a radically new conception of power which is inherent in the linguistic practices by which agents are constructed and become articulated within particular discourses”. São esses *discourses* que, baseados numa estratégia de exercício de poder e dominação, ajudam um país e um povo a construir a linha distintiva entre o “eu” e o “outro”. A prática linguística normaliza a situação segretatória e, a partir da diferenciação terminológica e conceitual entre o *self* e o *other*, justifica políticas de “combate ao mal” no “outro” (CAMPBELL, 1995, p. 163).

Em diversos exemplos históricos tais *discourses* ajudaram a construir um jogo identitário de poder que puseram e que põem em constante conflito – discursivo, geopolítico, militar – povos de origens étnicas diversas, embora compartilhem um mesmo espaço territorial.

A formação das identidades nacionais representa efetivamente uma produção de sentido em sujeitos sociais para o atingimento de um objetivo interpretativo específico: justificar as estratégias geopolíticas de poder e seu exercício em torno de determinada região ou daquele de um grupo específico de cidadãos. A lição de DOTY (1993) nesse sentido é importante:

"how meanings are produced and attached to various social subjects/objects [constitutes] particular interpretive dispositions which create possibilities and preclude others [...] what is explained is not why a particular outcome is obtained, but rather how the subjects, objectives and interpretive dispositions were socially constructed such that certain practices were made possible".

A análise que a autora promove sobre poder e sua forma de exercício a partir de discursos e constituição de modos de subjetividade é crucial para entender o comportamento de vários atores internacionais na constituição identitária de povos sob seu domínio. Ao discutir a construção e desconstrução de modos de subjetividade para justificar uma intervenção dos Estados Unidos nas Filipinas, DOTY (1993, p. 299) afirma que "*power works to constitute particular modes of subjectivity and interpretive dispositions*", sendo assim um elemento produtivo: "*it is a kind of power that is productive of meanings, subject identities, their interrelationships, and a range of imaginable conducts*".

O poder, portanto, teria como um dos seus desdobramentos primários a produção de significados, sujeitos e identidades, e nesse sentido a dimensão social do significado seria mediada por cognição e cultura, nos discursos de poder, o que tornaria a linguagem uma prática significativa por representar exatamente sistemas de crenças: "*language is transparent in that it reflects perceptions, motivations, and belief systems*" (DOTY, 1993, p. 301).

A realidade seria, assim, construída a partir de práticas discursivas e de poder que se imporiam sobre sujeitos e modos de subjetividade, ampliando as possibilidades interpretativas e definindo a construção do *actorhood* e dos projetos de poder relativos à condição de agente (EDKINS, 2007).

As *identidades nacionais* estariam na ponta-de-lança dessa construção da realidade a partir da perspectiva (e dos objetivos geopolíticos) de um determinado Estado. O posicionamento contraposto de identidades acaba sendo, em si, um discurso. É um posicionamento de sujeitos que DOTY (1993, p. 306) divide em 4 subcategorias e chama de *subject-object linking though subject positioning*: oposição, identidade, similaridade e complementaridade. Tais categorias representam um espaço discursivo e impõem significados ao mundo, "criando" realidade:

"this is because discourses create various kind of subjects and simultaneously position these subjects vis-à-vis one another [...] subjects, then, can be thought of as positions within particular discourses, intelligible only with reference to a specific set of categories, concepts and practices. Policy makers also function within a discursive space that imposes meanings on their world and thus creates reality" (DOTY, 1993, p. 303).

A criação de realidades a partir da imposição de significados no espaço discursivo tornou-se fundamental para a formação identitária de diversos Estados.

A construção do discurso como prática de representação da realidade tem desdobramentos concretos nas políticas externas e internacional dos Estados. E, como destacado por SHAPIRO (1989, p. 15), "*the foreign policy of nation states are based on what have been shown to be representational practices through which various forms of global otherness have been created*". Para esse autor, o político e o internacional devem ser vistos como parte integrante de um texto e de um contexto. Discurso e segurança são parte dos sistemas de autoridade e controle e ajudam na constituição do *self* moderno, que a faz a partir de interesses institucionalizados e do processamento de informações. Ainda segundo SHAPIRO (1989, p. 15), a constituição de sentidos (práticas representacionais) ajuda a reproduzir formas institucionalizadas de dominação, na qual uma minoria impõe sua vontade à maioria nativa. Isso ocorre inclusive a partir do dismantelamento do arcabouço cultural, linguístico e historiográfico dos povos locais:

To use the ordinary subjects, objects, and general grammars through which [a country] is ordinarily apprehended is, in effect, to license a forgetting of the history of struggles through which such entities have come to be domesticated within modern international space. Such a forgetting is not a psychological but a textual phenomenon, for it is a scripted or institutionalized forgetting that exists in the dominant modes for representing international entities.

A prática representacional de alteridade de que fala SHAPIRO (1989) e os modos de constituição de subjetividade de que fala DOTY (1993) oferecem elementos teóricos para análise do comportamento geopolítico da Rússia no Cáucaso, a partir de arranjos políticos internos (Ciscaucásia) e externos (Transcaucásia) executados pelo Estado russo.

Importante destacar que, em consonância com o que SHAPIRO (1989, p. 15) chama de "*fenômeno textual*" na representação histórica de determinadas entidades políticas, farei no último capítulo uma análise das construções imagéticas que os russos fizeram dos ciscaucasianos a partir das dinâmicas discursivas da literatura russa do século XIX (sobretudo Liev Tolstói e Fiódor Dostoiévski), e como isso se projetou nas relações de poder entre a Rússia e a Ciscaucásia. Não foi meu objetivo me aprofundar na obra de SHAPIRO, mas a referência a esse autor pós-moderno torna-se importante, e deixo aqui a sugestão para futuros estudos do presente tema a partir da perspectiva desse autor.

A Ciscaucásia, segundo a mentalidade estratégica da Rússia (constituída a partir das construções imagéticas da identidade caucasiana pelos russos, como será visto no próximo capítulo), deve estar incluída no território da Federação por sua característica defensiva das estepes, do parque industrial situado na bacia do Volga (incluindo Volgogrado, Saratov, Kuybyshev e Kazan) e das reservas de hidrocarbonetos no Cáspio e nos campos Volga-Urais. Além disso, a Rússia ainda busca uma predominância na desestabilização geopolítica da Transcaucásia, evitando assim que alianças dos países independentes dessa região com potências ocidentais represente uma vulnerabilidade para Moscou. O interno e o externo misturam-se, assim, nos cálculos estratégicos da Rússia para a região, tornando o problema doméstico da Ciscaucásia uma questão internacional ao mesmo tempo em que transforma o problema internacional da Transcaucásia em questão doméstica russa.

Os povos caucasianos, assim, apresentaram-se historicamente como primeiro bastião de defesa contra invasores estrangeiros e, simultaneamente, como uma fonte de problema para Moscou, a ponto de interessar ao centro do poder da Rússia manter esses povos caucasianos com um grau de autonomia, mas sem independência. Daí a necessidade de adoção de zonas administrativas autônomas (repúblicas não-independentes) na região: evitar o separatismo e simultaneamente evitar a participação direta dos caucasianos na condução dos assuntos políticos federativos.

Há, nesse sentido, a produção de uma situação *sui generis* da Ciscaucásia no jogo de poder russo, que se enquadra adaptativamente no que DER DERIAN (1990) chama de *simulação*: projeção/modelo hiperreal criada a partir do real, mas afastado da realidade a partir de uma constituição imaginária do *self* e do *other*. A realidade, após sofrer transformação imaginária a partir da constituição dos discursos identitários, tornou-se uma emulação desses próprios discursos, e gerou uma situação complexa em que a Ciscaucásia, para o centro de poder moscovita, precisa estar ao mesmo tempo dentro e fora da Rússia: dentro das suas fronteiras territoriais, fora do jogo político central russo.

DER DERIAN (1990, p. 296) defende a adequação do pós-modernismo para a análise no campo das relações internacionais, afirmando se tratar essa

perspectiva de uma “*semio-critical activity ever searching for and seeking to dismantle the empirico-rational positions where power fixes meaning*” a partir do uso de “*narrativas, retórica e gramática*” que constroem uma matriz de práticas de significação ambígua e indeterminada (DER DERIAN, 1990, p. 297).

Essa construção identitária “simulada” é feita para se adaptar às necessidades de vigilância e velocidade e para construir uma rede de significados que justifique projetos de poder e que condicione o comportamento das partes num determinado território a partir do uso de violência e da construção mitológica de um modo específico de subjetividade: o “russo não-russo”, cidadão russo por acessão do nascimento em território russo, mas que não possui a etnia russa, e que portanto possui direitos limitados como cidadão russo: não pode participar de todas as esferas do poder na Rússia, mas também não pode separar-se dela.

Tal situação é projeção de um significado cuidadosamente construído pela Rússia na tentativa de impor sua vontade na região, sem que essa projeção encontre amparo pleno nos significados da realidade regional: o Cáucaso russo faz parte da Rússia enquanto unidade territorial (e daí advém os direitos parciais dos cidadãos aí nascidos), mas não faz parte de uma “Rússia identitária” (e daí advém a ausência de direitos plenos da Federação aos cidadãos aí nascidos).

Evita-se assim, de um lado, contestações para maior participação dos caucasianos na política moscovita, e do outro lado, garante-se que não haja secessão do território caucasiano russo.

No caso, o projeto de poder do Estado russo para manutenção da sua soberania sobre a Ciscaucásia justifica a criação, recriação e manipulação de modos de subjetividade de outros povos, ora colocados como russos (por acessão legal, o *rossiyane*, nascidos em território soberano da Federação), ora colocados como “russos não-russos” (por não serem etnicamente “puros”). A própria fundação “mítica” do Estado russo segue essa lógica: durante os períodos históricos russos de formação identitária - Império Russo a partir do século XVIII, União Soviética e Federação Russa - a constituição de uma *identidade estatal russa* esteve envolvida por uma mítica de multinacionalidade/multiethnicidade que quase nunca correspondeu à realidade étnica dos locais sob seu controle, sendo no entanto um poderoso instrumento ideológico de projeção de poder e autoridade e uma forma de

justificar o monopólio da violência do Estado russo centrado em Moscou contra os demais povos habitantes das fronteiras da Rússia, como forma de garantia de um suposto "interesse nacional". O processo de secessão na Ciscaucásia e as agitações nacionalistas da Transcaucásia sempre foram reprimidos com extrema violência por Moscou.

Por fim, há que se destacar a lição de CAMPBELL (1995): interesse nacional e construção identitária são partes do mesmo processo, que envolve o discurso místico do Estado e a fundação mística da autoridade. Nesse sentido, as três "escolas" do pensamento externo russo apresentadas por TSYGANKOV (2013) – quais sejam a ocidentalizante, a estatizante e a civilizationista – usam a leitura histórico-formacional do Estado russo como forma de projeção de poder, partindo de pressupostos diferentes e tendo objetivos diversos, a partir de percepções conflitantes da fundação mística de autoridade.

A partir de tudo o que foi colocado no presente capítulo analiso que as perspectivas pós-modernas das relações internacionais convergem na percepção de que a construção imagética dos modos de subjetividade regionais tem sido apropriada como ferramenta ideológico-discursiva dos Estados para que estes, a partir das relações de poder em determinadas regiões, submetam os povos não-nacionais desses territórios aos seus centros de poder, manipulando a alteridade quando lhes é conveniente.

Por fim, como analisarei no próximo capítulo, quando tais perspectivas pós-modernas são utilizadas como elemento analítico aplicado ao estudo da geopolítica russa na Ciscaucásia, percebe-se que a Rússia a partir de conceituações que mantenham os povos não-russos da Ciscaucásia simultaneamente como parte soberana da Federação, mas alijados do centro moscovita de poder, numa "zona cinzenta" de republicanização autônoma sem independência.

Tal construção geopolítica, longe de parecer uma ocasionalidade relativa à dura realidade de inserção russa na região ou a uma pretensa multinacionalidade de uma Rússia que ainda não definiu de forma plena sua identidade nacional, é na realidade uma política deliberada que, pelo relativo afastamento étnico estratégico, mantém os povos da Ciscaucásia simultaneamente próximos da Federação

(enquanto território), mas distante dos jogos de poder da Rússia (por afastamento “étnico” desses “cidadãos de segunda classe”, os “russos não-russos”).

### 3. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E IDENTITÁRIA DA RÚSSIA E ASPECTOS ESTRATÉGICOS DA PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA RUSSA NO CÁUCASO

Compreender a complexa questão da identidade nacional russa e sua geopolítica para a Ciscaucásia passa necessariamente pela compreensão da formação histórica do Estado russo e pelo debate sobre a construção de um imaginário étnico e discursivo pelo centro de poder da Rússia, e sua gradativa imposição aos povos do Cáucaso como exercício geopolítico. Esse é o objetivo deste capítulo. Para tanto adotarei a seguinte ordem:

Na primeira seção, farei breves considerações sobre o papel histórico do Cáucaso na formação identitária do Estado russo (a partir da discussão já promovida no primeiro capítulo sobre a temática da identidade nacional como fenômeno das Relações Internacionais).

Na segunda seção, apresentarei um panorama geral da história da Rússia, partindo do *Rus'* de Kiev e chegando à Federação Russa contemporânea, passando necessariamente pelo *khaganato*, pelo *khanato* mongol, pela Moscóvia, pela fase de formação do Estado russo no Czarado, pelo Império Russo (com destaque aos *czares* da dinastia Romanov) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, demonstrando como essa história peculiar ajudou na formação da identidade nacional russa a partir das estruturas políticas, econômicas e sociais próprias da Rússia, bem como a partir do choque dos russos com outros povos que futuramente viriam a compor nacionais russos de etnias não-russas (*rossiyane*). Além disso, dar-se-á destaque a como o Cáucaso teve papel fundamental nesse processo formativo.

Na terceira seção, introduzirei de forma breve a geografia do Cáucaso e contextualizarei a sua importância geopolítica a partir da análise mais ampla da geografia russa, também conectada ao contexto histórico.

Na quarta seção, buscarei ampliar a análise geográfica do Cáucaso a partir de uma perspectiva estratégica e militar, bem como de suas dinâmicas geopolíticas internas e externas.

### 3.1 O CÁUCASO NA FORMAÇÃO IDENTITÁRIA E GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA MODERNA: BREVES CONSIDERAÇÕES

A complexidade territorial do Cáucaso “forjou o caráter” dos russos de maneira profunda (HOSKING, 2001, p. 15) e, se por um lado integrou historicamente essas regiões à ideia de zona estratégica de defesa da Rússia, por outro lado ajudou a acentuar partições étnicas e leituras raciais radicais, gerando um ciclo conflitivo retroalimentado (algo que fica evidente com as constantes tensões entre o centro de poder em Moscou e as repúblicas subnacionais da Chechênia e do Daguestão).

Em relação ao conceito de Cáucaso como zona estratégica de defesa (*zasechnaia cherta*) da Rússia, HOSKING (2001, p. 235) afirma que a contenção das ameaças estrangeiras sobre a região deveria se dar através de uma política de projeção de poder na região, somada à defesa em relação a ofensivas étnicas e religiosas que poderiam eventualmente ser usadas como instrumento de desestabilização do território russo pelos seus inimigos potenciais (sobretudo pelo sultão otomano, que utilizou o Islamismo por diversas vezes como uma estratégia de ação de desestabilização do poder russo nas regiões do Cáucaso em que a influência da religião maometana era majoritária:

The potential 'other master' [Russian commander to the Caucasus General Rostislav] Fadeev hinted at was Britain, Turkey, if not Persia, was still quite powerful enough to project her influence into and beyond the Caucasus, using ethnic and religious ties to cause trouble for Russia's wealthiest regions. During wars with the Ottoman Empire, the Caucasus always became an additional front, and even during peace the north Caucasian hill tribesmen constantly threatened the productive agricultural settlements on the Kuban plains not far to the north. To contain these threats, Russia exploited every opportunity to pursue a forward policy and project her power over the Caucasus range and closer to the Turkish and Persian borders (HOSKING, 2001, p.235).

É importante destacar que a relevância estratégica do Cáucaso (sobretudo da Ciscaucásia) permanece até hoje, mas as ameaças foram se modificando ao longo da história: do Império Turco-Otomano no começo do século XIX a ameaça passou ao Império Britânico no final do século XIX, aos Estados Unidos durante a Guerra Fria (1947-1991) e aos integristas islâmicos chechenos e daguestanes que desde a

década de 1980 são uma constante preocupação para a política de segurança e defesa - e mesmo para a política externa - elaborada a partir de Moscou (como foram anteriormente na história russa até sua “conformação” no século XIX)<sup>27</sup>. Nesse aspecto, a Federação Russa baseia-se no estabelecimento de complexas teias relacionais com elites étnicas dessas zonas de fronteira, como forma de garantir que seus interesses na região permaneçam intocados ou sejam reforçados:

To repel the threat and grasp the opportunity, Russia has tended to deal closely with tribal or ethnic leaders in the zone of turbulence, first to gain information from them, then to influence them or cause divisions between them, then to gain some or all of them as allies, and finally if possible to annex them. (HOSKING, 2001, p. 6).

FOXALL (2015, p. 4), por sua vez, indica como essa teia de relacionamentos Rússia-Cáucaso tem se deteriorado desde o fim da URSS em 1991, já que a ideia multinacional existente no sistema soviético deu lugar a um nacionalismo específico (e racialmente radical) por parte da Federação Russa e a um separatismo de base islâmica nas províncias caucasianas da Chechênia e do Daguestão, tendo esse quadro estratégico se tornado mais agudo após a intervenção da Rússia no conflito civil na Síria. Segundo o autor:

Although both the Russian Empire and Soviet Union were multi-national entities that proactively incorporated non-Slavic peoples into their citizenry, a distinctly anti-non-ethnic Russian narrative dominates in contemporary Russian society, and a fear of migrants, especially people from [...] the Caucasus (including both North Caucasus republics and the three states of the South Caucasus – Armenia, Azerbaijan and Georgia) is increasing in intensity.

Fabiano MIELNICZUK (2006, p. 223) também destaca a lógica conflitiva no espaço pós-soviético com o fim da URSS:

A emergência de Estados soberanos traz à tona uma série de conflitos de interesses que permaneceram latentes durante o regime comunista e nos quais a Rússia está envolvida por causa de sua extensão territorial, o tamanho de sua população e sua importância militar.

Há que se destacar que, embora esse último autor se refira à “*emergência de Estados soberanos*” (o que não se aplicaria inicialmente ao Cáucaso russo, por haver nessa região apenas um Estado soberano, a Rússia), o fato de haver no Cáucaso outros Estados soberanos pós-soviéticos e sobretudo o fato de o pleito de

---

<sup>27</sup> HOSKING, 2001, p. 20: “*The north Caucasian mountain peoples, notably the Chechens, fought tenaciously for several decades to withstand Russian domination before they were finally overcome in the 1860’s*”.

Repúblicas Autônomas da Rússia (como Chechênia e Daguestão) ser de secessão total em relação à Rússia (o que criaria novos Estados soberanos) torna a perspectiva de MIELNICZUK (2006) atual, e perfeitamente aplicável como modelo à tensão geopolítica da Ciscaucásia.

Para entender esse complexo processo de assentamento estratégico russo na região do Cáucaso e sua equivalente imposição de identidade nacional russa sobre os povos da região, é fundamental entender o processo de formação do Estado russo desde o surgimento de seu primeiro rudimento: o *Rus'* de Kiev. O debate sobre o papel do Cáucaso no imaginário russo será retomado no último capítulo. A construção histórica da Rússia será feita na próxima seção.

### 3.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO RUSSO E SEUS IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL DA RÚSSIA: DO *RUS'* DE KIEV À FEDERAÇÃO RUSSA

Inicialmente, pelo fato da questão étnica ancestral (que será tratada a seguir) ter desdobramentos na atual constituição normativa da Rússia enquanto Estado-nacional, há que se considerar que embora a constituição atual da Federação Russa preveja a igualdade e multietnicidade do Estado russo, ainda há na sociedade daquele país uma forte polaridade que opõe os russos étnicos (*rusскиye*) aos cidadãos russos de outras etnias (*rossiyane*). Como já dito, essa partição existe desde os primórdios dessa civilização, quando a ideia de uma *Grande Rússia* uniu, em torno do conceito de nacionalidade *rus'*, grupos tribais diversos: os *russos étnicos* (também chamados Grandes Russos), os *povos eslavos orientais da Rutênia* (ucranianos e bielo-russos, respectivamente chamados de Pequenos Russos e Russos Brancos) e os *cossacos*. A essa união de três grupos tribais em torno de uma *Grande Rússia* deu-se o nome de *triedinyi rusски narod*, ou tríade dos povos russos (BUSHKOVICH, 2012, p.39; HOSKING, 2001, p.56). Interessante notar que até mesmo o nome dado à união já indica a maneira segregacionista que é imposta por ela: usa-se a palavra *narod* (povo), e não *natsia* (nação), ficando evidenciada a ausência de uma identidade comum profunda a esses povos.

A própria ideia de *Rus'* não era sólida, já que esse nome era dado aos povos de tribos varangianas (HOSKING, 2001, p. 30) que ocuparam a macrorregião entre o Mar Negro (ao sul), o Mar Cáspio (ao leste) e o Mar Báltico (ao norte), especificamente a bacia hidrográfica composta pelos rios Neva, Volga, Dnieper e Drina (BUSHKOVICH, 2012). Sobre a complexidade da questão identitária na Rússia ao longo da história, anteriormente à construção nacional no século XIX, HOSKING (2001, p. 4) afirma que:

Russia has usually been a multiethnic empire without a dominant nation, ruled by a dynasty and a heterogeneous aristocracy - at least until nineteenth-century attempts to make the Russians dominant. Unparalleled in its ethnic and religious diversity, it has normally kept order by means of a multiethnic ruling class drawn from many, though not all, of its subject nationalities. This approach has rendered the distinction between internal and foreign affairs much less well-defined than in most polities<sup>28</sup>.

As várias tribos varangianas - nórdicos, suecos, anglos, ucranianos - precisaram se unir para lutar contra incursões de povos turcos e dos *khazares*, vindos respectivamente do Oriente Médio e do Cáucaso, e para garantir as rotas de comércio da região. Esse debate sobre a identidade originária do *Rus'* já pacífico na historiografia:

In the past there was lively historical debate about the identity of the Rus, but today there does not seem much doubt that they were Scandinavian Vikings, or "Varangians", as the Slavs called them, merchant-warriors seeking to dominate the trade routes which traversed territory settled by Slavic, Baltic and Finno-Ugrian peoples (HOSKING, 2001, p. 30)

Uma vez livres da ameaça túrquica, algumas dessas tribos retornaram às suas regiões de origem (sobretudo as tribos nórdicas, que deram origem aos vikings), enquanto outras permaneceram na região: essas últimas formaram o *Rus'*, uma espécie de confederação. Posteriormente, os *Rus'* se uniram em aliança alternadas com povos locais, garantindo sua sobrevivência ao mesmo tempo em que absorvia elementos culturais de cada um desses povos.

É importante ressaltar que a absorção cultural de cada um desses povos se dava até um determinado limite, já que havia necessariamente uma hierarquia de

---

<sup>28</sup> Importante ressaltar que essa falta de definição precise dos assuntos internos e internacionais da Rússia – em virtude da sua complexidade identitária – é até hoje a razão pela qual um assunto de política doméstica russa (a questão étnica no Cáucaso russo) entra na classificação de assunto de política internacional da Federação, já que além de ser uma zona de fronteira, o Cáucaso russo possui desdobramentos políticos e étnicos além das fronteiras soberanas de Moscou, como mostram a extensão da faixa "islâmica" da Chechênia/Daguestão para o Azerbaijão, e extensões da Abkházia-Kraznodia e Ossétia do Norte (russos) para territórios da Geórgia (Abkházia e Ossétia do Sul).

poder dentro da estrutura ruskieviana, mantida pela Moscóvia, pelo Império Russo e posteriormente pela União Soviética e pela atual Federação Russa. Segundo HOSKING (2001, p. 34):

Together, the "Viking-Slavs" formed a kind of tribal superalliance, with its center in Kiev, designed to repel the threat from the Pechenegs, and to enable them to conduct raids in the manner of predatory Merchant princes against vulnerable targets, including Byzantium itself. This alliance was partly a voluntary one, dictated by obvious geopolitical needs, and partly imposed by a superior wealth and coercitive power of the Kievan prince. To become permanente, it needed to move beyond the stage of resting on a deal between tribes or between local warlords and to become a sovereign state, at least as far as that was practicable in medieval Europe.

Os dois principais centros de poder dos povos *Rus'* eram *Novgorod* (na atual Rússia) e *Kiyv* (Kiev, na atual Ucrânia). Juntos, esses centros eram estratégicos porque conectavam as rotas de comércio que vinham da Índia pelo Cáucaso, Balcãs e Oriente Médio (BUSHKOVICH, 2012, p. 73).

As guerras contra invasores, e a marcha de *Novgorod* sobre as tribos do sul, acabaram por forjar uma instituição conhecida como *khaganato*, união centralizada de poder sustentada na *druzhina*, espécie de "sistema de vassalagem/suserania" similar ao feudo europeu medieval, mas com característica peculiar dos povos *Rus'*. Essa estrutura política foi fundamental para a peculiaridade formativa do Estado russo e sua expansão: um império russo como o que viria a se formar não podia sustentar sua dimensão transcontinental sem que houvesse um sistema de concessões mútuas de poder e autoridade entre elementos centrais e elementos marginais no sistema político-social russo.

A primeira grande *druzhina* dos *Rus'* foi liderada por Svyatoslav I, que derrotou os *khazares*. Sua morte, numa emboscada ordenada pelo imperador bizantino, abriu caminho para a superação das raízes escandinavas dos *Rus'* e para a sua russificação. O *khaganato Rus'* passou a ser comandado então pelo seu filho, Vladimir Sviatoslavich, que ao derrotar seus irmãos e evitar uma conspiração contra si, foi proclamado Imperador dos *Rus'* e Príncipe de *Novgorod* e Kiev. Vladimir I, como ficou conhecido, unificou os *Rus'* da Europa Central, da Ucrânia ao Báltico, e consolidou os domínios no Cáucaso e na Polônia (BUSHKOVICH, 2012, p. 76). Em 988 d.C. Vladimir acabou com o paganismo e com o poder varangiano e cristianizou os *Rus'* com apoio de Bizâncio, feito que o garantiu a canonização *post mortem* na pessoa de São Vladimir (que se tornou motivo de discórdia na

historiografia da era soviética, entre ucranófilos e russófilos, cada um querendo trazer para o seu campo a origem étnica do santo). A religião teve um papel vital na constituição do poder centralizado do 'Rus através de Vladimir. Segundo HOSKING (2001, p.37):

Vladimir [Sviatoslav] overthrew his half brother Iaropolk in order to seize Kiev and become prince. In order to give legitimacy to this act of *force majeure* he embarked on a campaign of religious persuasion, attempting to unify his peoples, with their diverse faiths. He raised huge idols of their various gods – Norse, Slav, Finn and even Iranian – on a hilltop overlooking Kiev. Having accomplished this, however, he suddenly abandoned the eclectic pagan Faith and embraced Christianity [which had] two palpable advantages for a prince who aspired not just to make war, but also to rule peacefully an extensive territory settled by many different peoples: it condemned the practice of blood feuds, and it offered a written script for the promulgation of law and order, backed by a supernatural sanction for monarchical power.

Além da centralização político administrativa, a religião teve um outro papel fundamental, que é ressaltado por HOSKING (2001, p. 57): a constituição prévia de uma identidade nacional comum à “terra do Rus”<sup>29</sup>. Ainda assim, não houve nesse período a constituição de uma identidade nacional russa (que começaria a ocorrer no século XIX), o que por si só já causou uma série de complicações para a formação estatal russa, como afirmou HOSKING (2001, p.83): *Moscow embarked on this process [of sovereign state formation] with many basic questions about its identity as a state unresolved.*

A morte de Vladimir Sviatoslavich em 1015 d.C. não fez cessar o poder da sua família: seu filho Yaroslav de *Novgorod* tornou-se Grão-Duque de Kiev, e passou a reinar sobre os *Rus'*. No seu reinado, editou a *Russkaya Pravda*, conjunto de leis dos povos *Rus'*, elemento facilitador da unidade nacional e administrativa (BUSHKOVICH, 2012, p.73; HOSKING, 2001, p.112). Sua morte, no entanto, fez enfraquecer o poder dos *Rus'* de Kiev e abriu espaço para o aumento de influência dos *Rus'* de Moscou, que contavam com o apoio maciço da Horda Dourada e do *Khanato* (sistema de poder implantado pelos *Khans* mongóis que invadiram a Europa no período). Ainda assim, HOSKING (2001, p. 42) reconhece que:

By the time of his death in 1015, then, Vladimir had done a great deal to unite a previously fragmented realm, convert it to a single Faith, provide it

---

<sup>29</sup> *Orthodoxy became the embodiment not only of religious but also of national identity and even of lost political unity* (HOSKING, 2001, p. 57).

with a single (if rudimentary) administrative and fiscal system, attach it to a powerful ally, and defend it from its most dangerous enemies.

Essa estruturação prévia de rudimentos de Estado facilitou a ascensão de Moscou, o auge da Moscúvia (Grão-Ducado de Moscou) e o aumento da influência desse novo centro de poder (em detrimento de Kiev) sobre o povo *Rus'* abriu o caminho para o primeiro grande reinado unificador da Rússia enquanto Estado e lançamento das bases estruturais do *Czarado*: o reinado de Ivan o Terrível (1533-1584). Mas essa força militar e econômica foi limitada pela dificuldade de definição identitária do Estado russo nascente, o que não o tornava um Estado-nacional, mas criava elementos protonacionais que mais tarde seriam utilizados para a discussão da eslavofilia no século XIX. Como afirmou HOSKING (2001, pp. 70-71,):

At the start of the fourteenth century, no one could have foretold that of all the principalities of Rus, Moscow would eventually play the leading role [...] By the early part of the fourteenth century, Tver and Moscow were the only principalities with a strong enough economic and military base to lay claim to the *iarlyk* [...] Moscow embarked on the process with many basic questions about its identity as a state unresolved.

É nesse contexto de dificuldade de definição identitária do nascente *Czarado* russo que começam a ser realizadas pelo rei - agora denominado *czar* - reformas que fundariam a ideia nacional de Rússia (*rossiya*) em detrimento da ideia confederativa de *Rus'*, lançando assim as bases do Estado russo<sup>30</sup>. A primeira grande mudança ordenada por Ivan o Terrível foi substituir o ícone Vladimir I, *rus'kieviano*, por Vladimir Monomakh, russo. Isso ajudou a enfraquecer a influência de Kiev sobre os *Rus'* e consolidou definitivamente o poder dos russos moscovitas sobre o resto dos povos (agora) russos. Também as reformas administrativas foram essenciais na construção de um modo específico de subjetividade russa controlada

<sup>30</sup> É importante salientar que há, na academia ocidental, enorme resistência ao reconhecimento da formação de um Estado russo com alguns caracteres protonacionais no período anterior à Era Petrina. No entanto, a historiografia específica sobre a Rússia (LIEVEN, 2009; BUSHKOVICH, 2012; HOSKING, 1998 e 2001) é praticamente unânime em reconhecer a formação do Estado russo, com características protonacionais específicas e peculiares, como anterior à formação dos Estados nacionais da Europa Ocidental, começando na Moscúvia (1283-1547) e perpassando todo o *Czarado* (1547-1721) e Império (1721-1917). A resistência é, na realidade, uma manifestação discursiva de preconceito em relação à Rússia, vista pela historiografia ocidental como "bárbara" e portanto "incapaz" de constituir um Estado protonacional antes das sociedades "civilizadas" do Ocidente. Tal preconceito antirruso é criticado por diretamente por BUSHKOVICH (2012) e indiretamente por SAID (1999 e 2003) e SOUSA SANTOS (2010), e na literatura especializada já é reconhecido o fato de que historicamente e juridicamente o Estado russo é anterior aos Estados europeus (com exceção de Portugal e Espanha, unificados no período da *Reconquista* contra os muçulmanos na Península Ibérica), e que nesse período houve uma intensa busca pela definição de ícones que legitimassem a autoridade russa em torno de estruturas mitológicas e discursivas que, futuramente, seriam características básicas do conceito de Nação e do Estado-Nacional.

a partir de Moscou: a criação de uma espécie de parlamento (a *duma*), um conselho supremo (a *rada*), as reformas financeiras, a canonização massiva de santos moscovitas e a obrigatoriedade de toda a nobreza *Rus'* de servir às forças armadas e de permanecerem baseados em Moscou foram cruciais para esmagar os focos de resistência ao poder central do novo Estado russo. Outros elementos de consolidação de poder foram estabelecidos por Ivan: o título de senhor como proprietário e autoridade (*gosudar*), a categoria de senhorio (*gosudarstvo*), a domínio de natureza semi-privada (*votchiny*) e seu registro (*pistsovye knigi*), além de outras inovações na legislação para centralizar o controle do poder central sobre as regiões de *gubernia*. Essas alterações foram necessárias para dotar o príncipe moscovita de autoridade soberana, necessária à construção do Estado. É o que ensina HOSKING (2001, p. 93):

These symbols enabled ordinary people to conceptualize the state, or at least sovereign authority, in the form necessary to make the grand prince's power effective at all. After all, because of its and vulnerability, Muscovy had to accomplish the massive mobilization of the population at a much earlier stage in its institutional history than any other European state [ver nota 11]. Since it did not have the bureaucratic sinews for these tasks, it had to Project and make credible its authority in any way it could. The statization of personal power was the only way to achieve it at the time. If you like, this was "statization before the state", analogous to the way in which, as Ernest Gellner tells us, nationalism preceeded the nation.

Mas a criação mais duradoura e vital de Ivan o Terrível foi a Assembleia Nacional, chamada de *zemsky sobor*, que teria papel crucial no entronamento da Dinastia Romanov na pessoa de Mikhail Fyodorovich, em 1613, que seria a linhagem real russa no exercício do poder até a Revolução Russa de 1917. A linhagem do primeiro Romanov, Mikhail Fyodorovich, manteve-se de forma frágil: seu filho Aleksei Mikhailovich deixou o poder pra seu neto, Theodore Alekseyvitch, que por ser um governante débil e sem apoio político, sofria influência direta de sua irmã, Sophia Alekseyevna.

Essa instabilidade no poder russo abriu espaço para que seu meio-irmão Pyotr Alekseyevich, a destronasse e assumisse a coroa russa, adotando o nome de Pedro o Grande, reinando soberano sobre a Rússia entre 1682 e 1725 e sendo o responsável por transformar em Império Russo o *czarado* herdeiro da Moscóvia. Dentre os feitos notáveis de Pedro o Grande estão a mudança da capital para São Petesburgo (1703), a adoção do *dvoryantsvo* (serviço militar obrigatório para todos os russos) e a adoção de uma estrutura administrativa provincial, denominada

*gubernia*. Sua reforma educacional, embora tenha sido iniciada, não prosperou pela ausência de uma língua unificada russa e de uma literatura nacional russa, elementos sem os quais tornava-se difícil a criação de um modo de subjetividade russo específico. Mas o principal feito de Pedro o Grande foi a ocidentalização e europeização da Rússia (HOSKING, 2001, p. 175).

A *Zemsky Sobor* ajudou também a submeter Kiev ao poder absoluto de Moscou ao usar o direito *Rus'*, o *Russkaya Pravda*, para justificar o domínio russo sobre a Ucrânia. A religião, da mesma forma, terminou por consolidar a elevação de Moscou como centro de poder russo: *the final symbolic self-elevation of Muscovy took place in the 1580's, when a separate Moscow patriarchate was created* (HOSKING, 2001, p. 131). Isso fez com que a última autoridade ainda sob poder de Kiev – a autoridade religiosa na figura do patriarcado ortodoxo.

Durante o reinado de Catarina II (1762-1796) as reformas iniciadas por Pedro o Grande foram aprofundadas, inclusive em relação à ocidentalização. Adicionalmente, Catarina foi hábil em administrar as reformas de maneira a aprofundar a construção do estado moderno na Rússia, promovendo inclusive a reforma cultural de implementação do iluminismo naquele país. Isso passou necessariamente pela construção da Rússia como uma potência europeia. HOSKING (2001, p. 181) comenta essa construção lenta e gradual da Rússia como *European Power* ao longo dos séculos que separaram Pedro de Catarina e Catarina do século XIX, partindo da lógica de que o país era, até o século XVIII, um império eurasiático:

Russia was therefore now committed to becoming and remaining a multi-ethnic north Eurasian empire, which in its turn entailed becoming a European great power. The servile state and serfdom provided it with the means to build and sustain that empire, so that over the next two centuries Russia reached its fullest territorial extent and earned a reputation as one of the strongest European powers [...] at the end of the seventeenth century Russia was a Eurasian empire, but it was only just beginning to become a European power.

Também KISSINGER (2015, p. 53-54) comenta a ascensão da Rússia como potência europeia a partir de um gigantesco império eurasiático:

Este espírito do mundo acabou por arrastar para dentro da Europa uma nova e imensa potência – da Europa e, no entanto, com três quartos de seu vasto território na Ásia: a Rússia imperial [...] desde então [século XIX] a Rússia tem desempenhado um papel único no cenário internacional: toma parte do equilíbrio de poder tanto na Europa quanto na Ásia [...] sua política manteve-se fiel a um ritmo próprio ao longo dos séculos [...] de Pedro o

Grande a Vladimir Putin as circunstâncias mudaram, mas o ritmo permaneceu extraordinariamente coerente.

LIEVEN (2009, p. 17) aponta para Catarina como responsável pelo crescimento do status internacional da Rússia: *o reinado de Catarina II (1762-1796), durante o qual o território, o poder e o status internacional da Rússia cresceram enormemente [...] tendo-se tornado a potência líder do Báltico ao Mediterrâneo.*

No entanto, a ocidentalização da Rússia não ocorreu sem choques e conflitos: os eslavófilos, contrários à ocidentalização, criticaram duramente tais medidas. E essa resistência ao ocidente foi ampliada com a invasão da Rússia pela França de Napoleão Bonaparte, durante o reinado de Alexandre I (1801-1825). A invasão da Rússia pelo *Grand Armée* francês insuflou o nacionalismo russo, eslavófilo em sua origem. Mesmo com a derrota e retirada das tropas napoleônicas a campanha dos eslavófilos contra a ocidentalização continuou, e se aprofundou ainda mais após as revoluções liberais de 1830 e 1848 (LIEVEN, 2009). Nesse momento, a presença de um círculo intelectual poderoso - representado pela literatura e por instituições como a Universidade de Moscou - foi fator preponderante para o reavivamento de uma identidade nacional baseada na origem eslava do povo russo. Isso contrastava profundamente com a política educacional europeizada levada adiante pelo *czar*, e opunha a intelectualidade à monarquia. As discussões filosóficas baseadas em autores europeus passou a servir de esteio a um debate mais amplo em torno das origens históricas e mentalidade nacional da Rússia, no qual se buscava os próprios alicerces da civilização russa (mais tarde essa discussão filosófica se tornaria a base de uma das tradições de política exterior russa). Havia mesmo um senso de superioridade por parte dos eslavófilos, que consideravam a *civilização* russa com simultaneamente não-europeia e superior à europeia. O comunalismo tradicional era centralizado em princípios históricos com aura mística, como *mir* (comunidade), *svoboda* (liberdade cívica comunitária, em oposição à liberdade absoluta *volya*), *pravda* (verdade), *krugovaya poruka* (responsabilidade comum da sociedade), *pomochi* (ajuda mútua), *veche* (assembleia comunitária) e mesmo princípios coletivo-nobiliárquicos como a *druzhina* (confederação por lealdade) e o *sovet gospod* (conselho dos senhores), herdados da transição do *Rus'* de Kiev para a Moscóvia e para o Império Russo, com influência das instituições mongóis criadas pela Horda Dourada (BUSHKOVICH, 2014). Esse espírito de coletividade esteve por trás da criação de institutos políticos russos que

existiram durante o Império, passara para a União Soviética e, com transformações pontuais, existem até hoje (como a *nomenklatura* personalista ou a relação tributária da *kormlenie*, que existiu durante a era imperial). Esse comunitarismo explica em parte a razão pela qual, embora o socialismo e o comunismo tenham sido ideais políticos fundados na França e sobretudo na Alemanha, foi na Rússia que essa ideologia transformou-se em ação, revolução e governo a partir de 1917 (HOSKING, 1998).

A oposição à europeização da Rússia iniciada por Pedro o Grande se aprofundou, e esses elementos de comunitarismo começaram a ser usados como forma de construção de uma identidade específica da Rússia e dos russos, opondo esse caráter genuíno do comunitarismo histórico russo ao individualismo do Ocidente.

Mais tarde essa busca por identidade por parte dos russos fundaria uma escola de política externa – a Civilizacionista/Eslavófila – que criaria uma tríade político-filosófica para o povo russo: autoridade (autocrática), religião (ortodoxa russa) e nação (eslava). Isso impactou na forma da Rússia de se relacionar com o mundo (TSYGANKOV, 2013; FREIRE, 2011; CLUNAN, 2009).

É importante notar que, como escreveu KISSINGER (2015, p. 63), as contradições inerentes à sociedade russa ajudaram a forjar um sentimento abstrato de nacionalidade daquele país:

No fundo da “alma russa” (como os pensadores viriam a chama-la, expansiva e amargurada, subsistia a ideia de que algum dia todos os seus grandes esforços e contradições acabariam, rendendo frutos: sua jornada acabaria sendo justificada; suas realizações, louvadas; e o desprezo do Ocidente acabaria se transformando em admiração; a Rússia combinaria o poder e a vastidão do Oriente com os refinamentos e a força moral da verdadeira religião; e Moscou, a “terceira Roma”, ao herdar o manto caído de Bizâncio, com seu tsar, “o sucessor dos cézares a Roma do Oriente, dos organizadores da Igreja e de seus conselhos que estabeleceram o próprio credo da fé cristã”, desempenharia o papel decisivo em propiciar uma nova era de justiça e fraternidade globais.

Os séculos XVIII e XIX foram marcantes para a finalização do longo processo de construção do estado russo e da sua conversão em estado-nacional (nos moldes ocidentalmente aceitos pela ciência política). Nesse contexto, o século XIX foi fundamental para tal acontecimento, sobretudo em virtude da expansão russa para o sul e seu conflito com o Império Otomano em três zonas conflitivas: Balcãs, Crimeia e Cáucaso:

The turning point in Russia's duel with the Ottoman Empire did not come till the second half of the eighteenth century, in reaction to a Crimean Tatar raid of 1769 – which proved to be the last. By this time the Russian army was larger and had considerably improved its supply administration.

Nesse mesmo período o Conde Grigorii Potemkin formulou um plano de construção de defesas estáticas nas regiões montanhosas do Cáucaso para proteção das estepes russas em relação à ameaça do Império Otomano (HOSKING, 2001, p. 233):

Under [...] Count Grigorii Potemkin, Russia rounded off the work of Kuchuk Kainardji by annexing the Crimea, together with the Kuban steppe and the adjacent Taman península. This success enabled Potemkin to build a line of forts right across the north of the Caucasus range, from Taman to the mouth of the Terek, and thus to block raids by the mountain tribes into the steppe. Russia was also at last able to undertake the construction of a Black Sea fleet.

A partir desse projeto de ocupação militar, Catarina II, ouvindo os conselhos de Potemkin, permitiu a criação de um “projeto oriental” que entrou para a história como Projeto da Nova Rússia (*novorossiya*), incorporando o Cáucaso definitivamente às linhas defensivas do estado russo, e buscando cooptar as tribos montanhosas do Cáucaso para esse projeto, ora apontando-os como “aliados da Rússia”, ora apontando-os como “inimigos da Rússia e aliados do Império Otomano”.

A definição do “ser russo” nasce dessa distinção amizade-inimizade, criada com propósito de garantir a supremacia russa em torno do Mar Negro para proteção e defesa não apenas das estepes da *heartland* russa, mas também das comunidades russas que viviam além daqueles domínios.

O Cáucaso, nesse sentido, era um istmo vital para a proteção do poder da Rússia, um dos três grandes “impérios asiáticos” que ocupava – ou lutavam por predominância – na região, sendo os outros dois o Persa e o Turco-Otomano (HOSKING, 2001, p. 193)

A Rússia, segundo HOSKING (2001, p. 235), *explorou cada oportunidade de buscar uma política avançada e projetar seu poder no Cáucaso*. E nesse caso o Islamismo, inicialmente uma “ideologia de resistência” (HOSKING, 2001, p. 238), tornou-se elemento estratégico do próprio estado russo quando o Império Otomano, durante a Guerra da Crimeia, recusou-se com base no Islã em apoiar a rebelião chechena.

Aproveitando-se dessa situação, o vice-rei da Rússia no Cáucaso, Príncipe Bariatskii, liderou uma ofensiva contra o líder rebelde e religioso do Cáucaso, Imã Shamil, e ao torna-lo prisioneiro, convenceu-o a mudar de lado ao autorizar sua ida à peregrinação de Meca e ao convencer os seus guerreiros islâmicos de que a Rússia não era inimiga do Islã, e sim uma aliada, explorando seu rótulo de “império multiétnico” para criar laços de amizade<sup>31</sup> com os muçulmanos chechenos (HOSKING, 2001, p. 239-240). No entanto, a distinção manteve-se, e ao invés de serem considerados russos, os caucasianos eram chamados de *inorodtsy* (“alienígenas”)<sup>32</sup>.

Nos reinados de Alexandre I e Nicolau I, a construção nacional e identitária se aprofundou, conduzida majoritariamente pela literatura. Isso foi um resultado as políticas anteriores desde Pedro o Grande (HOSKING, 2001, p. 269). A consolidação do russo como língua oficial do estado (em oposição ao tradicional francês) acelerou a “russificação cultural” da Rússia (outrora ocidentalizada e afrancesada), e todas as estruturas educacionais criadas em torno da Academia Russa e da Universidade de Moscou (proposta e encabeçada pelo eslavófilo Nikolai Karamzin) giraram em torno dessa nova “busca por raízes puras” da Rússia (HOSKING, 2001, p. 271). Em resposta a um debate proposto por um ex-militar russo, Petro Chaadaev, que acusou a Rússia de não ter qualquer cultura, os eslavófilos reafirmaram a existência de uma cultura russa peculiar e específica. HOSKING (2001, p. 275):

Some, who became known as “Slavophiles”, reacted by declaring that Chaadaev was mistaken, that Russia did have its own distinctive culture and its own valuable contribution to make to mankind’s progress. On this view, Chaadaev had been blinded to them by the superficial and seductive civilization of “the West”.

A mudança na forma de cooptação dos povos não-russos da Rússia veio com os czares Alexandre III e Nicolau II. Segundo HOSKING (2001, p. 334):

---

<sup>31</sup> Esse laço de amizade e cooptação chechena por parte de Moscou tem sido uma constante (geo)política da presidência de Vladimir Putin: Ramzan Kadyrov, presidente da república autônoma da Chechênia, encontra-se frequentemente com o president da Federação Russa. Recentemente, Kadyrov criticou duramente a falta de apoio ocidental à ofensiva russa contra o ISIS na Síria, propôs-se a enviar tropas chechenas para lutar pela Rússia contra o Estado Islâmico e foi condecorado pelo Kremlin com a Ordem de Honra, e descrito por Vladimir Putin como “um verdadeiro patriota”.

<sup>32</sup> HOSKING, 2001, p. 323: *It was not the Russian intention for the moment to make the central Asians full subjects of the Empire. They were classified as inorodtsy, or aliens, and central Asia became a colony in more or less normal sense.*

They tried to draw the non-Russian regions and peoples more securely into the framework of the empire, first by administrative integration, then by inculcating in each of them as far as possible the language, the religion, and the culture of Russia, leaving their own tradition as subsidiary, colorful ethnographic remnants rather than active social forces. This policy was a natural accompaniment to Vitte's economic program, which aimed to develop transport and to assimilate outlying regions into a single imperial economy [...] in the long term [it] would promote a political Russian (*rossiiskii*) loyalty throughout it. In a sense his model continued to be Britain, with its imperial monarchy and its compound national identity binding English, Scots, Welsh and some Irish in a shared civil consciousness without destroying their ethnic distinctiveness.

Perceba-se que a distinção entre russos-russos (*rusскиye*) e russos-não-russos (*rossiyane*) continuou de forma oculta, sobrepondo a todas as etnias a etnia russa como sendo caractere máximo de nacionalidade do Império. A Revolução de Outubro de 1917 não mudou esse cenário.

Após a Revolução Russa de 1917, a ideia de classe se sobrepôs momentaneamente à de nacionalidade (HOSKING, 2001, p. 416), mas isso não foi suficiente para evitar que após o fim da guerra civil russa (1921) a questão identitária voltasse à tona, ainda que de forma subsidiária, no contexto de repartição de poder na União Soviética. E mais uma vez o uso amplo de cooptação das elites locais – um expediente geopolítico da Rússia desde a época imperial – voltou a ser utilizado:

To gain the political loyalty of local people, the regime adopted a policy of indigenization (*korenizatsiia*), promoting indigenous cadres to run republics at all levels – trained, to be sure, in Moscow, but still able to speak in the name of their native peoples and to represent their interests in Narkomnats and inside the communist party [...] these effects were especially noticeable in central Asia and in the Caucasus, where kin-based patronage systems were pervasive (HOSKING, 2001, p. 428).

No período da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS, 1917-1991), a despeito do manifesto caráter multinacional soviético, a identidade nacional russa continuava sendo definida e imposta a partir de Moscou. É o que ensina HOSKING (2001, p. 432):

Non-Russians did not have everything their own way. Local republican cadres might be encouraged, but all the important decisions about their appointment and dismissal were taken in Moscow [...] local languages and cultures were advanced, even created, but within a framework in which Russian language and culture, as well as Russian imperial values, were increasingly imposed as necessary requirements for everyone [...] from 1938 all schools had to teach at least four hours of Russian a week, whatever the native language, and during the 1930s Russian became the language of tuition in all further and higher education.

Mesmo com a declaração da Academia Soviética de Ciências de que a URSS era composta por pelo menos 169 grupos étnicos (LORIMER, 1946), episódios de

opressão contra etnias diversas ocorriam com certa frequência. O pior deles, o genocídio de nacionais soviético-ucranianos conhecido como *Holodomor*, matou de fome pelo menos 3 milhões de pessoas entre 1932 e 1933 (HOSKING, 2001; BUSHKOVICH, 2014).

A identidade nacional russa continuou a ser manipulada conforme os interesses da etnia dominante no poder - os *rusскиye* ou "russos étnicos" - durante toda a existência da URSS. Mesmo a redemocratização pós-soviética em 1991 não alterou essa tendência do estado russo: os três presidentes da Federação Russa, Boris Ieltsin, Vladimir Putin, e Dmitri Medvedev adotaram posturas agressivas em regiões com populações russas étnicas sob o pretexto de protegê-las de ameaças externas e internas. Isso ocorreu mesmo quando a soberania nacional de outro país os impedia de agir.

No Cáucaso essa ação estratégica em "proteção" à identidade nacional russa - aos *rusскиye* - tem sido uma constante há séculos. Testemunhando séculos de conflito entre os impérios Persa, Russo e Otomano, a estratégica região do Cáucaso (por se situar no meio do caminho entre Ásia e Europa) passou a sofrer forte influência russa já a partir do século XVIII. Após derrotar os impérios asiáticos, a Rússia consolidou sua presença definitiva em terras caucasianas através das chamadas Guerras Caucasianas (1811-1864), que opuseram Moscou ao Imamato Caucásio (referência mítica do atual Emirado Caucásio, ligado à *al Qaeda*) e à Circássia. A esmagadora vitória russa culminou no genocídio circassiano (1864) e numa política de ocupação brutal da região, tendência que se estende até os dias de hoje.

O Cáucaso, no entanto, é mais que uma simples região estratégica para a Rússia, na qual a força militar foi aplicada para manutenção territorial. Evidentemente, a questão geopolítica é crucial para os interesses russos dessa faixa de terra entre os mares Negro e Cáspio. HOSKING (1998, p. 49) afirma que a Rússia teve uma motivação estratégica defensiva para invadir e ocupar o Cáucaso no século XIX: *the fear that [without the permanente occupation] the region, already unstable, would become the base of operation for another power, Asiatic or European, to threaten the newly acquired steppes.*

Além disso, há autores que apontam o Cáucaso como o berço da própria identidade nacional russa contemporânea. De acordo com KING (2013), "*the battle [for the Caucasus] had a monumental effect on Russian culture [as] the fight for the Caucasus helped shape Russians' views of themselves*".

A influência do Cáucaso e da *asianidade* da Rússia fica evidente nas mais diversas esferas da vida russa, desde a política (como a prioridade que Moscou concede à integração caucasiana e das ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central) até a literatura (Dostoiévski destaca em suas obras ser o *russo* diferente do *européu*, consolidando uma identidade própria por negação de outra). A superioridade do russo em relação ao europeu é destacada por HOSKING (1998). O *modus operandi* da Rússia na afirmação da sua identidade no Cáucaso, no entanto, trouxe um sem-número de problemas para a região e até mesmo para Moscou. Conforme afirma HOSKING (1998), "*Russia state-building obstructed nation-building*", o que demonstra que o interesse nacional e geopolítico da Rússia estava desvinculado de uma identidade nacional russa pura, mas para agir naquela região havia necessidade de uma política identitária que justificasse toda forma de violência e opressão na construção do estado e que cooptasse ou coagisse elementos dissidentes:

In the Caucasus, then, Russian policy alienated loyal subjects, inflamed ethnic passions and stoked up conflict which seriously jeopardized internal order in a strategically sensitive area [...] the obvious way was to replace a civic by an ethnic policy, to bolster political cohesion by promoting identification with the nationalitu whose name the empire bore, the Russians.

HOSKING (1998) faz ainda uma consideração sobre dificuldades e resultados dessa política identitária da Rússia no Cáucaso, mostrando que embora assimilação administrativa fosse fácil, assimilação identitária não era:

For the Russian masters themselves, the experience of dealing with Siberian and steppe peoples was largely misleading when handling a long-established and cultured people [...] proud of their distinctive traditions [who] were not content gradually to lose their identity in an Asian-style empire [...] The Russian Empire [created the paradox of] providing the preconditions for the creation of a nation which cannot flower fully within the empire and turns against it [...] A lasting legacy of hatred, bitterness and desire for vengeance has made the Caucasian frontier a permanente source of weakness for Russia.

Após séculos de conflitos pelos mais diversos motivos (religião, posse territorial, controle de recursos naturais), silenciados na época da União Soviética, o Cáucaso voltou a ter destaque na política de segurança russa após o fim da URSS.

Desde 1991 quatro grandes conflitos ocorreram na região do Cáucaso russo: a Guerra da Abkházia (1992-1993), a Primeira Guerra Chechena (1994-1996), a Segunda Guerra Chechena (1999-2009) e a Guerra da Ossétia (2008).

Em 2015, novos pontos de tensão entre a Rússia e sua província separatista Chechênia ameaçam a estabilidade e a paz da região, e reafirmam a ideia de que a Rússia busca manipular os modos de subjetividade em seus domínios territoriais: a ideia de que os chechenos, muçulmanos, são um "risco" à integridade do povo e da nação russa por seus supostos vínculos com o movimento *jihadista* global é uma prova de que, embora muitos desses cidadãos tenham nascido na Rússia, eles não pertencem à "nação russa". A recente intervenção russa na Síria expôs essa linha de fratura na identidade russa do Cáucaso.

Até mesmo as implicações políticas de elementos jurídicos de constituição dessa nacionalidade atestam que a Rússia usa suas várias identidades de acordo com seus interesses: aos cidadãos legais russos (incluídos aí os de outras etnias) dá-se o nome de *rossiyane*, e aos cidadãos etnicamente russos dá-se o nome de *rusскиye* (SEGRILLO, 2012). Essas especificidades, embora não criem perante a lei diferenciações, estabelecem uma segregação *de facto*, já que as políticas de segurança do estado russo não se voltam para os *rusскиye*, mas sim para os *rossiyane*. Caucasianos de origem (chechenos, daguestanes etc) são *rossiyane*, mas não são *rusскиye*, portanto sujeitos às medidas de exceção eventualmente implementadas por Moscou, inclusive no combate ao terrorismo.

Percebe-se que a Rússia historicamente tem agido em suas regiões fronteiriças a partir de uma política identitária estruturada em torno da política de segurança e defesa das estepes, onde se situa o poderio do estado russo. O Cáucaso, nesse sentido, é região vital e altamente complexa do ponto de vista geopolítico, por ser uma linha que opõe não só várias identidades culturais, mas também uma identidade religiosa militante (o Islamismo). Como se verá no capítulo a seguir, a construção identitária da Rússia no Cáucaso é uma projeção de poder que explora a diferenciação *eu versus outro* para garantir a predominância de Moscou nos assuntos regionais, às custas da maior autonomia dos povos caucasianos, o que por um lado "mantém a linha" geopolítica da Federação mas por outro lado causa problemas que vão do transfronteiriço ao cisfronteiriço.

### 3.3 GEOGRAFIA DO CÁUCASO NO CONTEXTO DA GEOGRAFIA RUSSA

Primeiramente, é importante ressaltar que, embora o foco do presente trabalho seja debater a construção identitária da Rússia no Cáucaso como maneira de afirmação do poder de Moscou sobre a região com base em teorias de estudos culturais e de relações internacionais, fundamental se faz analisar a geografia da região para, a partir da compreensão da importância estratégica daquele espaço no contexto de exercício de poder estatal e de defesa territorial, entender as estratégias que o país adotou e adota para a manutenção de soberania sobre a região, e das tensões que envolvem as subjetividades que habitam aquele território.

Dessa maneira, nesta seção e na próxima, trabalharei aspectos geográficos e geoestratégicos do Cáucaso, com foco maior na Ciscaucásia, bem como elementos macroanalíticos das distribuições de estruturas militares administrativas e de forças russas por todo o território russo, inclusive com uso de mapas indicando delimitações estratégicas e administrativas da estrutura de poder da Rússia, bem como distribuição de indústrias estratégicas e o aspecto dos domínios de natureza do país.

A partir dessas análises, o leitor poderá ter uma visão do que o Cáucaso em geral - e a Ciscaucásia em específico - teve e tem na potencialidade defensiva do estado russo, sendo assim um importante bastião para o exercício de poder a partir de Moscou, e para a manutenção da incolumidade territorial da Rússia. Feitas essas considerações, inicio a análise nessa seção falando da geografia russa com especial foco no Cáucaso russo, e na seção seguinte apresento um panorama geopolítico e estratégico-militar para apontar a Ciscaucásia como um complexo sistema defensivo de altíssima vulnerabilidade, por seu potencial de se tornar cabeça-de-ponte no caso de invasão estrangeira.

A Rússia possui uma geografia extremamente diversificada em virtude do seu tamanho: é um país bi-continental, com terras situadas na Europa e na Ásia. No entanto, do ponto de vista estratégico, a subdivisão territorial russa torna-se simplificada ao se separarem os vazios demográficos da Rússia asiática (*far east* em Vladivostok, região desértica na fronteira com Mongólia e China, a longa Sibéria e as

regiões montanhosas que separam a Rússia do Cazaquistão) da parte mais estratégica do país (ver Mapa 1), formada por três fronteiras terrestres e três fronteiras navais de importância geopolítica vital:

**a)** as fronteiras terrestres dos Montes Urais (a leste), os planaltos que cortam a Rússia entre São Petersburgo e Rostov (a oeste, nas fronteiras com Estônia, Letônia, Bielorrússia e Ucrânia), as cordilheiras do Cáucaso (ao sul) e as regiões litorâneas congeladas do Mar do Norte (ao norte, na Península de Kola);

**b)** as fronteiras navais do Mar Cáspio (a sudeste), dos mares Negro e de Azov (a sudoeste) e do Mar do Norte (ao norte);

Essa zona defensiva “hexagonal” protege os três grandes centros de poder da Rússia (coincidentalmente as três únicas “cidades-federais” – ou *federal'no* *gorod* – do país: São Petersburgo, Moscou e Sebastopol) e a vasta região de estepes que concentram a maior parte da infraestrutura crítica da Rússia: campos de petróleo e gás na região de Kursk, pólos industriais nos *krays* de Stavropol e Krasnoda, bases militares estratégicas na Crimeia, Mar do Norte e a leste dos Urais, além das “cidades-fechadas” russas, que possuem instalações ultrassecretas para produção de material estratégico (como urânio, plutônio e armamentos em geral) e portanto necessitam de autorizações especiais para entrada nessas regiões (regra que se aplica inclusive a cidadãos russos étnicos).

Das seis zonas fronteiriças de defesa das estepes, três se localizam na região concentrada entre o Mar Negro e o Mar Cáspio. A principal delas é o Cáucaso, por ser fronteira terrestre exígua com dois *players* internacionais relevantes nas proximidades (Irã e Turquia), além de três repúblicas independentes (Geórgia, Armênia e Azerbaijão) que nem sempre mantêm relações amistosas com Moscou, sendo uma delas (a Geórgia) rival da Rússia e alinhada com a aliança militar da OTAN. A Geórgia é, desta maneira, potencial instrumento geopolítico antirruso na região.

Geograficamente, o Cáucaso pode ser definido (FOXALL, 2015, p. 7) como uma região localizada na Eurásia, sendo uma estreita faixa de terra (istmo) entre os mares Cáspio (no leste) e Negro e Azov (no oeste), sendo um ponto de conexão

entre o Levante/Pérsia (ao sul) e as planícies de Kursk e à Península da Crimeia (ao norte). Ainda segundo o referido autor:

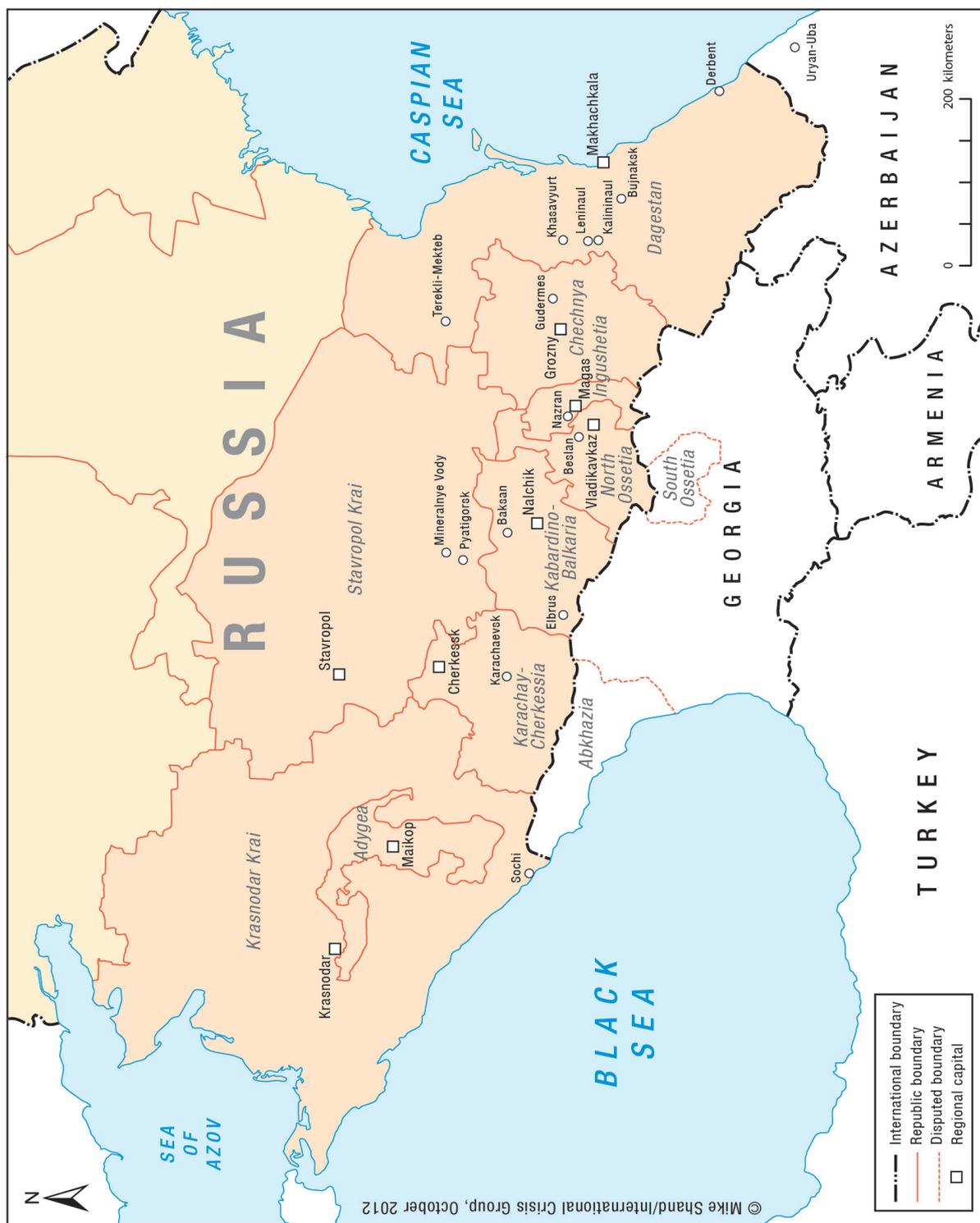
In physical geography terms, the Caucasus is a region composed of two mountain chains, the Greater and Lesser Caucasus. Taken together, the mountains stretch over a length of 1,500 km and run diagonally from north-west to south-east. The extent of the mountains is traditionally divided three-fold, between west, central and east.

FOXALL (2015, p. 7) ressalta ainda que “*while the physical geography of the Caucasus is often represented as a unified whole, its human geography is complex both between and within states*”.

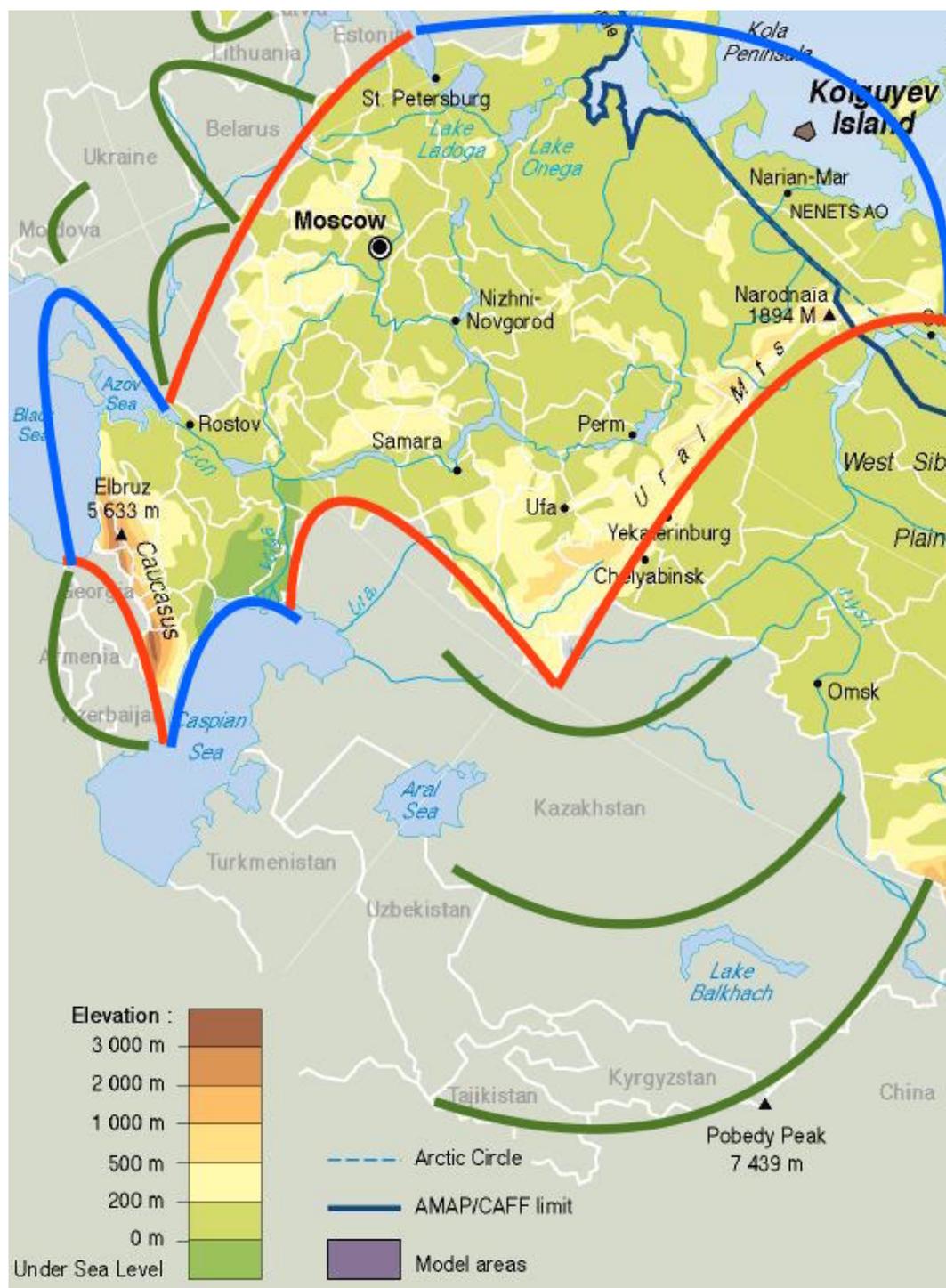
O presente trabalho objetiva estudar as relações identitárias da Ciscaucásia (mapa 1), que envolve as seguintes regiões da Federação Russa: Advyegya, Chechênia, Daguestão, Inguchética, Kabardino-Balkaria, Karachaevo-Cherkessia, Kraznodia-Abkhazia e Ossétia do Norte, além dos *krais*<sup>33</sup> de Stavropol e Krasnodar. O *oblast* de Rostov (na fronteira com a Ucrânia), embora seja incluído nas áreas sob administração militar do Distrito Militar do Sul (DMS) que inclui a região do Cáucaso, administrativamente faz parte do Distrito Federal do Sul, que não engloba a Ciscaucásia, incluída no Distrito Federal do Cáucaso Norte, e por esse motivo não terá espaço central no presente trabalho, já que suas características étnico-nacionais a aproximam mais da Ucrânia Oriental que do Cáucaso Norte (embora se possa afirmar que a região faz parte do complexo defensivo principal da Rússia, inclusive compondo com o Cáucaso a área sob a jurisdição do Distrito Militar do Sul). Ainda assim, em virtude da sua posição estratégica no macrocomplexo geográfico e geopolítico da Ciscaucásia, serão feitos alguns comentários - sobretudo estratégicos - em relação a essa região, que guarda em Rostov-sobre-o-Don o principal acesso fluvial e potencial cabeça-de-ponte a ser usada contra a Rússia, a partir da neutralização da Frota do Mar Negro (FMN) em Sebastopol e penetração anfíbia pelo Mar de Azov.

---

<sup>33</sup> *Kray* é uma das modalidades de divisão político-administrativas da Federação Russa e pode ser traduzida como “território”. Esse conceito existe desde a época do Império Russo e manteve-se como unidade administrativa durante a União Soviética. As outras modalidades político-administrativas da Federação da Rússia são: *federatsii* (equivalente à União no conceito de “Estado Federal” na teoria geral do Estado), *respublik* (república autônoma), *oblast* (“província” ou “governorato”), *federal’nogo gorod* (cidade federal autônoma), *avtonomnaya oblast* (região autônoma, inexistente no sistema brasileiro) e *avtonomnaya okrug* (área autônoma).



**Mapa 1.** Cáucaso Norte e parte do Cáucaso Sul. Fonte: SHAND, Mike. Regional Map of the Ciscaucasia. International Crisis Group. Outubro de 2012.



**Mapa 2.** Detalhes adicionais feitos pelo autor: linhas de defesa nacional terrestre (em vermelho), linhas de defesa nacional naval (em azul) e linhas de defesa estratégica avançada (em verde, correspondendo às bases avançadas ou unidades de monitoramento da Rússia em nações soberanas do espaço pós-soviético - Bielorrússia, leste da Ucrânia, Transnístria/Moldávia, Geórgia, Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão - e o enclave russo de Kaliningrado, no Báltico). Estão presentes no território da parte europeia da Rússia, entre as linhas de defesa: as estepes cultiváveis, a maior parte os pólos de produção industrial e as três cidades-federais (estratégicas) da Federação Russa: Moscou, São Petersburgo e Sebastopol (capital da Crimeia, que aderiu à Federação da Rússia em 2014). Adaptado de REKACEWICZ, Philippe. UNEP/GRID-Arendal Maps. Março de 2002.

### 3.4 PANORAMA GEOPOLÍTICO E ESTRATÉGICO-MILITAR DA RÚSSIA E DO CÁUCASO: COMPLEXIDADE GEOGRÁFICA, DEFESA DAS ESTEPES E CABEÇA DE PONTE

Maior país do mundo (com pouco mais de 17 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 16,4 milhões de quilômetros correspondem a territórios não-marítimos<sup>34</sup>), com uma população de 143,8 milhões de habitantes<sup>35</sup>, a Federação da Rússia apresenta um cenário geográfico extremamente diversificado e de geopolítica complexa, em virtude de sua extensão territorial total. Faz fronteira com 14 países de 2 continentes (Europa e Ásia), além de dividir com Estados Unidos e Canadá mais da metade do Círculo Polar Ártico. Em relação à projeção naval, tem acesso ao Oceano Ártico (via Mares de Barents, de Kara, de Laptev, da Sibéria Oriental e de Chukchi), ao Oceano Pacífico Norte (via Mares de Bering, de Okhotsk e do Japão), ao Mar Cáspio e aos Mares de Azov e Negro (integrados ao complexo do Mar Mediterrâneo através dos estreitos de Bósforo e Dardanelos).

The 250 Largest Industrial Centers of Russia [Top-250]



**Mapa 3.** Mapa das zonas industriais da Federação da Rússia. Perceba-se que a maior parte do pólo industrial da Rússia está localizado entre o leste da Sibéria Ocidental e a região

<sup>34</sup> <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rs.html>

<sup>35</sup> <http://data.worldbank.org/country/russian-federation>

compreendida entre São Petersburgo (no norte) e Rostov-sobre-o-Don (no sul), passando pelo complexo Moscou-Volga-Urais. Fonte: URBANICA. Industrial Framework of Russia. São Petersburgo: Urbanica Spatial Planning, 2012.

Os domínios de natureza da Rússia são, da mesma forma, extremamente variados, já que correspondem a um extenso território com diversas estruturas geológicas, biomas e climas variados, que tanto no plano latitudinal quanto no plano longitudinal trazem uma diversidade pouco vista em outros países do mundo (vistos, talvez, no Brasil, Estados Unidos e China em maior grau, e em menor grau no Canadá e na Austrália).

A faixa oeste russa, entre a fronteira com a Europa e os Urais, é composta por planícies cercadas por cadeias de montanhas (cordilheira do Cáucaso ao sul da região, Urais a leste), navegável pela bacia dos rios Don, Volga e Pechora, marcados por uma transição da floresta boreal (a norte) para as florestas montanhosas do Cáucaso (a sul), passando por florestas, estepes e desertos. Na parte central, a leste dos Urais, planícies navegáveis pela bacia do rio Ob, com predomínio de tundra no extremo norte, de floresta boreal na parte central e uma pequena faixa de estepe ao sul (na fronteira com o Cazaquistão). No leste da Rússia trans-siberiana, predomínio absoluto de florestas boreais, com as mesmas faixas de tundra no extremo norte e uma pequena faixa de estepe ao sul, que diminui à medida que se aproxima do leste, trocando essa estepe de planície por estepe e florestas de montanha (ao sul), e no extremo nordeste da Rússia (próximo à fronteira com os EUA no Alaska) tundra de montanha. Essa variedade nos domínios naturais da Rússia é responsável inclusive pela variedade em recursos naturais e minerais, hidrocarbonetos, terras raras, carvão e demais minerais estratégicos.

Em termos de distribuição populacional, a região a oeste dos Urais (e uma faixa estreita na fronteira com o Cazaquistão) concentram a maioria esmagadora da população da Rússia, já que é a região com maior desenvolvimento de infraestrutura, inclusive englobando concentrações industriais nas regiões de São Petersburgo, Nizhny-Novgorod, Volgogrado, Rostov-sobre-o-Don e Moscou.

Essa é historicamente a grande *heartland* russa, objeto de cobiça de invasores do século XIX (Napoleão Bonaparte e o Império Francês) e do século XX (Império Alemão do *kaiser* Wilhelm e a Alemanha Nazista de Adolf Hitler).



Há que se considerar que as divisões promovidas pelos limites naturais da paisagem formam quatro grandes macroáreas geográficas na Rússia, que dividem o seu território:

a) **Volga-Central-Noroeste:** *heartland* russo composto pelas principais cidades, pela capital Moscou, pelos principais pólos industriais e pelo enclave de Kaliningrado, além de conter a própria cordilheira dos Urais e a parte mais ocidental do Ártico russo, entre Murmansk e a ilha de Nova Zemlya. Essa área é defendida pelas unidades navais da Frota do Norte e da Frota do Báltico.

b) **Planície dos Urais-Ásia Central:** faixa de planície que vai da fronteira com o Cazaquistão até o Ártico (no Mar de Kara), e que concentra o 2º maior pólo industrial da Rússia, no complexo que Yekaterimburgo-Surgut-Novosibirsk

c) **Platô Siberiano-Extremo Oriente:** faixa de planaltos e montanhas na região mais isolada da Rússia, nas fronteiras norte da China, Mongólia e Coreia do Norte, além da passagem para o Mar do Japão e do Estreito de Bering, na fronteira com o Alaska (EUA), além de toda a faixa do Ártico russo no Mar de Laptev, Ilhas da Nova Sibéria, Mar da Sibéria do Leste e Mar de Chukchi.

d) **Cáucaso-Don-Cáspio:** istmo entre o Mar Negro, de Azov (a oeste) e o Mar Cáspio, limitado ao sul pela cordilheira do Grande Cáucaso, que conta ainda com a planície das bacias hidrográficas do Don (com entrada pelo Mar de Azov, próximo a Rostov-sobre-o-Don) e do Volga (com entrada pelo Mar Cáspio, próximo a Astrakhan).

Essa divisão geográfica esteve por trás da reformulação, em 2010, dos Distritos Militares da Rússia (feitos pelo Decreto Presidencial nº 1144, de 20 de setembro de 2010). O sistema de organização e administração militar na Rússia foi dividido em 4 grandes áreas militares: a) Distrito Militar Ocidental (equivalente à área Volga-Central-Noroeste); b) Distrito Militar Central (equivalente à área Planície dos Urais-Ásia Central); c) Distrito Militar Oriental (equivalente à área Platô da Sibéria-Extremo Oriente); d) Distrito Militar do Sul (equivalente à área Cáucaso-Crimea-Don-Cáspio).

## RUSSIA'S MILITARY DISTRICTS

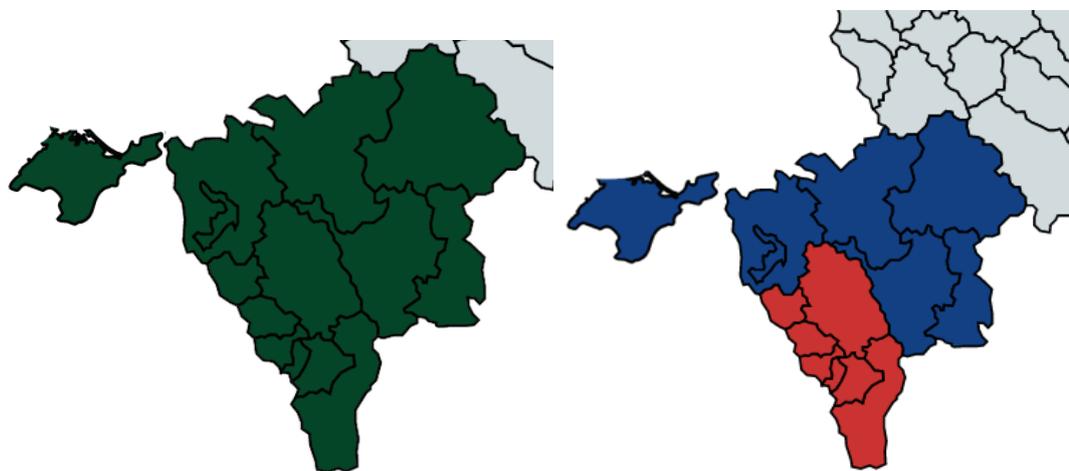


**Mapa 5.** Mapa das quatro regiões militares, conforme criadas pelo Decreto Presidencial nº 1144 de 20 de setembro de 2010. Em 2014 a Crimeia foi adicionada ao Distrito Militar do Sul, que em 2016 passou a ser comandado pelo Coronel-General Aleksandr Dvõrnikov, ex-comandante das tropas russas na Síria entre 2015 e 2016 e ex-comandante das operações antiterror da guerra de 2000-2003 no Cáucaso. Fonte: STRATFOR. Russia's Military Districts. Austin: Strategic Forecast Maps, 2014.

O Distrito Militar Ocidental ocupa, obviamente, a centralidade administrativa e estratégica total da Federação Russa, já que lá se situam a capital (Moscou) e a cidade-federal de maior importância (São Petersburgo). Essa é a região militar que compreende a maior parte da *heartland* russa, e essa qualidade do território impede que essa seja a primeira linha de defesa. Isso porque depender da defesa nas proximidades da capital poderia pôr em risco a integridade territorial e a própria soberania da Rússia. Assim, os círculos de defesa dessa área administrativa militar são: a) a oeste, a extensão militar russa na Bielorrússia e no enclave de Kaliningrado; b) ao norte, em Murmansk-Ártico; c) a oeste, nos Urais-Ásia Central; d) ao sul, no Cáucaso-Crimeia-Don-Cáspio.

O Cáucaso, nesse sentido, é indubitavelmente a região defensiva mais estratégica para proteção desse território. Além de administrativamente estar dividida em dois distritos federais (Distrito Federal do Sul e Distrito Federal do Cáucaso Norte) que dão às sedes regionais de governo uma especialidade

governativa que beneficia as características intrínsecas da região (sendo o Distrito Federal do Sul uma estrutura administrativa voltada para os interesses *rusскиye* numa área *rusскиye* das planícies do Don e o Distrito Federal do Cáucaso Norte uma estrutura administrativa voltada para manter os interesses *rusскиye* numa região majoritariamente *rossiyane*), a macrorregião do Cáucaso russo está unificada, do ponto de vista estratégico-militar, sob o mesmo comando num mesmo distrito militar (Distrito Militar do Sul), e conta com duas frotas navais russas organizadas agindo na região: a Frota do Mar Negro (FMN) e Flotilha do Cáspio. Essa importância vital da Ciscaucásia e da planície do Don (componente do macrossistema caucasiano do norte) justifica-se por ser a área mais vulnerável das estepes. Isto porque incursões por outras partes do território russo são dificultadas pela geografia complicada e pela natureza hostil do território russo.



**Mapa 6.** Divisões internas da macrorregião defensiva do Cáucaso russo (Ciscaucásia e planície do Don): em verde as regiões do sistema Cáucaso-Don que compõem o Distrito Militar do Sul; em azul as regiões do sistema Cáucaso-Don que compõem o Distrito Federal do Sul; em vermelho as regiões do sistema Cáucaso-Don que compõem o Distrito Federal do Cáucaso Norte. Mapa feito pelo autor utilizando o app MapChart.

A leste a incursão no território russo é extremamente complicada. Os oceanos a partir dos quais uma grande força pode desembarcar estão distantes demais do centro de poder russo. Ao norte, pelo Ártico, uma invasão é inviável – quase impossível – pela hostilidade do ambiente gelado e instável.

A leste, qualquer desembarque feito a partir dos mares tempestuosos em Vladivostok (no Mar do Japão) ou pelo mar de Okhotsk teria de enfrentar as regiões montanhosas do Extremo Oriente russo, o platô siberiano, a planície dos Urais e, após enfrentar todo esse longo, hostil e gelado território (que à exceção da ferrovia trans-siberiana praticamente não é servida por infraestrutura logística que dê suporte

a uma tropa invasora), ainda teria que atravessar a cordilheira dos Urais para conseguir chegar até a *heartland* russa.

Caso o desembarque fosse feito por sudeste, além de questões de soberania alheia (a cabeça de ponte só poderia ser aberta no Paquistão, Índia, China), um exército invasor teria que cruzar a geografia e geopolítica complicadas do sudeste asiático, ultrapassar cordilheiras do Himalaia (se a invasão fosse pela China) ou Hindu-Kush (se a invasão de desse pelo Paquistão) para depois enfrentar o deserto montanhoso do Afeganistão e dos países da área central para aí então adentrar o território russo na planície dos Urais e platô da Sibéria, ainda restando a cordilheira dos Urais pra ser ultrapassada. Mesmo um desembarque feito pelo Golfo Pérsico se mostraria complicado, pois as duas rotas mais rápidas passam por pelo menos um deserto (Iraque ou Irã) e por pelo menos uma cadeia montanhosa (Cáucaso ou Cordilheira de Elbruz, no norte do Irã/sul do Mar Cáspio) antes que uma incursão no território russo possa ser iniciada.

Uma invasão feita a oeste, tomando o caminho mais rápido pelas fronteiras da Ucrânia, Bielorrússia ou pelo Báltico também seria altamente problemático, já que essa parte da *Heartland* é muito bem defendida, por ser a sede do governo russo e por ter sido essa área sujeita às invasões mais destrutivas da história do país (HOSKING, 2001, p.3). Além do mais, o fato desse tipo de ataque (com fins de ocupação territorial efetiva) por essa região (Europa Oriental) ser quase que exclusivamente terrestre (com auxílio do vetor aéreo e, talvez, de uma marinha de guerra operando na dificuldade geoestratégica do Báltico) dificulta esse tipo de operação, pois a progressão de tropas é linear e lenta. Napoleão e Hitler tentaram essa invasão em 1812 e 1941 respectivamente, e foram derrotados pelos russos e por sua geografia.

O Cáucaso, por sua vez, apresenta um cenário diferente – extremamente vulnerável – no cenário de uma eventual invasão à Rússia. HOSKING (2001, p. 3) chega a afirmar que “*the more continuous nagging threats have been from east and south, through the broad “open gates” which stretch from the Caspian Sea to the Urals*”.

Embora o sul do Cáucaso russo seja fechado por cordilheiras que cortam a região de oeste a leste (entre o Mar Negro e o Mar Cáspio), ele é vulnerável tanto

para um desembarque anfíbio potencial que ocorra no Krasnodar-Don (pelos Mares Negro e de Azov) acompanhado de invasão terrestre pelo sudeste da Ucrânia e desembarque anfíbio pelo Mar Cáspio em Astrakhan, que poderia isolar o Cáucaso do resto da Rússia e abrir espaço para uma penetração de forças aeronavais hostis pelas bacias do Don e do Volga, pondo em risco o pólo industrial civil e militar da região Volga-Urais e viabilizando um cerco eficiente à capital Moscou. Grandes volumes de tropas e equipamentos poderiam ser desembarcados na planície sul da Rússia a partir dos Mares Cáspio (via Irã-Golfo Pérsico), de Azov (via Ucrânia) e Negro (via Mediterrâneo), acompanhados de bombardeios estratégicos contra posições defensivas da Rússia na linha de defesa de Moscou, além do apoio que elementos *rossiyane* no Cáucaso poderiam dar aos invasores, com uso amplo de guerra irregular para neutralizar as unidades russas de montanha estacionadas no Cáucaso. Isso poderia ser acompanhado por sortidas aéreas contra as posições russas nas montanhas do Cáucaso, acompanhadas do avanço de tropas terrestres pelo litoral do Cáspio (entre Baku, no Azerbaijão, e Makhachkala no Daguestão) e do Mar Negro (pela Abkházia, Geórgia, segundo por Sochi até a cidade portuária de Novorossiysk). Evidentemente, operações navais contra o Cáucaso dependeriam da neutralização absoluta da Frota do Mar Negro (na Crimeia russa) e do controle da Flotilha do Cáspio, mas um inimigo decidido a invadir a Rússia certamente começaria atacando essas duas frotas.

A participação de elementos antirussos dentro da Rússia seria fundamental para o sucesso da invasão. Em primeiro lugar, o conhecimento das dificuldades e potencialidades do terreno tem, nos residentes *rossiyane* do Cáucaso, maior amplitude. Por mais que geo-referenciamento e cartografia sejam lugares-comuns no planejamento militar contemporâneo – através de sistemas digitais de *intelligence gathering* e de imageamento remoto – o conhecimento específico do terreno é sempre mais profundo para aqueles que lá habitam. Sobre o conhecimento do terreno escreveu CLAUSEWITZ (2003, p. 453):

O terreno atua principalmente sobre a atividade militar através de três propriedades, a saber: as de obstáculo de uma aproximação, de obstáculo a uma visão de conjunto e de proteção contra o efeito de armas de fogo. Todas as outras podem se reduzir a estas três propriedades [...] o território influencia a ação militar de modo crescente [...].

As dificuldades de terrenos montanhosos é igualmente expressa pelo estrategista prussiano tanto numa perspectiva negativa – “a guerra será portanto

*mais fácil de fazer num país plano* (CLAUSEWITZ, 2003, p. 454) – quanto numa perspectiva positiva:

Em montanha, predomina a dificuldade de acesso e ela atua em dois sentidos; pois a paisagem não é possível por toda parte, e onde é possível os nossos movimentos são mais lentos e exigem mais esforços. O impulso de todos os movimentos está igualmente muito diminuído, e qualquer operação exige muito mais tempo. [...] esta particularidade [...] conduz à grande fragmentação de forças num país montanhoso.

Para o estrategista militar, tanto os atacantes quanto os defensores podem tirar do terreno montanhoso elementos para ampliar a chance de sucesso de suas ações (CLAUSEWITZ, 2003).

Para os atacantes o cenário é mais complexo, já que um exército invasor teria sua mobilidade e seu conhecimento do terreno limitados, *a não ser* que contassem com nativos conhecedores do território das operações (no caso do Cáucaso, *rossiyanes hostis a Moscou*).

A opção mais viável seria cortar a ligação entre a cadeia de montanhas e o restante da tropa defensiva, o que no Cáucaso poderia ser feito através de desembarques anfíbios simultâneos pelo Mar Negro (em Sochi e Novosibirsk), pelo Mar de Azov (em Rostov-sobre-o-Don) e pelo Mar Cáspio (na foz do Volga em Astrakhan e em Makhachkhala no Daguestão), forçando as linhas de defesa russas da planície a recuarem para defender o acesso a Moscou (pelo rio Don) e ao complexo industrial de Volgogrado (pelo rio Volga). Abandonar-se-ia, num eventual cenário de invasão estrangeira, as forças russas de montanha à sua própria sorte, em nome da defesa da *heartland* russa.

As tropas de montanha, por sua vez, poderiam ser um empecilho ao desembarque de outras tropas após a primeira onda de invasão, fazendo sortidas a partir da montanha e utilizando esse território para defender-se de contra-ataques. Como coloca CLAUSEWITZ (2003, p. 459), “*qualquer esforço físico exercido de baixo para cima é mais difícil do que no sentido inverso*”, o que dá às posições elevadas da defesa russa uma vantagem estratégica em relação às forças de desembarque estrangeiras na planície do Don. Dominar essas tropas seria, assim, vital para garantir o perímetro defensivo nas praias de desembarque. Para tanto, chechenos e daguestantes hostis à Rússia poderiam ser utilizados como fonte de informação sobre o terreno e sobre forças russas na área, bem como para ações de guerra irregular, de forma a vulnerabilizar as unidades de combate russas

estacionadas na região. Essa forma de combate e invasão, com uso de elementos nacionais hostis ao centro de poder, tem sido uma tendência em guerras contemporâneas: a *guerra irregular* e as *operações especiais* de exércitos regulares tem sido a grande transformação que a *revolution in military affairs* tem promovido desde a derrota americana no Vietnã e a derrota soviética no Afeganistão entre as décadas de 1970 e 1980.

Embora essa modalidade de combate seja tão antiga quanto a própria guerra (KEEGAN, 2006; VISACRO, 2009), o seu uso amplo como forma complementar de combate de exércitos regulares só começou efetivamente após a Segunda Guerra Mundial, e somente após as guerras do Vietnã (pelos EUA, entre os anos 1960 e 1970) e do Afeganistão (pela URSS, entre 1979 e 1989) esse expediente tornou-se doutrina permanente de exércitos regulares seus comandos conjuntos de operações especiais.

VISACRO (2009, pp. 39-40) apresenta essa modalidade de combate com “*guerra de quarta geração*”:

O que caracterizará a guerra do futuro não serão grandes mudanças em como o inimigo combate, mas quem estará lutando e para quê [...] Assistiremos assim a um retorno às formas de beligerência que precederam a Paz de 1648 – um mundo de culturas em conflito, com significativa participação de atores não estatais. [...] dentro dessa teoria, a guerra irregular, por definição e prática, permanecerá como a forma de conflito predominante.

LIND (2004, p. 13) ressalta que uma crise universal na legitimidade do Estado está entre os elementos centrais desse tipo de conflito, e as unidades subnacionais que mantêm um afastamento em relação ao centro de poder (como os *rossiyane* caucasianos em relação ao centro de poder *rusскиye*) e poderão levantar armas contra esse, tanto num movimento tradicional de guerra irregular (que pode se configurar como terrorismo doméstico) quanto num apoio a uma força estrangeira de invasão ou, como tem acontecido desde 2014, em operações terroristas de grupo transnacional (*al Qaeda* e Estado Islâmico no Iraque e na Síria).

A especificidade desse tipo de guerra, segundo VISACRO (2009, pp. 225-226), passa pela construção de um “ambiente favorável” para tal conflito:

O desenvolvimento desse tpo de luta é, na verdade, rigidamente moldado pelo ambiente político e psicossocial no qual está imerso. Fatores de ordem histórica, cultural, econômica e psicológica determinam não só a natureza dos conflitos irregulares como também sua amplitude, sua dinâmica, seus protagonistas, suas motivações e suas perspectivas de vitória. [...] Para

desenvolver-se, a guerra irregular necessita de um ambiente que seja, ao mesmo tempo, propício à manifestação da violência social e sensível a seus impactos

O Cáucaso apresenta todos esses elementos fundamentais para o surgimento, aí, de um foco de guerra irregular, seja em ataque solitário ao centro de poder moscovita (na forma de terrorismo), seja em suporte a um invasor estrangeiro – Estado ou ator não-estatal – o que torna a região extremamente vulnerável no contexto defensivo da Federação Russa, impondo uma dinâmica geopolítica específica para a região. As questões étnicas, linguísticas e religiosas que criam esse cenário serão tratadas na próxima seção.



**Mapa 7.** Aspectos geopolíticos defensivos do Cáucaso, com rotas possíveis de invasão naval com desembarque anfíbio (setas em azul) e terrestre, com suporte aerotransportado (setas em vermelho). Adaptado pelo autor a partir do mapa elaborado por KUTUBADZE, Manana. WALKER, Edward. North and South Caucasus Physical Map. Disponível em: <https://eurasiangeopolitics.com/south-caucasus-maps/>

Tratar-se-á, neste final de seção, sobre questões geopolíticas do Cáucaso, a partir da complexidade trabalhada acima, promovendo uma análise cartográfica de distribuição de forças russas no território do Distrito Militar do Sul, que engloba a região como primeiro vetor de defesa da *heartland* russa.

Os mapas 8 e 9 (a seguir) mostram graficamente a distribuição de forças militares russas no Cáucaso, especificamente na área de jurisdição do Distrito Militar do Sul. Há uma linha contínua de unidades militares entre o Daguestão, a Chechênia, a Inguchétia e a Ossétia do Norte. Em Kabardino-Balkaria, ponto mais dificultoso de travessia da cordilheira do Cáucaso, não há unidades militares (embora isso não represente uma quebra na linha defensiva, que aqui é feita pela própria geografia). A linha defensiva com posicionamento de unidades é retomado na região de Karachay-Cherkessia, e a partir daí segue a linha do Mar Negro no Krasnodar, continuando pela costa do Mar de Azov na entrada do Don e seguindo pela planície até a etapa final do rio Volga, antes de Astrakhan.

No centro da planície, uma unidade aérea e uma unidade motorizada no *kray* de Stavropol, dando suporte às operações de montanha na Chechênia e no Daguestão. Essas unidades, dispostas em formato e “V” no sentido leste-oeste-leste (com a ponta do “V” na Crimeia russa, sede da Frota do Mar Negro) mostram a vulnerabilidade do trecho Mar Negro-Mar de Azov na planície do Don e a relativa segurança que a Rússia tem de que uma operação pelo Mar Cáspio é estrategicamente difícil o suficiente para qualquer nação do mundo, diante da enorme distância que uma força expedicionária teria que percorrer até chegar às margens desse mar fechado (desembarque na Turquia, com passagem necessária por Armênia e Azerbaijão, ou desembarque no Irã pelo Golfo Pérsico, com necessidade de cruzar todo o deserto iraniano e as montanhas ao norte de Teerã para chegar ao Mar Cáspio e, a partir daí, superar a Flotilha do Mar Cáspio e desembarcar no Volga, tomar Astrakhan e enfrentar a linha defensiva do Alto Volga e dos Urais).

## Russia: main land and air force dispositions in the Southern Military District



**Mapa 8.** Disposição das principais forças militares terrestres e aéreas do Distrito Militar do Sul (Cáucaso-Don-Volga), com destaque para as bases aéreas das quais podem ser lançadas operações nas regiões de montanha. Percebe-se a concentração majoritária de unidades na região linear defensiva Ossétia-Inguchétia-Chechênia-Daguestão (5 das 9 unidades mecanizadas), além de duas unidades no *kray* de Stavropol que dão suporte às operações no norte do Daguestão (uma unidade mecanizada e uma base aérea em Budyonovsk). Fonte: International Institute for Strategic Studies, 2014, acesso em <https://www.iiss.org/en/militarybalanceblog/blogsections/2014-3bea/march-f525/russia-graphic-1fb8>

Já as unidades em Volgogrado, longe de servirem de apoio *exclusivo* para as unidades combatentes do Cáucaso, servem como uma segunda linha defensiva na parte norte do Distrito Militar do Sul, flexível a ponto de servir de retaguarda para as tropas do Don, do leste da Ucrânia, da frente do Mar Cáspio e do próprio Cáucaso montanhoso, mas também de servir de primeira linha de defesa da região do Volga, impedindo maior penetração de forças hostis na *heartland* russa e servindo de contenção para o deslocamento defensivo de outras forças russas dos demais Distritos Militares para a proteção da *motherland*.

Há, ainda, uma lógica identitária na colocação de um número menor de tropas russas no Cáucaso, quando comparadas com as tropas estacionadas na fronteira com a Ucrânia: o risco de choque e fricção entre os soldados russos *rusскиye* e os montanhese caucasianos *rossiyane* é grande, e por isso a ocupação da região tem

sido mínima, com distribuição de forças na retaguarda com poder aerotransportado para operações de reação rápida na região (inclusive 2 brigadas de forças especiais *Spetsnaz* e de números não revelados de operativos da FSB e da SVR). A base aérea de Budyonnovsk, no *kray* de Stavropol, serve de apoio para as operações na linha que vai da Ossétia ao Daguestão, passando por Inguchétia e Chechênia, tendo sido o ponto de lançamento das ofensivas russas na Chechênia e na Ossétia do Sul (contra a Geórgia em 2008), além de serem ponto de apoio às operações de contraterrorismo de 2014-2015 contra as ações do ISIS na região.

O vetor de combate aéreo está presente ainda – e em maior número – nas regiões viradas para o Mar Negro, Mar de Azov e fronteira oriental com a Ucrânia. Nesses casos, o poder aéreo representa projeção de poder sobre o cenário naval (para evitar uma invasão ainda no território marítimo), mas também de linha acessória de combate para a região montanhosa do Cáucaso, já que esse vetor aéreo pode ser deslocado com rapidez e agilidade para atuar em apoio às unidades de combate no Cáucaso e em complementaridade com os elementos de combate aéreo e aerotransportado da base aérea de Budyonnovsk.

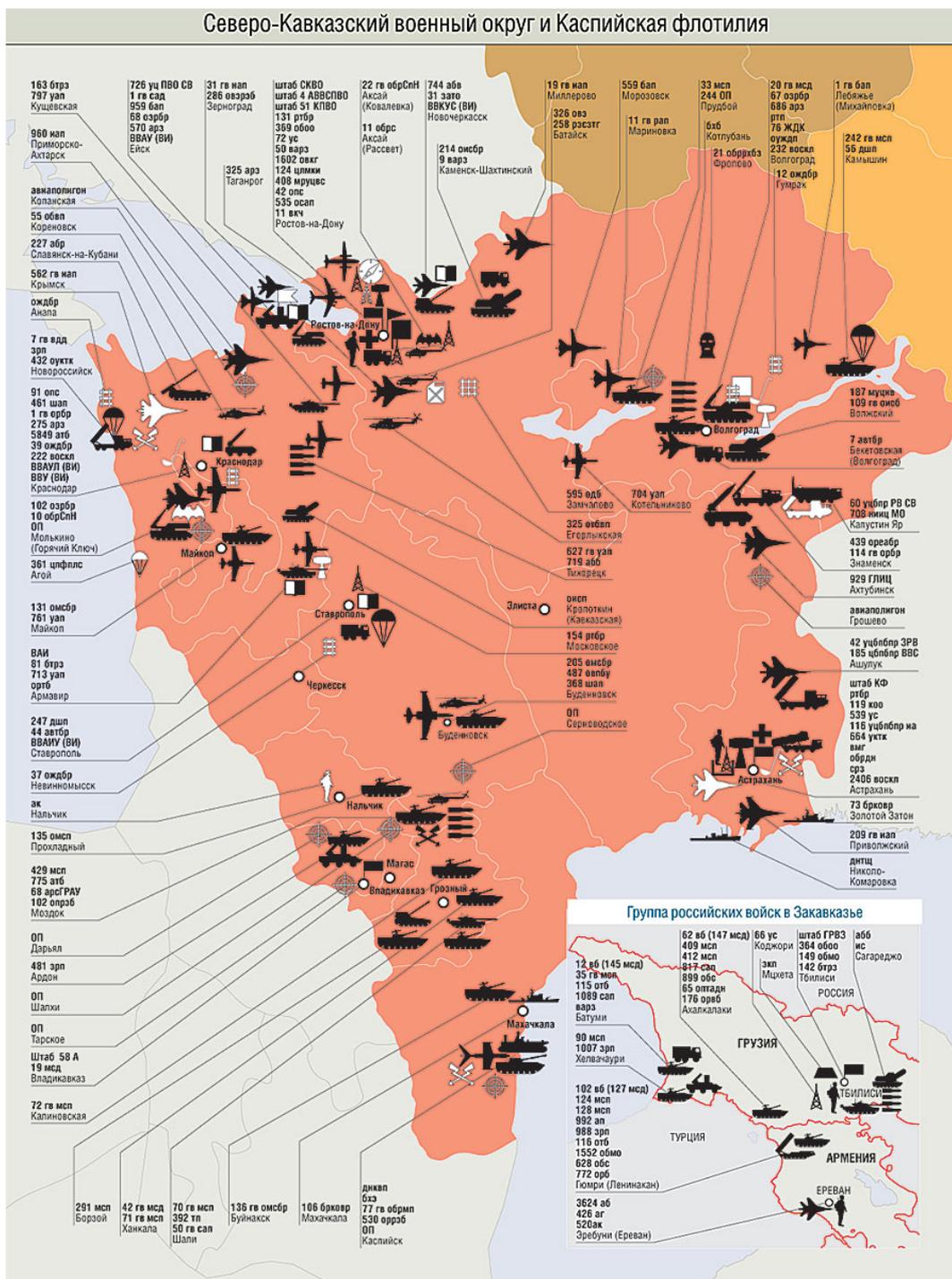
A vulnerabilidade do território russo provocado por grupos e elementos oriundos de outras identidades nacionais *rossiyane* vem da própria formação territorial russa. HOSKING (2001, p. 4) mostra como a Rússia explorou a fraqueza de “tribos e clãs nômades desorganizadas” para “invadir e absorver seus territórios”, havendo periódicas implosões dessa política com aumento da vulnerabilidade fronteiriça do país em virtude do *status* sempre provisório que os *rossiyane* vêm historicamente tendo, ora como *loyal subjects*, ora com *wary allies*, ora como *bitter foes* (HOSKING, 2001, p. 4). O autor ainda afirma que “*in this respect also, the period since 1989 is not an aberration, but a resumption of a historically typical pattern*”. Esse padrão no comportamento da Rússia em, no curso da história, alterar o *status* geopolítico dado a cada elemento nacional não-russo em seu território a partir de uma definição identitária mostra que, longe de parecer uma ausência de identidade nacional, é na realidade um instrumento concreto e deliberado para o exercício de poder: Moscou busca construir uma identidade (ou um discurso de) multietnicidade para a Rússia quando na verdade só a defesa das estepes – e, portanto, dos *rusскиye* – interessa ao centro de poder do país.

Não apenas a disposição das unidades militares terrestres e aéreas definem o Cáucaso como a região geopoliticamente mais relevante da linha defensiva da Federação. Também a disposição das frotas navais da Rússia segue essa lógica.

A estrutura militar naval russa é composta por cinco frotas: Báltico, Norte (Ártico), Mar Negro, Cáspio e Pacífico (com sedes respectivamente em Baltiysk, Severomorsk, Sebastopol, Astrakhan e Vladivostok). Das cinco frotas disponíveis e operacionais, *quatro* delas estão localizadas no perímetro defensivo da *heartland* russa (uma no Ártico, uma no Báltico, uma no Mar Negro e uma no Mar Cáspio). Dessas quatro, *duas* (ou seja: metade das frotas operacionais que defendem a *heartland*) estão localizadas no sistema defensivo do Cáucaso (a Frota do Mar Negro em Sebastopol, que protege o acesso ao Cáucaso-Don pelo estreito de Kerch, e a Flotilha do Cáspio, que protege o acesso naval ao Volga a partir de Astrakhan e fornece defesa para o acesso à planície do Don).

A distribuição de forças da Marinha Russa nesse “quadrilátero protetivo” compreende aproximadamente 65% do equipamento naval total da Federação, com os outros 35% dos equipamentos – baseados em Vladivostok e, portanto, submetidos à aplicação no cenário do Pacífico – funcionando como apoio às operações árticas cruzando o estreito de Bering, fazendo com que praticamente todo o contingente naval russo esteja sendo empregado primariamente na defesa prioritária da *heartland* (IISS, 2014).

Os projetos que a Rússia tem desenvolvido para o Ártico – e os conflitos potenciais advindos daí – fazem com que essa interconexão das forças navais seja necessária, pois a passagem naval pelo Círculo Polar Ártico pode abrir uma frente de vulnerabilidade da *heartland* russa sem precedentes, possibilitando uma nova cabeça de ponte a partir do Ártico, nova fronteira geopolítica mundial no século XXI. Nesse contexto, a Frota do Mar Negro baseada na Crimeia apresenta-se como vital à defesa do território russo, por ser exatamente a primeira linha de defesa (naval) contra um desembarque anfíbio possível na planície do Don e contra a penetração de elementos hostis à Rússia no Mar de Azov e, garantida essa primeira linha, no próprio território russo através da bacia do rio Don.



**Мара 9.** Representação cartográfica das unidades militares russas na região do Cáucaso, dentro das fronteiras da Federação da Rússia. Pode-se perceber claramente pela disposição das forças a natureza defensiva e estratégica da região, com unidades militares numerosas estacionadas: a) entre o Daguestão, a Chechênia e a Inguchêtia, tradicional zona rebelde antirrusa; b) entre o *kray* de Krasnodar e o *oblast* de Rostov, zonas de planície e de fiz de rios que adentram o território russo a partir do mar de Azov, sendo uma zona de vulnerabilidade da *heatland* russa das estepes, podendo ser uma zona de desembarque anfíbio servindo de cabeça de ponte para uma incursão contra a Rússia; c) entre os *oblasts* de Astrakhan e Volgograd, que concentram parte vital do complexo industrial russo. Embora o mapa 8 represente a realidade militar russa em 2005 (portanto pré-reformas), a leitura conjunta com o mapa 7 e com as análises estratégicas dos Military Balances de 2010, 2012 e 2014 (IISS, 2010, 2012, 2014) demonstra que a estrutura

estratégica de disposição de forças russas no Cáucaso manteve-se basicamente inalterada, mudando apenas o número de forças concentradas na região (acrescendo-se unidades de operações antiterror do SVR e do FSB, além de unidades Spetsgruppe Alfa e das Spetsnaz e reorganizando/modernizando equipamentos militares). Fonte: Kommersant, 21 de Fevereiro de 2005, acesso em <http://www.kommersant.ru/doc/548978>.



**Mapa 10.** Disposição das frotas navais russas no espaço da Federação. A importância estratégica da região de estepes a oeste dos Urais – que destaca a necessidade de proteção desse território - pode ser confirmado pela presença de 4 das 5 frotas navais russas no “hexágono” formado entre os Urais, Cáspio, Cáucaso, Azov-Don, fronteira ocidental e mar de Barents. Destaque-se que há inclusive uma frota naval em mar fechado (Flotilha do Cáspio). Fonte: RIA Novosti, 2010.

A Frota do Mar Negro é, inclusive, vista como a mais estratégica da Federação Russa quando comparada com outras frotas por um motivo simples: é o

único acesso que a Rússia tem a mares “quentes” (i.e. que não congelam), próximos à *heartland*, durante todos os períodos do ano.

A Flotilha do Cáspio é marinha de mar fechado, e só pode se deslocar naquele perímetro.

A Frota do Pacífico, embora grande e poderosa, está longe demais para ser usada em reação rápida a uma invasão contra a *heartland*.

A Frota do Báltico tem navegabilidade limitada pela presença de outros países da OTAN (que seriam potencialmente os países hostis antirrussos), além de enfrentar dificuldades de mobilidade em virtude do excesso de gelo nos mares daquela região.

Por fim, a Frota do Norte, situada no Ártico, passa períodos do ano sem capacidade operacional de meios de superfície (navios-aeródromo, abastecedores, fragatas, corvetas, destróieres, cruzadores, patrulhas, caçadores de minas) em virtude do congelamento dos mares da região, só sendo operacional a frota de submarinos baseada na região, mas que não é suficiente para uma defesa territorial mais ampla (submarinos servem mais a estratégias de ataque furtivo que de defesa maciça de território).

Daí decorre a importância vital da Frota do Mar Negro para a defesa naval plena da *heartland* russa, motivo que impulsionou Moscou a aceitar o pleito de incorporação do ex-território ucraniano da Crimeia, cuja secessão daquele país em 2014 foi seguido por um pedido de adesão – via referendo – à Federação da Rússia, confirmado pela *Duma* russa no mesmo ano e plenamente concluído em 2015.

Além das unidades militares defensivas no território russo, a Federação da Rússia ainda mantém bases no exterior. Há distribuição de unidades militares russas, instalações de monitoramento remoto e de alerta antecipado no espaço (hoje soberano) das ex-Repúblicas Soviéticas da Bielorrússia, Armênia, Moldávia, Geórgia, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirquístão (além da Síria), formando assim uma rede de defesa do território russo fora da Rússia, permitindo alerta antecipado e possibilidade de mobilização de unidades militares russas fora do país em reação rápida a uma possível ameaça ao território ou aos interesses russos.

A disposição das forças russas no exterior (IISS, 2012 e 2014) mostra a importância de criação círculos externos (inclusive navais) para a defesa da *heartland*:

a) A oeste, com instalação de estações de *controle aéreo e alerta antecipado* na Bielorrússia (*Baranovich*); manutenção de *peacekeepers* na Moldávia (*Transnistria*) com poder ofensivo (pelo menos uma centena de equipamentos estratégicos pesados, como tanques de guerra, blindados e helicópteros de ataque);

b) A sudoeste, com a criação de uma estrutura operacional naval de proteção do fluxo mediterrâneo da Frota do Mar Negro feito a partir da base multipropósito de Tartus, Síria;

c) A leste, com manutenção de um círculo para proteção do cosmódromo de Baikonur e da estação de alerta antecipado de Balkash (ambos no Cazaquistão), bases do programa espacial russo, defendidos a partir de diversas unidades de combate estacionadas no Tadjiquistão e no Quirguistão (totalizando, em ambos os países, mais de 6.000 soldados e uma diversidade de equipamentos terrestres e aéreos);

d) Ao sul, uma linha defensiva externa na Transcaucásia, representada por unidades de combate (áreas inclusive) estacionadas no Cáucaso não-russo: dois batalhões de *peacekeepers* russos estacionados na Abkházia e Ossétia do Sul, ambos territórios formalmente ligados à Geórgia (com mais de 7.000 soldados, equipamentos de defesa aérea S-300, helicópteros de ataque e duas unidades de infantaria motorizada); rede de bases aéreas e terrestres na Armênia (totalizando mais de 7.000 soldados e pelo menos duas centenas de equipamentos estratégicos pesados, como tanques de guerra, veículos blindados e helicópteros de ataque).

Todos esses elementos estratégicos mostram que a questão identitária complexa do Cáucaso torna esse território uma área que extrema vulnerabilidade para a defesa da *heartland* russa, o que justifica a adoção de uma geopolítica específica para a região, passando inclusive pela distribuição de unidades militares na região, com impactos diretos em questões táticas e operacionais dessas forças de combate.

### 3.5 ASPECTOS ESTRATÉGICOS DE UMA FRONTEIRA CIVILIZACIONAL CONTURBADA: COMPLEXIDADE ETNO-LINGUÍSTICA E RELIGIOSA DO CÁUCASO

Há, no Cáucaso, questões geográficas, políticas, históricas, culturais, religiosas e psicológicas que se entrelaçam para tornar mais complexa a geopolítica regional, impondo inclusive a própria distribuição de forças militares russas e do estabelecimento de perímetros defensivos da Rússia na região.

As últimas questões a serem tratadas no presente capítulo, embora não menos importantes, situam-se numa esfera complementar à análise em virtude da sua complexidade, subjetividade e do seu efeito psicológico na constituição das percepções de insegurança por parte do Estado russo, de acordo com sua construção histórica: são as questões etno-linguísticas e religiosas, que impõem à região uma dinâmica própria.

Ao conectar o perfil linguístico ao perfil étnico na região do Cáucaso, podemos encontrar nessa área geograficamente delimitada pelo menos três macrogrupos etno-linguísticos (HIROSE, 2005):

- a) **Caucasianos**, que por sua vez se subdividem em meso-grupos com suas micro-classificações: abkhazes, circassianos (adygeys, cherkesses, kabardinós), georgianos, daguestanes (aguis, avares, dargines, laks, legines, rotuls, tabasaranes e tsakhures) e veinakhes (chechenos e inguches).
- b) **Indo-Europeus**, que por sua vez se subdividem em meso-grupos com suas micro-classificações: armênios, gregos, iranianos (curdos, ossetas e talyshes) e eslavos (russos).
- c) **Altaicos**, que por sua vez se subdividem em meso-grupos com suas micro-classificações: túrquicos (azeris, balkares, karachays, kumykes, nogays e turcomenos) e mongóis (kalmykes).

Embora a concentração de um grande número de subdivisões etno-linguísticas não seja, em regra, base para um conflito potencial, o fato desses grupos etno-linguísticos guardarem relações com pelo menos oito denominações

religiosas das três grandes religiões monoteístas (cristianismo ortodoxo, judaísmo e islamismo), somado à fluidez relacional no espaço territorial (por estarem os grupos completamente misturados em área exígua, como pode ser visto no Mapa 10) transforma essa área em profundamente complexa e sujeita a choques inevitáveis, sobretudo quando à geopolítica se unem questões de etnia, idioma e religião *simultaneamente*.

Isso torna não só a administração do território mais complicada, mas da mesma forma cria um problema de assimilação, já que além da tolerância étnica ainda deve haver, idealmente, assimilação (ou diálogo) linguístico e religioso, entre perspectivas religiosas que são ancestralmente opostas – mesmo inimigas – numa região histórica de encontro de impérios (Árabe, Turco, Persa, Russo, Otomano) na proximidade do Oriente Médio, num istmo pequeno de passagem transcontinental e transcivilizacional.

Para complicar, dessas subdivisões etno-linguísticas, pelo menos 18 delas estão no espaço territorial do Cáucaso russo, quase todas concentradas na parte mais ao sul da região entre Karchai-Cherkessia e o Daguestão. Isso fez com que a Rússia, desde a época imperial, tivesse dificuldade extrema em assimilar esses povos, preferindo colocá-los como aliados provisórios, súditos não-confiáveis ou inimigos bárbaros. Essa construção permanece até hoje, e se manifesta na distinção feita entre *rusскиye* e *rossiyane* pela própria legislação da Federação Russa.

É essa multietnicidade excessiva num espaço limitado de passagem transcontinental que torna a região altamente vulnerável às articulações e “microbalanças de poder” entre as diversas denominações nacionais, que podem se articular a favor ou contra a Rússia conforme Moscou se posicione a favor ou contra seu grupo ou um grupo inimigo. Foi esse o *mindset* que impulsionou a Rússia a buscar na russificação uma maneira de conformação dessas nacionalidades no projeto russo (ainda que na categoria de “cidadãos de segunda classe”, com restrições normativas ao exercício de poder). MANDEL (1985, p. 39) ressalta que “the ideology underlying [ethnic oppression] was that of Great-Russian superiority, and Russification, [in which] the tsarist government sought to force these people to abandon their own Slavic languages for Russian”.

### Ethnolinguistic Groups in the Caucasus Region

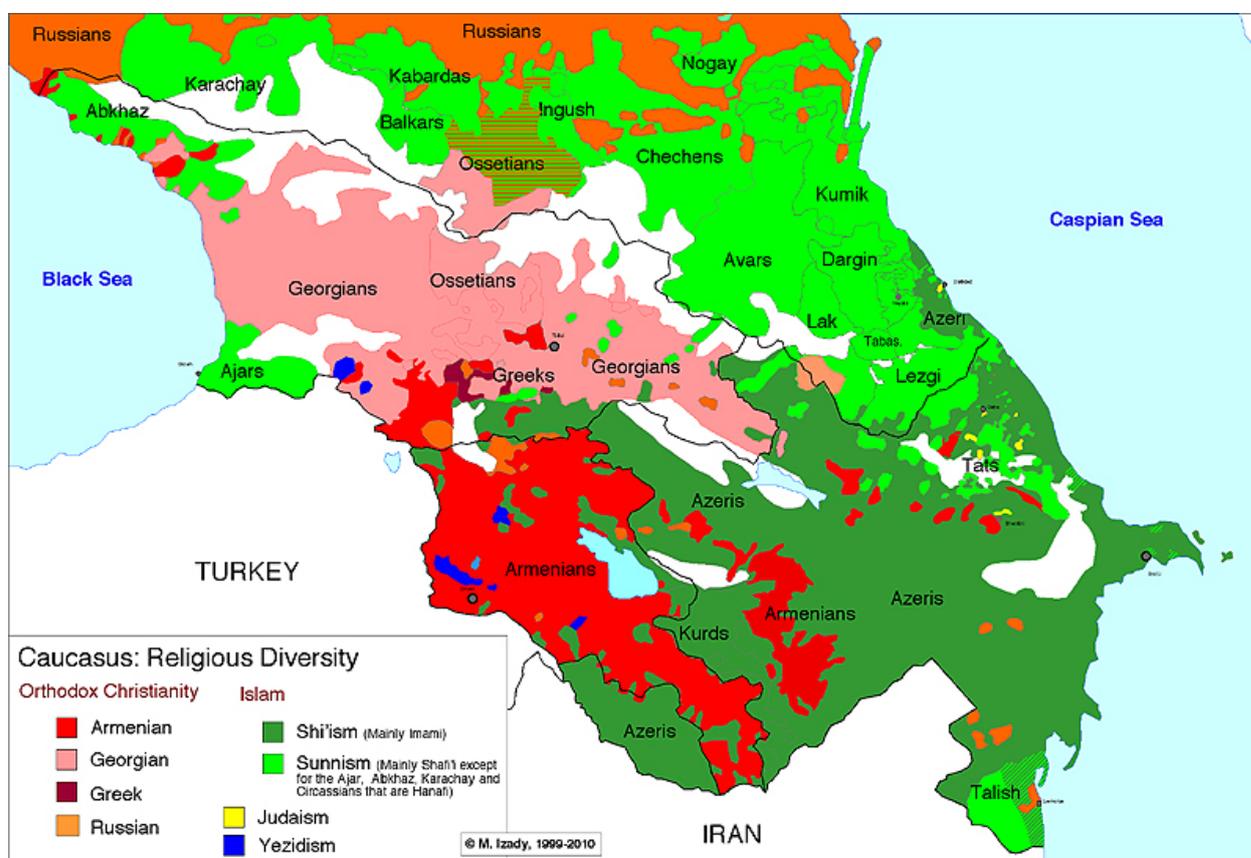


**Mapa 11.** Mapa político do Cáucaso com divisões etno-linguísticas. Percebe-se do mapa a extrema diversidade étnica, cultural e linguística do Cáucaso, inclusive da parte russa. Fonte: HIROSE, Yoko. *The Former Soviet Bloc and Conflict: Geopolitics of Oil, Ethnicity and Terrorism*. Tóquio: Keio University Press, 2005.

Foi esse sentimento de superioridade racial – bem expresso pelo pensamento da tradição Eslavófila de política externa, de que falam MIELNICZUK (2015), FREIRE (2011) e CLUNAN (2009) - que levou a Rússia estruturar essas divisões étnicas em torno de seu projeto de poder, usando nos séculos XVIII e XIX, e de 1936 até hoje, processos alternados de construção/desconstrução de modos de subjetividade dos caucasianos para ora integrá-los à Federação (mantendo a

integridade do território russo), ora incorporá-los à Federação (como o caso dos ossetas da Ossétia do Sul, Geórgia), ora para colocá-los como ameaça ao Estado russo e combatê-los dentro e fora do território soberano da Rússia (como os chechenos e daguestanes rebeldes, ou os que passaram a integrar o ISIS e foram combatidos pelos russos na Síria, durante a intervenção que Moscou levou adiante naquele país médio-oriental em 2015).

Somando-se à questão étnica, a religião complicou o preconceito (MANDEL, 1985), por colocar em choque divisões internas do cristianismo (ortodoxia russa *versus* ortodoxia georgiana) e por colocar em choque o próprio cristianismo contra outra religião (cristianismo *versus* islamismo), considerando-se ainda os choques *internos* do próprio islamismo, que opõe o sunismo ao xiismo, ambos presentes no território do Cáucaso dentro da Federação Russa.



**Mapa 12.** Representação cartográfica das divisões religiosas no Cáucaso. Como tradicional fronteira civilizacional (similar aos Bálcãs, ao Levante e ao território compreendido entre Israel e o oeste do Irã), o Cáucaso é região de encontro das três grandes religiões monoteístas: cristianismo, judaísmo e islamismo. No entanto, pra longe dessa “simplificada” tripartição, a região apresenta a complexidade das divisões internas de cada uma delas, sendo sobretudo uma zona de choque entre as quatro versões do cristianismo ortodoxo (armênio, georgiano, grego e russo) e das duas vertentes do islamismo (xiismo e sunismo). Fonte: IAZDY, Michael Mehrdad. Religious Diversity of the Caucasus. The Gulf/2000

Project. Nova York: Columbia University Press, 2010, acesso em <http://gulf2000.columbia.edu/maps.shtml>.

Nesse aspecto, a maior fonte de instabilidade para o Estado russo tem vindo dos choques islâmicos na região. WARE e KISRIEV (2010, p. 90) mostram como o fim da URSS deixou um vácuo de poder que permitiu o ressurgimento do islamismo militante na região, posteriormente abrindo espaço para a infiltração de uma minoria fundamentalista na região, no processo de difusão do *Wahhabismo* de inspiração saudita:

The collapse of communism precipitated an Islamic revival with manifold repercussions, including: (1) a sharp increase in the observation of traditional Islamic rituals; (2) a revival and rapid development of *tariqat* orders; and (3) the proliferation of Wahhabi fundamentalism as a competing Islamic trend.

Curiosamente, os autores apontam para a própria União Soviética como culpada por criar o espaço para o espraiamento do fundamentalismo, ao suprimir a religião e provocar divisão entre as unidades étnicas, o que deixou o caminho aberto para lideranças religiosas obscuras, deseducadas e mal-preparadas (WARE e KISRIEV, 2010, p. 91).

Longe de aprofundar e esgotar o debate sobre as questões etno-linguísticas, pretendeu-se nessa última seção apenas apresentar a complexidade do tema - que poderá ser objeto de outros estudos específicos na academia brasileira - conectando-o às dificuldades e vulnerabilidades geopolíticas que esse tipo de subdivisão cria para a Rússia em sua ação na região. Passo agora, no próximo capítulo, à análise de como a formação das identidades nacionais russas a partir da *imaginação cartográfica* construída historicamente por narrativas literárias e elementos imagéticos de caracterização dos povos não-russos do Cáucaso russo foi e é definidora da geopolítica do Cáucaso.

#### 4. O CÁUCASO NA IMAGINAÇÃO COLETIVA E NA GEOPOLÍTICA RUSSA: AS IDENTIDADES NACIONAIS RUSSAS E A GEOPOLÍTICA DO CÁUCASO

No presente capítulo, buscarei analisar o objeto central do trabalho – *Identidade Nacional Russa e Geopolítica do Cáucaso* – a partir dos desenvolvimentos dos capítulos anteriores, que trouxeram sua colaboração para o presente trabalho em termos de perspectivas teóricas das relações internacionais, dos estudos culturais, da história cultural, das teorias geopolíticas e à luz da própria história da Rússia. Para tanto, o presente capítulo está dividido em quatro seções.

Na primeira seção serão feitas considerações acerca do papel do Cáucaso na imaginação coletiva e geopolítica da Rússia, para tanto utilizando-me de obras de historiadores e internacionalistas eslavófilos, de internacionalistas críticos da Rússia e de ícones da literatura russa. Há aqui a necessidade de inserir o debate sobre o papel que o Cáucaso tem na imaginação coletiva e geopolítica da Rússia em virtude da importância que essa região teve e tem na formação da própria noção de nacionalidade russa, conforme destacado por KING (2008), e se apresentam como necessárias diante da escassa produção acadêmica no ocidente sobre o tema e do natural enviesamento que marcam debates sobre estudos russos, estudos eslavos e estudos do espaço pós-soviético nas universidades ocidentais (FOXALL, 2015, p. 10).

Na segunda seção, apresentarei a relação entre a perspectiva estratégica do Cáucaso como zona de defesa das estepes e do *lebensraum* russo a partir da dinâmica geopolítica identitária, com reflexos na auto-visão russa de política externa.

Na terceira seção, trabalharei a dinâmica das duas identidades nacionais russas que condicionam a geopolítica do Cáucaso: a dicotomia *ocidente/oriente* e a dualidade *russo/não-russo*.

Por fim, concluirei que a geopolítica russa para o Cáucaso promove um processo de construção/desconstrução identitária naquela região como instrumento de ocultação do exercício puro de poder por parte de Moscou, que manipula as

identidades locais caucasianas seguindo uma lógica de interação ofensiva/defensiva com base na característica geoestratégica central da região: primeiro (e mais sólido) bastião de defesa das estepes russas contra intervenções estrangeiras e contra ameaças de grupos internos da própria Federação Russa.

#### 4.1 O CÁUCASO NA IMAGINAÇÃO COLETIVA RUSSA E SEUS REFLEXOS NA GEOPOLÍTICA DA RÚSSIA PARA A REGIÃO.

Embora os séculos XVII e XVIII tenham sido fundamentais para a construção do Estado russo, não chegou a ocorrer nesse período uma construção identitária que tenha determinado a maneira pela qual os russos se viam. O Império Russo, por suas próprias características, mantinha-se numa linha discursiva de multinacionalidade e multiétnica, embora a corte russa tenha se formado – desde Pedro o Grande – como um grupo ocidentalizado e ocidentalizante. O francês era o idioma oficial da nobreza e do oficialato militar. As doutrinas militares, o adestramento das tropas e até mesmo elementos de estratégia eram baseados no modelo francês ou no prussiano. Com exceção de unidades históricas (cossacos, sobretudo), as demais forças militares da Rússia tinham seu uniforme e sua estrutura hierárquica baseada – quando não copiada – dos modelos ocidentais. Até mesmo a tradicional e histórica capital russa desde a Moscóvia - Moscou - havia sido deslocada para São Petersburgo no século XVIII, onde permaneceria até o começo do século XX, com exceção de um curto interlúdio em que Moscou voltou a ser capital, entre 1728 e 1732. Petersburgo, não bastasse estar localizada geograficamente mais perto do Ocidente e do mar (Pedro o Grande tentou constituir a Rússia como potência marítima), ainda foi feita nos moldes arquitetônicos e urbanísticos quase que inteiramente europeus.

Esse ocidentalismo da Rússia levou um grupo de intelectuais russos no século XIX a questionar a identidade nacional russa que, naquele momento, sob a bandeira de uma pretensa “multinacionalidade”, beneficiava apenas uma pequena elite ocidentalizada, enquanto deixava a maioria esmagadora dos cidadãos russos alheios à sua identidade. HOSKING (2001, p. 344) chega a afirmar que “*writers*,

*musicians, painters and people active in the performing arts were intensely concerned with national identity*".

A escolha do campo específico da literatura para demonstrar o papel dessa intelectualidade no questionamento da identidade nacional russa baseia-se em duas questões fundamentais: a) o papel que as narrativas literárias têm no imaginário coletivo do século XIX; b) a importância que a literatura tem na construção cultural de justificativa do Imperialismo. Conforme SAID (1994, p. xiii): "*the power to narrate, or to block other narratives from forming and emerging, is very important to culture and imperialism, and constitutes one of the main connections between them*".

FIGUEIREDO (2013, pp. 18-19) ressalta esse poder narrativo da literatura em relação à construção de discursos legitimadores/deslegitimadores de poder, mas o faz destacando o papel que TOLSTÓI teria ao criticar exatamente essa relação de construção narrativo-identitária para justificar projeções de poder sobre um povo e um território (*imaginação cartográfica*): "*Tolstói mostra como os países dominantes se empenham em apresentar como verdades universais ou naturais aquilo que não passa de conceitos históricos locais e particulares, convenientes a suas pretensões de domínio*".

A construção de narrativas na literatura tem sido, no curso dos últimos dois séculos, uma importante ferramenta de construção de ordens políticas baseadas na alteridade. SAID (1994, p. 3) afirma – com muita razão – que "*apelos ao passado estão entre as estratégias mais comuns de interpretação do presente*". Essa afirmação do estudioso cultural palestino, que abre uma das suas obras mais famosas, guarda em si uma forte lição: a de que retomar o passado, emprestando-lhe novo significado, é uma poderosa ferramenta de controle da legitimidade e da autoridade política no presente. Isso faz parte do próprio jogo geográfico de *imaginação cartográfica*, que vai além de um processo simples de "*acumulação e aquisição*" (SAID, 1994, p. 9): para se consolidar como força política efetiva, o imperialismo passa pela construção ideológica e imaginária que justifique a dominação de um povo sobre outro. Nas palavras de SAID (1994, p. 9):

Neither imperialism nor colonialism is a simple act of accumulation and acquisition. Both are supported and perhaps even impelled by impressive ideological formations that include notions that certain territories and people *require* and beseech domination, as well as forms of knowledge affiliated with domination: the vocabulary of classic nineteenth-century imperial

culture is plentiful with words and concepts like “inferior” or “subject races”, “subordinate peoples”, “dependency”, “expansion”, and “authority”.

Sendo a literatura uma das mais fortes expressões da cultura, e a principal forma de narrativa do século XIX, optei por usar essa expressão artístico-cultural para representar a imaginação coletiva do Cáucaso na visão dos russos.

DOLHNIKOFF (2015, pp. 7-8) fala em "*espelho multiforme da alma russa*" ao se referir ao papel da literatura na construção do imaginário coletivo da Rússia. Esse "espelho" seria constituído a partir da percepção - pelos cânones da literatura clássica do Império Russo - de elementos da sociedade, inclusive sobre os "*modos de interação de classe e interpessoais*" (que inclui as relações interétnicas nas fronteiras do Império):

[...] estes clássicos russos [...] são, ou pretendem ser [...] um “espelho” feito para lançar alguma luz sobre as sombras da sociedade russa de seu tempo. Mas como a sociedade é feita de indivíduos, essas luzes se lançariam não apenas sobre a sociedade em si, ou seja, as formas e os modos das interações de classe e interpessoais, mas também sobre a própria “alma russa”

É importante o conceito que o autor traz de "russificidade", que seria em si a própria "alma russa" ou, nas palavras de DOLHNIKOFF (2015, p.8), "*certa especificidade eslava quase metafísica, que marcaria e determinaria o caráter dos membros de tal sociedade – (numa palavra, a 'russificidade')*". Esse é um elemento definidor na construção de uma *imaginação cartográfica* a partir das representações imagéticas que os autores da literatura imperial russa trouxeram, e que acabaram se arraigando na relação de psicologia coletiva que a sociedade russa tem até hoje com a alteridade caucasiana.

GOMIDE (2013, p.7), nesse mesmo sentido, afirma que essa dinâmica faz parte "[d]a *tradição cultural russa*", incluindo "*os discursos extraliterários [que] contêm um considerável arsenal de imagens transcendentais, de metáforas e reverberações estéticas*". Destaco que, assim como DOLHNIKOFF (2015), GOMIDE (2013) fala da mesma dinâmica *transcendente* (ou "*metafísica*") para criar *imagens* sobre outros povos - russos, não-russos, e seu processo de interação, ora em termos de amizade e admiração, ora em termos de ódio e repúdio. A falta de definição de uma identidade nacional russa era um desafio para a literatura, e foi pela literatura que esse projeto constitutivo de identidade, "*a própria existência de algo chamado 'Rússia'*" (GOMIDE, 2013, p.8) começou a ser construído:

Os principais temas do pensamento crítico russo [eram] o “povo” (o onipresente *narod*), o Estado, o papel do intelectual, a relação da arte com a sociedade, o peso do fator religioso, os contornos geográficos e históricos da Rússia, a função das ideias estrangeiras na cultura nacional. [...] A primeira metade do século traz dúvidas atroz sobre a própria existência de algo chamado “Rússia” e de uma cultura que lhe correspondesse; angústias tingidas de desespero histórico-metafísico e associadas à viabilidade de um sistema literário próprio. (GOMIDE, 2013, p.8)

Essa dinâmica narrativa é fundamental para a constituição de elementos legitimadores de determinados projetos de poder (GOMIDE, 2013, p.9):

Movidos pela exigência, típica do século, na Europa e em suas periferias, de se construir grandes narrativas legitimadoras sobre nacionalidade, o ensaísmo russo desejava encontrar uma substância estável chamada “Rússia”. Na falta dela, mapeava uma proliferação vertiginosa de temporalidades, espaços, fronteiras, vozes e tradições – um conjunto de Rússias (GOMIDE, 2013, p.9)

A dinâmica da alteridade foi encontrada inclusive em relação a outro povo com quem os russos tinham relações de admiração, embora cercado de tensões: o europeu. Como fica evidenciado em obras de DOSTOIÉVSKI (2000) e TOLSTÓI (2013), e conforme destacado por GOMIDE (2013, p.11), *“até fins do século XVIII, a nobreza experimentara de modo apenas pontual duas formas decisivas de alteridade, uma externa e outra interna: o “outro” europeu e o “outro” camponês”* tendo estes últimos passado *“a ser conhecidos de perto, e em grande escala, durante as guerras napoleônicas”*.

Fiódor DOSTOIÉVSKI, escritor eslavófilo russo, criticou profundamente esse ocidentalismo da elite russa, e em sua obra ele sempre deixou clara a separação entre Europa e Rússia: para o literato russo, a Rússia não era um país europeu (embora ele não indicasse a Rússia como país asiático). Em relato de viagem que posteriormente integrou-se à sua obra literária, DOSTOIÉVSKI (2011, p.69, 77-78) afirmou: *“quem de nós, russos, não conhece a Europa duas vezes melhor que a Rússia? Escrevi duas por delicadeza, mas o certo seria dizer dez vezes”*. Percebe-se daí que, ao separar nominalmente a Rússia da Europa, o autor impede aquela de estar contida no espaço geográfico desta.

Ao buscar problematizar e encontrar uma identidade puramente russa (em contraposição à identidade europeia), DOSTOIÉVSKI (2011, p.77-78) criticou duramente aqueles que, segundo ele, *se inclinavam perante o Ocidente, com veneração raiando a esquisitice*, para ao final elogiar *aquilo que é nosso, pátrio, russo*:

Lembro-me de como, há uns quinze anos, quando privei com Bielínski, todo aquele grupo se inclinava, e com que veneração, raiando mesmo a esquisitice, perante o Ocidente, isto é, sobretudo perante a França, que estava então na moda: isto foi em 1846. E não é que se adorassem, por exemplo, nomes como George Sand, Proudhon e outros, ou se respeitassem outros como os de Louis Blanc, Ledru-Rollin etc. Não, simplesmente uns fedelhos, os nomezinhos mais desprezíveis, desses que logo desaparecem quando chega o momento de agir, mesmo estes eram tidos em alta consideração. Mesmo deles se esperava algo elevado, no iminente serviço à humanidade. De alguns falava-se com particular murmúrio de veneração... E então? Em toda a minha vida não encontrei um homem mais apaixonadamente russo do que Bielínski, embora, antes dele, talvez apenas Tchaadáiev se indignasse tão ousada, e por vezes cegamente, como ele, com muito do que é nosso, pátrio, e parecesse desprezar tudo o que era russo.

Na mesma obra, *Notas de Inverno sobre Impressões de Verão*, DOSTOIÉVSKI (2011, p.79) coloca de forma clara a tensão entre a elite europeizada e a massa russa (ponto central da eslavofilia do autor):

[...] aqueles russos de modesta condição, que se chamam cinquenta milhões, e a quem nós, que somos cem mil, até agora consideramos com toda seriedade como sendo ninguém e de quem as nossas tão profundas revistas satíricas ainda hoje zombam pelo fato de não rasparem as barbas.

Liev TOLSTÓI (2015, p.405), da mesma forma, buscou caracterizar o *homem russo* de uma maneira que deu àquele povo um diferencial significativo em relação aos demais povos (e faz, assim, uma crítica velada aos europeus e à elite europeísta da Rússia). Dentro dessa categoria o *homem russo* verdadeiro seria aquele oriundo do povo, aquele componente humano com características de russificidade popular - pobre, sofredor, forte e guerreiro - que se opunha à nobreza ocidentalista do oficialato militar. Em seu conto curto *Sebastopol em Dezembro* (de 1855) o autor traz à baila imagens contrastantes da Guerra da Crimeia, opondo as figuras de soldados rasos russos vindos do povo, sujos no meio do caos do campo de batalha, às figuras dos oficiais *de luvas irreprochavelmente brancas* (denotando que o oficialato russo não "sujou as mãos" no conflito, legando para o povo toda a parte dura da luta), escondendo nos tipos literários uma crítica social profunda. O literato chega mesmo a caracterizar um militar da elite como *oficialzinho da marinha, louro e imberbe* (TOLSTÓI, 2015, p. 413), usando o diminutivo para reduzir sua importância militar advinda da sua patente, e usando o adjetivo *imberbe* para, de um lado, indicar sua juventude e inexperiência, e do outro lado, para indicar sua posição

de nobreza pela ausência de barba<sup>36</sup>. Para o escritor, era o povo que fazia da *alma russa* algo concreto, não os oficiais militares europeístas advindos da nobreza.

Nesse mesmo conto, TOLSTÓI (2015, p. 418) define de maneira precisa a imagem desse *homem russo*:

Repare no rosto, na postura, nos movimentos dessa gente: em cada ruga desses rostos queimados, de zigomas salientes, em cada músculo desses largos ombros, na espessura desses pés calçados em enormes botas, em cada movimento calmo, preciso e ponderado, mostram-se os principais traços do que constitui a força do homem russo - simplicidade e obstinação; mas aqui, além desses traços, lhe parece que o mal e os sofrimentos da guerra acrescentaram a cada rosto vestígios da consciência de sua própria dignidade e grandeza de pensamento e sentimento.

À maneira do que, na literatura brasileira, Euclides da Cunha (n'Os *Sertões*) fez com a imagem do sertanejo como *um bravo, um Hércules-Quasímodo* e Machado de Assis fez com a imagem de alguns dos seus personagens (como Brás Cubas, nas *Memórias Póstumas*, que representava a classe média-alta *mediocre* do Brasil do século XIX) para caracterizar um determinado estrato social e, a partir daí, criar uma identidade do que seria verdadeiramente nacional ou regional, TOLSTÓI criou uma distinção perfeita do que, naquele contexto, significava ser *verdadeiramente* russo: forte, bravo, amante da pátria russa, oriundo do povo e, sobretudo, não-europeu. TOLSTÓI (2015, p. 421) acrescenta ainda a imagem destacada de amor à pátria que os russos teriam, e que seria tão profundo que superaria os tradicionais estímulos militares ocidentais de patentes e medalhas para suportar um cenário tão brutal e adverso quanto a guerra, dispondo-se inclusive a morrer pela pátria:

Você percebe que o sentimento que os impele a trabalhar não é um sentimento de mesquinhez, de vaidade ou distração como aquele que lhe anima, mas algo bem diverso e mais poderoso, algo que faz deles uma gente que consegue viver de forma calma sob as balas, exposta a cem mortes casuais em lugar de uma única a que estão sujeitas as pessoas

---

<sup>36</sup> No século XIX barbas longas eram elementos usados pelo povo pobre e por habitantes de paragens distantes do centro de poder russo, geralmente pessoas de baixa posição social. A nobreza e o oficialato militar, seguindo a tradição ocidental, em geral não podiam usar barbas, vistas como "selvagens". Quando usavam, a barba era curta e bem aparada, vista como "civilizada". A única exceção eram os membros do clero ortodoxo, que tinham autorização para usar barbas longas. Essa dinâmica estética começou com o processo de europeização durante o reinado de Pedro o Grande, quando barbas foram banidas da vida pública e oficial do Estado, com exceções religiosas. Embora esse detalhe supérfluo de presença ou não de barba possa parecer inútil e desnecessário para um debate de relações internacionais, a construção imagética da distinção *povo x nobreza* na literatura russa do século XIX transforma esse elemento estético - a barba - numa importante categoria visual distintiva de classe social e, por isso, precisa ser mencionada em nota.

comuns, uma gente que consegue viver nessas condições, em meio a trabalhos ininterruptos, vigília e lama. Condecorações, títulos e ameaças não poderiam fazer essa gente aceitar condições tão horríveis: é necessário que haja alguma outra motivação, mais elevada. E essa motivação surge de um sentimento que raramente se manifesta e do qual o russo sente pudor, mas que habita as profundezas da alma de cada um: o amor à pátria [...] esses heróis que em meio a tempos difíceis não perderam a coragem, mas que mantiveram espírito altaneiro e, com deleite, prepararam-se para morrer, não pela cidade, mas pela pátria. Por muito tempo essa epopeia de Sebastopol deixará na Rússia marcas grandiosas, em que o herói é o povo russo.

Essa construção imagética de oposições que TOLSTÓI faz na narrativa da Guerra da Crimeia, ressaltando os valores dos russos, aparece igualmente na metáfora (crítica) do casamento burguês europeu que DOSTOIÉVSKI (2011, p. 153) trabalha como *Bribri e ma biche* em suas *Notas de Inverno*: nesse capítulo a superficialidade, fingimento, interesse monetário, corrupção sistêmica e falsidade do casamento burguês parisiense (representando então os valores europeus professados elite russa) são duramente e ironicamente criticados, e a falta de *apreço ao que é nosso* (russo) é mostrado como um sintoma de uma doença nacional (DOSTIÉVSKI, 2011, pp. 157-158):

De modo geral, as pessoas no estrangeiro - isto me saltou aos olhos - são quase todas muito mais ingênuas que os russos. É difícil explicar isto com maiores minúcias; cada um deveria observá-la por si mesmo. *Le russe est sceptique et moqueur*, dizem de nós os franceses, e é verdade. Somos mais cínicos, temos menos apreço ao que é nosso, não gostamos dele até, pelo menos não o estimamos muito, sem compreender por quê; agarramo-nos aos interesses europeus e da humanidade em geral, não pertencentes a nenhuma nação, e por isto, naturalmente, reagimos a tudo com frieza, como que por obrigação, e em todo caso mais abstratamente.

No entanto, as provocações intelectuais eslavófilas de DOSTOIÉVSKI e TOLSTÓI, nas obras em destaque acima, não chegaram a definir uma identidade russa de forma mais específica e com riqueza de detalhes, embora tenham suscitado debates que se prolongaram durante todo o resto do século XIX e mesmo no início do século XX. Chegou-se, em ambos os casos, a uma definição parcial de identidade por negação: para DOSTOIÉVSKI, *ser russo é ser não-europeu*, embora nem mesmo ele consiga determinar o que isso significa de maneira conceitual; para TOLSTÓI, *ser russo é não ser da nobreza russa europeizada* (a categoria *povo* criada pelo autor misturava diversas etnias diferentes entre si, tornando difícil definir positivamente o *russo* a partir do tipo *povo*).

Foi somente a partir da intervenção russa no Cáucaso, planejada e timidamente executada desde a época de Catarina II (1762-1796) mas acentuada no

século XIX, que uma definição positiva de nacionalidade russa – aquela em que o *rusскиye* tornou-se central no Sistema russo de poder em detrimento dos *rossiyane* – começou a ser estruturada. Isso passou naturalmente pela constituição de uma alteridade, separando o *eu* russo do *outro* não-russo.

No caso específico do Cáucaso, com suas diferenças étnicas, geográficas e religiosas, o imaginário criado a partir desse encontro interétnico – talvez intercivilizacional - foi fundamental para a nacionalidade russa contemporânea, e ainda é tema de debate e de intervenções político-militares na região, que continua a fazer parte da Federação da Rússia, com suas divisões de Repúblicas Autônomas. A importância do Cáucaso na criação do imaginário coletivo russo expressado pela literatura – basilar para o começo da construção de uma identidade russa - foi ressaltado por KING (2013):

Russia's conquest of the Caucasus, which spanned from 1817 to 1864, was the longest-running military conflict in Russian history. More than two generations of generals, professional soldiers, and peasant conscripts were consumed with the battle, and it had a monumental effect on Russian culture. Like the taming of American West in U.S. history, the fight for the Caucasus helped shape Russians' views of themselves. The account by Baddeley, a British writer and traveler, is conventional military history, full of brutal battles, chaotic retreats, and daring raids. But there is no better treatment of the main lines of Russia's long-running attempts to subdue its southern borderlands. Two classic literary works by Lermontov and Tolstoy played central roles in shaping Russian perceptions of the region. Tolstoy in particular is sensitive to the ill effects of the vicious fighting in the North Caucasus on both Russian politics and local communities.

O mesmo autor, em obra específica sobre a história da região (KING, 2008, p. 5-6) ressalta a dualidade do Cáucaso no imaginário coletivo russo: lugar de atração e repulsão, de beleza inominável mas com um caráter selvagem quase abominável. Esse caráter geográfico dual do Cáucaso se refletiria no próprio caráter da população caucasiana (comumente chamada de “montanhosa”).

Russians soon came to consider the Caucasus their own wild South, imbuing it with the same ambivalent magnetism that characterized American notions of the western frontier. Russian poets and novelists, from Pushkin to Tolstoy, described the noble men of the upland tribes or criticized their own government's increasingly brutal war against them. There was a dark thread running through these images, one that concerned the animal brutality of the Caucasus peoples and their ferocious treatment of prisoners, their fallen state as lapsed Christians or fanatical Muslims, and their adulterated customs and identities on the frontier between Occident and Orient. In art, literature, travel writing, political reportage, and other spheres, the Caucasus was a place both attractive and repulsive to foreign visitors as well as to the

Russians, who by the 1860's had established nominal sovereignty over the lowlands and highlands on either side of the mountain chain.<sup>37</sup>

Essa intervenção militar russa no Cáucaso – e a experiência daí adquirida – viria a modificar substancialmente a relação dos russos com sua própria nacionalidade. Iniciou-se, assim, o processo (ainda inacabado) de definição da identidade nacional russa a partir da negação do status russo aos caucasianos, que, no entanto, faziam geograficamente parte do Império.

A relação entre os russos e o Cáucaso ocupou um espaço central na literatura russa no século XIX, e construiu uma visão específica na qual a região era vista em sua pureza selvagem e, paradoxalmente, brutal. Há paralelos entre a ilustração do Cáucaso na literatura russa e da África e do Oriente Médio na literatura orientalista criada pela Europa para justificar o neocolonialismo (que oscilava entre o exotismo das *1001 Noites* e a brutalidade selvagem de *O Coração das Trevas*, de Joseph Conrad). Ambas foram estruturas culturais de justificação de projetos imperiais, em que o idílio campestre ideal, a paisagem selvagem bela e intocada, era intercalada por figuras brutais dos homens que as habitavam. BRANCO (*In: TOLSTÓI*, 2012, p.7) fala sobre a influência do Cáucaso na literatura russa.

Quando Tolstói escreveu *Os Cossacos*, em meados do século XIX, havia décadas que o Cáucaso emprestava imagens à literatura russa e propiciava a renovação de seus temas literários. A paisagem caucasiana, indômita e selvagem, tão diversa e contrastante em suas estepes e montanhas de neves eternas, dunas e bosques cerrados, havia explodido nos anos de 1820, romântica, em poemas de Púchkin e Liérmontov, na prosa romanesca de Biestújev, criando ou confirmando mitos sobre os audazes e valentes montanheses que combatiam o Império Russo em nome da sua liberdade.

Alguns autores, Liev TOLSTÓI sobretudo, identificavam-se com esses povos vistos como “livres e bravos”. BRANCO (*In: TOLSTÓI*, 2012, p.8) traz uma clara referência a essa exaltação, ao mesmo tempo em que deixa clara a oposição do escritor à autocracia imperialista no czar Nicolau I:

Exaltando as comunidades primitivas e a natureza selvagem das terras do sul, os escritores românticos atribuíram àquela região o estatuto de *Oriente*, um reconhecimento que guardava dupla significação: evocava o sentido de emancipação espiritual do homem frente às cadeias impostas ao pensamento pelo violento governo do tsar Nikolai I e solapava o antigo

---

<sup>37</sup> Essa visão permanece até os dias de hoje e está por trás de conflitos que ocorreram na década de 1990 e continuam a acontecer, pontualmente, até esse momento. Segundo KING (2008, p. 6), “*The end of the twentieth century resurrected and reinforced the less flattering of these views. Most of the armed conflicts that accompanied the collapse of the Soviet Union took place in the Caucasus*”. Mesmo em 2016 a base da intervenção da Rússia na Síria tem conexão com o separatismo radical islâmico baseado na Chechênia e no Daguestão.

projeto de ocidentalização da Rússia, tão caro à Monarquia. Assim, a construção desse Oriente constituiu-se como um campo de luta ideológica. Oriente e liberdade eram, então, termos intercambiáveis.

BROWN (2014), da mesma forma, mostra como TOLSTÓI, soldado enviado para lutar no Cáucaso, passou a nutrir simpatia e respeito pelos guerreiros caucasianos antirrusos: *“these mountain warriors gained not only the admiration but some of the sympathy of those sent to conquer them”*. Essa não era, claro, a regra entre literatos russos que escreveram sobre o Cáucaso. TOLSTÓI, evidentemente, se opôs ao projeto imperial, mas outros não o fizeram. É o que ensina BROWN (2014): *“Tolstoy is also distinctive by virtue of his criticism of the imperial project. Writers such as Derzhavin, Pushkin and Lermontov may have admired the Caucasus, but they also believed in Russia’s right to rule there”*.

A ilustração de que fala BRANCO (2012) pode ser vista de forma clara em excertos de obras de TOLSTÓI, sobretudo nas duas novelas escritas sobre o Cáucaso: *Os Cossacos* (1863) e *Khadji-Murát* (publicada postumamente em 1912): *“sua imaginação agora se deslocava para o futuro, para o Cáucaso. Aos seus sonhos sobre o futuro vinham se misturar as imagens de Amalát-bek, das mulheres circassianas, das montanhas, dos despenhadeiros, das correntezas terríveis e dos perigos”* (TOLSTÓI, 2012, p.33).

Ao ressaltar, n’*Os Cossacos*, as contradições existentes entre a visão romântica do exotismo de Amalát-bek (herói de uma obra romântica sobre o Cáucaso oriental, escrita por Bestúzhev-Marlínski no início do século XIX) e das “mulheres circassianas” de um lado e os “despenhadeiros [...] correntezas terríveis e [...] perigos” do outro, TOLSTÓI destaca as contradições dessa região tão bela quanto selvagem. O escritor russo (2012, pp. 41-42) adiciona ainda elementos de folclore regional do Cáucaso que reforçam essa ilustração do caráter selvagem da terra e do povo:

Reza uma tradição ainda viva entre os cossacos que o tsar Ivan, o Terrível, teria vindo ao Térek e, chamando ao seu encontro os velhos crentes da Greb, teria lhes outorgado a terra situada do lado russo do rio e os teria exortado a viver em amizade, com a promessa de não lhes impor a condição de súditos nem a mudança de fé. Até hoje as famílias de cossacos se consideram parentes dos tchetchenos [sic], e o amor pela liberdade, ociosidade, pilhagem e guerra constitui seu principal traço de caráter. A presença da Rússia manifesta-se apenas pelo lado negativo: constrangimentos nas eleições, apreensão de sinos e tropas circulando pela região.

Note-se que, embora TOLSTÓI se opusesse ao projeto expansionista do Império Russo no Cáucaso (diferentemente dos românticos russos do início do século XIX), ele incorria (ainda que acidentalmente) na visão tradicional de que o seu *eu* russo civilizado e “aprisionado” pela convenção social da civilização era inerentemente *diferente* do *outro* caucasiano, cossaco, *parentes dos tchetchenos*, cujo *amor pela liberdade, ociosidade, pilhagem e guerra* constituem-se como parte do seu próprio *caráter* enquanto povo. Note-se que há uma visão preconceituosa por parte de TOLSTÓI ao caracterizar esses povos como ociosos, amantes da pilhagem e da guerra similar àquela das narrativas europeias que, para justificar a dominação imperial de povos supostamente “incivilizados”, criava no imaginário popular a ideia de que tais povos eram dados ao ócio, aos crimes e pecados e à violência, e isso justificaria a empreitada civilizacional europeia para dominar e “civilizar” esses povos (SAID, 1999).

Em outra obra, *Khadji-Murát*, TOLSTÓI (2009, p. 161) não repete tais preconceitos, mas faz uma clara distinção dos costumes dos povos do Cáucaso (no caso, do guerreiro checheno Khadji-Murát) em relação aos russos:

Logo se definiram com muita nitidez as relações de Khadji-Murát com os seus novos conhecidos. Desde o primeiro momento em que conheceu Ivan Matviéievitch, sentiu por ele repugnância e desprezo, tratando-o sempre com ar superior. Gostou particularmente de Mária Dmítrievna, que lhe preparava e servia as refeições. Agradavam-lhe sua simplicidade, a beleza diferente de um povo que lhe era estranho [...].

Adiante, o referido autor (2009, p. 174), destacando a fala do protagonista da obra ao expressar nítida irritação pelo preconceito dos oficiais russos em sua companhia, escreve o seguinte:

Khadji-Murát franziu o cenho.

- Cada povo tem seus costumes [...] Para cada povo, são bons os seus próprios costumes.

TOLSTÓI faz questão de frisar, na fala do checheno, que “cada povo tem seus costumes”, destacando o elemento de diferenciação identitária que separaria o *self* russo do *other* caucasiano. Ao usar o personagem caucasiano, o rebelde checheno, para afirmar a individualidade dos costumes de cada povo, TOLSTÓI cria uma natural distinção identitária que, a partir da sua obra, seria explorada na política (durante os tempos da URSS) para ampliar o poder e o controle de Moscou sobre os centros não-russos da União Soviética. Não que essa tenha sido a intenção do escritor, sobretudo diante da sua crítica contumaz à estratégia imperial russa do

Cáucaso. Mas ao criar essa ilustração de diferença étnica e identitária, TOLSTÓI abriu espaço para a interpretação das suas obras na constituição de uma política imperial que continuou com o passar dos anos e não deixou de existir mesmo após a derrubada do Império Russo pela Revolução Bolchevique de outubro de 1917. Há que se destacar que na obra *Khadji-Murát* TOLSTÓI (2009, p.27) destaca a bravura da resistência chechena contra a intervenção russa, através da metáfora do “tufo de flor pisado”:

Via-se que todo o tufo tinha sido pisado por uma roda, e que se erguera mais tarde, ficando inclinado para um lado, mas sempre se mantendo de pé – como se lhe tivessem arrancado um pedaço do corpo, revolvendo-lhe as entranhas, e lhe decepassem um braço e furassem os olhos, mas ele sempre se mantivesse firme, sem se entregar ao homem, que destruíra todos os seus irmãos ao redor.

“Que energia” – pensei. “O homem venceu tudo, destruiu milhões de ervas, mas esta não se rende”.

Lembrei-me então de uma velha história caucasiana, que presenciara em parte e que eu completei com o depoimento de testemunhas oculares.

Embora esteja se referindo a uma planta pisada por uma roda, a metáfora que TOLSTÓI apresenta é a da resistência dos guerrilheiros chechenos (as plantas) contra o Império Russo (a roda), utilizando-se inclusive de ilustrações narrativas vívidas que não lembram um jardim pisado e sim um cenário de guerra como o que ocorria no Cáucaso: “*sempre se mantendo de pé – como se lhe tivessem arrancado um pedaço do corpo, revolvendo-lhe as entranhas, e lhe decepassem um braço e furassem os olhos, mas ele sempre se mantivesse firme, sem se entregar ao homem, que destruíra todos os seus irmãos ao redor*”.

SCHNAIDERMAN, em apresentação à obra de TOLSTÓI (2009, pp. 11-12), escreve:

*Khadji-Murát* [tem] seu início e final [...] marcados pela metáfora do tufo de flor, que fora pisado por uma roda, mas se erguera, persistente em seu afã de vida, e que lembrara ao escritor aquela “velha história caucasiana”. [...] Oficial do exército russo no Cáucaso, em luta contra os montanhesees, Tolstói escreve uma carta ao irmão Sierguéi que *Khadji-Murát* “rendeu-se há dias ao governo russo”. Na ocasião, ele condenou o ato, considerando que “o primeiro valentão (djiguit) e homem decidido em toda a Tchetchênia [sic] cometeu uma baixeza.

A característica de brava resistência chechena personificada em *Khadji-Murát* é novamente ressaltada por SCHNAIDERMAN (*In*: TOLSTÓI, 2009, p. 13), quando comenta carta do autor russo ao irmão, recordando o guerrilheiro checheno e

afirmando que “defende a vida até o fim” (usando mais uma vez a metáfora da “*plantinha esmagada por uma roda e que se reergue teimosa*”):

Data de 19 de julho de 1896 a anotação no diário que seria o núcleo inicial da novella: uma descrição daquela plantinha esmagada por uma roda e que se reargue teimosa. “Lembrou-me Khadji-Murát. Quero escrever. Defende a vida até o fim; sozinha no meio do vasto campo, assim mesmo a defendeu de algum modo”.

Na mesma obra, TOLSTÓI (2009, p.45) cria uma imagem negativa dos russos e da sua ocupação Cáucaso, mostrando o descompasso da vida luxuosa que os oficiais russos levavam nas fortalezas do Cáucaso quando comparados aos padrões de vida dos nativos, ao mesmo tempo em que – na percepção dos oficiais russos e suas famílias – viviam uma vida “cheia de privações”. É uma contradição existente entre o *self* “civilizado” do oficialato russo – para quem aquela região nunca seria civilizada, nem com todo o luxo que se construísse por ali – e o *other* dos montanhese caucasianos – para quem até mesmo uma adaptação malfadada dos confortos moscovitas no montanhoso Cáucaso era um “luxo extraordinário”:

Siemión Mikháilovitch Vorontzów [...] vivia ali com a mulher, Mária Vassílievna, célebre beldade de Petersburgo, e levava na pequena Fortaleza caucasiana uma vida tão luxuosa como ninguém ainda tivera ali. Vorontzów, e sobretudo a mulher, tinham, porém, a impressão de que levavam vida não só modesta, como também cheia de privações; mas os habitantes do lugar ficavam surpreendidos com aquele luxo extraordinário.

A brutalidade dos militares russos contra os montanhese fica evidenciada em vários trechos da obra, inclusive quando a cabeça de *Khadji-Murát* é arrancada e levada para os oficiais russos, sendo atirada numa mesa sob os protestos da esposa de um oficial, para quem aqueles homens eram “assassinos”. Esse comportamento brutal dos russos contrasta com o que o próprio TOLSTÓI chama de “*oriental, Muslim dignity*” que seria ressaltada no comportamento de *Khadji-Murát* (NAZARYAN, 2013), e que talvez esteja por trás da simpatia que os chechenos até hoje têm sobre a obra literária de TOLSTÓI, já que este os ressaltou sob a lente de uma *alteridade positiva*, ressaltando suas virtudes, sua diversidade e colocando seus defeitos como secundários e próprios da sua convivência com o ambiente selvagem e amoral – neutro de valor civilizacional russo, portanto.

The Chechen people think that Tolstoy wrote most truthfully of the events that happened then and the character of the mountain peoples, their striving to be independent, for freedom, and their religious, ethnic and other particularities...Tolstoy, in spite of the fact that he was an aristocrat, a Russian count, was very democratic and open. He had friends among the Chechens. Surely that arises in good part from Tolstoy's ability to understand, and even sympathize with, Chechens' animosity toward “those

Russian dogs”—a sentiment that no amount of money can erase (NAZARYAN, 2013).

Dois trechos, no entanto, se destacam ao tratar dessa violência de forma mais ampla. No primeiro trecho, o czar Nicolau I, em jantar na capital, menciona sua “ordem de apossar os nativos com a derrubada das matas e com um sistema de fortificações” (TOLSTÓI, 2009, p. 145): “à mesa, Nicolai falou sobre a adesão de Khadji-Murát e disse que a Guerra do Cáucaso devia terminar em breve, graças à sua ordem de apossar os nativos com a derrubada das matas e com um sistema de fortificações”.

No outro, oficiais militares russos no Cáucaso adentram um povoado e incendiam tudo (TOLSTÓI, 2009, pp. 149-150): “Butler e sua companhia entraram no povoado em passo acelerado, logo após os cossacos [...] Os soldados tiveram ordem de incendiar os depósitos de trigo, o feno e as próprias sáklias”.

O contraste entre a bravura chechena de *Khadji-Murát* e as más qualidades atribuídas aos soldados russos é também destacada no artigo de BROWN, 2014:

Tolstoy[’s] final novella *Hadji Murat* (1896-1904) describes the last stand of the eponymous Avar leader with admiration, and the court of Nicholas I with loathing and contempt. In an earlier Tolstoyan story, the eponymous Cossacks are presented as right to admire their brave Chechen enemies more than the Russian soldiers – often snobbish, lazy, and militarily inept – who are billeted on them in the Caucasus. But, like the Grand Tourists who were busy discovering Switzerland at this time, the Russian officers find their conceptions of God and man altered by the sublimity they encountered in the mountains.

Curiosamente, BROWN ainda ressalta a mudança que o ambiente simultaneamente selvagem e paradisíaco do Cáucaso promoveu nas percepções individuais dos soldados russos: “*the Russian officers find their conceptions of God and man altered by the sublimity they encountered in the mountains*”. Essa mudança que a região promoveu na forma dos russos se enxergarem já havia sido ressaltada por KING (2013). NAZARYAN (2013), por outro lado, reforça essa imagem de idílio misterioso, selvagem, mas redentor, que a literatura russa imprimia no Cáucaso, ao destacar que “*ser banido para o Cáucaso era, para os escritores do século XIX, um caminho para a glória*”. NAZARYAN usa ainda um trecho de um poema de PUSHKIN para ilustrar essa visão paradoxal que os escritores russos tinham do Cáucaso:

For Russian writers of the nineteenth century, being banished to the Caucasus was usually a sign that one was on the path to glory. Pushkin’s

democratic poem “Ode to Liberty” earned him banishment to “the south” for the next three years, where he wrote “A Prisoner in the Caucasus.” Removed from his beloved Petersburg, he nevertheless found inspiration in this foreign land where, as the work’s dedication has it, “warlike raiders roam the hills / and a wild imagination / lies in ambush in the empty silence.”

Há, nas palavras de NAZARYAN (2013), um *lugar místico* para o Cáucaso na literatura russa:

And the Caucasus—a region loosely encompassing Armenia, Georgia, Azerbaijan, Chechnya, Dagestan, Ossetia, and Ingushetia—has always occupied a mystical place in Russian literature. It is a region of rough natural beauty but also a place of exile, where those who ran afoul of the tsar were sent to ponder their fealty to the empire. A place to conquer but also a place before which to stand in awe. If Russia has a cultural subconscious, it lies east of the Don River.

Apresentado como um lugar de exílio, onde a lealdade ao *czar* era testada, o Cáucaso era visto pelos literatos russos – na visão de NAZARYAN (2013) - como um lugar de conquista e contemplação (o autor usa o termo *awe*, “pavor”, expressando talvez o duplo sentimento de uma natureza bela, grandiosa e selvagem, que simultaneamente assustava e atraía os russos).

A beleza caucasiana era, assim, uma representação imaginativa orientalista, que colocava a região como o “Oriente Médio” dos russos. Curiosamente, essa ilustração literária permeou a geopolítica russa, e o Cáucaso é, hoje, efetivamente parte do “Oriente Médio Russo”.

It may be ironic that writers, like Pushkin, who badly wanted Mother Russia to catch up to her Western European neighbors could at the same time celebrate the unabashedly pre-modern ways of the mountains. There is Orientalism at work here, sure, but also something else—an anxiety about progress, a suspicion that the Caucasian way of life, with its horses, mountains, and wine, is somehow more true to the human condition.

O caráter estratégico do Cáucaso é também destacado por BROWN (2014), como “*istmo que conecta a Rússia ao Oriente Médio*” e “*separa o Mar Negro do Mar Cáspio*”:

[...] the Caucasus is Russia’s biggest mountain range, and Mount Elbrus is Europe’s highest peak – three times higher than Ben Nevis. The range’s southern reaches – the Transcaucasus – covers the countries of Georgia, Armenia and Azerbaijan, while its northern part – the Ciscaucasus – covers such Russian autonomous republics as North Ossetia, Ingushetia, Chechnya and Dagestan. The isthmus on which the Caucasus is located connects Russia to the Middle East, and separates the Black Sea from the Caspian.

A paisagem caucasiana, conforme vista pelos literatos russos, era a real heroína das histórias dos primeiros escritores românticos, enquanto os caucasianos eram vistos pelas lentes do preconceito e da repulsa. LERMONTOV, citado por

NAZARYAN (2013), apresenta os povos do Cáucaso como violentos, lascivos e traiçoeiros. O autor, no entanto, mostra que mesmo a paisagem glorificada trazia a contradição de um ambiente com natureza bela, mas hostil: a região era *sedutora, alienígena, com um constante aroma de morte* (NAZARYAN, 2013), com *abismos sombrios e misteriosos para os quais a névoa se esgueirou, ondulando e contorcendo como uma serpente* (LERMONTOV *apud* NAZARYAN, 2013). A lógica da *serpente* presente na ilustração de LERMONTOV é interessante diante da fascinação e pavor que esse animal peçonhento exerce sobre os seres humanos: sua beleza, associada à sua letalidade e caráter traiçoeiro afastam e aproximam os seres humanos. Da mesma forma, o Cáucaso teria esse efeito no imaginário dos russos: lugar selvagem, traiçoeiro, que atrai e repulsa os que por lá passam (i.e. os russos). Ao mesmo tempo, há uma referencia ao terreno montanhoso: a dificuldade geográfica do terreno caucasiano faz com que estradas e caminhos tenham que seguir o recorte da montanha, e muitas vezes a sinuosidade das estradas caucasianas as deixavam em formatos de cobra, “serpenteando” por entre as formações rochosas.

Mesmo o fim do Império Russo não alterou significativamente a percepção que os russos tinham dos caucasianos. No período soviético, conforme ressaltado por BROWN (2014), houve uma releitura dessas construções e interações intersubjetivas, mas a ideia de que *dividir para dominar* continuava a ser a única estratégia possível manteve-se, e a lógica de submissão e segregação de povos “menos civilizados” permaneceu, ainda que escondidos sob o manto da exaltação dos caucasianos como “povos guerreiros” ou, como a autora coloca, “nascidos para a guerra”, que mexeu inclusive com a formação de regimentos militares russos, separando *russos* de *não-russos* e criando regimentos exclusivos para estrangeiros.

In the Soviet period, the mission of bringing literacy to the Caucasus, along with the imperial language and literature, European mores and a degree of equality for women, parallels the British project to “civilise” the Raj. Both succeeded Muslim powers as imperialists, and drew regional boundaries partly with the aim of undermining ethnic loyalties – to divide and rule. They also held the native peoples in diferente degrees of respect: particularly respected in both cases were the mountain fighters, who were eventually transformed into the crack troops of the imperial power: the Caucasian regiments were a Russian version of Britain’s Gurkhas. They represented a warrior culture that the imperialists were conscious of having lost, if they had ever possessed one [...] They are men “born for war”. During the recent conflict in Chechnya, Russian consciousness of belonging to a less military culture can be seen as similarly inflected by fear.

A construção do Cáucaso como zona de fronteira intercivilizacional – zona de atração e repulsão - permaneceu e permanece até hoje no imaginário coletivo russo. As relações russo-caucasianas mantêm liame de continuidade até os dias de hoje, e há entidades não-russas que ainda fazem parte da Federação Russa, e essa continuidade relacional é ressaltada por NAZARYAN (2013) como forma de *subjugação*:

That subjugation of the Caucasus would continue for another two centuries, culminating in the two successive wars waged by Yeltsin and Putin. It's a conflict that started with the Cossack encroachments of the eighteenth century and continued with imperial invasions under Catherine the Great, mass deportations by Stalin, and the post-Soviet cruelties of the contemporary Kremlin.

Por fim, mesmo após o colapso da URSS, as percepções e leituras históricas sobre os povos do Cáucaso permanecem, e ganham contornos similares ao do choque de civilizações à maneira de Samuel HUNTINGTON, diante do desafio apresentado pelo islamismo integrista que forma a base dos grupos terroristas misturados aos rebeldes secessionistas moderados. Tais percepções, afirma BROWN (2014), oscilam conforme variáveis de localização geográfica e idade:

Today, how Russians see the Caucasus depends on many variables, including where they live [...] But one of the most interesting is age. Older people remember it as a place of peace, Soviet development, sunny holidays and the production of fruit, wine and flowers; in the Soviet era, many regarded the region's living standards with envy. Films such as Leonid Gaidai's romantic comedy *Kidnapping Caucasian Style* (1967) up-ends the Pushkin and Tolstoy plots. Russians were shocked, after the 1991 break-up of the USSR, to see how abruptly places such as Georgia became hostile (and foreign) and wars broke out in Chechnya and South Ossetia.

Mas segundo a mesma autora, continuam a criar uma linha de separação interétnica que constrói o *self* russo e o *other* caucasiano a partir de uma perspectiva conflitiva dual de vítima-algoz, em que cada lado da construção identitária se coloca como vítima e coloca o outro como algoz.

Yet it is the Russians, as before, who are captive to the Caucasians they are trying to conquer. [...] The Soviet slogan "Long live the inviolable friendship of peoples" is quoted sardonically by one Russian, and laughed at by another. Soviet friendship is history. Tsarist conflict is revived – but without the Romantic idealism.

Essa percepção dos russos sobre os *outros povos* da Rússia – que marca até hoje o imaginário coletivo sobre o Cáucaso – reforçou a constituição de uma identidade nacional russa que se manifesta em dois sentidos: a) no sentido interno, separando *russos* e *não-russos* (baseado numa ideia eslavofilia e estruturada em

torno do cristianismo ortodoxo moscovita); b) no sentido externo, separando *Ocidente* e *Oriente*, para colocar a Rússia como um país multiétnico e multinacional na encruzilhada entre ambos ou, como o novo termo geopolítico indica, um país *Eurasiático*. Esse conflito insolúvel entre dois níveis de identidade que se contrapõem não é, no entanto, ocasional. A lógica russa de constituir *identidades nacionais russas* (no plural) é o elemento de ação geopolítica a que se referiu FREIRE (2011) e TSYGANKOV (2013) ao se referirem às vertentes de ação externa russa. Longe de ser uma ausência plena de identidade, essa “encruzilhada” identitária é a grande força que a Rússia tem para sua projeção de poder nas suas fronteiras – e além delas. A geopolítica do Cáucaso é a expressão mais evidente dessa estratégia de manipulação identitária. É o grande *asset* estratégico da Rússia no século XXI. É o que veremos na seção a seguir.

#### 4.2 DEFESA DAS ESTEPES E DO *LEBENSRAUM* RUSSO A PARTIR DE UMA GEOPOLÍTICA IDENTITÁRIA E SEUS REFLEXOS NA AUTO-VISÃO RUSSA DE POLÍTICA EXTERNA

O Cáucaso, conforme FOXALL (2015, p.10), é uma região que continua marginalizada nos estudos acadêmicos ocidentais, a despeito de sua importância estratégica (como passagem geográfica eurasiática e zona de expansão da produção de hidrocarbonetos na bacia marítima do Cáspio) e de sua presença constante nas *headlines* jornalísticas e na agenda política internacional desde o fim da União Soviética em 1991:

Even for a periphery, the North Caucasus has been marginal to the attention of academics in the West. This in spite of the fact that a number of events in the post-Soviet North Caucasus have figured highly on policy agendas, not least the two Chechen wars (1994-1996 and 1999-2002) and the Beslan school hostage siege (2004).

Questões linguísticas, geográficas e de segurança no acesso à região (FOXALL, 2015, p. 10) acentuam as dificuldades e – até certo ponto – justificam a pouca produção acadêmica no ocidente sobre o Cáucaso. Os problemas enfrentados na pesquisa sobre a região – com destaque para a Chechênia - são ressaltados ainda por JAIMOUKHA (2005, p. 1), que afirma: “*writers on Chechen*

*issues have to deal with the problem of dearth of information, which becomes especially acute for non-Russian and non-Chechen speakers”*. Continua o autor:

This lack of sources, compounded by the 'introverted' nature of the Chechens, leads in turn to the tendency by many of these writers, be they Chechen, Russian or Western, to make sweeping statements and backward projections based on particular and stereotypical features of Chechen society, in order to emphasize a particular point of view, or perhaps implement an agenda.

Ainda assim, e a despeito de todas essas dificuldades metodológicas, entender a região e seu entrelaçamento com o processo de formação da identidade nacional russa e com processos geopolíticos que acontecem em seu território é fundamental. A construção dos modos de subjetividade russos teve no Cáucaso seu ponto de nascimento, no século XIX (conforme capítulos anteriores).

A *imaginação cartográfica* teve, nesse aspecto e nessa região, papel fundamental, e auxiliou não apenas na imagem que os russos fazem dos não-russos, mas também – e sobretudo – da *auto-imagem* que os russos construíram de si mesmos, representação que nem sempre corresponde à realidade, mas a mitos que tiveram no Cáucaso um ponto de partida. A interação russa com outras etnias não-russas na região, desde o século XIX, ajudou a dar início ao debate sobre a questão identitária da Rússia, que conforme RIBEIRO (2015) e FREIRE (2011) ainda não foi concluído.

Essa construção de um modo de subjetividade a partir da tensão da alteridade *rusскиye x rossiyanе* no Cáucaso, embora ganhe contornos de debate cultural e talvez sentimental, passa na realidade por um processo de interação discursiva pela construção e desconstrução com a finalidade de consolidação pura de poder geopolítico. A ideia de subjetividade na realidade russa, a partir dessa perspectiva, objetiva aproveitar tais estruturas imagéticas para dominar e subjugar povos não-russos no contexto da Federação Russa e garantir a predominância do centro de poder moscovita nas regiões fronteiriças. O Cáucaso é, nesse sentido, o *lebensraum* russo ao sul, e para tanto as demais etnias que compõem a região devem aceitar a integração à Rússia na categoria de cidadania diferenciada (por limitação) para não correrem o risco de inclusão no rol de “entraves étnicos” à ocupação russa (categorização que já ocorreu em outros momentos históricos do país).

Da russificação forçada dos caucasianos pelo governo imperial da Rússia (nos séculos XVIII e XIX) até a política soviética de “unidade nacional” (russófila e russificante), alcançando inclusive a política de defesa dos russos étnicos dentro e fora da Federação Russa da era Putin, a construção/desconstrução dos modos de subjetividade levados adiante por Moscou a partir da sua geopolítica de segurança e defesa configura-se como um poderoso disfarce discursivo para o exercício puro de poder a partir do centro de poder russo situado em Moscou, com seus enclaves administrativos em São Petersburgo e Sebastopol (sede de cidades-federais).

Há que se considerar que tal exercício de poder passa historicamente por uma necessidade geopolítica de estabelecer um perímetro defensivo, utilizando-se a geografia montanhosa do Cáucaso para a defesa das estepes russas contra incursões terrestres turcas e persas a partir da zona Cáucaso-Cáspio (entre a Abkhazia e o Daguestão), contra incursões anfíbias das potências ocidentais a partir da zona de vulnerabilidade Azov-Cáucaso (longa faixa de planícies navegáveis entre a Crimeia, o Krasnodar e o início da cordilheira do Cáucaso na Karachai-Cherkessia), e contemporaneamente pelas ações das potências ocidentais a partir do Oriente Médio, da Ásia Central e do Leste Europeu. O Cáucaso é, para a Rússia, uma questão de *sobrevivência*.

Para tanto, e a despeito da intenção primariamente defensiva das estepes que orientou a ocupação do Cáucaso, o exercício de poder russo na região trouxe a necessidade de conformação dos povos caucasianos não-russos às regras estabelecidas por Moscou desde o Império. Com o fim de atingir esse objetivo de garantir a soberania sobre o território, a Rússia lançou mão de diversos expedientes construtivos e destrutivos de modos de subjetividades dos povos montanheses do Cáucaso para exercer de forma inquestionável (ainda que pelo silêncio da morte dos questionadores) sua hegemonia geopolítica na região, como forma de garantir um perímetro defensivo contra a ação de potências estrangeiras.

Havia historicamente dois riscos para a Rússia da não-assimilação dos povos montanheses do Cáucaso: o risco de revoltas internas em prol de um separatismo ou, no pior dos cenários, uma potência estrangeira que superasse as limitações geográficas do Cáucaso, com ajuda dos montanheses, para invadir as estepes russas. Para que essa ocupação se justificasse perante as tropas e perante a

sociedade, estereótipos dos povos montanhese do Cáucaso foram construídos antes e durante a ocupação russa na transição do século XVIII para o século XIX: “*anti-North Caucasian sentiments have long existed in Russia and stem from stereotypes formed during Russia's colonial expansion into the North Caucasus in the late eighteenth century*” (FOXALL, 2015, p. 5). Isso foi fundamental para justificar a expansão imperial sem resistência (ou com conivência) da sociedade russa (SAID, 1994). Mesmo as críticas feitas por TOLSTÓI em sua obra sobre o Cáucaso não tiveram muito impacto no estabelecimento de uma geopolítica de ocupação permanente com construção/desconstrução da identidade caucasiana para atender a desígnios de Moscou. Nem mesmo a União Soviética, com seu discurso de superação das rivalidades étnicas, conseguiu superar isso: a própria formatação das Repúblicas Socialistas Soviéticas (15 no total) e das Repúblicas Autônomas Socialistas Soviéticas (20 no total) buscaram separar laços de lealdade entre as etnias para sufocar qualquer tipo de resistência contra a ocupação russa.

Sobre essa problemática geopolítica do Cáucaso – entre os desígnios expansionistas e defensivos do Império Russo - escreveu o circassiano Amjad JAIMOUKHA (2005, prefácio), em obra etnográfica e geopolítica sobre os chechenos:

Since 1722, the Chechens have struggled against successive Russian regimes in a bloody cycle of invasion, resistance, bloodshed and deportaton [...] Caught as their homeland is between international power blocs and the deadly practicalities of energy politics.

Ainda durante a era dos *czares* no apogeu do Império Russo, níveis étnico-hierárquicos foram criados e colocavam o centro do poder *rusскиye* moscovita numa posição hierárquica superior à dos povos *rossiyane* caucasianos por características imaginárias que supostamente colocariam os moscovitas numa relação étnico-civilizacional de superioridade em relação aos demais povos do Cáucaso.

Nem mesmo a URSS superou esse comportamento imperial russo, embora no começo tenha buscado no discurso superar essas divisões nacionais/nacionalistas. O processo de russificação promovido durante a União Soviética, em que as nacionalidades eram primeiramente conformadas no contexto soviético para garantir sua adesão à *Soyuz*, e posteriormente tal nacionalidade individualizada era obrigada a passar por um processo de russificação individual para que seus elementos pudessem chegar – pelo aprendizado do idioma russo,

adesão à ortodoxia cristã e adequação aos padrões comportamentais russos - aos mais altos cargos na hierarquia do Partido Comunista da União Soviética (KING, 2008; HOSKING, 1998, 2001 e 2006) foi um instrumento extremamente eficiente para a conformação de nacionalidades não-russas no sistema soviético controlado pela RSS da Rússia. Havia, nos debates entre as lideranças soviéticas uma percepção de que a questão de nacionalidade se resumia à questão linguística (BUSHKOVICH, 2014), e a ideia de usar o russo como idioma oficial de todas as nacionalidades da Rússia partiu da perspectiva de que essa seria a língua da “unidade nacional” em torno de um projeto supranacional da URSS, na qual as solidariedades de classe (base do sistema comunista) suplantariam diferenças étnicas. Efetivamente, essa política idiomática funcionou na parte europeia da Rússia e nos países que compunham a URSS no Leste Europeu (BUSHKOVICH, 2014), mas a questão nas zonas fronteiriças asiáticas (inclusive – e sobretudo – o Cáucaso) era muito mais complexa, e embora Lênin e Stálin colocassem as lógicas de história e cultura como parte integrante dessa maneira de incorporação dessas nacionalidades à União Soviética, na prática isso não funcionou com a eficiência que o PCUS desejava, não deixando ao *politburo* outra opção senão segregar e deportar para garantir a paz interna, através da formação de “*unidades autônomas sempre que houvesse diferença de língua*” (BUSHKOVICH, 2014, p. 341). A identidade islâmica no Cáucaso, da mesma forma, foi um elemento dificultador da ação integrativa da URSS, já que a base do soviétismo estava no ateísmo e na superação de lógicas étnico-nacional-religiosas. A solução encontrada, após a violenta subjugação do Cáucaso no contexto da guerra civil em 1920, foi a criação de uma unidade política para cada povo, com três Repúblicas Socialistas Soviéticas (Geórgia, Armênia e Azerbaijão) e outras tantas Repúblicas Autônomas Socialistas Soviéticas (Abkházia e Adzhar no espaço da Geórgia, Chechênia-Inguchétia, Daguestão e Ossétia do Norte no espaço da Rússia e Nakhichevan no espaço do Azerbaijão) sendo criadas ao longo do processo de formação da União Soviética. Há que se ressaltar que durante a fase inicial de conformação da unidade política da URSS as repúblicas do Cáucaso ainda eram tecnicamente independentes, embora governadas por partidos comunistas subordinados ao Comitê Central russo (BUSHKOVICH, 2014, p. 342). A lógica de autonomia precisou estar presente para

evitar que nacionalismos se exacerbassem e pusessem em risco o projeto integrativo, tanto no Cáucaso quanto na Ásia Central.

HOSKING (2001) chega a destacar que, embora a União Soviética tenha agido de início para garantir a autonomia das províncias do Cáucaso (p. 428), pela força da linguagem em processos de alfabetização (*likbez*) e pela força da estrutura burocrática da *nomenklatura* a questão étnico-nacional tornou-se central na estrutura do clientelismo presente no seio do Partido Comunista Soviético e passou a ser um definidor de discriminação e manipulação no âmbito político russo-caucasiano: “*from the mid-1930's nationality became a more important marker than 'social origin' and was used for discrimination and manipulation in personnel policy*” (HOSKING, 2001 p. 431). O autor afirma ainda que, ironicamente, até mesmo a figura dos *czares* (derrubados pela Revolução de 1917) foi revista pelo PCUS, e após 1945 voltaram a figurar como importantes na história oficial da URSS: “*During the 1930's, and even more after 1945, the Russian tsars were no longer merely berated as exploiters of the people, but also extolled as creators and sustainers of the great power which had anticipated the Soviet Union*” (HOSKING, 2001, p. 432). Essa transformação não ocorreu à toa: com o avanço do contexto da Guerra Fria, e com a proximidade do Cáucaso soviético da Turquia (aliada ocidental) e do Irã (ocupado pelo Reino Unido após a retirada da URSS de território iraniano), houve uma necessidade geopolítica de justificar a ampliação do controle e dos mecanismos de repressão naquela região, agora fronteira da URSS com países ocidentais e seus aliados.

Até mesmo a unificação idiomática no Cáucaso – adotando-se o russo como língua oficial e o alfabeto cirílico como único – foi uma medida geopolítica: teve por objetivo criar unidades mistas de russos e não-russos, todos submetidos ao idioma russo (o que por um lado criaria mais ordem e disciplina, mas por outro destruiria a identidade linguística dos militares não-russos, obrigando-os a adquirir uma nova identidade): “*All Soviet languages, [...] had to adopt the cyrillic alphabet [with the effect of] cutting many peoples off from their past written culture. Russian became the sole language of command in the Red Army, and in 1938 non-Russian units were disbanded; henceforth all units had to take in recruits from a variety of nationalities*” (HOSKING, 2001, p. 432).

Destaque-se que HOSKING afirma expressamente que os países que compunham a Transcaucásia – Armênia, Azerbaijão e Geórgia – ficaram de fora de tais imposições linguísticas, mas a região do atual Cáucaso russo (faixa territorial que vai do Daguestão no leste ao *kray* Krasnodar no oeste) foi incluída nessa imposição idiomática feita a partir de Moscou.

O fim da URSS trouxe agitações e violência no Cáucaso, com seus povos exigindo separação total em relação a Moscou. Mais uma vez a construção/desconstrução identitária agiu em benefício da geopolítica russa para a região. Relembrando a lição de CAMPBELL (1995, p. 174) “*far from being natural, we can think of ethnicity and nationalism as questions of history violently deployed in the present for contemporary political goals*”.

E isso justificou a construção de uma geopolítica específica para a região, que desde 2010 tem no Distrito Militar do Sul (*Yuzhnyy Voyennyi Okrug*, sediado em Rostov-sobre-o-Don) seu bastião defensivo principal, abrangendo não apenas o Cáucaso, mas o Mar de Azov, a Crimeia, o Don e o Leste da Ucrânia, este último fora da soberania russa mas com população *rusскиye* majoritária.

A constituição desse distrito específico, além de ampliar o poder defensivo do *heartland* russo nas estepes, coloca os povos caucasianos, assim como primeiro bastião de defesa contra invasores estrangeiros e, simultaneamente, como um núcleo autônomo sem grandes poderes e influências na Federação. Curiosamente, embora o Distrito Militar do Sul seja estruturado em torno do complexo defensivo do Cáucaso, sua sede fica em Rostov-sobre-o-Don, fora da zona *rossiyane* e dentro da zona *rusскиye*. Da mesma forma que a sede do Distrito Federal do Cáucaso Norte tem em Pyatigorsk (no *kray* de Stavropol) sua sede administrativa, igualmente fora da zona *rossiyane* e dentro da zona *rusскиye*. Essa distribuição de forças e estruturas administrativas - já detalhadas no capítulo anterior - mostra que não há por parte de Moscou confiança suficiente para colocar o centro administrativo do Cáucaso na parte não-russa do Cáucaso. Isso faz parte da percepção moscovita de que os caucasianos não-russos são e serão sempre hostis à Rússia, ainda que convivam em paz em determinados momentos.

Por isso, interessa à geopolítica russa na região manter esses povos caucasianos com um grau de autonomia, mas sem independência. A partir da

adoção de zonas administrativas autônomas (repúblicas não-independentes) na região evita-se o separatismo e simultaneamente evita a participação direta dos caucasianos na condução dos assuntos políticos federativos. A aproximação entre Vladimir Putin e o presidente da República Autônoma da Chechênia, Ramzan Kadyrov, é sintomática dessa geopolítica. Ele é apresentado por Moscou como um *checheno russo*, mas é colocado como *rossiyane*, já que não é etnicamente russo. Ainda assim, é vital no projeto de manutenção da autoridade moscovita sobre a região.

Os planos de projeção de poder da Rússia em relação ao Cáucaso passam por uma quádrupla percepção. Percebe-se que:

- a) o Cáucaso é parte da Federação Russa;
- b) os povos caucasianos não-russos, segundo a perspectiva do centro de poder moscovita, não são em geral confiáveis e tendem com alguma facilidade a desenvolver comportamentos políticos hostis aos interesses de Moscou;
- c) os povos do Cáucaso não são, em sua maioria, russos, embora possam ter a nacionalidade russa;
- d) há interesses internacionais em desestabilização do poder russo na região, como comprovam as articulações diplomáticas euro-americanas com Geórgia e Azerbaijão.

Essa quádrupla percepção gera dois desdobramentos para a definição da identidade nacional russa: a de que há uma *dicotomia* Ocidente x Oriente na qual a Rússia representa o Oriente por negação de ocidentalidade; e a de que há no seio da Federação Russa uma *dicotomia* entre russos-russos (*rusскиye*) e russos-não-russos (*rossiyane*), em que os segundos são representativos de uma vulnerabilidade por não se identificarem etnicamente com a “russianidade”.

Essas duas identidades nacionais russas – que justificam o plural do título do presente trabalho – serão trabalhadas na seção a seguir, para depois tratar-se do seu desenvolvimento numa “geopolítica do Cáucaso”. Para tanto, e considerando o conceito já debatido de *imaginação cartográfica*, após o debate dos dois desdobramentos para a definição da identidade nacional russa, farei uma análise da geopolítica do Cáucaso a partir da análise das *duas identidades nacionais russas*.

#### 4.3 DUAS IDENTIDADES NACIONAIS RUSSAS NO CÁUCASO: A DICOTOMIA OCIDENTE/ORIENTE E A DUALIDADE *RUSSO/NÃO-RUSSO*

A falta de uma definição identitária precisa e completa para a Rússia (RIBEIRO, 2015; FREIRE, 2011; TSYGANKOV, 2013; DIJKINK, 1996), longe de ser uma vulnerabilidade nacional, é na realidade um grande potencial estratégico para Moscou, que pode orientar sua ação exterior com flexibilidade e mutabilidade, tornando-se virtualmente qualquer coisa entre Europa e Ásia; Ártico e Oriente Médio/Ásia Central; Atlântico (via Mar do Norte), Mediterrâneo (via Mar Negro) e Pacífico (via mares do *far east*); planície, planalto, montanha e deserto. Essa *imaginação cartográfica* múltipla, multinacional e multiétnica reflete na orientação geopolítica de Moscou em suas relações com os povos não-russos da Rússia (MANDEL, 1985).

É exatamente essa falta de definição precisa, associada à geografia complexa e gigantesca da Rússia, que permite que o país consiga se inserir no sistema internacional como *whale-country*; nos dois grandes sistemas continentais (Europa e Ásia) como *main player*; e nos diversos subsistemas regionais com os quais o país faz fronteira como *key player* (Ártico, Leste Europeu, Cáucaso-Oriente Médio, Mar Negro, Mar Cáspio, Ásia Central, Pacífico e passagem de Behring). Essa multiplicidade de frentes geopolíticas faz com que a Rússia se depare com dois vetores (desdobramentos) de definição identitária que ora entram em choque, ora se complementam:

- I) Vetor de identidade externa: *Ocidente x Oriente*;
- II) Vetor de identidade interna: *Russo x Não-Russo*.

Destaque-se que essa divisão tem efeitos simultâneos nos planos interno e externo, com reflexos ao nível da política interna e da política externa da Rússia. LAFER (2009, p. 16) destaca essa relação entre identidade e política:

A política externa e a atividade diplomática [...] têm, como item permanente na agenda, defender os interesses de um país no plano internacional. Identificar esses interesses e suas especificidades, diferenciando-os daqueles dos demais atores que operam na vida internacional é, assim, um problema prático e um exercício diário da representação da identidade coletiva de um país. Traduzir necessidades internas em possibilidades

externas para ampliar o poder de controle de uma sociedade sobre o seu destino [...] passa por uma avaliação da especificidade desses interesses. Esta avaliação baseia-se numa visão, mais ou menos explícita, de como realizar o bem comum da coletividade nacional.

A relação entre identidade nacional e as várias formas de projeção de poder incluem os aspectos diplomáticos da ação internacional (ou de política externa) de um país e também os aspectos militares dessa sua ação, que podem ter desenvolvimentos dentro das fronteiras de um Estado que vão além da simples formulação. Questões contemporâneas de terrorismo e segurança interna se articulam cada vez mais com temas internacionais, já que alguns fenômenos internacionais têm efeitos transnacionais com as respectivas consequências nacionais desses fatos. Nesse sentido, a descoberta – pela imposição ou pelo diálogo – do chamado *interesse nacional* passa necessariamente por um questionamento e definição de uma identidade nacional. É inclusive o que afirma FREIRE (2011, p. 43) em relação à Rússia: “A *identidade russa, ou procura de definição da mesma, é fundamental na compreensão dos seus alinhamentos de política externa*”.

Recuperando “*uma identidade muito própria*”, nova e “*num contexto diferenciado*”, a Rússia estrutura seu poder numa *verticalidade da autoridade* que representa um *novo realismo*, mas com contornos conhecidos (FREIRE, 2011, p. 45), que demonstra a continuidade na ação exterior da Rússia em relação à sua identidade desde a época da fundação do Estado russo, com Ivan o Terrível, e do Império Russo, com Pedro o Grande. Essa continuidade seria uma demonstração de que a fragilidade da identidade nacional, ou como colocam FREIRE (2011) e RIBEIRO (2015), a construção de uma “*identidade multiétnica imperial*”, seria em si uma força para a Rússia, que teria a flexibilidade de agir internacionalmente de acordo com uma identidade fluida, mas estritamente controlada por um centro de poder forte, coeso e verticalizado: Moscou (ou, para não limitar geograficamente o poder a uma cidade, a região central *rusскиye* entre Moscou e São Petersburgo).

As reformas militares que a Rússia vem promovendo desde 1991 (mas sobretudo após o ano 2000) servem a esse plano, já que estruturam a maneira suprema de exercício de poder por parte desse Estado e garantem um certo “temor reverencial” internacional (pela ilustração de *grande player* ou pela caricaturização de ameaça), além de estruturar a estabilidade do arranjo de poder interno em

associação às reformas nas demais esferas da vida pública. FREIRE (2011, p. 46) destaca que “*complementando as alterações políticas, a reforma militar apresentava-se como essencial na construção de uma Rússia forte e estável, quer a nível interno, quer nas suas expressões externas*”. Há, assim, uma forte conexão entre a força militar e as formas diversas de expressão do poder, interna e externamente. Tudo isso passa, ao final, por uma definição identitária que, usando essa força como ferramenta, garante a inserção internacional daquele país com base nas suas *capacidades* no sentido estrito (força militar bruta) e também no seu sentido ampliado, para incluir aí o *discurso* e o *modo de subjetividade* (própria e alheia) como elementos fundamentais para o exercício de poder. A Rússia, nesse sentido, usa sua identidade múltipla (ou, como alguns autores colocam, sua “falta de identidade nacional”) como forma de incremento de poder, já que suas amplitudes geográfica e étnica garantem a possibilidade de enquadramento em qualquer sistema ao longo das suas fronteiras europeias e asiáticas. Permite inclusive que o passado histórico seja retomado e que, longe de ser um país de vocação europeia ou asiática, a Rússia possa se colocar como país de vocação europeia e asiática ou até mesmo um país com tríplice vocação geopolítica, carregada de significado: país europeu, asiático e *eurasiático*.

A articulação entre essas duas vertentes de construção identitária com impactos na política externa a partir de Moscou é destacada por FREIRE (2011, p. 44-45), ao afirmar que “*o processo de construção identitária ainda em curso na Rússia passa, então, pela linhagem sociológica de cariz essencialmente europeu, mas também asiático*” e, num contexto mais contemporâneo, incluir nesse processo histórico as medidas que o presidente Vladimir Putin tem tomado em termos de redefinição das políticas do país, construindo a identidade pós-soviética de uma Nova Rússia “*construída sobre as fundações do “velho” império*” e “*edificada entre Ocidente e Oriente*”.

MIELNICZUK (2015, p.53) aprofunda esse debate ao mencionar a política de *gosudarstvennost* implementada por Putin como forma de articular elementos pró-ocidentais e eslavófilos na formulação de uma política externa para o país.

A essência da *gosudarstvennost* é perceptível também na política externa russa. Historicamente dividida entre os pró-ocidentais os eslavófilos, Putin foi capaz de articular uma política externa que incorporasse elementos de ambas as correntes por meio da ênfase em aspectos específicos da

situação geopolítica da Rússia, que a colocam como uma nação eurásiana.

Essa questão das divisões internas das tradições da política externa russa é bastante complexa e merece uma análise um pouco mais detalhada para conectá-la à lógica geopolítica do Cáucaso, já que, longe de ser apenas um debate sobre “escolas” de política externa russa, são na verdade modos de percepção das subjetividades russas e não-russas que consolidam a *weltanschauung* da Rússia e condicionam sua ação internacional (LAFER, 2009, p. 16).

FREIRE (2011, p. 44) divide essas tradições da política externa russa em três categorias: Euro-Atlantistas, Eurasianistas e Nacionalistas.

Os Euro-Atlantistas são, segundo a autora, aqueles que “[favorecem] *ligações mais próximas aos Estados Unidos e à Europa e [...] defendem um modelo de desenvolvimento mais próximo do democrata-liberal*”. Veem um mundo, portanto, de uma maneira mais integrativa, e veem a Rússia por uma ótica mais ocidental ou, no mínimo, globalista (FREIRE 2011, p. 44). Os Eurasianistas, por sua vez, olham “o cenário a leste como continuidade geográfica natural da Rússia, permitindo uma via alternativa para alianças estratégicas fundamentais”, inclusive de novos atores da região, como China e Índia (FREIRE 2011, p. 44). Por fim, os Nacionalistas seriam aqueles que:

[adotariam] a estratégia “Rússia Primeiro” [que busca] a afirmação do poder russo com base no legado imperial do país, na sua força política, influência e recursos econômicos, promovendo uma lógica neo-imperialista como base de sustentação das políticas russas – são alinhamentos que mostram, de forma simplificada, a multidimensionalidade do discurso de política externa na Rússia. E, apesar do centralismo do processo decisório, estas tendências coexistem em tensão permanente, funcionando ora em lógicas excludentes [...] ora de complementaridade.

Essas três “tradições” de que fala FREIRE (2011) atuam, conforme o entendimento da autora, de maneira complementar, sobretudo durante a presidência de Putin, chefe de Estado que, segundo MIELNICZUK (2015), consegue “incorporar elementos” dessas “correntes” (de algumas delas) para desenhar a política externa da Rússia contemporânea a partir da conexão entre elementos ocidentais/europeus e eslavófilos/asiáticos que marcam a identidade nacional e influenciam a inserção internacional daquele país. Essa *multidimensionalidade do discurso de política externa* da Rússia (FREIRE, 2011) seria a base da articulação de “*uma política externa [...] da Rússia [...] como uma nação eurásiana*” (MIELNICZUK, 2015).

A despeito da implementação desse tipo de articulação no governo Vladimir

Putin, esse mecanismo é histórico e apresenta uma continuidade com o passado russo. TSYGANKOV (2013, pp. 1) ressalta esse caráter de continuidade na tradição de política externa e do contexto histórico no qual a atual política externa russa deve ser observada: *“Russia’s traditional foreign policy debates survived the fall of the soviet system, and Russia’s postcommunist behavior should therefore be understood in the historical context”*.

À ideia de continuidade histórica na tradição e no pensamento diplomático da Rússia, TSYGANKOV (2013 p. 4) ainda adiciona o elemento de responsividade da política externa russa ao contexto internacional: *“Although Russia’s foreign policy was a response to various international contexts, it also displayed a remarkable degree of historical continuity. Across the eras of monarchy and liberalism, Russia’s engagement with the world followed several persistent patterns of thinking and behavior”*. Isso significa afirmar que, até consolidar-se como Império em franca expansão (após o fim das Guerras Napoleônicas em 1815, quando o poderio russo pôde ser visto em campo de batalha contra os franceses e criou temores nas potências ocidentais que inspirariam a adoção da balança de poder na “Questão do Oriente”, contra Moscou), a Rússia apenas respondia às alterações da política internacional, sendo um elemento poderoso, porém não tendo ainda poder suficiente para definir – ou ser – um dos vetores da própria política.

Isso decorre, talvez, do fato de que a Rússia mantinha um comportamento abertamente ocidentalista até o choque com os montanhesees do Cáucaso no século XIX – período de ressurgimento da eslavofilia como vertente importante de discussão político-identitária (KING, 2013). Até esse período, o Ocidente teve, conforme TSYGANKOV (2013, p.2), um papel importante na criação dos sistemas de significado na Rússia que definiriam suas escolhas no cenário internacional:

At least since Peter the Great, Europe and—after World War II—the West in general played an especially prominent role in creating for Russia the system of meanings in which to defend international choices. To many Russians, the west represented a superior civilization whose influences were to be emulated or contained, but never ignored.

No entanto, ainda que se identificasse com o Ocidente, a percepção securitizante da Rússia sempre foi uma constante – e um diferencial – na sua história, a ponto de servir, durante a União Soviética (sobretudo na época do stalinismo), para a criação de um “Estado de paranoia” que forjou até mesmo o perfil

operacional das divisões de inteligência da URSS e da Federação Russa (a antiga KGB e as atuais FSB e SVR seguem esse perfil no exercício das suas atividades de inteligência estatal). Ameaças externas à estepe russa – à *heartland* da Rússia – sempre foram constantes desde a época do *Rus'* de Kiev, passando pela Moscóvia e pelo Império, sobrevivendo à União Soviética e estando presentes na atual Federação da Rússia. Sobre esse aspecto, e a forma pela qual essa insegurança geopolítica permanente fundou as bases da ação internacional da Rússia, TSYGANKOV (2013, p. 4) escreve:

As a borderland nation in an uncertain, often volatile external environment, Russia had to continuously respond to similar challenges to its security. These challenges included unrest in neighboring territories, threats of external invasion, and difficulties in preserving internal state integrity. Over time, the country has developed three distinct traditions, or schools, of foreign policy thinking—Westernist, Statist, and Civilizationist. Throughout centuries, Westernizers, Statists, and Civilizationists sought to present Russia's international choices in ways consistent with the schools' historically established images of the country and the outside world.

O autor cria uma classificação tríplice das tradições de política externa russa que, assim como FREIRE (2011), incorpora elementos Ocidentais e Orientais a essas categorias.

A tradição ocidental (ou ocidentalizante, se traduzir-se *westernizer* de maneira literal), conforme TSYGANKOV (2013, p. 4), “*placed the emphasis on Russia's similarity with the west and viewed the west as the most viable and progressive civilization in the world. The early westernizers sought to present Russia as a loyal member in the family of european monarchies*”. Essa visão, comum na era imperial, ainda existe na Rússia entre alguns homens de negócios, em sua maioria críticos e opositores de Putin, responsáveis muitas vezes pela visão deturpada que o Ocidente cria até hoje da Rússia e dos russos.

A segunda tradição, dos estatistas, defende a visão de insegurança que marca a Rússia desde a época do *Rus'* e busca na resposta a essas ameaças, no incremento do poder do Estado russo e o na dicotomia “estabilidade *versus* democracia liberal ocidentalizante” uma proteção contra elementos de desestabilização externos. Seriam, numa concepção mais ampla, a tradição que defende uma *realpolitik* russa a partir de percepções de ameaça e da constituição de um *national security state* para aquele país. TSYGANKOV (2013, p. 6) apresenta esses elementos característicos dessa tradição:

Statists have emphasized the state's ability to govern and preserve the social and political order. This is, arguably, the most influential school of Russia's foreign policy thinking. It is explicit in choosing values of power, stability, and sovereignty over those of freedom and democracy. Critical to statism is the notion of external threats to Russia's security. Ever since the two-centuries-long conquest by the mongols, Russians have developed a psychological complex of insecurity and a readiness to sacrifice everything for independence and sovereignty. Multiple wars in Europe and Asia further reinforced this mentality and provided statism's supporters with extra justifications for their reasoning. For instance, when justifying the need for rapid industrialization, the leader of the soviet state, Josef stalin, famously framed his argument in terms of responding to powerful external threats.

Por fim, TSYGANKOV (2013, p.8) cita os civilizacionistas como terceira tradição da política externa russa, essa de base mais próxima dos Nacionalistas de que fala FREIRE (2011) ou dos Eslavófilos de que fala MIELNICZUK (2015) por defender os valores russos como constituidores de uma civilização própria, que conecta ocidente e oriente, mas que é diferente desses (por ser a eles superior):

Civilizationists have always seen Russian values as different from those of the West, and they have always attempted to spread Russian values abroad, outside the west. Their response to Russia's security dilemmas has been more aggressive than that of the more status quo-oriented statists. As a foreign policy philosophy, Civilizationism dates back to Ivan IV's ("Ivan the Terrible's") "gathering of Russian lands" after the Mongol Yoke and to the dictum "Moscow is the third Rome," which was adopted under Ivan (TSYGANKOV, 2013, p.8).

Embora essa tradição disponha sobre a conexão entre ocidente e oriente, o faz com uma base civilizatória, diferencial e supremacista que coloca a Rússia como uma civilização específica por ser eslava, ortodoxa e superior às demais. Esse pensamento forneceu (e fornece) base para o Pan-Eslavismo e tem nos choques entre *russkiye* e *rossiyane* no Cáucaso uma das suas maiores expressões dentro da Rússia, pois nessa região geográfica há oposição entre mais de uma "civilização" não russa, misturando critérios etno-linguísticos a critérios religiosos (como se verá na seção 3.4.3), mas também usa da oposição com o Ocidente para firmar o sistema de valores russos e a civilização "russocêntrica":

Unlike westernizers and statists, Civilizationists have sought to challenge the western system of values, insisting on the cultural distinctiveness of Russia and Russia-centered civilization. Some representatives of this school advocated a firm commitment to values of orthodox Christianity, while others viewed Russia as a synthesis of various religions. The early Civilizationists advocated the identity of the "Russian Empire." They recognized the constraints set by the west-centered external context and recommended that Russia expand beyond its eastern and southern borders. Yet they were eager to defend what they saw as a cultural unity in their outer area. For instance, in the nineteenth century, Civilizationists defended the notion of slavic unity, and their ideology of Pan Slavism affected some of the czar's foreign policy decisions (TSYGANKOV, 2013, p.8).

CLUNAN (2009, p. 60), por sua vez, adota uma classificação quántupla, com diversas subcategorias que tornam mais realista o espectro de tradições de política externa russa (lembrando aqui da lição de LAFER, 2009, para quem a política externa é a tradução das “*necessidades internas em possibilidades externas*”) por abarcar potencialmente um maior número de grupos e subgrupos que, internamente, discutem o que é o “interesse nacional russo” a partir das suas perspectivas identitárias.

A autora chama essas cinco tradições de “auto-imagens nacionais”: “*Five main national self-images—Western, statist, national restorationist, neocommunist, and Slavophile—were in play in the Russian political discourse during the 1990s*” (CLUNAN, 2009, p. 60).

A tabela representada na figura 1 mostra precisamente cada uma das cinco auto-imagens nacionais russas de que fala a autora, e o elemento comum entre todas elas é enxergar na Rússia (ou a ela atribuir) a categoria de *great power*.

Dentre essas tradições, a que mais se destaca diante do objeto de estudo do presente trabalho é a da Eslavofilia. Embora seja apresentada como democracia de matiz estatista, sua base de *membership* é étnica, o que incluiria prioritariamente os povos eslavos - opondo os *rusскиye* aos *rossiyane* – e, mesmo dentre os eslavos, atribuindo mais importância à centralidade dos “Grandes Russos” (da Rússia) em detrimento dos “Pequenos Russos” (ucranianos) e dos demais russos (Bielorrussos, Sérvios), sobretudo na condução e liderança dos demais povos eslavos em torno do Pan-Eslavismo.

Segundo CLUNAN (2009, p. 70), a auto-imagem Eslavófila atribui à Rússia “*the mission [...] to lead the Slavic or Eastern Slavic world in reviving and preserving its cultural autonomy vis-à-vis both the secular West and the non-Christian world*”. A oposição da civilização russa, a partir dessa perspectiva, se daria não apenas contra o Ocidente secular, mas também contra o Ocidente cristão (por consequência da supremacia do elemento ortodoxo nessa categorização) e também contra o mundo não-cristão, com destaque para o mundo islâmico e cristão não-ocidental (armênio) e ortodoxo não-russo (grego e georgiano).

TABLE 3.2. *Russian National Self-Images: Desired Political Purpose and International Status*

	National Restorationism	Neocommunist	Slavophilism	Statism	Western
	<i>Political Purpose</i>				
Political Economy	Total or social statism	Social statism	Statist democracy	Liberal statism, statist or social democracy	Liberal or social democracy
Borders	Revisionist	Revisionist	Revisionist	Status quo	Status quo
Membership	Ethnic	Statist	Ethnic	Statist	Civic
National Mission	Expansion: Cultural, economic, political, territorial (FSU)	Expansion: Economic, political (FSU) Autonomy: Territorial and cultural	Expansion: Cultural, political, territorial (Slavdom)Autonomy: Cultural Inclusion: Economic (West)	Inclusion: Political- Economic (West) Expansion: Political- Economic (FSU) Autonomy: Political	Inclusion: Cultural, political, economic (West)
	<i>International Status</i>				
Roles	Global Regional (FSU) Anti-Western Eastern Slav Modern	Global Regional (FSU) Modern	Moral Regional ("Russian Lands," Slavdom) Modern	Global Regional (FSU, Eurasia) Advanced industrial Modern	Global Regional (Asia, Europe) Western Modern
Rank	Great power Regional hegemon	Great power Regional hegemon	Great power Regional hegemon	Great power Regional hegemon	Great power Western
Nature of IR	Confrontation: Marxist/ Geocultural Materialism	Competition: Idealism Marxist/ Materialist	Conflict: Geocultural Materialism	Competition and Cooperation: Political, economic, and cultural ma- terialism; utilitarian and some cosmo- politan inter- actionism	Competition and Cooperation: Economic material- ism and utilitarian interactionism; idealism and cos- mopolitan inter- actionism

**Figura 1.** Quadro das cinco auto-imagens nacionais da Rússia. Fonte: CLUNAN, Anne L. *The Social Construction of Russia's Resurgence: Aspirations, Identity and Security Interests*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009, p. 62.

Essa segregação supremacista tem dado, na Rússia contemporânea, espaço para discursos de ódio por parte de nacionalistas eslavófilos, e tem sido habilmente usado pela estrutura de poder na Rússia para impor um controle mais estrito das regiões da Rússia onde a presença de russos *rusскиye* como minoria põe em risco de forma permanente a própria existência do Estado russo, da soberania russa sobre aquelas terras estratégicas e da segurança dos *rusскиye* no resto da Federação (parte considerável dos atentados provocados contra russos étnicos ocorre em Moscou ou cidades fora do núcleo rebelde do Cáucaso). Além do movimento *Rossiya dlya Russskikh* (Rússia para os etnicamente russos) de que fala FOXALL (2015), ainda há discursos virulentos que, com base em preconceitos étnicos, buscam legitimar o uso indiscriminado de violência contra os caucasianos, debate trazido por CLUNAN (2009, p. 71) como sendo característico de um sentimento anti-Occidental, antisemita e xenófobo presentes no discurso dos Eslavófilos, e que fica evidenciado na caracterização dos caucasianos como sendo *chernye* (literalmente “negros”), ainda que parte considerável das etnias do Cáucaso não seja negra (e em muitos casos é majoritariamente branca).

Há que se considerar que essa partição étnica no Cáucaso – e sua instrumentalização para o exercício de poder geopolítico e manutenção de soberania e segurança para a Rússia e para os russos – existe desde os primeiros contatos do Império Russo com os montanhesees e com os cossacos do Don, entre os séculos XVII e XVIII, intensificando-se com a ocupação permanente e incorporação do Cáucaso à Rússia no século XIX. A questão da nacionalidade não-russa no Cáucaso foi, desde os primórdios da ocupação, um problema a ser administrado a partir da Rússia. No período imperial a região foi bastião defensivo formado por redes de fortes e estruturas defensivas nas *gubernias* e *oblasts* estabelecidos pelo Império Russo. Após a Revolução de 1917, durante a União Soviética, o Cáucaso esteve por dois períodos (em 1918 e entre 1922 e 1936) unido em torno de uma República Federativa. Mas a complexidade étnica da região, associada às divergências internas do PCUS e à problemática de associar o comunitarismo islâmico em torno da *ummah* ao comunitarismo soviético (HOSKING, 2001) fez com que uma divisão extrema e complexa do território fosse feita, tomando por base um intrincado sistema de Repúblicas, Repúblicas Autônomas e Regiões Autônomas, criadas para cada nacionalidade ou subnacionalidade soviética não-russa.

HOSKING (2001, p. 428) destaca essa problemática do Cáucaso, que só começou a ser discutido com intuito de resolução a partir de 1924 e só começou a ser solucionado de 1936 em diante, já durante o governo de Stálin:

Both as commissar for nationalities and later as the party's general secretary, Satlin insisted on the importance of territory for a nation. That is why every nationality, down to the smallest, was awarded its own separate territory, in the form of an "autonomous" republic, region, or even district

MIELNICZUK (2013, p. 159), em diálogo com a obra de SEGRILLO (2000) e sobre esse cenário complexo das divisões subnacionais da Rússia, destaca que a divisão das zonas fronteiriças da URSS no Cáucaso e na Ásia Central em Regiões Autônomas – que ganharam esse status “*em função da relação especial que desfrutavam com o centro soviético*” – “*foi a maneira encontrada para garantir autonomia cultural e lingüística aos povos das regiões com minorias étnicas dentro das repúblicas socialistas e evitar a exacerbação de movimentos nacionalistas que pudessem ameaçá-las*”. O autor afirma, ainda, que:

Um regime erigido a partir da promessa de que o nacionalismo seria suplantado pela identidade de classe não poderia permitir que tais sentimentos perturbassem a ordem interna. Embora Lênin afirmasse que o respeito às nacionalidades era necessário para o amadurecimento do sentimento de classe (Lênin acreditava que, com o tempo, os proletários perceberiam o quão artificial era o nacionalismo), tal sentimento sempre foi um problema na URSS. Stálin tentou resolvê-lo com migrações de russos para as outras repúblicas soviéticas, a partir da crença de que a identidade de classe floresceria com mais força se o sentimento nacional se enfraquecesse em razão da miscigenação étnica. Esse era o projeto de construção do “homem soviético.” Entretanto, durante a vigência do socialismo, os russos não se misturaram com a população local, à exceção da situação nas repúblicas eslavas (Ucrânia e Belarus). Para complicar mais as coisas, eles tinham maior grau de instrução, ocupavam os melhores empregos e recebiam os melhores salários. Por isso eram vistos como uma minoria opressora, respaldada por Moscou.

A URSS, apesar de seu discurso de superação da nacionalidade pela classe, mantinha a mesma elaboração geopolítica de segregação interna dos *rossiyane* (e dos caucasianos não-russos que faziam parte da União Soviética mas que não estava na área da RSS da Rússia) que historicamente remonta à ação do Império Russo na região, e que hoje marca as ações da Federação da Rússia no Cáucaso. Isso tem se dado sobretudo pela complexidade geográfica que fundamenta os aspectos estratégico-militares da região (já tratado no capítulo anterior), e que vulnerabilizam a *heartland* russa em virtude da questão do terreno e da questão étnica que, no século XXI, tem tomado proporções dramáticas diante da ameaça do fundamentalismo islâmico na região, surgida com guerrilheiros chechenos

(MIELNICZUK, 2015, p. 53) e, desde 2001 pelas mãos da *al Qaeda* e desde 2014 pelas mãos do ISIS, ameaça a estabilidade interna da Rússia, somando-se à ação que União Europeia e Estados Unidos têm tomado no Cáucaso não-russo de, a partir da articulação com países caucasianos hostis a Moscou (como a Geórgia), minar o poder que a Rússia tem na região em benefício dos seus próprios interesses.

Atualmente, a questão real e urgente do fundamentalismo islâmico no Cáucaso - e a ameaça que o ISIS traz para a região - tem dado novo fôlego para as reafirmações de alteridade destrutiva, e isso tem definido uma nova geopolítica para a região pensada a partir de Moscou e São Petersburgo, que aproveita a oportunidade habilmente para garantir que esse ponto defensivo estratégico continue sendo parte da Federação. Os reflexos desse tipo de reação governamental a ameaças percebidas, reais ou não, no imaginário popular tem promovido choques entre russos étnicos e imigrantes caucasianos, e fortalecido movimentos xenófobos, como destaca FOXALL (2015, p. 3):

On the evening of 13 October, thousands of people took the streets of Biryulyovo to demand the eviction of ethnic Caucasian migrant workers from the locale. Nationalists claimed they were protesting that the killer, who had not been publicly identified, was enjoying impunity. Protestors overturned cars, smashed shopping centre windows, and vandalized fruit stands before storming a vegetable warehouse in search of the alleged murderer. Hundreds of masked nationalists hurled bottles at police, who fought back with batons. The protestors shouted, '*Moskva dlya Moskvichei*' (Moscow for Muscovites), '*Rossiya dlya Russkikh*' (Russia for [ethnic] Russians), '*Moskva – ne Kavkaz*' (Moscow is not the Caucasus), '*Segodnya migrant – Zavtra okupanty!*' (Today migrants – tomorrow occupiers!), and '*Segodnya mechet – Zavtra Dzhikhad*' (Today there is a mosque – tomorrow there will be a jihad).

Tal interação destrutiva só tem sido possível pois na sequência do fim da União Soviética (1991) a discussão sobre identidades nacionais russas foi obscurecida pela disputa política pelos espólios da URSS e pelo modelo político-econômico a ser adotado pela Rússia e pelos países componentes do espaço pós-soviético (FOXALL, 2015, p. 18). A chegada de Putin ao poder (1999) e o fechamento do Ministério de Assuntos Federativos, Nacionalidades e Políticas Migratórias (2001) mostraram que a questão étnica permaneceria irresolvida. No entanto, longe de parecer um erro estratégico do governo Putin, essa ausência de debate amplo sobre as etnicidades e a identidade nacional russa dá, como já visto ao longo do trabalho, uma flexibilidade que faz a Rússia ter capacidade para agir em

conformidade com seu interesse nacional em qualquer cenário estratégico dentro da Federação, utilizando a *gosudarstvennost* do Manifesto do Milênio como forma de manter a unidade nacional de um país com múltiplas identidades nacionais, a despeito de todas as tensões étnicas que existem e continuarão a existir por um longo tempo na Rússia.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica da forma de ação geopolítica da Rússia no Cáucaso revelou que o país, com o intuito de manter-se predominante e relevante nas questões geopolíticas regionais, utilizou de expedientes conceituais flexíveis em relação à constituição dos modos de subjetividade nacionais de maneira a criar identidades nacionais russas baseadas em *imaginação cartográfica* e acumulado histórico sobre o território, de um lado sustentando a ideia de multietnicidade e do outro sustentando o controle dos assuntos políticos nas mãos dos *rusскиye* (russos étnicos). Observou-se, portanto, que a Rússia usou - e usa - as dicotomias contrapostas entre o *self* e o *other* de acordo com seus interesses geopolíticos, justificando seu domínio sobre os outros povos e consolidando seus projetos políticos de projeção de poder a partir do interesse nacional de Moscou.

Iniciei esse trabalho ainda na introdução ressaltando que o ponto de partida da pesquisa foi a percepção de que a Rússia pós-soviética (1991-2015), embora tenha ficado no ostracismo por quase uma década - marcada pelo descrédito internacional que se seguiu ao desmonte da URSS em 1991 - foi reconstruída política e economicamente pelos presidentes Vladimir Putin e Dmitri Medvedev, voltando a ter relevância geopolítica similar à que teve nos tempos de glória dos séculos XIX e XX, com reflexos nas percepções que outros países e outros atores internacionais tiveram e têm em relação a Moscou. Observei que as reformas político-estratégicas que garantiram o retorno da Rússia à esfera global de atuação como um *player* relevante e poderoso foram complementadas por novas doutrinas geopolíticas do Estado russo, e a retomada de ações diretas em regiões consideradas estratégicas, como o Cáucaso, o Levante e a Crimeia. Observei, portanto, que o Cáucaso possui um papel fundamental na dinâmica estratégica russa: linha defensiva da sua geopolítica, zona de conflito militar latente com base identitária (que opõe russos étnicos e russos não-étnicos) e zona de vulnerabilidade de segurança da Rússia, por ser a potencial cabeça-de-ponte para qualquer intervenção estrangeira contra as estepes que formam o *lebensraum* russo. Em

virtude desse elemento estratégico, debater a construção das identidades nacionais no Cáucaso russo a partir do processo de interação entre esses modos de subjetividade mostrou-se relevante na atualidade.

No primeiro capítulo, busquei apresentar o tratamento do tema *identidade nacional* em três importantes paradigmas teóricos de relações internacionais: neorrealismo e neoliberalismo (que não têm na *identidade nacional* um tema central de debate) e construtivismo (que debate *identidade nacional* a partir de uma perspectiva que se aproxima menos dos estudos culturais que o pós-modernismo, escolhido como matriz analítica para o presente trabalho). O tema faz, assim, assim parte das preocupações das teorias referidas, por ser visto como um importante elemento para o exercício de poder e de influência sobre as demais nações e mesmo sobre o sistema internacional. A partir dessa perspectiva esboçada no trabalho uma consideração adicional precisa ser feita. Quando pensei em utilizar perspectivas pós-modernas no presente trabalho, imaginei ser possível fazer uma análise pós-moderna, incluindo trabalhar narrativas em debate e problematizar o próprio discurso constituinte de uma ideia de "Rússia". No entanto, não consegui fazer uma análise pós-moderna em si. Fiz, sim, uma análise racionalista - geopolítica e estratégica - utilizando elementos e conceitos de abordagens pós-modernas no intuito de fundamentar o meu argumento central no trabalho. Trabalhei a ideia de "Rússia" como algo estanque e concebido a partir da experiência histórica por um centro de poder definido e determinado. Em virtude dessa limitação e dessa busca por conceitos (e não por uma análise), busquei trabalhar o campo dos estudos culturais e da história cultural, suas conexões com o significado de *identidade nacional* e suas implicações geopolíticas, e demonstrei que há um *twofold way* na constituição dos modos de subjetividade que carrega em seu bojo relações fortes - ainda que latentes - de poder e de dominação: a constituição do *eu* se dá pela afirmação do *eu* em relação a si próprio, mas sobretudo em relação ao *outro*. Destaquei ainda que a dupla negatividade na definição intersubjetiva de construção do "outro" a partir da negação do "eu" e da construção do "eu" a partir da negação do "outro" significa dar vazão à violência simbólica preliminar na forma de "barbarização" da figura do "outro" para justificar a existência e independência do "eu", e para justificar a possibilidade de subjugação do "outro" para o exercício e ampliação de poder do "eu". Realizei ainda uma análise teórica da questão da

produção de sentido geográfico baseada em elementos imagéticos, condicionada pelo contato intersubjetivo entre povos, e utilizei-me do conceito de *imaginação cartográfica*, conectando a formação histórico-geográfica e a consolidação de poder no Estado a partir de construções imaginativas e discursos de alteridade. Encerrei o primeiro capítulo (teórico) apresentando as discussões relacionadas ao tema *identidade nacional* a partir das perspectivas pós-moderna em Relações Internacionais e apontando suas conexões e aproximações com os estudos culturais e com a geopolítica crítica. Uma das principais questões teóricas que identifiquei no pós-modernismo como relevante para responder às questões da pesquisa foi a provocação de Roxane Lynn Doty sobre a *produção de sentido em sujeitos/objetos sociais*, discursos que, baseados numa estratégia de exercício de poder e dominação, ajudam um país e um povo a construir a linha distintiva entre o “eu” e o “outro”. A prática linguística normaliza a situação segretatória e, a partir da diferenciação terminológica e conceitual entre o *self* e o *other*, traz uma justificativa política de “combate ao mal” no “outro” e legitima o projeto de poder do Estado russo para manutenção da sua soberania sobre o Cáucaso a partir da recriação e manipulação de modos de subjetividade de outros povos, ora colocados como russos (por acessão legal, o *rossiyane*, nascidos em território soberano da Federação), ora colocados como “russos não-russos” (por não serem etnicamente “puros”). Há portanto indícios de que a própria fundação “mítica” do Estado russo seguiu essa lógica: em todos os períodos da história daquele país a constituição de uma *identidade russa* esteve envolvida por uma mítica de multinacionalidade/multiethnicidade que quase nunca correspondeu à realidade étnica dos locais sob seu controle, sendo no entanto um poderoso instrumento ideológico de projeção de poder e autoridade e uma forma de justificar o monopólio da violência do Estado russo centrado em Moscou contra os demais povos habitantes das fronteiras da Rússia, como forma de garantia de um suposto “interesse nacional”.

No segundo capítulo fiz algumas considerações iniciais sobre a relevância e a atualidade do debate sobre a identidade nacional russa, a partir de uma perspectiva comparada entre a história da Rússia e seus desenvolvimentos contemporâneos, bem como introduzi de forma breve a geografia do Cáucaso e contextualizei a sua importância geopolítica a partir da análise mais ampla da geografia russa, também

conectada ao contexto histórico, a partir de uma perspectiva analítica estratégico-militar e suas dinâmicas geopolíticas internas e externas. Fiz também uma digressão histórica do Cáucaso na formação identitária do Estado russo, e apresentei um panorama geral da história da Rússia, partindo do *Rus'* de Kiev e chegando à Federação Russa contemporânea, passando necessariamente pelo *khaganato*, pelo *khanato* mongol, pela Moscóvia, pela fase de formação do Estado russo a partir do Czarado, pelo Império Russo, pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, finalmente, pela Federação da Rússia, e demonstrei pela análise comparada de trabalhos de historiadores como essa história peculiar ajudou na formação da identidade nacional russa a partir das estruturas políticas, econômicas e sociais próprias da Rússia. Notei que, corroborado pela teoria Determinista da Geografia, a complexidade territorial do Cáucaso “forjou o caráter” dos russos de maneira profunda, fato que é reconhecido por diversos autores, de Charles King a Geoffrey Hosking, de Dostoiévski a Tolstói. Passei, então, a uma análise estratégica do Cáucaso no contexto da Federação Russa, começando por sua descrição geográfica, e destaquei que esse a Geografia da Rússia é extremamente diversificada em virtude do seu tamanho, mas do ponto de vista estratégico a subdivisão territorial russa tornou-se simplificada quando os vazios demográficos da Rússia asiática da parte mais estratégica do país, a oeste dos Urais, formada por três fronteiras terrestres e três fronteiras navais de importância geopolítica vital. Essa área, que buscou-se tratar aqui como *heartland* russa, tem no Cáucaso seu *lebensraum*, por ser o primeiro bastião defensivo dessa região vital para a própria existência da Rússia e, paradoxalmente, a região mais vulnerável do país.

Por fim, no terceiro capítulo, fiz considerações acerca do papel do Cáucaso na imaginação coletiva e geopolítica da Rússia e, para tanto, utilizei-me de algumas obras da literatura russa que tratam do Cáucaso por dois motivos fundamentais: I) o papel que as narrativas literárias têm no imaginário coletivo do século XIX; II) a importância que a literatura tem na construção cultural de justificativa do Imperialismo. Destaquei que a construção de narrativas na literatura tem sido, no curso dos últimos dois séculos, uma importante ferramenta de construção de ordens políticas baseadas na alteridade, e como as narrativas sobre o Cáucaso tem impacto na imaginação coletiva da Rússia em virtude da importância que essa região teve e tem na formação da própria noção de identidade nacional russa. Analisei os reflexos,

na política externa russa, dessa auto-imagem da Rússia no Cáucaso, bem como os reflexos geopolíticos das categorias dicotômicas *interno/externo* e da dualidade *russo/não-russo*. Ao fim, notei que a geopolítica russa para o Cáucaso promove um processo de construção/desconstrução identitária naquela região como instrumento de ocultação do exercício puro de poder por parte de Moscou, que manipula as identidades locais caucasianas seguindo uma lógica de interação ofensiva/defensiva com base na característica geoestratégica central da região: primeiro (e mais sólido) bastião de defesa das estepes russas contra intervenções estrangeiras e contra ameaças de grupos internos da própria Federação Russa.

Ao chegar ao fim do trabalho (mas sem intenção de esgotar o tema), percebi que tais elementos analíticos responderam à pergunta da pesquisa ("*como a Rússia manipula os modos de subjetividade na Ciscaucásia para manter-se relevante e dominante na geopolítica da região?*"), e, concretizando a hipótese que norteou o trabalho desde o princípio, analisei que a Rússia utiliza-se de construções imagéticas para manipular as identidades locais caucasianas seguindo uma lógica de interação ofensiva/defensiva com base na característica geoestratégica central da região de zona vital para a existência do Estado russo. À hipótese inicial foram acrescentados dois elementos novos de análise encontrado durante a pesquisa: a dinâmica de *imaginação cartográfica* cujo processo identifiquei como presente na ação russa na Ciscaucásia e o processo de *construção imagética* dos ciscaucasianos a partir da literatura russa do século XIX. Reitero que no presente trabalho não fiz uma análise pós-moderna, como originalmente proposto no projeto, mas sim uma análise racionalista com uso dos conceitos de autores considerados pós-modernos. Reconheço a minha responsabilidade em não conseguir me desamarrar das perspectivas geopolítica e estratégica - que me são muito caras - para fazer uma análise pós-moderna, mas acredito ter utilizado os conceitos de autores considerados pós-modernos de maneira apropriada e condizente com o objetivo do presente estudo.

As limitações da pesquisa se deram por dois fatores: 1) o trabalho foi feito sem que se tenha feito um viagem de campo (tanto por questões de tempo quanto por questões de distância da região sob análise, de alto custo da viagem para o Cáucaso e das questões sensíveis de segurança na Ciscaucásia, que dificultaram um potencial estudo de campo trabalho sobre o Cáucaso russo) e, portanto, foi feito

a partir do Brasil, utilizando a análise bibliográfica, cartográfica e literária como base; b) dificuldades idiomáticas que me impediram de aproveitar fontes bibliográficas escritas em idiomas do Cáucaso. Pretendo aprofundar esses temas em estudos posteriores.

Por fim, a importância crescente da Rússia - e do Cáucaso - no cenário internacional, associado à escassez de produção desse tema em nosso país e da importância estratégica que a Rússia tem como parceira do Brasil no BRICS e no sistema internacional faz com que haja necessidade de estudos permanentes e profundos sobre a Federação Russa em toda a sua complexidade na academia brasileira, inclusive por áreas das humanidades mais amplas que, interagindo com as Relações Internacionais e demais áreas das ciências sociais e humanas, possam trazer outras contribuições além da que tentei trazer nas páginas anteriores. Sugiro que outras pesquisas multidisciplinares sobre o Cáucaso e sobre a Rússia sejam desenvolvidas no Brasil, diante da enorme relevância que, como visto, o tema tem no cenário mundial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, John S. *The Empire of Russia*. Boston: Graves and Young, 1859.
- AGNEW, John. *Geopolitics: re-visioning world politics*. Londres; Routledge, 1998.
- BADDELEY, John F. *The Russian conquest of the Caucasus*. Nova York: Longman, Green and Co., 1908.
- BETHELL, Leslie. *The Cambridge History of Latin America*. vol. VI, parte II. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- BLANEY, David. INAYATULLAH, Naeem. *International Relations and the Problem of Difference*. Londres: Routledge, 2009.
- BRANCO, Sonia. Apresentação. *In: TOLSTÓI, Liev. Os Cossacos: contos caucasianos de 1852*. São Paulo: Livros da Matriz, 2012.
- BRANNON, Robert. *Russian Civil-Military Relations*. Burlington: Ashgate, 2009.
- BROWN, Archie. *The rise and the fall of Communism*. Londres: Harper Collins, 2009.
- BROWN, Catherine. *How Russia's writers saw the Caucasus*. *Financial Times*. 7 de fevereiro de 2014. Acesso em: <http://www.ft.com/cms/s/2/b17fbef0-8cda-11e3-8b82-00144feab7de.html>
- BURNS, Bradford. *The Unwritten Alliance: Rio Branco and Brazilian-American Relations*. Nova York: Columbia University Press, 1966.
- BUSHKOVICH, Paul. *A Concise History of Russia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- BUZAN, Barry. WAEVER, Ole. *Regions and Powers*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CALVOCORESSI, Peter. *Política Mundial a partir de 1945*. São Paulo: Penso, 2011.
- CAMPBELL, David. *Violent Performances: Identity, Sovereignty, Responsibility*. *In: LAPID, Yosif. KRATOCHWIL, Friedrich. The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder: Lynne Rienner Editors, 1995.
- CARNEIRO, Camilo Pereira. *Fronteiras-irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata*. Porto Alegre: Ideograf/UFRGS, 2016.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CASTRO, Therezinha de. *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

- CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. A campanha de 1812 na Rússia. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CLUNAN, Anne L. The social construction of Russia's Resurgence: Aspirations, Identity and Security Interests. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009.
- COENE, Frederik. The Caucasus: an introduction. Londres: Routledge, 2010.
- CONNOLLY, William E. The ethos of pluralization. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. Identity and difference in global politics. *In: Identity | Difference: Democratic Negotiations of Political Paradox*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. Neuropolitics: thinking, culture and speed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. Identity | Difference: Democratic Negotiations of Political Paradox. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.
- COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: Edusp, 2010.
- COSTA, Darc. Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional. São Paulo: Paz & Terra, 2009.
- DARRAJ, Susan Muaddi. The Collapse of the Soviet Union. Nova York: Chelsea House, 2010.
- DER DERIAN, James. SHAPIRO, Michael. International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics. Toronto: Lexington Books, 1989.
- DER DERIAN, James. The (S)pace of International Relations. *IS Quarterly*, 1991.
- \_\_\_\_\_. Critical Practices in International Theory. Londres: Routledge, 2009.
- DERLUGUYAN, Georgi M. Bourdieu's Secret Admirer in the Caucasus. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- DIAMOND, Jared. Collapse: how societies choose to fail or succeed. Nova York: Viking, 2005.
- \_\_\_\_\_. Guns, germs and steel: the fates of human societies. Nova York: W. W. Norton, 1997.
- DIJKINK, Gertjan. National Identity and Geopolitical Visions: Maps of Pride and Pain. Londres: Routledge, 1996.
- DOLHNIKOFF, Luis. *Os Russos: Púchkin, Gógol, Dostoiévski, Tolstói, Tchekov, Gorki*. São Paulo: Hedra, 2015.
- DOMINGUEZ, Jorge. Cuba Since 1959. *In: BETHELL, Leslie. The Cambridge History of Latin America. vol. VII*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. Crime and Punishment. Trad. Oliver Ready. Londres: Penguin, 2014.

- \_\_\_\_\_. Dois Sonhos. São Paulo: Editora 34, 2012.
- \_\_\_\_\_. Crime e Castigo. Trad. Paulo Bezerra. 6a ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- \_\_\_\_\_. Gente Pobre. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2009.
- \_\_\_\_\_. *The Idiot*. Trad. Constance Garnett. Nova York: Barnes & Noble, 2006
- \_\_\_\_\_. *Os Demônios*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Crime and Punishment*. Trad. Constance Garnett. Londres: Wordsworth, 2002.
- \_\_\_\_\_. *The Karamazov Brothers*. Trad. Constance Garnett. Londres: Wordsworth, 2002.
- \_\_\_\_\_. O Crocodilo e Notas de Inverno sobre Impressões de Verão. São Paulo: Editora 34, 2000.
- DOTY, Roxanne Lynn. Foreign policy as social construction: a post-positivist analysis of U.S. Counterinsurgency policy in the Philippines. *IS Quarterly* (1993), 37, 297-320.
- DUGIN, Aleksandr. Last War for the World-Island: the Geopolitics of Contemporary Russia. Londres: Arktos, 2015.
- \_\_\_\_\_. The Fourth Political Theory. Londres: Arktos, 2012.
- DUNNINGAN, James F. Ações de Comandos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2008.
- EASTER, Gerald M. Reconstructing the State: Personal Networks and Elite Identity in Soviet Russia. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- EDKINS, Jenny. VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. Critical Theorists and International Relations. Londres: Routledge, 2009.
- EDKINS, Jenny. ZEHFUSS, Maja. Global Politics: a new introduction. 2nd ed. Londres: Routledge, 2014.
- EDKINS, Jenny. Poststructuralism and International Relations. Boulder: Lynne Rienner Editors, 1999.
- \_\_\_\_\_. Poststructuralism. *In*: GRIFFITHS, Martin. International Relations Theory for the Twenty-First Century. Londres: Routledge, 2007.
- FERRO, Marc. A Revolução Russa de 1917. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FINCH, Henry. Uruguay since 1930. *In*: BETHELL, Leslie. The Cambridge History of Latin America: vol. VIII. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- FONT, Joan Nogué. RUFÍ, Joan Vicente. Geopolítica, Identidade e Globalização. São Paulo: Annablume, 2006.
- FOXALL, Andrew. Ethnic Relations in Post-Soviet Russia: Russians and non-Russians in the North Caucasus. Londres: Routledge, 2015.
- FRANKLIN, Simon. WIDDIS, Emma (eds.). National Identity in Russian Culture: an Introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- FREIRE, Maria Raquel. A Rússia de Putin: Vectors Estruturantes de Política Externa. Coimbra: Almedina, 2011.

- FULLER, John Frederick C. *A Conduta da Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.
- GEHLEN, Reinhard. *O Serviço Secreto*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1972.
- GERRING, John. *Social Science Methodology: a Criterial Framework*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- GIBSON, Charles. *Indian Societies under Spanish Rule*. In: BETHELL, Leslie. *The Cambridge History of Latin America*. vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- GLICK, Thomas F. *Science and society in twentieth-century Latin America*. In: BETHELL, Leslie. *The Cambridge History of Latin America*. vol. VI, parte I. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- GOMIDE, Bruno Barreto (org.). *Antologia do Pensamento Crítico Russo (1802-1901)*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Nova Antologia do Conto Russo (1792-1998)*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GÓRKI, Maksim. *Meu companheiro de estrada e outros contos*. Trad. Boris Schnaiderman. São Paulo: Editora 34, 2014.
- GORODETSKY, Gabriel. *Russia: Between East and West*. Portland: Frank Cass Publishers, 2005.
- GOTTLIEB, Gideon. *Nation Against State: a New Approach to Ethnic Conflicts and the Decline of Sovereignty*. Nova York: CFR Press, 1993.
- GRIFFITHS, Martin (ed.). *International Relations Theory for the Twenty-First Century*. Londres: Routledge, 2007.
- HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- HARRESS, Christopher. *Islamic State group attacks Russian military base in Dagestan region of the Northern Caucasus*. In: *International Business Times*, 2 de Setembro de 2015. URL: <http://www.ibtimes.com/islamic-state-group-attacks-russian-military-base-dagestan-region-northern-caucasus-2079485> Acesso em 08/12/2015.
- HIROSE, Yoko. *The Former Soviet Bloc and Conflict: Geopolitics of Oil, Ethnicity and Terrorism*. Tóquio: Keio University Press, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. 23a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *A Era dos Impérios*. 12a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *Nações de Nacionalismo desde 1780*. 5a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008c.
- \_\_\_\_\_. *A Era do Capital*. 13a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A Era dos Extremos*. 2a ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- HOSCHILD, Adam. *O Fantasma do Rei Leopoldo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOSKING, Geoffrey. *Rulers and Victims: the Russians in the Soviet Union*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. *Russia and the Russians: a History*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. *Russia: people and empire, 1552-1917 (Enlarged Edition)*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. *A History of the USSR: 1917-1991*. Waukegan: Fontana Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *A History of the Soviet Union*. Waukegan: Fontana Press, 1985.

HUYSSSEUNE, M. Nationalism and Identity Politics in International Relations. *In: WIENER, Jarod. SCHRIRE, Robert A. (eds.). UNESCO-EOLSS Encyclopedia of Life Support Systems. Vol. 1: International Relations*. Paris: EOLSS Publishers, 2009.

ÍNAÇ, Hüsamettin. ÜNAL, Feyzullar. The Construction of National Identity in Modern Times. *International Journal of Humanities and Social Science*. Vol. 3. Nº11, junho de 2013.

IISS, International Institute for Strategic Studies. *The Military Balance 2016*. Londres: IISS, 2016.

\_\_\_\_\_. *The Military Balance 2014*. Londres: IISS, 2014.

\_\_\_\_\_. *The Military Balance 2012*. Londres: IISS, 2012.

\_\_\_\_\_. *The Military Balance 2010*. Londres: IISS, 2010.

ISAKOVA, Irina. *Russian Governance in the Twenty-First Century: Geo-strategy, geopolitics and governance*. Nova York: Frank Cass Publishers, 2005.

JAIMOUKHA, Amjad. *The Chechens, a Handbook*. Londres: Routledge, 2005.

JOBIM, Nelson. ETCHEGOYEN, Sergio W. ALSINA, João Paulo (orgs.). *Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

JOHNSTON, Timothy. *Being Soviet: Identity, Rumour, and Everyday Life under Stalin*. Nova York: Oxford University Press, 2011.

JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KAPLAN, Robert D. *A vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013.

KEEGAN, John. *Uma história da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *Inteligência na Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KING, Charles. What to read on the Caucasus. *Foreign Affairs*, November/December 2013. URL: <https://www.foreignaffairs.com/articles/eastern-europe-caucasus/2013-04-25/what-read-caucasus> Acesso em 11/06/2015.

\_\_\_\_\_. *The Ghost of Freedom: A history of the Caucasus*. Nova York: Oxford University Press, 2008.

KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. São Paulo: Objetiva, 2015.

\_\_\_\_\_. *World Order*. Nova York: Penguin, 2014.

\_\_\_\_\_. *Diplomacy*. Nova York: Simon & Schuster, 1994.

- LAFER, Celso. *Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LAPID, Yosif. KRATOCHWIL, Friedrich. *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder: Lynne Rienner Editors, 1995.
- LESKOV, Nikolai. *Homens interessantes e outras histórias*. 2a ed. São Paulo: Editora 34, 2014.
- LEWIN, Moshe. *O Século Soviético*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LIEVEN, Dominic. *The end of tsarist Russia*. Nova York: Viking, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Russia against Napoleon*. Nova York: Viking, 2009.
- LIEVEN, Dominc *et al.* *The Cambridge History of Russia*. 3v. Londres: Cambridge University Press, 2006.
- LIND, William S. *Understanding Fourth Generation War*. *Military Review*, setembro-outubro de 2004. Edição americana. Disponível em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/lind.pdf>
- LINS, Álvaro. *Rio Branco: biografia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1996.
- LORIMER, Frank. *The Population of the Soviet Union*. Genebra: League of Nations, 1946.
- LUBISCO, Nídia Maria Lienert. VIEIRA, Sônia Chagas. *Manual de Estilo Acadêmico*. 5a ed. Salvador: EDUFBA, 2013.
- MACFARQUHAR, Neil. *For Russia, links between Caucasus and ISIS provoke anxiety*. In: *The New York Times*, 20 de Novembro de 2015. URL: <http://www.nytimes.com/2015/11/21/world/europe/for-russia-links-between-caucasus-and-isis-provoke-anxiety.html> Acesso em 08/12/2015.
- MACHADO, Lia Osório. *Limites, Limites, fronteiras, redes*. In: *Fronteiras e Espaço Global*. T. M. Strohaecker, A. Damiani, N. O. Schaffer, N. Bauth, V. S. Dutra (orgs.) Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998, p. 41-49
- MANDEL, William M. *Soviet but not Russian: The 'other' peoples of the Soviet Union*. Edmonton: The University of Alberta Press, 1985.
- MANDELSTAM, Óssip. *O rumor do tempo e Viagem à Armênia*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2014.
- MARSHALL, Alex. *The Caucasus under Soviet rule*. Londres: Routledge, 2010.
- MARTIN, Gerald. *The literature, music and art of Latin America, 1870-1930*. In: BETHELL, Leslie. *The Cambridge History of Latin America*. vol. IV. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- MARTINS, Carlos Eduardo. SADER, Emir. JINKINGS, Ivana. NOBILE, Rodrigo (orgs.). *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MATTOS, Carlos de Meira. *A Geopolítica e as Projeções de Poder*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.
- MEARSHEIMER, John J. *Why the Ukraine Crisis is the West's fault*. In: *Foreign Affairs*, September/October 2014. URL:

<https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault> Acesso em 31/12/2015

MEIER, Andrew. *Terra Negra: Uma viagem pela Rússia pós-comunista*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005.

MIELNICZUK, Fabiano Pellin. PICCOLLI, L. *Política e sociedade na Rússia atual*. Em *Debate* (Belo Horizonte), v. 7, p. 50-54, 2015.

\_\_\_\_\_. O que (não) aprendemos sobre a Rússia no caso Pussy Riot. *Mundorama*, v. 66, p. nsa, 2013.

\_\_\_\_\_. *O Conflito entre Rússia e Geórgia: uma revisão histórica*. *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais*, v. 1, p. 157-166-166, 2013.

\_\_\_\_\_. *Brazil-Russia relations (1991-2011): new identities, converging interests*. *A Russian Journal of World Politics, Diplomacy and International Relations*, v. 58, p. 169-184, 2012.

\_\_\_\_\_. *Relação Brasil-Rússia (1991-2011): Novas identidades, interesses convergentes*. In: João Pontes Nogueira. (Org.). *Os BRICS e as Transformações na Ordem Internacional*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2012, v. , p. 121-162.

\_\_\_\_\_. *Sovietologism: Soviet Union as Western Representation*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

\_\_\_\_\_. *A identidade como fonte de conflito: as relações entre Ucrânia e Rússia no pós-URSS*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004.

MIROVALEV, Mansur. *Chechnya, Russia and 20 years of conflicts*. URL: <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2014/12/chechnya-russia-20-years-conflict-2014121161310580523.html> Acesso em 11/06/2015

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Geografia: Pequena História Crítica*. 20a ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORGENTHAU, Hans. *Politics among nations*. 7a ed. Nova York: McGraw-Hill, 2006.

MORSE, Richard. *The multiverse of Latin American identity*. In: BETHELL, Leslie. *The Cambridge History of Latin America*. vol. X. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MOSER, Charles. *The Cambridge History of Russian Literature*. Londres: Cambridge University Press, 2006.

NABOKOV, Vladimir. *Lectures on Russian Literature*. Orlando: Fredson Bowers, 1981.

NAPOLEÃO, Thomaz. *Identidade Nacional e Política Externa na Rússia Pós-Soviética*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: PUC-SP, 2006.

NAZARYAN, Alexander. *Blood and tragedy: the Caucasus in literary imagination*. In: *The New Yorker*. 19 de abril de 2013. Acesso em: <http://www.newyorker.com/books/page-turner/blood-and-tragedy-the-caucasus-in-the-literary-imagination>

ODDONE, Juan A. The formation of modern Uruguay. *In*: BETHELL, Leslie. The Cambridge History of Latin America. vol. V. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PALMERSTON, Visconde de. Order of the Day: Adjourned Debate on the Treaty of Adrianople. HC Dec. Vol. 97, 1º de Março de 1848. Londres: Biblioteca do Parlamento, 1848. Acesso em: <http://hansard.millbanksystems.com/commons/1848/mar/01/treaty-of-adrianople-charges-against>

PAUL, T.V. HALL, John. A. International Order and the Future of World Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

POKALOVA, Elena. Russia's counterterrorism gamble in Syria and the Caucasus. URL: <http://warontherocks.com/2015/10/russias-counterterrorism-gamble-in-syria-and-the-caucasus/> Acesso em 08/12/2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. FERREIRA, Jorge. ZENHA, Celeste (Orgs.). O Século XX. O tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra (vol. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. O Século XX. O tempo das crises: revoluções, facismos e guerras (vol. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. O Século XX. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações (vol. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético. Col. Revoluções do Século XX. São Paulo: Edunesp, 2003.

RESENDE, Érica Simone A. Americanidade, puritanismo e política externa. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2012.

RIBEIRO, Renata Corrêa. As relações da Rússia com a Ucrânia e a Moldávia: uma perspectiva comparada da política externa russa para a Crimeia e a Transnístria. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

RICUPERO, Rubens. Rio Branco: o Brasil no Mundo. São Paulo: Contraponto, 2000.

ROBERTS, J. M. The New Penguin History of the World. 5a ed. Londres: Penguin, 2007.

\_\_\_\_\_. The Penguin History of the Twentieth Century. Londres: Penguin, 1999

ROUDIK, Peter L. Culture and Customs of the Caucasus. Westport: Greenwood Press, 2009.

SAFFORD, Frank. Politics, ideology and society in post-Independence Spanish America. *In*: BETHELL, Leslie. The Cambridge History of Latin America. vol. III. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SAID, Edward. Orientalism. Londres: Penguin, 2003.

\_\_\_\_\_. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. Culture and Imperialism. Nova York: Vintage Books, 1994.

SAKWA, Richard. A política externa russa contextualizada. Nota de abertura, Janeiro de 2010. *In*: FREIRE, Maria Raquel. A Rússia de Putin: Vectores Estruturantes de Política Externa. Coimbra: Almedina, 2011.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil. São Paulo: Edunesp, 2010.

\_\_\_\_\_. O Evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira. São Paulo: Edunesp, 2012.

SCHMITT, Eric. Russian Military Uses Syria as proving ground, and West takes notice. In: The New York Times, 14 de Outubro de 2015. URL: [http://www.nytimes.com/2015/10/15/world/middleeast/russian-military-uses-syria-as-proving-ground-and-west-takes-notice.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2015/10/15/world/middleeast/russian-military-uses-syria-as-proving-ground-and-west-takes-notice.html?_r=0) Acesso em 07/12/2015

SCHNAIDERMAN, Boris. Semiótica Russa. 2a ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: TOLSTÓI, Liev. Khadji-Murát. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

\_\_\_\_\_. Os escombros e o mito: a cultura e o fim da União Soviética. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. Turbilhão e semente: ensaios sobre Dostoiévski e Bakhtin. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). História do Brasil Nação: Crise Colonial e Independência. v.1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

\_\_\_\_\_. História do Brasil Nação: A Abertura para o Mundo. v. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. CARVALHO, José Murilo de (orgs.). História do Brasil Nação: A Construção Nacional. v.2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. GOMES, Ângela de Castro. História do Brasil Nação: Olhando para dentro. v. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. REIS, Daniel Aarão. História do Brasil Nação: Modernização, ditadura e democracia. v. 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SEGRILLO, Ângelo. Os Russos. São Paulo: Contexto, 2012.

SHAPIRO, Michael. Cinematic Geopolitics. Londres: Routledge, 2009.

SHAPIRO, Michael J. Cinematic geopolitics. London New York: Routledge, 2009.

\_\_\_\_\_. Violent cartographies: mapping cultures of war. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 1997.

\_\_\_\_\_. International/Intertextual Relations: postmodern readings of world politics. Lexington: Lexington Books, 1989.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Do alto da colina: religião e política na história dos Estados Unidos. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Uma Nação com a alma de Igreja. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. MEDEIROS, Sabrina. VIANNA, Alexander Martins (Orgs.). Enciclopédia de Guerras e Revoluções: A Época dos Imperialismos e da Grande Guerra (vol.1). Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2015.

\_\_\_\_\_. Enciclopédia de Guerras e Revoluções: A Época dos Fascismos e da Segunda Guerra (vol.2). Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2015

\_\_\_\_\_. Enciclopédia de Guerras e Revoluções: A Época da Guerra Fria e da Nova Ordem Mundial (vol.3). Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2015.

\_\_\_\_\_. O Século Sombrio: uma história geral do século XX. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SILVA, Moacir Nunes e. Da Balcanização à Balcanização: o Fim da Iugoslávia. Porto Alegre: Zouk, 2008.

SILVA, Nelson do Valle. Brazilian Society: Continuity and Change. *In*: BETHELL, Leslie. The Cambridge History of Latin America. vol. IX. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SINELSHIKOVA, Yekaterina. Russian security forces eliminate ISIS-affiliated group in North Caucasus. *In*: Russia Beyond the Headlines. 23 de Novembro de 2015. [https://rbth.com/politics\\_and\\_society/2015/11/23/russian-security-forces-eliminate-isis-affiliated-group-in-north-caucasus\\_543347](https://rbth.com/politics_and_society/2015/11/23/russian-security-forces-eliminate-isis-affiliated-group-in-north-caucasus_543347) Acesso em 08/12/2015.

SNYDER, Jack. Russia: Causes of Relative Decline. *In*: PAUL, T.V. HALL, John. A. International Order and the Future of World Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

STEINBECK, John. CAPA, Robert. Um Diário Russo. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SWIETECHOWSKY, Tadeusz. Russia-Azerbaijan 1905-1920: the shaping of national identity in a Muslim Community. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TEIXEIRA, Tatiana. Os *think tanks* e sua influência na política externa dos EUA: a arte de pensar o impensável. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

TOLSTÓI, Liev. Contos Completos (3v.). São Paulo: Cosac Naify: 2015.

\_\_\_\_\_. Guerra e Paz. 2v. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

\_\_\_\_\_. Os Cossacos: contos caucasianos de 1852. São Paulo: Livros da Matriz, 2012.

\_\_\_\_\_. Khadji-Murát. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

\_\_\_\_\_. War and Peace. Trad. Constance Garnett. Nova York: Barnes & Noble, 2006.

\_\_\_\_\_. *Anna Karenina*. Trad. Constance Garnett. Nova York: Barnes & Noble, 2003.

TORPEY, John. The invention of the passport: Surveillance, Citizenship and the State. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TROMLY, Benjamin. Making the Soviet Intelligentsia: Universities and Intellectual Life under Stalin and Khrushchev. Nova York: Cambridge University Press, 2014.

TSYGANKOV, Andrei P. Russia's Foreign Policy: change and continuity in national identity. 3rd ed. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2013.

\_\_\_\_\_. Russophobia: Anti-Russian lobby and American Foreign Policy. Nova York: Palgrave Macmillan, 2009.

TUATHAIL, Gearóid Ó. Critical Geopolitics: the Politics of Writing Global Space. Londres: Routledge, 1996.

TUATHAIL, Gearóid Ó. DALBY, Simon. ROUTLEDGE, Paul (eds.). *The Geopolitics Reader*. Londres: Routledge, 1998.

ÜNAL, Feyzullah. İNAÇ, Hüsamettin. The construction of national identity in modern times. *In: International Journal of Humanities and Social Science*. Vol. 3. nº 11. Junho de 2013.

VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas: As representações do século XXI*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VISACRO, Alessandro. *Guerra Irregular*. São Paulo: Contexto, 2009.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *O Grande Oriente Médio: da descolonização à Primavera Árabe*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2014.

WAAL, Thomas de. *Black Garden: Armenia and Azerbaijan through Peace and War*. Nova York: NYU Press, 2003.

WACHTEL, Nathan. The Indian and the Spanish Conquest. *In: BETHELL, Leslie. The Cambridge History of Latin America*. vol. I. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WACHTEL, Nathan. MILLS, Kenneth. Indian societies and the Spanish conquest. *In: BETHELL, Leslie. The Cambridge History of Latin America*. vol. XI. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: Relações Internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Apicuri, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. *European Universalism: the Rhetoric of Power*. Londres: The New Press, 2006.

WALTZ, Kenneth N. *O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. *Man, the state and war*. Nova York: Columbia University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. Structural Realism after the Cold War. *In: International Security*, vol. 25, nº1, verão de 2000, p. 5-41.

\_\_\_\_\_. *Theories of International Politics*. Londres: Addison-Wesley, 1979

WARE, Robert Bruce. KISRİEV, Enver. *Dagestan: Russian Hegemony and Islamic Resistance in the North Caucasus*. Londres: M. E. Sharpe, 2010.

WEBER, Max. *Ensaio sobre a Teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

WENDT, Alexander. *Teoria Social da Política Internacional*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Apicuri, 2014.

\_\_\_\_\_. Anarchy is what states make of it. *International Organization*, vol. 46, nº 2, 1992, pp. 391-425.

ZÜRCHER, Christoph. *The Post-Soviet Wars: Rebellion, Ethnic Conflict, and Nationhood in the Caucasus*. Nova York: The New York University Press, 2007.